

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Mestrado em Gestão

**Avaliação do desempenho e análise do impacto sócio-económico
do modelo de gestão do associativismo agrícola**

**Estudo comparativo nos concelhos de
Macedo de Cavaleiros e Valpaços**

Autor: José Paulo Azevedo Rafael

Orientador: Professor Doutor Francisco Diniz

Vila Real, 2007

Dissertação apresentada na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, com vista à obtenção do grau de Mestre em Gestão, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 216/92 de 13 de Outubro.

RESUMO

O nosso estudo foi orientado para estabelecer um perfil do modelo de gestão do associativismo agrícola em Trás-os-Montes, para isso, foram seleccionados os concelhos de Macedo de Cavaleiros e de Valpaços.

Caracterizada a actividade agrícola e a componente associativa, iniciamos a investigação do nosso estudo de caso. O objecto de estudo? Todos os organismos de natureza associativa sem fins lucrativos cujo interesse maior é a actividade agrícola como modo de vida.

O movimento associativo agrícola, de entre as diversas tipologias organizativas, elegeu o cooperativismo e as associações do tipo laboral e patronal para defesa dos seus interesses.

A informação financeira recolhida, permitiu analisar o impacto sócio – económico e de avaliação do desempenho do modelo de gestão do associativismo agrícola, realizando um estudo comparativo nos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Valpaços.

O modelo de gestão, atravessa as práticas de gestão de qualquer organização, tendo o movimento associativo revelado um modelo de gestão muito próximo do de Mercado no movimento cooperativo e um modelo de gestão sem finalidade lucrativa nas associações patronais. O impacto sócio-económico do movimento associativo agrícola, revelou uma importância maior ao nível do papel de transformação/produção/comercialização no modelo cooperativo e de prestação de serviços nas associações patronais. Outro impacto significativo, diz respeito ao efeito redistribuidor da riqueza, sob a forma de rendimentos do trabalho e em escala não materialmente relevante ao nível da colecta de impostos indirectos. A avaliação do desempenho é genericamente positiva, mas com cenários distintos, o cooperativismo apresenta indicadores positivos, mas as associações patronais revelam um desempenho negativo com graves dificuldades ao nível dos resultados operacionais, em que entenda-se, deveriam coincidir com os objectivos estatutários. No âmbito da avaliação do desempenho, foram analisados os mapas de quadro de pessoal, tendo-se estabelecido o perfil do trabalhador associativo, marcado por salários baixos e baixas qualificações, mas que analisado por tipologia se verifica uma melhoria nestes indicadores nas associações patronais para níveis perfeitamente aceitáveis.

Palavras-chave: Agricultura; Associativismo; Avaliação do Desempenho; Mercado de Trabalho

ABSTRACT

Our study it was guided to establish a profile of the model of management of the agricultural associative organizations in Trás-os-Montes, for this, had been selected the communities of Macedo de Cavaleiros and Valpaços.

Characterized the agricultural activity and the associative component, we initiate the inquiry of our study of case. Object of study? All the organisms of associative nature without lucrative ends whose bigger interest is the agricultural activity as life way.

The agricultural associative movement, of between the diverse organizatives typologies, chose the cooperatives and the associations of the labour and patron type for defence of its interests. The collected financial information, allowed to analyze the impact social and economic and of evaluation of the performance of the model of management of the agricultural associative movement, carrying through a comparative study in the communities of Macedo de Cavaleiros and Valpaços.

The management model crosses practical of management of the any organization, having associative movement disclosed to a model of management very next to the one of Market in the cooperative movement and a model of management without lucrative purpose in the association's patrons. The social and economic impact of agricultural associative movement, disclosed a bigger importance to the level of the paper of transformation, production and commerce in the cooperative model and rendering of services in the associations patrons. Another significant impact, says respect to the redistributing effect of the wealth, under the form of incomes of the work and in scale not materially relevant to the level of collect of indirectness taxes. The evaluation of the performance is generically positive, but with distinct scenes, the cooperatives presents positive pointers, but the associations patrons, disclose a negative performance with serious difficulties to the level of the operational results, where it is understood, they would have to coincide with the statutory objectives. In the scope of the evaluation of the performance, the maps of personnel had been analyzed, having themselves established the profile of the associative worker's, marked, for low wages and low qualifications, but that analyzed for typology, an improvement in these pointers in the associations patrons for perfectly acceptable levels is verified.

Key Words: Agriculture; Associative Movement; Evaluation of the Performance; Labour Market

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas que directa ou indirectamente contribuíram para a realização deste trabalho, apresento os meus profundos agradecimentos.

Agradeço de forma especial:

Às organizações associativas, seus responsáveis e respectivos colaboradores por tornarem possível a realização deste trabalho.

Ao orientador Professor Doutor Francisco Diniz, pela disponibilidade e atenção que demonstrou no decorrer da dissertação.

INDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
PARTE PRIMEIRA	3
ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
1 O DESENVOLVIMENTO RURAL	4
1.1 DESENVOLVIMENTO E RURALIDADE EM PORTUGAL	4
1.2 A AGRICULTURA PORTUGUESA – PRINCIPAIS INDICADORES	7
1.3 O SISTEMA AGRÁRIO DE TRÁS-OS-MONTES	22
2 GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES	24
2.1 MODELOS DE GESTÃO	24
2.1.1 A GESTÃO EMPRESARIAL	24
2.1.2 A GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	28
3 INTRODUÇÃO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO	41
3.1 DAS ASSOCIAÇÕES EM GERAL	41
3.2 DAS ASSOCIAÇÕES AGRÍCOLAS	43
3.2.1 Caracterização das tipologias do associativismo agrícola	45
3.2.1.1 A associação cooperativa	45
3.2.1.2 As caixas de crédito agrícola mútuo	47
3.2.1.3 O Associativismo Agrícola de Produção	48
3.2.1.4 Associações de beneficiários	49
3.2.1.5 Juntas de agricultores	50
3.2.1.6 Centros de gestão da empresa agrícola	50
3.2.1.7 Mutuas de seguros	51
3.2.1.8 Associações técnicas de produtores	52
3.2.1.9 Os círculos de máquinas	52
3.2.1.10 Organizações de produtores pecuários	52
3.2.1.11 As associações sócio-laborais	53
PARTE SEGUNDA	54
ESTUDO DE CASO	54
4 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA DOS CONCELHOS DE MACEDO DE CAVALEIROS E VALPAÇOS	55
4.1 EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES SÓCIO-ECONÓMICOS	55
5 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	62
5.1 METODOLOGIA	62
6 ESTUDO DE CASO	64
6.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA AMOSTRA	64
a) Organismos associativos com sede no concelho de Macedo de Cavaleiros	64
b) Organismos associativos com sede no concelho de Valpaços	64
6.2 ANÁLISE DO IMPACTO SÓCIO-ECONÓMICO E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO MODELO DE GESTÃO DO ASSOCIATIVISMO AGRÍCOLA	65
6.2.1 Associativismo Agrícola do concelho de Macedo de Cavaleiros	65
6.2.1.1 Movimento associativo consolidado	65
6.2.1.2 Movimento associativo na tipologia Cooperativismo	81
6.2.1.3 Movimento associativo na tipologia Associações Patronais	95
6.2.2 Associativismo Agrícola no Concelho de Valpaços	110
6.2.2.1 Movimento associativo consolidado	110
6.2.2.2 Movimento associativo na tipologia Cooperativismo	125
6.2.2.3 Movimento associativo na tipologia Associações Patronais	141

6.2.3 Análise comparativa do impacto sócio-económico e avaliação do desempenho do Modelo de Gestão do Associativismo Agrícola nos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Valpaços	154
6.2.3.1 Movimento associativo consolidado	154
6.2.3.2 Movimento associativo na tipologia Cooperativismo	156
6.2.3.3 Movimento associativo na tipologia Associações Patronais	157
6.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PISTAS PARA INVESTIGAÇÃO FUTURA	158
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	172
ANEXOS	a
ANEXO A	a
(Mapas de Trabalho)	a
ANEXO B	d
(Demonstrações Financeiras e Mapas de Quadro de Pessoal)	d

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Portugal em poder de compra e variação da população.....	4
Gráfico 2 Portugal em densidade demográfica e população idosa	6
Gráfico 3 Portugal em Produto Interno Bruto e Emprego	6
Gráfico 4 Portugal em população agrícola familiar e superfície agrícola e florestal.....	7
Gráfico 5 Portugal em peso da população agrícola familiar por NUT II.....	8
Gráfico 6 Portugal em agricultura - silvicultura na economia por NUT II.....	16
Gráfico 7 Evolução do cooperativismo nos distritos de Bragança e Vila Real	46
Gráfico 8 Resultados – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Macedo de Cavaleiros	68
Gráfico 9 Impostos – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Macedo de Cavaleiros	69
Gráfico 10 Custos com Pessoal – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Macedo de Cavaleiros	69
Gráfico 11 Volume de Negócios – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Macedo de Cavaleiros	69
Gráfico 12 Outras Receitas – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Macedo de Cavaleiros	70
Gráfico 13 Proveitos e Ganhos – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Macedo de Cavaleiros	70
Gráfico 14 Proveitos e Ganhos 2003 – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Macedo de Cavaleiros	71
Gráfico 15 Proveitos e Ganhos 2004 – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Macedo de Cavaleiros	71
Gráfico 16 Proveitos e Ganhos 2005 – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Macedo de Cavaleiros	72
Gráfico 17 Estrutura profissional – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Macedo de Cavaleiros	76
Gráfico 18 Idade média da força de trabalho – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Macedo de Cavaleiros	77
Gráfico 19 Permanência média no posto de trabalho – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Macedo de Cavaleiros.....	77
Gráfico 20 Remunerações médias mensais – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Macedo de Cavaleiros	78
Gráfico 21 Regime duração trabalho – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Macedo de Cavaleiros	78
Gráfico 22 Relação Habilitações/Género – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Macedo de Cavaleiros	80
Gráfico 23 Género – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Macedo de Cavaleiros	81
Gráfico 24 Resultados – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Macedo de Cavaleiros	84
Gráfico 25 Impostos – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Macedo de Cavaleiros	84
Gráfico 26 Custos com o Pessoal – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Macedo de Cavaleiros.....	85
Gráfico 27 Volume de Negócios – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Macedo de Cavaleiros.....	85
Gráfico 28 Outras Receitas – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Macedo de Cavaleiros	85
Gráfico 29 Proveitos e Ganhos – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Macedo de Cavaleiros	86
Gráfico 30 Proveitos e Ganhos 2003 – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Macedo de Cavaleiros.....	86
Gráfico 31 Proveitos e Ganhos 2004 – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Macedo de Cavaleiros.....	87
Gráfico 32 Proveitos e Ganhos 2005 – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Macedo de Cavaleiros.....	87
Gráfico 33 Estrutura profissional – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Macedo de Cavaleiros.....	91
Gráfico 34 Idade média da força de trabalho – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Macedo de Cavaleiros.....	92

Gráfico 35 Permanência média no posto de trabalho – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Macedo de Cavaleiros.....	92
Gráfico 36 Remunerações médias mensais – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Macedo de Cavaleiros.....	92
Gráfico 37 Regime duração trabalho – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Macedo de Cavaleiros.....	93
Gráfico 38 Relação Habilitações/Género – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Macedo de Cavaleiros.....	94
Gráfico 39 Género – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Macedo de Cavaleiros.....	94
Gráfico 40 Resultados – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros.....	98
Gráfico 41 Impostos – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros.....	98
Gráfico 42 Custos com Pessoal – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros.....	98
Gráfico 43 Volume de Negócios – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros.....	99
Gráfico 44 Outras Receitas – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros.....	99
Gráfico 45 Proveitos e Ganhos – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros.....	100
Gráfico 46 Proveitos e Ganhos 2003 – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros.....	100
Gráfico 47 Proveitos e Ganhos 2004 – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros.....	100
Gráfico 48 Proveitos e Ganhos 2005 – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros.....	101
Gráfico 49 Estrutura profissional – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros.....	105
Gráfico 50: Idade média da força de trabalho – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros.....	106
Gráfico 51 Permanência média no posto de trabalho – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros.....	106
Gráfico 52 Remunerações médias mensais – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros.....	106
Gráfico 53 Regime duração trabalho – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros.....	107
Gráfico 54 Relação Habilitações/Género – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros.....	109
Gráfico 55 Género – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros.....	109
Gráfico 56 Resultados – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Valpaços.....	112
Gráfico 57 Impostos – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Valpaços.....	112
Gráfico 58 Custos com Pessoal – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Valpaços.....	113
Gráfico 59 Volume de Negócios – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Valpaços.....	113
Gráfico 60 Outras Receitas – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Valpaços.....	113
Gráfico 61: Proveitos e Ganhos – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Valpaços.....	114
Gráfico 62 Proveitos e Ganhos 2003 – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Valpaços....	114
Gráfico 63 Proveitos e Ganhos 2004 – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Valpaços....	115
Gráfico 64 Proveitos e Ganhos 2005 – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Valpaços....	115
Gráfico 65 Estrutura profissional – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Valpaços.....	120
Gráfico 66 Idade média da força de trabalho – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Valpaços.....	120
Gráfico 67 Permanência média no posto de trabalho – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Valpaços.....	121
Gráfico 68 Remunerações médias mensais – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Valpaços.....	121
Gráfico 69 Vínculo contratual – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Valpaços.....	122
Gráfico 70 Relação Habilitação/Género – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Valpaços.....	124
Gráfico 71 Género – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Valpaços.....	124
Gráfico 72 Resultados – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Valpaços.....	127

Gráfico 73 Impostos – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Valpaços	128
Gráfico 74 Custos com Pessoal – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Valpaços	128
Gráfico 75 Volume de Negócios – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Valpaços	128
Gráfico 76 Outras Receitas – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Valpaços	129
Gráfico 77 Proveitos e Ganhos – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Valpaços	129
Gráfico 78 Proveitos e Ganhos 2003 – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Valpaços	130
Gráfico 79 Proveitos e Ganhos 2004 – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Valpaços	130
Gráfico 80 Proveitos e Ganhos 2005 – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Valpaços	131
Gráfico 81 Estrutura profissional – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Valpaços	136
Gráfico 82 Idade média da força de trabalho – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Valpaços	136
Gráfico 83 Permanência média no posto de trabalho – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Valpaços	137
Gráfico 84 Remuneração média mensal – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Valpaços	137
Gráfico 85 Vínculo contratual – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Valpaços	137
Gráfico 86 Relação Habilitações/Género – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Valpaços.....	140
Gráfico 87 Género – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Valpaços	140
Gráfico 88 Resultados – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Valpaços	143
Gráfico 89 Impostos – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Valpaços	144
Gráfico 90 Custos com Pessoal – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Valpaços	144
Gráfico 91 Volume de Negócios – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Valpaços	144
Gráfico 92 Outras Receitas – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Valpaços	145
Gráfico 93 Proveitos e Ganhos – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Valpaços	145
Gráfico 94 Proveitos e Ganhos 2003 – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Valpaços.....	146
Gráfico 95 Proveitos e Ganhos 2004 – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Valpaços.....	146
Gráfico 96 Proveitos e Ganhos 2005 – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Valpaços.....	147
Gráfico 97 Estrutura profissional – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Valpaços	152
Gráfico 98 Idade media da força de trabalho – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Valpaços	152
Gráfico 99 Permanência média no posto de trabalho – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Valpaços.....	152
Gráfico 100 Remuneração média mensal – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Valpaços	153
Gráfico 101 Relação Habilitações/Género – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Valpaços	154

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Portugal em explorações agrícolas	7
Tabela 2 Portugal em população agrícola familiar	8
Tabela 3 Portugal em superfície das explorações agrícolas.....	9
Tabela 4 Portugal em ocupação da área florestal	9
Tabela 5 Portugal em composição dos povoamentos florestais por espécies	10
Tabela 6 Portugal em superfície agrícola utilizada.....	10
Tabela 7 Portugal em ocupação cultural da terra arável	11
Tabela 8 Portugal em produção da agricultura	12
Tabela 9 Portugal em valor acrescentado bruto.....	12
Tabela 10 Portugal em evolução do valor acrescentado bruto	13
Tabela 11 Portugal em repartição do valor acrescentado bruto por regiões agrárias.....	13
Tabela 12 Portugal em formação bruta de capital fixo.....	14
Tabela 13 Portugal em peso do complexo agro-florestal na economia	14
Tabela 14 Portugal em rendimento agrícola.....	14
Tabela 15 Portugal em índices de preços	15
Tabela 16 Portugal em rendimento por unidade de trabalho agrícola	15
Tabela 17 Portugal em apoios da PAC à agricultura e desenvolvimento rural.....	16
Tabela 18 Portugal em principais modalidades de apoio à agricultura.....	17
Tabela 19 Portugal em comércio externo do complexo agro-florestal	18
Tabela 20 Portugal em grau de cobertura do complexo agro-florestal	18
Tabela 21 Portugal em taxa de cobertura das importações pelas exportações do complexo agro-florestal....	19
Tabela 22 Portugal em peso do comércio externo do complexo agro-florestal no comercio externo da economia.....	19
Tabela 23 Portugal em estrutura do comércio internacional de produtos agro-alimentares e florestais	20
Tabela 24 Portugal em estrutura do comércio agro-alimentar por países	21
Tabela 25 Portugal em estrutura do comércio florestal por países	21
Tabela 26 Portugal em grau de aprovisionamento de alguns produtos.....	22
Tabela 27 Região Agrária Natural de Trás-os-Montes	23
Tabela 28 Tipologia do associativismo agrícola	44
Tabela 29 Indicadores de população nos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Valpaços	55
Tabela 30 População residente por género nos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Valpaços	56
Tabela 31 População residente por género e grupo etário nos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Valpaços	56
Tabela 32 População, relação nados vivos – óbitos, nos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Valpaços ...	57
Tabela 33 Indicadores de educação nos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Valpaços	58
Tabela 34 Indicadores de saúde nos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Valpaços.....	58
Tabela 35 Indicadores de empresas nos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Valpaços	59
Tabela 36 Indicadores de trabalho em Portugal e Norte.....	59
Tabela 37 Indicadores de qualificação dos activos em Portugal e Norte.....	59
Tabela 38 Indicadores de ganho médio mensal dos activos em Portugal e Norte	59
Tabela 39 Indicadores económicos nos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Valpaços	60
Tabela 40 Indicadores agricultura e floresta em Portugal, Norte, Trás-os-Montes, Macedo de Cavaleiros e Valpaços	61
Tabela 41 Indicadores contas regionais em Portugal, Norte e Trás-os-Montes.....	61
Tabela 42 Organismos associativos com sede no concelho de Macedo de Cavaleiros	64
Tabela 43 Organismos associativos com sede no concelho de Valpaços	64
Tabela 44 Fundo de Maneio – Movimento Associativo Consolidado no concelho Macedo de Cavaleiros ...	66
Tabela 45 Indicadores de Liquidez – Movimento Associativo Consolidado no concelho Macedo de Cavaleiros	67
Tabela 46 Indicadores de Prazos Médios – Movimento Associativo Consolidado no concelho Macedo de Cavaleiros	67
Tabela 47 Indicadores de Rentabilidade – Movimento Associativo Consolidado no concelho Macedo de Cavaleiros	73
Tabela 48 Indicadores de Funcionamento – Movimento Associativo Consolidado no concelho Macedo de Cavaleiros	74
Tabela 49 Indicadores de Estrutura – Movimento Associativo Consolidado no concelho Macedo de Cavaleiros	75

Tabela 50 Indicador Valor Acrescentado Bruto – Movimento Associativo Consolidado no concelho Macedo de Cavaleiros	76
Tabela 51 Rendimentos Distribuídos e Número de Activos – Movimento Associativo Consolidado no concelho Macedo de Cavaleiros	76
Tabela 52 Fundo de Maneio – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho Macedo de Cavaleiros	82
Tabela 53 Indicadores de Liquidez – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho Macedo de Cavaleiros.....	82
Tabela 54 Indicadores de Prazos Médios – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho Macedo de Cavaleiros.....	83
Tabela 55 Indicadores de Rentabilidade – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho Macedo de Cavaleiros.....	88
Tabela 56 Indicadores de Funcionamento – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho Macedo de Cavaleiros.....	89
Tabela 57 Indicadores de Estrutura – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho Macedo de Cavaleiros.....	90
Tabela 58 Indicador Valor Acrescentado Bruto – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho Macedo de Cavaleiros	91
Tabela 59 Rendimentos Colocados à Disposição e Número de Activos – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho Macedo de Cavaleiros.....	91
Tabela 60 Fundo de Maneio – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho Macedo de Cavaleiros.....	95
Tabela 61 Indicadores Liquidez – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho Macedo de Cavaleiros.....	96
Tabela 62 Indicadores de Prazos Médios – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho Macedo de Cavaleiros	97
Tabela 63 Indicadores de Rentabilidade – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho Macedo de Cavaleiros	102
Tabela 64 Indicadores de Funcionamento – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho Macedo de Cavaleiros	103
Tabela 65 Indicadores de Estrutura – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho Macedo de Cavaleiros.....	104
Tabela 66 Indicador Valor Acrescentado Bruto – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho Macedo de Cavaleiros	104
Tabela 67 Rendimentos Distribuídos e Número de Activos – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho Macedo de Cavaleiros.....	105
Tabela 68 Fundo de Maneio – Movimento Associativo Consolidado no concelho Valpaços.....	110
Tabela 69 Indicadores Liquidez – Movimento Associativo Consolidado no Concelho Valpaços	111
Tabela 70 Indicadores de Prazos Médios – Movimento Associativo Consolidado no concelho Valpaços..	111
Tabela 71 Indicadores de Rentabilidade – Movimento Associativo Consolidado no concelho Valpaços ...	116
Tabela 72 Indicadores de Funcionamento – Movimento Associativo Consolidado no concelho Valpaços.	118
Tabela 73 Indicadores de Estrutura – Movimento Associativo Consolidado no concelho Valpaços.....	118
Tabela 74 Indicador Valor Acrescentado Bruto – Movimento Associativo Consolidado no concelho Valpaços	119
Tabela 75 Rendimentos Distribuídos e Número de Activos – Movimento Associativo Consolidado no concelho Valpaços.....	119
Tabela 76 Fundo de Maneio – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho Valpaços	125
Tabela 77 Indicadores Liquidez – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho Valpaços	126
Tabela 78 Indicadores de Prazos Médios – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho Valpaços	127
Tabela 79 Indicadores de Rentabilidade – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho Valpaços	132
Tabela 80 Indicadores de Funcionamento – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho Valpaços	133
Tabela 81 Indicadores de Estrutura – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho Valpaços	134
Tabela 82 Indicador Valor Acrescentado Bruto – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho Valpaços.....	134
Tabela 83 Rendimentos Distribuídos e Número de Activos – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho Valpaços.....	135

Tabela 84 Fundo de Maneio – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho Valpaços	142
Tabela 85 Indicadores Liquidez – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho Valpaços	142
Tabela 86 Indicadores de Prazos Médios – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho Valpaços	143
Tabela 87 Indicadores de Rentabilidade – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho Valpaços	148
Tabela 88 Indicadores de Funcionamento – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho Valpaços	149
Tabela 89 Indicadores de Estrutura – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho Valpaços	150
Tabela 90 Indicador Valor Acrescentado Bruto – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho Valpaços	150
Tabela 91 Rendimentos Distribuídos e Número de Activos – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho Valpaços	151
Tabela 92 Modelo Gestão – Movimento Associativo	161
Tabela 93 Avaliação Desempenho – Movimento Associativo	164
Tabela 94 Impacto Sócio-Económico – Movimento Associativo	168
Tabela 95 Perfil Trabalhador – Movimento Associativo Consolidado do concelho de Macedo de Cavaleiros	169
Tabela 96 Perfil Trabalhador – Movimento Associativo Consolidado do concelho de Valpaços	169
Tabela 97 Perfil Trabalhador – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo do concelho de Macedo de Cavaleiros	170
Tabela 98 Perfil Trabalhador – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo do concelho de Valpaços	170
Tabela 99 Perfil Trabalhador – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais do concelho de Macedo de Cavaleiros	171
Tabela 100 Perfil Trabalhador – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais do concelho de Valpaços	171

INTRODUÇÃO

A presente investigação pretende avaliar o desempenho e analisar o impacto social e económico do modelo de gestão do associativismo agrícola, levando a cabo um estudo comparativo nos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Valpaços.

No dealbar do século XXI, em época de reflexão dos efeitos da Política Agrícola Comum (PAC), diversos desafios se levantam à agricultura portuguesa em geral, e à agricultura de Trás-os-Montes em particular. Após todos estes anos de aplicação da PAC, ressalta como grande característica de transformação da agricultura portuguesa a forte aposta no associativismo como forma de ultrapassar as muitas barreiras e aproveitar as oportunidades que o grande mercado europeu acarretou para o nosso país. O Associativismo como meio de união, de representação, de melhor organização e gestão dos fundos comunitários generalizou-se, e hoje são muitas as organizações de defesa dos interesses dos agricultores. Após os elevados montantes de fundos comunitários aplicados e geridos quer directa quer indirectamente pelo associativismo, não temos ainda uma resposta acerca do desempenho e impacto sócio-económico no desenvolvimento local nacional provocado pelo associativismo agrícola, justificando assim, que uma investigação desta natureza fosse realizada.

O objectivo geral deste trabalho é analisar na óptica económico-financeira o modelo de gestão do associativismo agrícola, medindo o impacto sócio-económico local e a avaliação de desempenho do modelo de gestão e estabelecimento do perfil do trabalhador associativo.

Como objectivo específico pretende-se o estudo de caso, estabelecendo uma comparação do Associativismo Agrícola nos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Valpaços.

Assim, no decorrer da investigação serão abordadas algumas questões, a saber:

- Qual a génese de organização associativa da agricultura portuguesa?
- Que tipo de organizações existem? Qual a sua natureza jurídica? Que relações existem entre os diversos tipos de organização?
- Que forma de gestão adoptaram?
- Qual é o perfil do trabalhador associativo?
- Que impacto social e económico provocou o movimento associativo no tecido económico local?

O objecto de estudo da presente investigação, na tentativa de descrever o impacto sócio-económico do modelo de gestão do associativismo agrícola no tecido económico nacional, irá servir de base de comparação entre dois concelhos trasmontanos, Macedo de Cavaleiros e Valpaços (classificados em termos estatísticos de NUT III – Alto Trás-os-Montes). A escolha dos dois concelhos justifica-se pela similitude em termos de produção agrícola, caracterização demográfica e predominância da actividade agrícola na economia local. O objecto de estudo será? Todas as associações representativas dos agricultores nos dois concelhos. A presente investigação, no sentido de dar resposta ao problema colocado, seguirá uma metodologia de estudo de caso, utilizará a técnica de recolha de informação e utilizará a técnica de análise de dados e verificação dos objectivos.

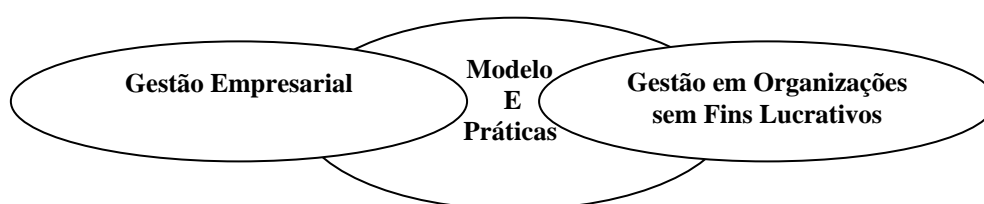
Esta investigação está estruturada em duas partes:

Primeira: Caracterização geral do tema em análise, que inclui três capítulos.

No capítulo I, faremos uma abordagem ao conceito de Desenvolvimento Rural, na tentativa de enquadrar a actividade económica Agricultura no contexto económico nacional, estruturando este levantamento de informação de acordo com:



No capítulo II, iniciamos a nossa abordagem à gestão das organizações, focando os principais modelos de gestão:



No capítulo III, abordaremos a temática do Associativismo, das associações em geral, para as associações agrícolas.

Segunda: Caracterização de todas as componentes de investigação:

No capítulo IV, caracterizaremos os concelhos alvos do nosso estudo, na perspectiva sócio-económica. No Capítulo V, apresentamos a metodologia da investigação. No Capítulo VI, passamos à apresentação do estudo de caso, iniciando com a caracterização geral da amostra, seguido do desenvolvimento do estudo de caso terminando com as considerações finais e pistas para investigação futura.

PARTE PRIMEIRA

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1 O DESENVOLVIMENTO RURAL

1.1 DESENVOLVIMENTO E RURALIDADE EM PORTUGAL

A economia rural nacional reveste características muito marcantes, que se tem vindo a acentuar com o decorrer dos anos, o declínio da produção nacional, as novas realidades comunitárias, as incipientes ou mesmo inexistentes políticas de convergência regional, ou mesmo o cenário macroeconómico nacional, são razões suficientes para que a economia rural continue em degradação contínua, como nos indicam as agências de informação estatísticas nacionais.

Mas analisamos de seguida algumas das características da ruralidade¹ nacional:

- Assimetrias regionais existentes: demasiado marcadas no território nacional, o equilíbrio no desenvolvimento territorial como requisito para a articulação das políticas concretizadas e como exigência para o estabelecimento de parcerias eficazes e actuates.

Assimetrias facilmente confirmadas na leitura do gráfico seguinte relativa ao poder de compra e variação da população, fins do século XX, dealbar do século XXI:

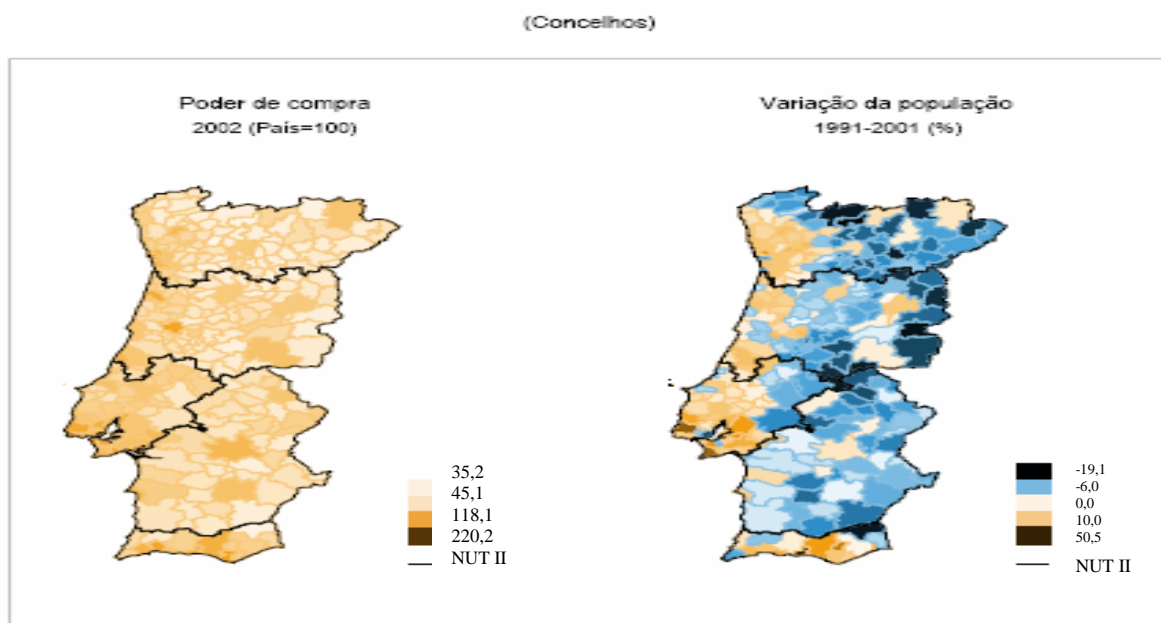


Gráfico 1 Portugal em poder de compra e variação da população

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar

¹ O termo rural pode ser visto em três perspectivas, segundo Diniz, Ruralidade: definições e tipologias, UTAD, 1997, numa perspectiva sócio-cultural, pressupõem que o comportamento e as atitudes diferem entre os habitantes de zonas de baixa densidade populacional e as de forte densidade, associando-se aos rurais, valores tradicionais, vertente antropológica; numa perspectiva ocupacional, pressupõe a predominância de actividades económicas ligadas ao sector primário, a pluriactividade, coloca esta perspectiva em segundo plano; perspectiva ecológica, considera o rural como zonas de pequenos aglomerados com grandes espaços de paisagem aberta entre eles.

- O envelhecimento demográfico e despovoamento: o peso dos idosos na população total dos vários concelhos é uma pressão para a continuação destas tendências.

António Fragata² e José Portela³ em artigo intitulado, agricultores idosos de Trás-os-Montes: da exclusão ao reconhecimento?⁴ referem que “até à década de 80, os agricultores idosos foram tratados pelas correntes dominantes de pensamento como um obstáculo à difusão de inovações, um entrave à transacção da terra (venda e/ou transmissão aos sucessores) e uma força de bloqueio ao emparcelamento de terras e ao ordenamento cultural ... Vistos como produtores sem “capacidade empresarial”, sem “viabilidade económica” nem “espírito competitivo”... Actualmente ... os agricultores idosos são tratados como detentores de saberes técnicos e de recursos agrários que urge manter...”

Os mesmos autores concluíram que “Em Trás-os-Montes os agricultores idosos são pequenos produtores a tempo parcial ... No fim do ciclo de vida económica, compreensivelmente os idosos têm as explorações mais pequenas, isto em todas as zonas de Trás-os-Montes. Quanto à forma de exploração, praticamente todas as unidades (99%) são por conta própria, o que se observa também por todo o território regional. ... Os agricultores idosos são os que possuem unidades menos mecanizadas ... A larga maioria das explorações dos agricultores idosos transmontanos têm uma horta familiar e uns (ou mais) pequenos vinhedos ... cerca de metade das explorações tem uma área de batata, em média com 0,49 ha, e 9 animais de capoeira ... partes significativas da área agrícola da exploração do idoso são ocupadas, em média, por: cereal (20%), olival (16%), vinha (15%), prados (15%), pousios (12%). ... Destacam-se as actividades com ruminantes, sendo a criação de bovinos de carne a principal.... Parte significativa dos idosos de Trás-os-Montes possui equídeos: 43% das explorações, com um efectivo médio de 1,4 animais... a população envolvida nas explorações dos agricultores idosos atinge cerca de 55000 pessoas, 22% da população agrícola familiar e 71% dos idosos transmontanos recenseados em 1991 ... O trabalho, familiar e assalariado, devotado às explorações dos idosos representa 25% do trabalho total agrícola em Trás-os-Montes. ... Em Trás-os-Montes, a exploração agrícola constitui a principal origem de rendimento para 40% dos agregados dos agricultores idosos e 57% retiram dela rendimentos complementares ... ”

² Investigador Principal, Estação Agronómica Nacional, Instituto Nacional de Investigação Agrária.

³ Professor Catedrático, Sociologia Rural, Departamento de Economia e Sociologia, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

⁴ Este artigo teve por base uma Comunicação de António Fragata apresentada ao I Seminário do Projecto PRAXIS/2/2.1/CSH/869/95 – Envelhecimento da população e retorno: desafios ao desenvolvimento agrícola e rural de Trás-os-Montes, projecto de investigação este que é coordenado por José Portela (1996-98). O referido seminário teve lugar em Vila Real, a 20 de Outubro de 1997.

Vejamos o gráfico seguinte, que confirma o forte envelhecimento do interior e a acentuada densidade demográfica no litoral:

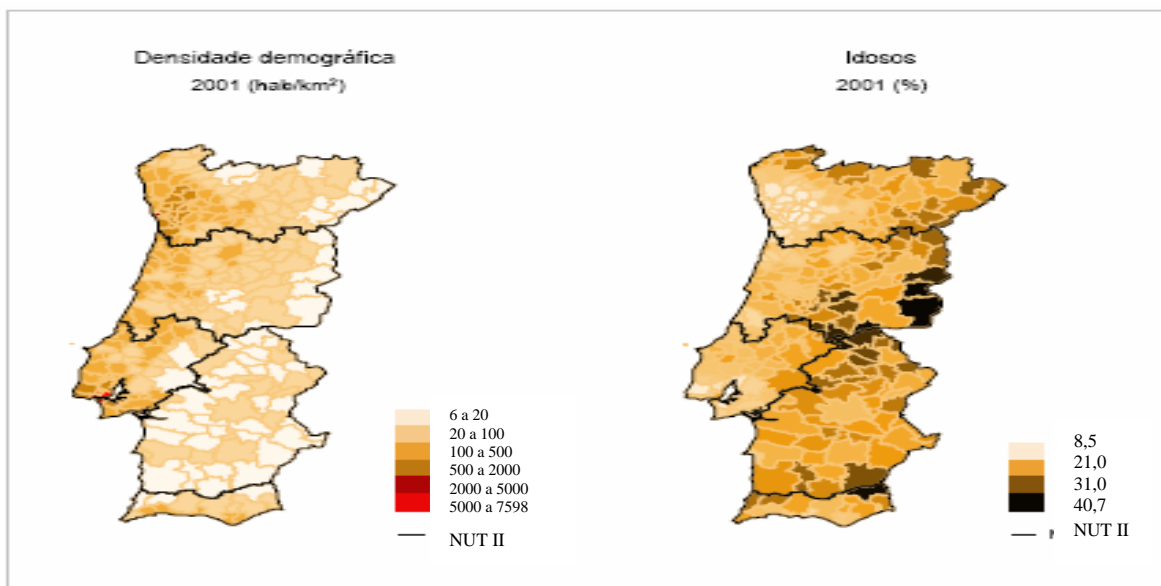


Gráfico 2 Portugal em densidade demográfica e população idosa

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar

- A importância da agricultura e silvicultura portuguesas no conjunto da economia tem vindo a diminuir, sobretudo nas últimas décadas. Apesar disso o complexo agro-florestal detém ainda um peso considerável na economia portuguesa como podemos verificar da leitura do gráfico seguinte em termos de valor acrescentado bruto e emprego:

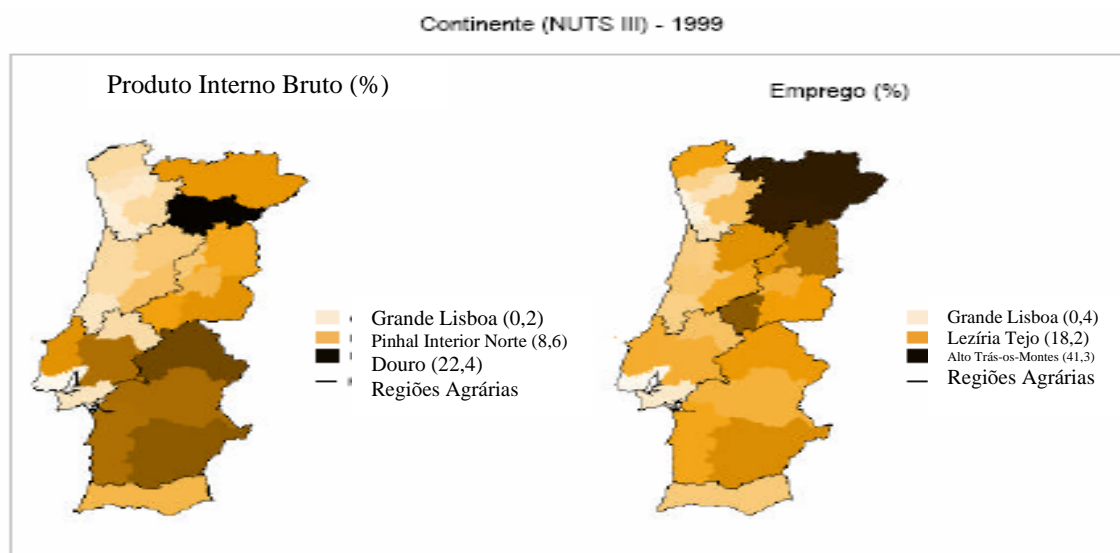


Gráfico 3 Portugal em Produto Interno Bruto e Emprego

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Segundo dados do Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar, as actividades agro-florestais ocupam uma área de 73% da superfície total.

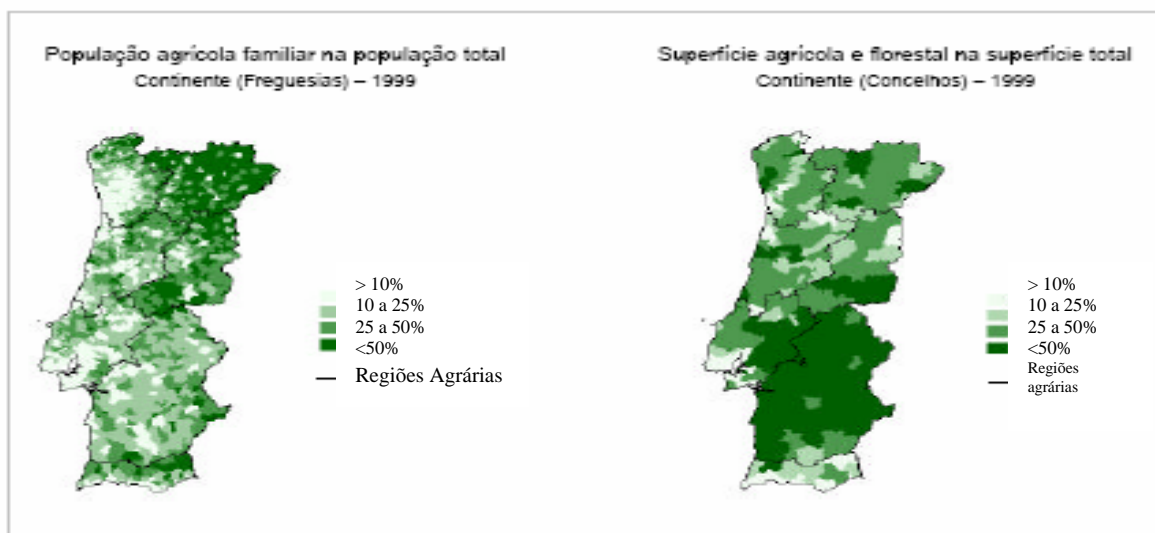


Gráfico 4 Portugal em população agrícola familiar e superfície agrícola e florestal

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar

Após a análise às principais características da ruralidade portuguesa, nomeadamente e resumindo, as assimetrias regionais, o envelhecimento demográfico e despovoamento das zonas rurais aliados com a perda de importância da agricultura na economia nacional, seguimos a nossa análise com os principais indicadores da agricultura portuguesa.

1.2 A AGRICULTURA PORTUGUESA – PRINCIPAIS INDICADORES

Fazendo uma radiografia à agricultura portuguesa à luz de informações do Ministério da tutela e de acordo com dados disponíveis reportados à passagem do século, apontamos como principais variáveis de caracterização as seguintes: Em Portugal contavam-se 416 mil explorações agrícolas em 1999, empregando 12,3% da população total.

	Ano	Unidade	Portugal	Portugal Continental
Nº de Explorações	1999	mil	416	382
UTA	2002	mil	460,4	-
UTA agrícola em % volume de trabalho da economia	2002	%	9,3	-
UTA familiar	2002	mil	373,5	-
População Agrícola Familiar	1999	mil	1 238	1 123
Pop. Ag. Fam. em % População Total	1999	%	12,3	11,8

Tabela 1 Portugal em explorações agrícolas

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar

Peso da População Agrícola Familiar na População Total de Portugal:

Na última década do século passado, a população agrícola familiar na população total regrediu dos quase 20%, para 12,4%.

	10 ⁵	
	1989	1999
População Agrícola Familiar (1)	1 974,8	1 236,2
Produtor	593,6	409,3
Outros Membros	1 381,2	826,9
População Total (2)	9 920,1	9 997,6
(1) / (2) *100	19,9	12,4

Tabela 2 Portugal em população agrícola familiar

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar

Peso da População Agrícola Familiar por NUT II em 1999 no Continente (%):

Por regiões, no final do século XX a região centro liderava a empregabilidade agrícola familiar com mais de 21% do total, seguido do Alentejo um pouco acima dos 18% e o Algarve quase nos 14%, a região Norte só fica mesmo à frente de Lisboa e Vale do Tejo com pouco mais de 12 e 5%, respectivamente. Os valores médios no continente rondavam os 12%.

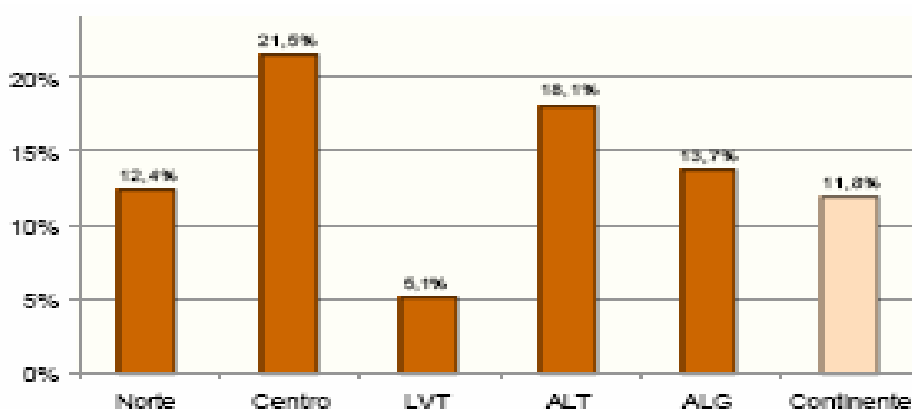


Gráfico 5 Portugal em peso da população agrícola familiar por NUT II

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar

Superfície das explorações agrícolas:

A superfície das explorações agrícolas nacionais estende-se por mais 5000000 de hectares, que representam mais de metade da superfície total do País.

A superfície agrícola utilizada representa cerca de 75%, da superfície total agrícola.

	Ano	Unidade	Portugal	Portugal Continental
Superfície das Explorações Agrícolas	1999	mil ha	5 189	5 040
Sup. Exp. Ag. em % Sup. Total	1999	%	56,5	56,8
Superfície Florestal Total	1998	mil ha	-	3 349
SAU	1999	mil ha	3 863	3 736
Terras Aráveis	1999	mil ha	1 762	1 747
Culturas Permanentes	1999	mil ha	712	705
Prados e Pastagens Permanentes	1999	mil ha	1 390	1 284

Tabela 3 Portugal em superfície das explorações agrícolas

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar

Ocupação da Área Florestal no Continente em 1995:

O Alentejo é sem surpresa a região com mais área florestal ocupada, 34%, seguida da região centro com 30%, o Norte com 20% da área florestal ocupada, Lisboa e Vale do Tejo ocupam 13% e o Algarve com uma ocupação marginal da área florestal ocupada no continente.

	Área Florestal	ha
Norte	667 417	
Centro	993 664	
Lisboa e Vale do Tejo	434 956	
Alentejo	1 144 366	
Algarve	108 924	
Continente	3 349 327	

Tabela 4 Portugal em ocupação da área florestal

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar

Composição dos Povoamentos Florestais por Espécies no Continente em 1995:

A floresta portuguesa é ocupada por um vasto leque de espécies, o pinheiro bravo, predomina no centro com 58% da ocupação total no continente, o pinheiro manso predomina no Alentejo sendo responsável por 68% da ocupação total no continente. O sobreiro representa 21% da ocupação total florestal do continente, predominando na região centro. A espécie com maior ocupação florestal é a azinheira com 22% do total. O eucalipto com maior predominância na região norte ocupa 4% da floresta portuguesa no continente. O castanheiro é das espécies principais a ocupar menor extensão, predominando na região norte.

NUT's II	1000ha					
	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Continente
Ocupação Florestal						
Pinheiro Bravo	245.6	568.7	95.4	59.5	6.0	976.2
Pinheiro Manso	0.3	1.0	14.5	53	9.0	77.8
Outras Resinosas	21.3	4.3	1.5	0.3	0	27.4
Sobreiro	143.1	227.0	142.9	130.5	28.6	672.1
Azinheira	21.3	27.9	139.8	483.9	40.0	712.9
Outros Carvalhos	20.4	31.7	3.1	397.8	8.6	461.6
Eucalipto	61.4	58	9.1	2.4	0	130.9
Castanheiro	33.8	6.3	0.2	0.1	0.2	40.6
Outras folhosas	56.3	21.8	10.1	8.5	5.4	102.1
Total*	603.5	947.7	416.6	1 136.0	97.8	3201.6

* Não inclui áreas de corte raso, áreas queimadas e outras áreas arborizadas.

Tabela 5 Portugal em composição dos povoamentos florestais por espécies

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar

Estrutura das explorações agrícolas:

Utilização das Terras das Explorações Agrícolas em 1999 (Continente):

A superfície agrícola utilizada representa 74% da superfície total do continente, desta 47% é terra arável, 19% é ocupada com culturas permanentes e 34% da superfície agrícola utilizada é ocupada com prados e pastagens permanentes.

	1 000 ha
1. Superfície Total	5 040
2. Superfície Florestal (nas Explorações Agrícolas)	1 927
2.1. Sem terra arável ou pastagens sob coberto	997
2.2. Com terra arável ou pastagens sob coberto	930
3. SAU	3 736
3.1. Terras Aráveis: total	1 747
3.1.1. Em terra limpa	1 496
3.1.2. Sob coberto floresta	251
3.2. Culturas Permanentes	705
3.3. Prados e Pastagens Permanentes	1 284
3.3.1. Em terra limpa	606
3.3.2. Sob coberto floresta	678
4. Outras áreas da exploração (inclui superfície agrícola não utilizada)	306

Nota: Sup. Total (1) = 2.1 + 3 + 4
 (2.2) = 3.1.2 + 3.3.2
 (3) = 3.1 + 3.2 + 3.3

Tabela 6 Portugal em superfície agrícola utilizada

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar

Ocupação Cultural das Terras Aráveis em 1999 (Continente):

A terra arável é ocupada em quase 67% por culturas temporárias, destas a cultura principal predominante é a de cereais – grão com metade da ocupação. O pousio

representa um terço da terra arável com o remanescente de pouco mais de 1% ocupada por hortas familiares.

Terra arável	1000 ha	% ^(a)
TOTAL	1 747	100,0
Horta familiar	21	1,2
Pousio	563	32,2
Culturas temporárias (como cultura principal)	1 163	66,6
- Cereais-grão	583	50,1
- Batata e leguminosas	64	5,5
- Culturas industriais	81	7,0
- Hortícolas e flores	47	4,0
- Prados e pastagens temporários	35	3,0
- Outras culturas temporárias (cult. Forrageiras, sementes e outras)	353	30,4

(a) As % assinaladas a itálico reportam-se ao total da Área com Culturas Temporárias.

Tabela 7 Portugal em ocupação cultural da terra arável

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar

Produto Agrícola:

Estrutura da Produção da Agricultura a Preços de Mercado – Portugal (%):

Apresenta-se no gráfico seguinte em percentagem a evolução na última década do século XX da produção agrícola, nomeadamente a produção vegetal a produção animal e os serviços agrícolas, onde as variações negativas “saltam à vista”.

A maior quebra é dos cereais, a reduzir a sua contribuição em 4,6% na produção agrícola para 3,7%.

A beterraba cresceu uns ligeiros 0,3%, a mesma evolução mas negativa foi a da batata. Também um decréscimo se verificou na produção dos hortícolas frescos em 1,2%, para os 11,6% da produção agrícola. Os frutos frescos e citrinos tiveram uma evolução positiva de quase um ponto percentual para os 8,7% da produção agrícola nacional.

O vinho subiu para os 18,6% uma evolução de 8,4%, a produção de azeite, evoluiu negativamente 0,6%, fixando-se nos 1,1% da produção agrícola. A produção vegetal evoluiu positivamente em 6%, fixando-se nos 61,6% da produção agrícola total no início do século XXI.

A produção animal é dominada pelo leite, que foi também a única produção agrícola animal a crescer no período considerado. A maior quebra é a da produção de bovinos descendo dos 10,7% para os 4,4% da produção agrícola total.

A produção agrícola animal na produção agrícola total representava 38,3% em 2001, tendo-se verificado uma quebra de 6,1% no período em análise.

Finalmente os serviços agrícolas que representam apenas 0,1% da produção agrícola total no dealbar do século XXI.

Produção da agricultura	1988-90	1999-2001	Diferença
Cereais	8,3	3,7	-4,6
<i>Trigo</i>	2,2	0,5	-1,7
<i>Milho</i>	3,5	2,1	-1,4
<i>Arroz</i>	1,2	0,7	-0,5
<i>Outros Cereais</i>	1,4	0,4	-1,0
Beterraba	0,0	0,3	0,3
Batata	2,6	2,3	-0,3
Hortícolas frescos	12,8	11,6	-1,2
Frutos frescos e citrinos	7,8	8,7	0,9
Vinho	10,2	18,6	8,4
<i>Vinho de mesa</i>	3,6	3,2	-0,4
<i>Vinho de qualidade</i>	6,6	15,4	8,8
Azeite	1,7	1,1	-0,6
Outros produtos vegetais*	12,2	15,3	3,1
Produção Vegetal	55,6	61,6	6,0
Leite	10,2	11,7	1,5
Bovinos	10,7	4,4	-6,3
Suínos	8,1	8,1	0,0
Ovinos e Caprinos	2,7	2,1	-0,6
Aves de capoeira e Ovos	9,5	8,6	-0,9
Outros animais e produtos animais	3,2	3,4	0,2
Produção Animal	44,4	38,3	-6,1
Serviços Agrícolas	0,0	0,1	0,1
Produção da Agricultura	100	100	

* Inclui plantas forrageiras e plantações

Tabela 8 Portugal em produção da agricultura

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar

Valor Acrescentado Bruto:

O Valor Acrescentado Bruto a preços de mercado da agricultura, representa 2,5% do Produto Interno Bruto nacional no virar do século.

	Ano	Unidade	Portugal	Portugal Continental
FBCF	2001	10 ⁶ euros	572,3	-
VABpm	2002	10 ⁶ euros	3 265,5	-
VABpm agricultura em % PIBpm	2002	%	2,5	-
Subsídios Líquidos de Impostos	2002	10 ⁶ euros	704,6	-
VABcf	2002	10 ⁶ euros	3 970,1	-
Rendimento Líquido Total	2002	10 ⁶ euros	2 996,4	-
Rendimento Empresarial Líquido	2002	10 ⁶ euros	2 475,8	-
Importações	2002	10 ⁶ euros	1 903,7	-
Exportações	2002	10 ⁶ euros	439,9	-

Tabela 9 Portugal em valor acrescentado bruto

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar

Evolução do Valor Acrescentado Bruto a preços de mercado (Portugal):

Tendo como base o ano de 1997, o gráfico seguinte demonstra-nos um acréscimo do valor acrescentado para 124,6% do índice de 1997. A variação do VAB no período em análise cifrou-se nos 4,5%.

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Tx.Var.Méd.Anual
							1997-2002 (%)
Índice Volume (1997=100)	100,0	95,5	129,0	119,2	124,4	124,6	-
Tx.Var.Anual (%)	-9,3	-4,5	35,1	-7,6	4,3	0,2	4,5

Tabela 10 Portugal em evolução do valor acrescentado bruto

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar

Repartição do VABpm por Regiões (Continente):

Em Portugal estabeleceram-se as seguintes regiões agrárias:

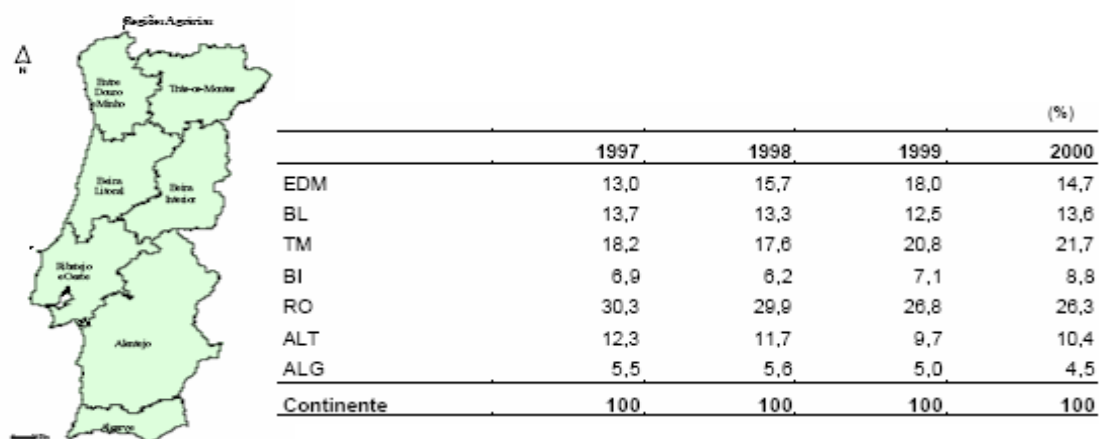


Tabela 11 Portugal em repartição do valor acrescentado bruto por regiões agrárias

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar

Analisando o valor acrescentado bruto a preços de mercado em 2000, a região agrária do Oeste, é responsável por mais de 26% do valor acrescentado agrícola, segue-se a região de Trás-os-Montes, com quase 22%, mais atrás as regiões de Entre Douro e Minho e Beira Litoral com 14,7 e 13,6%, respectivamente. O Alentejo e a Beira Interior competem a seguir com 10,4 e 8,8% respectivamente do valor acrescentado da agricultura portuguesa no continente. O Algarve fecha o leque com uma contribuição de 4,5%.

Formação Bruta de Capital Fixo (Portugal):

A formação bruta de capital fixo, tendo por base o ano de 1997, representava apenas 90,7% desse valor em 2001, um recuo da conjuntura da agricultura em Portugal.

	1997	1998	1999	2000	2001
Preços Correntes (10 ⁶ euro)	530,6	566,4	856,2	680,9	572,3
Índice Volume (1997=100)	100,0	104,9	154,4	110,1	90,7

Tabela 12 Portugal em formação bruta de capital fixo

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar

Peso do Complexo Agro-Florestal (CAF) na Economia (%):

O Peso do Complexo Agro-Florestal (CAF) na Economia em percentagem, nomeadamente a sua evolução de 1998 a 2001, revelam-nos um lento mas continuo decréscimo de importância, quer de valor acrescentado, quer no volume de trabalho.

	1998	1999	2000	2001
VABpm	11,4	10,9	10,9	10,7
Volume de Trabalho	17,8	16,7	16,4	15,9

Tabela 13 Portugal em peso do complexo agro-florestal na economia

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar

Rendimento Agrícola:

VABpm em volume por UTA (Portugal):

Por unidade de trabalho agrícola, os valores acrescentados brutos entre 1997 e 2002 sofreram uma variação positiva de quase dez pontos percentuais.

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Tx.Var.Méd.Anual 1997-2002 (%)
Índice Volume (1997=100)	100,0	101,5	146,2	143,0	158,1	163,1	-
Tx.Var.Anual (%)	-3,8	1,5	44,1	-2,2	10,5	3,2	9,8

Tabela 14 Portugal em rendimento agrícola

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar

Índices de Preços (Portugal):

A evolução dos preços, tomando como base o ano de 1997, subiu para os quase 110% em 2002 em termos de valor acrescentado e para os 121% em termos de produto interno bruto.

	Índice anual, 1997 = 100					
	1997	1998	1999	2000	2001	2002
IPIVABpm Ag.	100,0	102,3	96,0	95,7	111,3	109,8
IPIPIBpm	100,0	103,8	107,0	110,4	115,6	121,0

Tabela 15 Portugal em índices de preços

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar

Rendimento⁵ por UTA (Portugal):

O rendimento líquido total por unidade de trabalho agrícola cresceu na transição dos séculos cerca de 9%. O rendimento empresarial líquido por unidade de trabalho, cresceu 9,6% no período considerado.

	Índice anual, 1997 = 100						Tx. Var. Méd. Anual
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	
RLT / UTA	100,0	103,2	136,0	120,1	155,6	149,1	9,2
REL / UTA familiar	100,0	101,5	146,2	143,0	158,1	163,1	9,6

Nota: valores deflacionados pelo IPC.

Tabela 16 Portugal em rendimento por unidade de trabalho agrícola

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar

No gráfico seguinte, é facilmente perceptível o peso da agricultura-silvicultura na economia por NUT II em 1998 para o Continente (%). O Alentejo lidera os números do emprego com cerca de 21% e um valor acrescentado bruto na ordem dos 17%. No Norte a agricultura-silvicultura representa 12% dos empregos, mas apenas pouco mais de 3% no

⁵ (Em termos contabilísticos o rendimento agrícola forma-se do seguinte modo:

VABpm (VAB a preços de mercado) + Subsídios aos produtos pagos aos agricultores – Impostos sobre produtos pagos pelos agricultores = VABpb (VAB a preços base)

VABpb + Outros subsídios à produção – Outros impostos sobre a produção = VABcf (VAB ao custo dos factores)

VABcf - Amortizações = VALcf

VALcf - Rendas pagas - Juros pagos = Rendimento Líquido Total (RLT)

RLT – Remunerações = Rendimento Empresarial Líquido (REL)

que diz respeito ao valor acrescentado bruto, desde logo ressalva-se uma diferença entre as duas regiões, a dimensão das superfícies agrícolas.

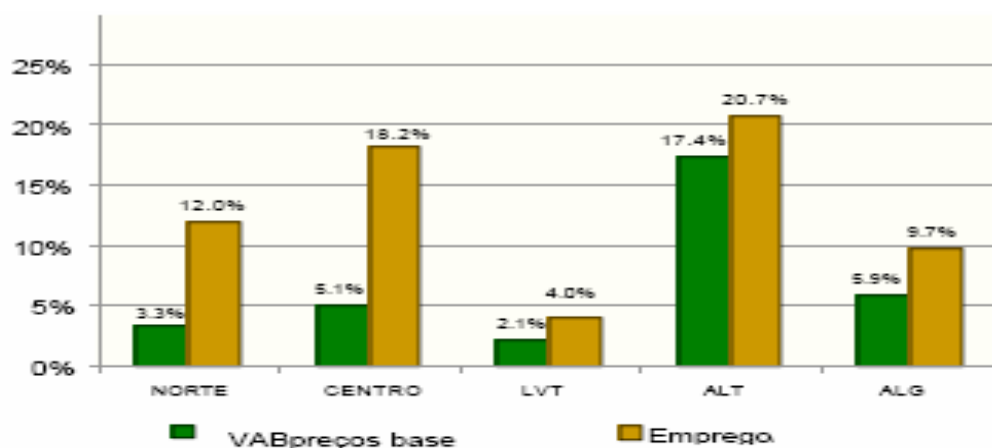


Gráfico 6 Portugal em agricultura - silvicultura na economia por NUT II

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar

Com a Política Agrícola Comum banalizou-se o termo subsidio, os apoios ao desenvolvimento rural multiplicaram-se, as entidades governamentais responsáveis pela aplicação dos diversos programas comunitários têm-se reestruturado continuamente, aguarda-se que o Quadro Comunitário 2007-2013 cumpra o seu objectivo maior, a sustentabilidade das regiões deprimidas, em que a agricultura como actividade económica ainda sustenta muitas famílias.

	Ano	Unidade	Portugal	Portugal Continental
Apoios à Agricultura e Desenvolvimento Rural	2001	10 ⁶ euros	-	1 457,8
Apoios ao Rendimento	2001	10 ⁶ euros	-	673,0
Apoios ao Investimento e Desenvolvimento	2001	10 ⁶ euros	-	478,4
Outros Apoios	2001	10 ⁶ euros	-	306,2
Transferências FEOGA para Portugal	2001	10 ⁶ euros	963,4	-
1º Pilar FEOGA-Garantia (1-A Agricultura)	2001	10 ⁶ euros	684,2	-
2º Pilar	2001	10 ⁶ euros	279,2	-
FEOGA-Garantia (1-B Desenvolvimento Rural)	2001	10 ⁶ euros	197,4	-
FEOGA-Orientação (Pagamentos)	2001	10 ⁶ euros	81,8	-

Tabela 17 Portugal em apoios da PAC à agricultura e desenvolvimento rural

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar

Apoios à Agricultura:

Apoios à Agricultura 1998-2001 Classificação OCDE (Continente):

As principais modalidades de apoio à agricultura portuguesa centraram-se em dois eixos, apoios directos e apoio a serviços genéricos.

Os primeiros tendo em atenção o ano de 2001, representavam mais de 90% do total dos apoios.

De entre os apoios directos aos agricultores a maior fatia destinou-se a financiar os preços de mercado. Enquanto que no apoio a serviços genéricos, tendo em atenção o ano de 2001, 80% desses apoios destinaram-se a infra-estruturas.

		10 ⁶ euros			
		1998	1999	2000	2001
APOIOS DIRECTOS AOS AGRICULTORES (ESP) (1)		2191	2420	2235	2393
A	Apoio ao preço de mercado	1237	1420	1230	1300
B	Pagamentos baseados nas quantidades produzidas	105	143	159	160
C	Pagamentos baseados nas áreas cultivadas / n ^o de animais	364	330	343	347
D	Pagamentos baseados em direitos / títulos históricos	0	0	0	0
E	Pagamentos baseados na utilização de inputs	292	324	278	386
F	Pagamentos baseados na utilização de inputs restringidos	193	203	225	199
G	Pagamentos baseados no rendimento global das explorações agrícolas	0	0	0	0
H	Pagamentos genéricos	0	0	0	1
APOIOS A SERVIÇOS GENÉRICOS (2)		178	184	164	205
I	Investigação e desenvolvimento	58	56	32	24
J	Escolas agrícolas	18	10	28	6
K	Serviços de inspecção	5	7	8	9
L	Infraestruturas	89	106	86	163
M	Marketing e promoção	7	3	9	3
N	Armazenamento público	2	2	1	1
O	Genéricos	0	0	0	0
TOTAL (1) + (2)		2369	2604	2399	2598

Tabela 18 Portugal em principais modalidades de apoio à agricultura

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar

Comércio Externo:

Importações, Exportações e Saldo Comercial do Complexo Agro-Florestal (Portugal):

Os dados relativos à balança comercial da agricultura portuguesa não são nada favoráveis, tomando como base o ano de 2002, a agricultura nacional apresentava um défice de 1463 mil milhões de euros.

A indústria agro-alimentar, apresentou também um défice de 1190 mil milhões de euros. Défice apresentou também a balança comercial da silvicultura de 136 mil milhões de euros.

A indústria florestal foi a única a apresentar no período considerado uma superavite de 1010 mil milhões de euros.

Finalmente se considerarmos o complexo agro-florestal, então a balança comercial apresenta um défice de 1779 mil milhões de euros.

		Preços Correntes				(10 ⁶ euros)
		1998	1999	2000	2001	2002
Agricultura	Imp	1 887	1 762	1 858	1 994	1 904
	Exp	330	303	344	403	440
	Saldo	-1 557	-1 459	-1 514	-1 591	-1 484
IAA	Imp	2 118	2 327	2 421	2 504	2 450
	Exp	1 015	1 035	1 167	1 179	1 280
	Saldo	-1 102	-1 291	-1 254	-1 325	-1 190
Silvicultura	Imp	293	228	267	227	210
	Exp	46	54	64	69	75
	Saldo	-247	-174	-203	-157	-136
IF	Imp	1 453	1 588	1 902	1 885	1 838
	Exp	2 338	2 377	3 009	2 829	2 848
	Saldo	885	791	1 107	944	1 010
CAF	Imp	5 750	5 903	6 448	6 610	6 401
	Exp	3 729	3 769	4 584	4 481	4 622
	Saldo	-2 021	-2 134	-1 864	-2 129	-1 779

Tabela 19 Portugal em comércio externo do complexo agro-florestal

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar

Importações e Exportações no VAB (%) e Grau de Abertura (GA) * (Portugal):

O grau de abertura da economia agrícola nacional é bastante elevado, não fugindo à regra de toda a economia nacional, tomando em consideração o ano de 2002, a agricultura portuguesa apresenta um grau de abertura de 72%, tal como a indústria agro-alimentar, já a indústria florestal apresenta-se com um grau de abertura de 206%.

		1998	1999	2000	2001	2002
		%				
Agricultura	Imp	81,4	61,1	65,0	60,7	58,3
	Exp	14,2	10,5	12,0	12,3	13,5
	GA	76,5	80,1	79,0	79,7	71,8
IAA	Imp	44,8	47,6	46,6	47,8	47,5
	Exp	21,5	21,2	22,5	22,5	24,4
	GA	66,3	68,7	69,1	70,3	71,9
IF	Imp	77,3	85,3	87,2	86,6	80,6
	Exp	124,3	127,8	137,9	130,0	124,9
	GA	201,6	213,0	225,0	216,6	205,5

 (*) $[(Imp+Exp)/VABpm]*100$

Tabela 20 Portugal em grau de cobertura do complexo agro-florestal

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar

Taxa de Cobertura das Importações pelas Exportações* – Portugal:

A taxa de cobertura das importações pelas exportações, consequente com os indicadores anteriores só é favorável no que diz respeito à indústria florestal. A economia agrária só consegue mesmo uma cobertura de apenas 23%.

	1998	1999	2000	2001	2002
Agricultura	17,5	17,2	18,5	20,2	23,1
IAA	48,0	44,5	48,2	47,1	51,4
Silvicultura	15,6	23,7	23,9	30,6	35,5
IF	160,9	149,9	158,2	150,1	155,0
CAF	64,9	63,8	71,1	67,8	72,2

(*) Exportações/Importações x 100

Tabela 21 Portugal em taxa de cobertura das importações pelas exportações do complexo agro-florestal

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar

Peso do Comércio Externo do CAF no Comércio Externo da Economia:

Como já tivemos oportunidade de analisar só a indústria florestal apresenta um peso positivo na balança comercial representando 7,4% do comércio externo da economia.

A agricultura portuguesa apresenta um défice de 11% no comércio externo da economia portuguesa.

		1998	1999	2000	2001	2002
Agricultura	Imp	4,7	4,1	3,7	4,5	4,7
	Exp	1,1	0,9	0,9	1,5	1,6
	Saldo	17,4	13,0	11,5	9,5	10,8
IAA	Imp	5,3	5,4	4,9	5,7	6,0
	Exp	3,3	3,2	3,2	4,0	4,7
	Saldo	12,3	11,5	9,5	7,9	8,8
Silvicultura	Imp	0,7	0,5	0,5	0,5	0,5
	Exp	0,1	0,2	0,2	0,3	0,3
	Saldo	2,8	1,5	1,5	0,9	1,0
IF	Imp	3,6	3,7	3,8	4,3	4,5
	Exp	7,5	7,4	8,2	10,4	10,5
	Saldo	-9,9	-7,0	-8,4	-5,8	-7,4
CAF	Imp	14,3	13,6	12,9	15,0	15,7
	Exp	12,0	11,7	12,5	16,4	17,1
	Saldo	22,6	18,9	14,2	12,7	13,1

Nota: Um valor de Saldo positivo significa uma contribuição negativa para o saldo da Balança Comercial da Economia.

Tabela 22 Portugal em peso do comércio externo do complexo agro-florestal no comércio externo da economia

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar

Estrutura do Comércio Internacional de Produtos Agro-Alimentares e Florestais em 2002 (%) – Portugal:

A estrutura do comércio internacional agrícola do complexo agro-florestal, pode sintetizar-se nos seguintes termos:

Considerando a agricultura e as indústrias agro-alimentares, o lado das importações é dominada pela cultura do algodão, seguida dos cereais e da carne, estas três culturas representam mais de um terço das importações nacionais.

Do lado das exportações, de realçar o peso do vinho com 30%, os lacticínios com pouco mais de 7%, seguido da produção de tabaco com 5,4%.

Considerando a silvicultura e as indústrias florestais as importações são dominadas pelo papel e cartão com 43%, seguidas da madeira e carvão com 24%. As exportações são dominadas pela produção da cortiça, papel e cartão, representado ambas mais de 60% das exportações nacionais.

<i>Agricultura e IAA</i>			
Importações		Exportações	
Cereais	10,8	Cereais	2,3
Trigo	5,0		
Milho	3,8		
Sementes Oleaginosas e Culturas Industriais	8,0	Sementes Oleaginosas e Culturas Industriais	1,4
Produtos Hortícolas	4,5	Produtos Hortícolas	5,4
Frutos	7,9	Frutos	5,3
Azeite	2,0	Azeite	2,9
Animais Vivos	2,7	Animais Vivos	0,7
Carne	10,2	Carne	0,9
Bovinos	4,3		
Suínos	3,7		
Lacticínios	6,2	Lacticínios	7,3
Pastelaria e Conservação	4,7	Pastelaria e Conservação	3,2
Conservas Horto-Frutícolas	3,3	Conservas Horto-Frutícolas	7,5
Cacau e Chocolate	2,7	Vinho	29,9
Alimentos para Animais	5,7	Vinho do Porto	20,3
Preparações à base de Cereais	0,4	Preparações à base de Cereais	0,4
Tabaco	2,4	Tabaco	5,4
Algodão	14,5	Outros	0,0
Outros	14,0	Outros	27,3
	100		100

<i>Silvicultura e IF</i>			
Importações		Exportações	
Cortiça	6,4	Cortiça	30,5
Pasta de Madeira	3,1	Pasta de Madeira	13,9
Madeira e Carvão	23,5	Madeira e Carvão	13,4
Papel e Cartão	42,7	Papel e Cartão	29,2
Outros	24,3	Outros	13,0
	100		100

Tabela 23 Portugal em estrutura do comércio internacional de produtos agro-alimentares e florestais

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar

Estrutura do Comércio Agro-Alimentar por Países em 2002 – Portugal:

O comércio externo é dominado pelos países da União Europeia, do lado das importações com 69% e do lado das exportações com 74%.

A Espanha é o maior parceiro comercial da agricultura nacional. Extra União Europeia, o Brasil e os Estados Unidos da América, são os melhores parceiros de Portugal no comércio externo agro-alimentar.

	%	
	Importações	Exportações
UE	88,8	73,9
Espanha	32,7	28,5
França	10,7	11,1
Reino Unido	4,2	8,6
Holanda	4,9	5,7
Alemanha	6,3	5,5
Itália		
Outros UE	10,1	14,5
Extra-UE	31,2	26,1
PALOP		1,9
Brasil	4,3	2,4
EUA	4,2	4,4
Argentina	2,3	
Outros	20,3	17,4
Total	100	100

Tabela 24 Portugal em estrutura do comércio agro-alimentar por países

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar

Estrutura do Comércio Florestal por Países em 2002 – Portugal:

No que diz respeito à floresta, é também com a Espanha que se estabelecem maiores relações comerciais, 45% das importações e 23% das exportações.

A União Europeia é responsável por 80% das nossas importações e 74% das exportações.

	%	
	Importações	Exportações
UE	80,1	73,5
Espanha	45,2	23,4
França	6,9	14,7
Reino Unido	2,1	6,0
Alemanha	2,9	4,4
Itália	6,0	12,1
Holanda	2,9	7,2
Outros UE	14,1	5,7
Extra-UE	19,9	26,5
Austrália		3,3
Brasil	4,1	0,1
EUA	3,4	7,6
Outros	12,4	15,4
Total	100	100

Tabela 25 Portugal em estrutura do comércio florestal por países

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar

Grau de Auto-Aprovisionamento* de alguns Produtos em 2002:

O aprovisionamento da produção agrícola nacional é dominado pelas hortícolas, pelo vinho e pelo leite, todos acima dos 100% de grau de aprovisionamento. Do lado oposto temos os cereais e o azeite.

Produtos	%
Vinho	132,8
Hortícolas	152,3
Frutícolas	63,8
Leite**	104,8
Bovinos de Carne	63,0
Ovinos e Caprinos	69,4
Cereais (s/arroz)	26,3
Azeite**	41,0
Suínos	65,2
Arroz/	80,2

Nota: Os produtos estão ordenados de acordo com o seu peso no valor acrescentado bruto agrícola.

(*) $[(\text{Produção})/(\text{Produção}+\text{Imp-Exp})]*100$

(**) 2001

Tabela 26 Portugal em grau de aprovisionamento de alguns produtos

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar

Analizados os principais indicadores da agricultura portuguesa, vamos de seguida caracterizar o meio agrário de Trás-os-Montes, socorrendo-nos de trabalho de Colaço do Rosário, apresentado no 1º congresso de estudos rurais realizado em 1998.

1.3 O SISTEMA AGRÁRIO DE TRÁS-OS-MONTES

Em trabalho realizado por Colaço-do-Rosário, no âmbito do 1º congresso de estudos rurais, refere que “o território do Norte de Portugal, segundo o critério ecológico, compreende quatro regiões agro-naturais: Região Agrária do Grande-Porto, Região Agrária do Minho, Região Agrária de Trás-os-Montes e Região Agrária do Douro. A Região Agrária de Trás-os-Montes integra as Zonas Agrárias Homogéneas do Alto Tâmega- Barroso, do Marão-Padrela, da Terra Fria, do Planalto Mirandês e a heterogénea da Terra Quente (atípica, relativamente à respectiva matriz ecológico-agrária)”.

O mesmo investigador delimitou a região agrária de Trás-os-Montes nos termos seguintes, segundo o esboço de ordenamento espacial ecológico-agrário⁶:

Região Agrária Natural de Trás-os-Montes					
Zona Agrária do Alto Tâmega-Barroso			Zona Agrária do Marão-Padrela		
Municípios	Km ²	%	Municípios	Km ²	%
Chaves	597,50	100	Vila Pouca de Aguiar	413,31	96
Boticas	310,00	96	Vila Real	266,42	70
Montalegre	601,80	75	Mondim de Basto	93,74	55
Vieira do Minho	120,00	55	Ribeira de Pena	118,75	54
Valpaços	268,95	49	Baião	93,21	53
Cabeceiras de Basto	106,88	44	Murça	96,26	51
Ribeira de Pena	19,38	9	Alijó	125,70	42
Vila Pouca de Aguiar	19,38	4	Amarante	83,31	28
			Carraceda de Ansiães	73,50	26
			Sabrosa	38,33	24
			Valpaços	91,88	16
			Stª Marta de Penaguião	7,48	11
			Régua	9,38	10
			Mesão Frio	0,60	2
Zona Agrária da Terra Fria			Zona Agrária do Planalto Mirandês		
Municípios	Km ²	%	Municípios	Km ²	%
Bragança	1153,93	98	Miranda do Douro	488,36	100
Vinhais	659,95	95	Mogadouro	720,08	95
Macedo de Cavaleiros	559,42	80	Vimioso	457,40	95
Alfandega da Fé	32,20	10	Torre de Moncorvo	143,85	27
Mirandela	8,50	1,2	Freixo de Espada-à-Cinta	21,39	9
Zona Agrária da Terra Quente					
Municípios	Km ²	%	Municípios	Km ²	%
Mirandela	616,20	94	Torre de Moncorvo	45,00	8
Alfandega da Fé	273,67	85	Mogadouro	37,90	5
Vila Flor	146,04	55	Vinhais	34,73	5
Valpaços	192,24	35	Vimioso	24,07	5
Macedo de Cavaleiros	139,85	20	Carraceda de Ansiães	11,24	4
Murça	26,85	14	Bragança	20,00	2

Fonte: Adaptado de Colaço-do-Rosário (1998)

Tabela 27 Região Agrária Natural de Trás-os-Montes

⁶ “delimitação das Zonas Agrárias Homogéneas segundo o critério ecológico-agrário fraccionou as unidades administrativas Municípios e Freguesias, pelo que obrigou à avaliação das áreas geográficas repartidas pelas zonas limítrofes. Assim, com base no factor geográfico (proporção percentual das áreas distribuídas pelas zonas limítrofes), os atributos foram repartidos de acordo com a proporção de área que coube a cada zona, que consistiu em multiplicar o valor do atributo pelo factor geográfico de correcção. Contudo, para a maior parte dos atributos, a ocorrência não é homogénea pela unidade administrativa, antes acompanha as diferentes ecologias em que assentou a delimitação das Zonas, daí que se tivesse considerado um factor ecológico de correcção, que consistiu em multiplicar a fracção da área da unidade administrativa mais favorável ao atributo por um coeficiente entre 1,5 e 3, conforme o grau de especialização para o mesmo, enquanto a área da outra fracção foi dividida por idêntico valor, isto depois da correcção geográfica.” Manuel Colaço do Rosário – 1º congresso de estudos rurais território, agricultura e desenvolvimento o sistema agrário de Trás-os-Montes e a modernidade sustentável (1998).

2 GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES

2.1 MODELOS DE GESTÃO

2.1.1 A GESTÃO EMPRESARIAL

Vamos procurar caracterizar, ainda que de forma sintética, a evolução das teorias organizacionais do último século, que ainda hoje se praticam em organizações de todo o mundo.

As teorias clássicas surgem entre o fim do século XIX e o advento do século XX com o forte crescimento industrial, especialmente nos Estados Unidos da América e na Europa.

O capitalismo impõe o *homo economicus*, Taylor com a Administração Científica, inicia o que verdadeiramente se pode chamar de modelo de gestão, os seus trabalhos apelam ao estudo de tempos e padrões de produção, supervisão funcional, padronização de ferramentas e instrumentos, planeamento de tarefas e cargos, o princípio da excepção, plano de incentivo material, selecção científica do trabalhador, entre outros princípios, como é referido por Chiavenato⁷ (1987). A Teoria Clássica assenta no planeamento rigoroso das tarefas e em sistemas de engenharia, transformando o trabalhador em mais um elemento planeado dessa mesma engenharia. O trabalhador não planeia ou discute, executa as tarefas de forma disciplinada.

Fayol, refere Chiavenato (1987), centra os seus estudos na divisão do trabalho, autoridade/responsabilidade, disciplina, unidade de comando, unidade de direcção, centralização, ordem, cadeia escalar, espírito de equipa, iniciativa, estabilidade da permanência do pessoal, equidade, remuneração e subordinação dos interesses individuais aos gerais.

Firmino⁸ (2007), refere-se ao contributo de Taylor e Fayol, como de superior importância, para a história do pensamento organizacional.

Outro importante contributo, residiu nos trabalhos de Weber, o autor estudou toda a envolvente da organização económica, focando-se na criação de riqueza. São de realçar as suas teses religiosas na obra *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, mais tarde na obra *Economia e Sociedade*, realça três variantes da autoridade, a tradicional, a carismática e a legal, sendo a última, nas palavras de Firmino (2007), a que corresponde à

⁷ Chiavenato, Idalberto (1987), Teoria Geral de Administração, 3ª Edição, McGraw-Hill, Volumes I e II, São Paulo

⁸ Firmino, Manuel (2007), Gestão das Organizações, 2ª Edição, Escolar Editora, Lisboa

sociedade capitalista moderna, dado o seu carácter burocrático, formal e racional. Os princípios da burocracia representam um enorme legado, enquanto contributo para a organização capitalista, bem como para a organização do Estado moderno.

Após décadas de pensamento virado para as questões económicas, a emergência da sociedade democrática, projectou os pensadores em reflexões sobre os grandes objectivos das organizações. Experiências como as de Hawthorne, realizadas entre 1924 e 1940, conduziram o pensamento económico numa nova concepção de organização, pelo nascimento da escola das relações humanas. Para Mitchell e Larson⁹ (1987), a organização é um sistema social no qual as pessoas têm amigos e inimigos como também esperanças, medos e desejos, são de considerar, as recompensas não económicas, muitas vezes são mais importantes que as económicas. Os empregados não respondem sempre como indivíduos actuando isoladamente. Os grupos muitas vezes tomam decisões, apesar de não serem reconhecidos como elementos da organização formal.

As teorias organizacionais evoluíram e centraram-se nas necessidades e motivações do indivíduo. McGregor, expôs a teoria X e Y em 1960, na obra *The human side of enterprise*. Para Chiavenato¹⁰ (1999), os pressupostos da Teoria X, representam uma perspectiva superficial do pensamento organizacional em relação ao ser humano. O trabalhador, nos termos da Teoria X detesta trabalhar, as pessoas são preguiçosas, falta de ambição, receio de responsabilidades, preferência pela obediência e rotina. A Teoria Y, assenta na defesa do trabalhador como um indivíduo com iniciativa, auto controlo, responsável, inovador, com aptidão pelo risco e com capacidade de se auto dirigir. São portanto dois modelos de gestão distintos, na Teoria X o gestor deve vigiar o trabalho dos seus subordinados, exigir o cumprimento rigoroso das tarefas dos trabalhadores, o gestor deve adoptar uma autocracia, e atribuir ao trabalhador apenas trabalho de rotina. Por seu lado a Teoria Y, aposta num estilo de gestão flexível, confere autonomia ao trabalhador, promove a criatividade, as pessoas são todas parceiras na organização.

Outros autores como Maslow, Alderfer, McClland ou Herzberg, também centraram o seu estudo nas necessidades e motivações das pessoas.

Nos anos 60 do século XX, surgem as teorias contingências, com alguns estudos empíricos que vêm valorizar o ambiente externo das organizações e os vários tipos de tecnologia, contrariando a lógica do *one best way*, como refere Firmino (2007). De realçar os contributos de Woodward, Perrow, Thompson, Lawrence e Lorsh. O modelo

⁹ Mitchell e Larson (1987), *People in Organizations*, McGraw-Hill, Third Edition, International Edition, Singapore

¹⁰ Chiavenato, Idalberto (1999), *Administração dos novos tempos*, Campus, Rio de Janeiro

organizacional mecânico, aponta no sentido da especialização das tarefas por funções, hierarquias, existe definição dos direitos, obrigações, métodos e técnicas de cada função, a estrutura assenta no controlo, na autoridade e na comunicação. O modelo organizacional mecânico é demasiadamente formal, rígido e de fraca participação. O modelo organizacional orgânico, caracteriza-se pela redefinição das tarefas com base nos conhecimentos do indivíduo, em experiências especiais e no trabalho para o objectivo comum, o contributo individual é encarado como uma responsabilidade, as tarefas individuais são ajustadas de forma contínua, na interacção com os outros membros, a comunicação surge no sentido da informação e não da ordem, mais inovação, menos obediência, Firmino (2007), conclui a caracterização, referindo, que o prestígio e importância são cada vez maiores no que diz respeito à afiliação e competência.

Nas organizações, refere Firmino (2007), nem sempre se adopta o modelo orgânico, devido à complexa rede de interesses em presença, esta adopção requer algumas considerações relacionadas com um sistema de autoridade formal que seja compatível com as estruturas internas da organização, um sistema de recompensas e um sistema de poderes que se ajuste com flexibilidade às contingências da concorrência, do mercado e da tecnologia.

Surge a seguir a obsessão pelo planeamento, estamos nos anos 60/70, as empresas contratam consultores e jovens quadros, os departamentos de planeamento crescem, mas nem por isso os erros estratégicos são evitados. Levitt e Kotler, lançam as primeiras grandes obras de gestão.

Após 1970, a perspectiva do actor social e em sistema aberto ganha importância, sendo de destacar a abordagem sociocognitiva de Karl Weick. Firmino (2007), destaca que a abordagem de Weick, foca-se na acção inter-subjectiva dos seres humanos que molda as organizações através de processos sociocognitivos.

Até ao início dos anos 80, o Japão transforma-se no motor da economia mundial, inova com qualidade. Surgem os estudos de Porter e Toffler.

De 1980 a 1993, dá-se um grande passo, da excelência à reengenharia, pretende-se conduzir as empresas rumo à excelência.

Fins do século, acabou a velha estrutura piramidal, a nova organização quer relacionar-se com os clientes, parceiros e accionistas. Surge então no fim do século a metodologia de Kaplan e Norton.

O *Balanced Scorecard* introduz uma cultura nova na gestão, uma cultura de aprendizagem, do caminho que se faz caminhando. É a renovação, o voltar ao início, o

reformular a visão e endogeneizar a mudança. É uma cultura em que a questão central é o aprender, integrando o poder e a força das ideias e das palavras com a clareza dos números. O conjunto de medidas abrangidas pelo *Balanced Scorecard*, não exclui os indicadores financeiros, mas complementa-os com medidas operacionais que podem ser vistas como direccionadas para futuros desempenhos. O *Balanced Scorecard*, contrapondo aos sistemas de gestão que focavam os aspectos financeiros como prioritários, é principalmente prospectivo (foco estratégico), que garante uma perspectiva abrangente do desempenho nas áreas críticas do negócio. Mas o *Balanced Scorecard*, é uma metodologia que auxiliará qualquer organização, seja uma instituição com ou sem fins lucrativos privada, seja um departamento público, os objectivos financeiros, podem ser substituídos por outra perspectiva de valor.

No sector público as preocupações de gestão, estão mais frequentemente associadas aos riscos do incumprimento das abundantes normas legais, do que aos critérios de gestão objectiva e racional. Normalmente a fixação dos objectivos é vaga e abrangente (exemplo: melhorar a segurança das populações), poucas vezes tem metas quantitativas associadas para avaliação. O financiamento raramente está associado à produção e não é vulgar falar-se de performance dos serviços.

O *Balanced Scorecard*, é um modelo objectivo que exige a utilização sistemática de medidas objectivas de performance, foi desenhado para as empresas, mas pode ser ajustado com êxito ao sector público. Independentemente dos sectores onde a organização esteja inserida o *Balanced Scorecard*, assegura que a visão de quem comanda é adquirida igualmente pelos seus comandados. Os objectivos estratégicos são comunicados para o interior da organização, o objectivo é tornar a estratégia, o trabalho diário de cada elemento da organização.

Nas organizações actuais o conhecimento é uma importante fonte de poder, que estrutura todo o modelo organizacional, a gestão dos recursos humanos, o marketing, a estratégia, um modelo coordenado em sintonia com todos os objectivos da organização, os lucros, o socialmente responsável, os *great place to work*.

Iniciamos o estudo dos modelos de gestão organizacional, com a análise ao estudo das principais correntes teóricas do pensamento de organização económica dos agentes de um mercado. A actividade económica classificada segundo os detentores do capital, em organizações públicas e privadas, tem assistido ao desenvolvimento de um terceiro sector, as organizações sem finalidade lucrativa, que passaremos a analisar.

2.1.2 A GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

O interesse crescente pelo estudo das organizações sem fins lucrativos, justifica-se pelo papel social que desempenham em substituição dos organismos públicos na satisfação das necessidades colectivas dos cidadãos.

Podemos explicar o crescimento destas organizações segundo as 4 crises do fim de século XX:

✓ Crise do Estado providência: perante a impossibilidade do Estado fornecer todo o tipo de serviços, estas organizações vêm suprir os défices sociais que se produzem.

✓ Crise do desenvolvimento: como consequência do fracasso das políticas de desenvolvimento e o crescimento da pobreza, começou-se a falar de desenvolvimento participativo, isto é um desenvolvimento que tenha em conta as comunidades e as organizações locais dos países mais pobres para definição e execução de projectos de cooperação.

✓ Crise ecológica: numerosas pessoas uniram-se para proteger o ambiente.

✓ Colapso do comunismo: as organizações sem fins lucrativos substituem um Estado desacreditado.

Os valores são o eixo diferencial das organizações não lucrativas. A maioria das OSFL defende os seguintes valores:

✓ Tolerância, liberdade, justiça, compromisso, igualdade, responsabilidade, humanismo, civismo, amizade, participação, paz, não-violência, solidariedade, respeito pelo multicultural, respeito pelo meio ambiente e qualidade de vida.

A conversão de recursos em serviços sociais requer o estabelecimento de objectivos operacionais que necessitam de avaliação periódica que permita verificar se os recursos foram bem geridos e os objectivos cumpridos. Por conseguinte, é necessário elaborar informação que permita aos utilizadores interessados (doadores, entidades reguladoras, beneficiários, etc.) obter conhecimento sobre o funcionamento da organização e aprovar ou não a actuação dos gestores.

As técnicas contabilísticas aplicadas às OSFL mantiveram-se inalteradas durante muito tempo. No entanto nos últimos anos em face do crescente número e desenvolvimento destas entidades as exigências de informação têm vindo a aumentar.

È frequente que as entidades sem fins lucrativos, tratem dos problemas administrativos, associando-os às empresas comerciais ou industriais, demonstrando os mesmos interesses, os mesmos fins e a prossecução dos mesmos objectivos, que as

entidades que têm como fim último, o lucro. É de notar também, que determinadas organizações sem fins lucrativos, que até há bem pouco tempo descuravam as preocupações dos problemas administrativos, limitando-se a uma simples redacção de contas, (receitas – gastos), por imperativos legais ou mesmo estatutários (aprovação de contas), deixando de lado as mais elementares regras de boas práticas administrativas ou de controlo da gestão, estão a mudar as suas práticas.

O interesse pela aplicação de modernas técnicas de administração (elaboração do plano de actividades, do orçamento, controlo dos desvios, correcção dos desvios, previsão de tesouraria), surgiu a partir de dois pontos básicos e antagónicos:

- primeiro, não ter como objectivo o lucro, não se pode aplicar os conceitos utilizados nos sectores lucrativos (preocupação de rentabilização do capital investido);
- segundo, apesar de o fim último das organizações serem opostos, os mesmos princípios de gestão, são perfeitamente compatíveis e aplicados com êxito.

A visão dominante, é a de que apesar da validade de certos princípios genéricos, outros aspectos particulares existem que impõem diferenças consideráveis nas práticas de gestão a adoptar, como refere Sá¹¹ (2004), é consensual que as tarefas fundamentais de gestão, planear, organizar, liderar e controlar, são válidas quer para organizações com fins lucrativos, quer para as organizações sem fins lucrativos, justificando-se cada vez mais, pelo facto de que essas organizações sem fins lucrativos se deparam hoje com um mercado e concorrência. As Organizações sem fins lucrativos têm hoje exigências ao nível da captação de financiamentos, que passam pela gestão, pela qualidade da informação financeira, pela prova que façam de saber gerir os objectivos a que se proponham. Resulta deste pressuposto, a atenção que estas organizações devem prestar nomeadamente a dois stakeholders, os clientes e os financiadores.

Num contexto cada vez mais de mercado, as organizações sem fins lucrativos, sentem a necessidade de se organizarem, de adoptarem práticas de gestão eficazes e eficientes. Carvalho¹² (2005), acentua a importância do Marketing nas organizações sem fins lucrativos, “... *mas também o marketing das OSFL pretende alterar e/ou fidelizar comportamentos. Nos casos em que existam bens ou serviços, mesmo gratuitos, o objectivo é sempre alterar e/ou fidelizar comportamentos relacionados com essas ofertas (ex.: a ajuda através da formação profissional pretende que o individuo se integre socialmente e mude para melhor a sua vida, logo que altere os seus comportamentos*

¹¹ Sá, Patrícia Moura (2004), Introdução à Gestão de Organizações, Vida Económica

¹² Carvalho, João (2005), Organizações não lucrativas, 1ª Edição, Edições Silabo, Lisboa

sociais; a disponibilização de contraceptivos pretende que o individuo altere os seus comportamentos sexuais e previna as doenças; etc.).”

O aumento da visibilidade e reconhecimento, a criação de ofertas ajustadas às procuras, a promoção de eventos, o recrutamento de recursos humanos materiais e financeiros, a alteração de comportamentos que são alvo da sua actividade, são objectivos do marketing que as organizações sem fins lucrativos pretendem alcançar.

Podemos sem qualquer dúvida afirmar que existe um mercado de organizações sem fins lucrativos, Carvalho (2005), aponta características de mercado como inerências nos processos de gestão das organizações sem fins lucrativos, desde o preço, seja ele monetário ou não monetário (tempo, esforço, poder, prestígio, etc.), “...as OSFL utilizam técnicas de discriminação de preços monetários, como as empresas lucrativas...”, reduções de preço à entrada em museus, espectáculos, taxas moderadoras diferenciadas, passes sociais, etc.

Num mercado existe competição e cooperação, ambas as características, são utilizadas nos dois sectores, a obtenção de financiamentos públicos é extremamente concorrida, a informação financeira é crucial na decisão do financiador. O papel social extremamente relevante que as organizações sem fins lucrativos desempenham, quer ao nível do emprego directo, quer indirecto, revelam mais uma característica de mercado.

Os gestores começam então a interessar-se pelos sistemas contabilísticos, pela gestão financeira, pela gestão do pessoal e pelo planeamento formal. Surge, tal como nas organizações com fins lucrativos a necessidade de medir o desempenho, a eficiência¹³ e a eficácia¹⁴ da gestão.

Não poderíamos realizar um estudo sobre gestão, especificamente de gestão em organizações sem fins lucrativos, sem falarmos, nos ensinamentos do grande mestre Peter Drucker¹⁵ (1990), analisaremos de seguida as orientações teóricas do modelo de gestão de organizações sem fins lucrativos preconizado por Drucker.

As instituições sem fins lucrativos tendem a não dar a prioridade ao desempenho e aos resultados. Contudo o desempenho e os resultados são mais importantes e mais difícil de medir e controlar em instituições não lucrativas do que numa actividade empresarial.

¹³ Carvalho (2005), refere, ... a eficiência do desempenho tem a ver com a relação entre os resultados e os custos para os obter ... é mais eficiente uma organização que consiga resultados semelhantes com menos recursos dispendidos.

¹⁴ Carvalho (2005), refere, ... a eficácia do desempenho tem a ver com os resultados das organizações ... com o grau de cumprimento das suas metas e objectivos... a eficácia do desempenho consiste no grau em que uma organização atinge os seus objectivos quantitativos e qualitativos, alicerçados na sua missão, em relação a si própria e a todos os stakeholders.

¹⁵ Drucker, Peter, F. “Managing the Non-Profit Organization”, British Library, 1990

Numa empresa, há uma linha financeira a marcar a gestão. Lucros e perdas não são bastantes para se julgar o desempenho, mas são algo concreto. Para os gestores empresariais, gostem ou não, o lucro será usado certamente para medir o seu desempenho. No entanto, os gestores de organizações não lucrativas enfrentam uma decisão risco - acção, devem primeiramente pensar os resultados desejados, só depois nos meios de medir o desempenho e determinar resultados. Para cada instituição não lucrativa, o gestor que conduz eficazmente, deve primeiramente responder à pergunta:

Como podemos definir o desempenho para estas instituições?

Não será bastante para as instituições não lucrativas que se diga:

Nós servimos uma necessidade!

Enquanto os gestores não lucrativos começam a definir o desempenho que será a missão, os objectivos operacionais, Peter Drucker aponta duas tentações comuns que têm que ser resistidas. Primeiro, o desempenho significa concentrar os recursos disponíveis onde os resultados estão. Não significa fazer promessas que não se consigam cumprir. Mas igualmente perigoso é o oposto, optar por resultados fáceis, **melhor que resultados, é a realização da missão**. Deve evitar-se desperdícios naquilo que a instituição pode facilmente arrecadar dinheiro, nos eventos populares, nas coisas fáceis. Ambas as tentações têm a mesma raiz: as instituições não lucrativas não começam para o desempenho. Numa empresa, o desempenho está no que o cliente está disposto pagar.

O desempenho nas instituições não lucrativas deve ser planeado. E isto começa para fora, com a missão. Os lucros não executam, a menos que comecem para fora com a sua missão. A missão define que resultados se esperam numa instituição não lucrativa. Uma das diferenças básicas entre a actividade empresarial e as organizações não lucrativas é que nas instituições não lucrativas existe sempre uma multiplicidade de opiniões. Numa actividade empresarial poder-se-ia planejar nos termos de um conjunto, os clientes e a sua satisfação. O todo, incluindo os colaboradores, a comunidade, toda a envolvente. A primeira, mas também a mais resistente, tarefa do gestor de uma organização não lucrativa, deve começar por estabelecer os objectivos a longo prazo. O longo prazo é a única maneira de integrar todos os interesses das pessoas. Mas o gestor deve focalizar os resultados a curto prazo. O planeamento deve ser feito a longo prazo, mas a credibilidade dos gestores será posta em causa se não houver resultados no curto prazo.

Este tipo de planeamento é completamente diferente daquele que as pessoas de negócios atribuem a esse termo. Para formular com sucesso o planeamento, os executivos das organizações não lucrativas pensam nas necessidades colectivas. Tentam compreender

o que é realmente importante para a colectividade. Os interesses a longo prazo devem ser identificados. O que integra os estatutos, os objectivos, a missão das instituições é quase um processo arquitectural, um processo estrutural.

A disciplina de pensar: Que resultados serão exigidos à instituição não lucrativa? Pode protegê-la de discussões acerca de recursos, por causa da confusão entre causas morais e económicas. As instituições não lucrativas encontram-se geralmente numa situação de quase impossibilidade de abandono, relativamente a qualquer coisa. Mas as organizações não lucrativas têm que distinguir entre causas morais e causas económicas. Uma causa moral é uma absoluta prioridade. A ausência dos resultados indica somente que os esforços têm que ser aumentados. Esta é a essência de uma causa moral. Numa causa económica, pergunta-se: Será esta a melhor aplicação dos nossos recursos escassos? Há muito trabalho a ser feito. Deveremos colocar os nossos recursos onde os resultados estão. Não podemos ter recursos para ser desperdiçados. Quando existe a possibilidade de suspender um projecto, quando nós parecemos ser incapazes de conseguir os resultados esperados, só temos uma solução, parar, não desperdiçar o que é muito escasso, refere Peter Drucker (1990).

Acreditar que o que queremos para nós, é uma causa moral e deve ser perseguido quer haja ou não resultados, é uma tentação para os gestores de organizações não lucrativas. Mas mesmo se a causa própria é uma causa moral, a maneira específica é perseguindo mais e melhor os resultados. Há sempre assim muitas mais causas a ser servidas do que nós temos recursos para aquilo que a instituição não lucrativa tem um dever, para com os seus doadores, para os seus “clientes” e para a sua própria equipa de colaboradores. As organizações não lucrativas são agentes humanos da mudança. E os seus resultados são conseqüentemente, sempre uma visão do seu comportamento, das suas competências, da sua capacidade. Em última análise, a instituição não lucrativa, se, se insere nos cuidados de saúde ou na instrução ou serviço de comunidade, ou numa união de trabalhadores, tem que se julgar pelo seu desempenho em criar a visão, criando padrões, criando valores e compromisso e em moldar o ser humano.

Para Peter Drucker, há alguns “dont’s” e alguns “do’s” para as instituições não lucrativas. Não obstante, determinadas acções poderão danificar e podem mesmo colocar em causa o desempenho. As organizações não lucrativas tendem a transformar-se num olhar interno. As pessoas são convencidas que estão a fazer a coisa certa e são assim acometidos à sua causa, que vêem na instituição uma extremidade sua.

A organização presta serviços de acordo com a sua missão? De acordo com as suas regras? E isso inibe não somente o desempenho, destrói a visão e a dedicação, remata Drucker.

Em cada movimento, em cada decisão, em cada política, as instituições não lucrativas necessitam começar para fora pedindo: Isto fortalecerá a nossa capacidade de realizar a nossa missão? Deve começar com o resultado almejado, deve focalizar a atenção no interior ou no exterior? Discórdia é essencial para fazer uma decisão eficaz. Vassalagem e anuência não o são. De facto, não devem ser tolerados. Destroem o espírito de uma organização. A maioria das pessoas pensa que vassalagem e anuência são conflitos de personalidade. Raramente. São geralmente sintomas da necessidade de mudar a organização. Pode ter crescido muito rápido e no processo, cresceu para fora da sua estrutura, ninguém sabe ao certo quem são os responsáveis. Então as pessoas começam a responsabilizar-se. Peter Drucker refere que viu isto acontecer numa organização que serve refeições. Todos os voluntários pensaram que era o que estavam a fazer, é assim que as pessoas fazem funcionar a organização. Mas os anos passam, os voluntários que visitam a organização fizeram um exame às necessidades, visitando albergues, ajudando as pessoas mais velhas sem relações com os seus parentes, ajudando-os com a segurança social, fazendo exame de terapia física, e assim por diante, diferentes tipos de ajuda para pessoas mais velhas e com deficiência. No entanto a organização foi pensada em torno de entregar refeições. A missão tinha sido alterada!

Aquele é um sinal que o gestor deverá melhorar o olhar sobre a sua organização. O gestor é organizado para o hoje, melhor que ontem! O gestor é organizado para o tipo de operações de pequenas questões familiares e o gestor passou de uma casa de quatro quartos para um hotel de seiscentos quartos, sem qualquer mudança? Quando o nível de ruído se levanta, é um sinal de desconforto. A sua estrutura organizativa e a realidade das suas operações não são mais coerentes. Então o gestor necessita de uma mudança na estrutura organizativa da instituição. Um último não: Não tolerar a descortesia. As boas maneiras são o óleo lubrificador social. Refere Peter Drucker, que na sua juventude ser cortês, revestia a necessidade de permitir a pessoas diferentes que não se gostam de necessariamente trabalharem juntos. As causas boas não desculpam maneiras más. As maneiras más friccionam as pessoas, causam cicatrizes permanentes. E as boas maneiras fazem a diferença.

O mais importante é construir a organização em torno da informação e comunicação em vez de ser em torno da hierarquia. A todos na instituição não lucrativa, deve esperar-se

fazer exame de responsabilidade da informação. Todos necessitam aprender a fazer duas perguntas: Que informação eu necessito para fazer o meu trabalho, de quem, quando, como? E que informação eu devo a outro, de modo a que possam fazer o seu trabalho, e quando?

Peter Drucker (1990) refere que quando começou a trabalhar à sessenta anos atrás, não havia simplesmente nenhuma informação. Agora nós temos uma capacidade enorme de informação. Isto significa que a organização pode ser muito linear e ter muito poucas hierarquias. É uma grande melhoria. Para nós sabermos que cada nível da gerência é um nível hierárquico e cada nível hierárquico é uma corrente de informação, corta a mensagem ao meio e dobra o ruído. Mas significa também que os indivíduos na organização têm que fazer um exame de responsabilidade da informação. Se não, afogamos-nos em dados sem sentido.

Sobretudo, as pessoas da informação devem basear a necessidade da organização em fazer exame de responsabilidade para uma comunicação ascendente. Há um exemplo antigo. Há cem anos, dois irmãos, ambos cirurgiões numa cidade pequena do Minnesota rural, fundaram a primeira clínica médica moderna, a clínica Mayo. Era uma inovação total e todos sabiam que não poderia trabalhar. Estavam aqui dois cirurgiões especialistas com padrões elevados e quase nenhuma camada de gerência. Mas funcionou, perfeitamente. Cada médico da clínica Mayo respondia directamente a um dos dois fundadores. E a cada mês, cada chefe de serviço sentava-se e escrevia o que acontecia com cada paciente. Nesse relatório, discutia-se a mudança e as necessidades relativas ao funcionamento da clínica ou como os pacientes eram tratados e a clínica teve que adquirir competências novas melhorando o seu desempenho.

A informação baseada na instituição, cada pessoa deve fazer um exame de responsabilidade para informar os seus colegas, e sobretudo, para os educar. E então todos os membros da equipa de colaboradores e os voluntários da instituição apresentam a necessidade de fazer um exame de responsabilidade para se fazerem compreendidos.

Isto requer que todos pensem e coloquem no papel o que a organização deve manter ou alterar, para maximizar as respectivas contribuições e resultados. Então, todos têm que se certificar que os objectivos da organização estão compreendidos, de alto a baixo, e lateralmente, por todos os colaboradores da organização.

Este é também o único caminho para construir a confiança mútua. As organizações são baseadas na confiança. A confiança significa que se sabe o que esperar das pessoas. A confiança é compreensão mútua. Respeito mútuos. Este aspecto é mais importante em

organizações não lucrativas porque tipicamente tem que depender dos trabalhos de muitos voluntários e vontades e crenças de muitas pessoas que não controlamos. O gestor necessita de estabelecer laços de confiança mútua e se não souber o que esperar de qualquer colaborador, sentirá logo que deixa de contar com esse companheiro. As pessoas supõem assim, que numa instituição não lucrativa, todos estão dedicados à mesma causa. Assim, quando alguém se sentir traído é uma ferida na confiança que custará a sarar. É mais importante numa instituição sem fins lucrativos do que numa empresa insistir na transparência dos compromissos e dos relacionamentos e na responsabilidade para fazer-se compreendido e para educar os seus colegas de trabalho.

Todos acreditam na delegação. Mas necessita-se de regras desobstruídas para as tornar produtivas. Requer que a tarefa delegada esteja definida claramente e os objectivos mutuamente compreendidos e concordando mutuamente com os prazos para relatórios de progresso e para a realização da tarefa. Mas é uma contribuição importante para o desempenho. E assim, quem delega a função terá que se certificar de que a tarefa é realizada e realizada correctamente.

Finalmente, é o dever da pessoa a quem a tarefa é delegada informar quem delega de que qualquer coisa inesperada poderá acontecer, que eventualmente acarretará a suspensão do desempenho dessa tarefa e nesses casos, nunca deve ser dito, "mas eu posso tomar conta do recado", deve informar-se quem delegou a tarefa, para que os prazos e os objectivos se cumpram oportunamente.

Para cada pessoa fazer o exame de responsabilidade para a sua própria contribuição e para ser compreendida, requer padrões. Os padrões têm que ser concretos, por exemplo, o padrão para o quarto de emergência do hospital: todos os pacientes terão que ser assistidos por uma pessoa qualificada em menos de um minuto.

Os padrões têm que estar num patamar elevado, mas ajustado, não se pode facilitar no estabelecimento de um padrão. Se começar num ponto demasiadamente baixo, poderemos nunca conseguir elevados padrões. No entanto, não deveremos confundir lento com padrões baixos. É certo, que no início de uma nova tarefa com uma pessoa nova, o desempenho é lento. Cometem-se erros. Mas o padrão está desobstruído. Os padrões desobstruídos são importantes particularmente nas instituições não lucrativas que é um centro de funcionamento, de conciliação de vontades.

Tais organizações necessitam de controlar os padrões. Esta é a tarefa mais difícil de realizar. Esse é o lugar onde o "Chief Executive Officer" necessita de muita habilidade e respeito de modo a que uma assembleia aceite um veto mesmo que não goste dele. Uma

organização requer conseqüentemente que as pessoas hierarquicamente superiores visitem constantemente os vários sectores da organização e isso deve ser feito pessoalmente em detrimento do trabalho de equipa, dos colaboradores. Esta é uma exigência básica para a organização de voluntários que mobilize energias locais para o desempenho local mas para uma missão comum que se quer global.

E as pessoas na organização central devem lembrar-se a toda a hora: nós somos os colaboradores locais. É parte do nosso trabalho certificar que existem padrões, mas nós somos seus colaboradores. Fazemos o nosso trabalho. Nós não somos “os tapa buracos”, nós somos a sua consciência. E as pessoas locais, no hospital local, na igreja local, devem lembrar-se a toda a hora: nós representamos a instituição maior. O que nós fazemos e como o fazemos é visto por todos os nossos constituintes, as nossas acções, os nossos padrões, a personalidade da organização inteira.

Os padrões devem ser muito elevados e os objectivos devem ser ambiciosos. Contudo devem ser atingíveis. Certamente, devem ser alcançados, ao menos pelos “super” colaboradores da instituição. Uma instituição não lucrativa necessita conseqüentemente de trabalhar duramente em colocar pessoas onde podem executar as tarefas para satisfazer as necessidades dos constituintes. É necessário colocar pessoas onde as suas forças são relevantes à colectividade que servem. Então sim podem legitimar a sua procura por parte das pessoas que são servidas.

Mas é necessário também usar os “super” colaboradores para elevar a visão, as expectativas e a capacidade do desempenho da organização. A melhor maneira e a maneira que conduz ao reconhecimento e constrói o orgulho, é a utilização desses “super” colaboradores, como formadores dos seus colegas. O gestor deve colocá-los na presidência de reuniões conduzindo-os a resultados proeminentes. Nada proporciona tanto impacto numa força de vendas como o reconhecimento, bem sucedido por estar acima dos seus pares e dizer-lhes que, "este é o caloiro que trabalhou comigo". Não há melhor reconhecimento dos seus pares, que este. As pessoas têm a necessidade de saber e os voluntários mais do que qualquer um. Porque se não há nenhum cheque de vencimento, a realização, o reconhecimento são a única recompensa. Uma vez que os objectivos e os padrões são estabelecidos claramente, o prazer torna-se possível. Certo é, a responsabilidade é maior. Mas com objectivos e padrões desobstruídos as pessoas que desempenham essas tarefas tornam-se aprazíveis.

Uma pessoa aprazível deve sempre trabalhar o exterior para com a pessoa que está a ajudar. Nunca iniciando uma tarefa descontente. Está a ajudar voluntariamente sem querer

nada em troca, pelo menos financeiramente. E é função de toda a organização, tornar as forças humanas eficazes no desempenho, para neutralizar fraquezas.

Mais uma regra básica: Peter Drucker aconselha a forçar as pessoas e especialmente os seus dirigentes a estar no outro lado, no exterior, com a frequência bastante para saber que a instituição existe para desempenhar uma missão. Não há nenhum resultado dentro de uma instituição. Há somente custos. Contudo, é fácil de tornar-se absorvido no interior e isolar-se da realidade.

E não deixar as pessoas permanecerem para sempre na mesma posição da uma equipa. Girar regularmente para trás no trabalho de campo. É uma regra antiga dos exércitos eficazes que cada oficial gira para trás num comando da tropa a cada par de anos.

Os gestores de uma instituição sem fins lucrativos, ou numa empresa, devem gastar realmente o pouco tempo disponível a tomar decisões. Por norma o seu tempo é gasto em reuniões, com pessoas, ou em pequenas discussões. Este é o ponto de ruptura da organização. A maioria das tarefas executadas pelos gestores poderia ser realizada pelos colaboradores. Mas somente os gestores podem tomar as decisões. E decisões tomadas eficazmente, ou então rendem-se ineficazes.

Menos responsáveis pelas decisões eficazes são esses que tomam constantemente decisões. De eficaz tomam muito poucas. Concentram-se nas decisões importantes. E mesmo as pessoas que trabalham duramente na tomada de decisões aplicam frequentemente mal o seu tempo. Tomam poucas decisões importantes e gastam tempo excessivo com decisões fáceis ou irrelevantes.

A parte mais importante da decisão eficaz deve questionar: Qual é a decisão realmente importante?

As decisões envolvem sempre a realização de um exame ao risco. E as decisões eficazes fazem um exame ao tempo e ao pensamento. Por esta razão, tomam-se decisões desnecessárias. Repetidas vezes nas instituições não lucrativas, atravessam-se reorganizações dolorosas. As decisões rotineiras são as decisões que não têm nenhuma consequência, ou ao menos nenhuma consequência duráveis. Não se deve desperdiçar o tempo nelas.

A questão seguinte: decisão da oportunidade – risco. O primeiro virado para fora. Se trabalhar-mos, o que fará para nós a organização? Olha-mos então os riscos. E há três tipos dos riscos: Há o risco que nós podemos ter recursos para fazer esse percurso. Se for erradamente é facilmente reversível com danos menores. Então há a decisão irreversível, quando a falha pode provocar danos sérios. Finalmente há a decisão onde o risco é grande

mas não temos recursos para fazer esse percurso. A decisão esteve muito perto do desastre total. As decisões importantes são arriscadas. Devem provocar controvérsia. A aclamação significa que ninguém fez os trabalhos de casa. Porque é essencial numa discussão eficaz compreender o que é realmente importante, tem que haver concordâncias e discordâncias. Se tomarmos uma decisão por aclamação estamos limitados quase para ser realizada nos sintomas aparentes, mais que atendendo à realidade. Necessita da concordância, mas tem que ser feito produtivamente. As emoções funcionam sempre altamente sobre toda a decisão no desejo que a organização se desenvolva no risco e se essa decisão falhar, que seja facilmente reversível. A forma inteligente é tratar isto como uma discussão construtiva e como uma chave à compreensão mútua. Se pudermos trazer a discussão e a discordância a um nível de compreensão comum, criaremos unidade e compromisso.

Isto é importante particularmente para instituições não lucrativas, com o desejo e probabilidade maior para o conflito interno do que numa empresa, precisamente porque todos estão subordinados a uma boa causa. A discordância de opiniões deve ser na sua boa fé. As instituições sem fins lucrativos têm que consequentemente ser cuidadosas, particularmente não se tornar um palco de disputas. Os desacordos devem ser trazidos para debate e ser feitas análises sérias. Uma segunda razão, incentivar a oposição, todas as organizações necessitam de oposição. Se e quando as coisas mudarem, necessita-se de alguém que pode e está disposto a mudar. Este não é o tipo de pessoa que diz, há uma maneira certa e uma maneira errada e a nossa maneira. Ou questionam, "qual é o caminho certo agora?". Não se quer somente o sim das pessoas. Quer-se um crítico no respeito pelos princípios da organização.

Trazer o debate para as assembleias, permite também aos gestores não lucrativos, analisar o lado desnecessário, o outro sentido, o conflito trivial. Permite concentrar as nossas análises na realidade. Quando se trazem conflitos para debate aberto, as pessoas devem separar o trivial e as questões sérias. E afirmar, sim há um conflito.

Deve usar-se o debate para resolver o conflito. Deve pedir-se discordância abertamente, dá às pessoas o sentimento de que são ouvidas. Mas sabe-se também onde os objectores estão e quais são as suas objecções. E em muitos casos pode-se acomodá-los, de modo que eles aceitem a decisão graciosa. Isso permite também muito frequentemente compreender os argumentos do lado oposto, ganhando. Talvez para não os aceitar, mas para ver que estas pessoas não são estúpidas ou agem maliciosamente. Diferem somente. Desta maneira resolve-se o conflito. Não impedir a discordância e o debate, mas resolvendo o conflito.

Uma outra maneira de resolver o conflito é perguntando a duas pessoas que se opõem, especialmente se ambos são membros respeitados da comunidade, para se sentarem e trabalharem de forma a se verificar aproximação comum. Fazem isso, começando a realizar tarefas nas áreas em que concordam. A terceira maneira é difundir o argumento. Então as discordâncias giram frequentemente para fora por serem periféricas. Em fundamentos há uma terra comum e podemos trabalhar para fora das coisas. Em alguns casos diremos, "deixe-nos dividir a diferença", ou, "isto é realmente importante?" Trabalhar menos as áreas de desacordo e trabalhar mais as áreas de acordo.

Estas não são de nenhuma maneira técnicas novas, há um exemplo no antigo testamento. Encontrar a terra comum é o que as pessoas idosas de todas as tribos fazem para manter a unidade. Não se pode impedir o conflito. E a melhor ferramenta para isso, é o uso construtivo do debate.

Uma decisão é um compromisso à acção. Mas muitas vezes demasiado distante das boas intenções. Há quatro causas comuns para esta. Uma é que nós tentamos vender a melhor decisão para a introduzir no mercado.

Uma segunda maneira, a decisão deve estar sistemática e imediatamente alinhada com a nova política ou o novo serviço. Saltando o estágio, a fase de testes. O terceiro caminho, nenhuma decisão é tomada até que alguém esteja designado para a comunicar. Alguém tem que ser incumbido, com um sistema de trabalho, um objectivo e um prazo.

Finalmente, erro comum número quatro, Peter Drucker, refere que viu decisões maravilhosas, que ninguém pensou realmente que se iriam conseguir resultados e com uma comunicação da decisão a cada pessoa que tinha que a executar, atingir resultados extraordinários. Que treino para cada necessidade? Quem dirige? Peter Drucker refere que viu decisões de orientação num modelo matemático brilhante, que os executores no armazém esperavam realizar, não se tornarem eficazes. Não somente teremos que traduzir uma decisão na "língua" das pessoas que têm que fazer o trabalho, também nos cabe pensar nas suas suposições. Temos que construir o novo comportamento nas suas instruções, na sua prática quotidiana. Não devemos depender dos relatórios. Vamos ao armazém e vemos a realidade. Se não, não anteciparemos a mudança necessária.

Cada decisão é um compromisso dos recursos actuais às incertezas do futuro. Isto, de acordo com a matemática elementar da probabilidade, significa que a decisão girará para fora por ser errada mais frequentemente do que certa. A decisão tem sempre que ser transposta para fora. Isso requer duas coisas. Primeiro, pensar em alternativas antes de tempo, de modo a que tenhamos algo para nos salvar na queda. Em segundo, constrói-se

na decisão a responsabilidade para comunicá-lo para fora, em vez de procurar no interior e se discutir sobre quem cometeu os erros. As fraquezas numa instituição não lucrativa passam por aqueles que acreditam que têm que ser infalíveis. Numa empresa, sabe-se que de algum modo os erros estão a ser cometidos. Numa instituição não lucrativa, os erros não são permitidos. E assim se algo correr erradamente, um “tribunal marcial” começa, uma assembleia de constituintes debaterá os fracassos e punirá a gestão sem complacência e sem reconhecimento do que foi feito e feito bem.

De quem foi a falha?

A crescente importância no panorama internacional das organizações sem finalidade lucrativa, o mediatismo de algumas organizações não governamentais, em todas as áreas sociais, desde a defesa do ambiente à assistência humanitária, desde a defesa dos direitos humanos à preservação cultural dos povos, ou, se focarmos a nossa preocupação no local, desde organizações de apoio a crianças ou idosos a organizações de desenvolvimento locais, desde organizações patronais a sindicatos, organizações de interesses comuns, nascem e vivem ao lado da generalidade das pessoas, contribuindo para a sua qualidade de vida. O modelo de gestão destas organizações, sofre das conjunturas vividas pela sociedade, as boas práticas de gestão de mercado são aplicadas, ou pelo menos aplicáveis à maioria das organizações sem fins lucrativos, contudo, temos que ter bem ciente que todas as práticas de gestão devem ser encaminhadas para que os objectivos estabelecidos estatutariamente sejam cumpridos.

No próximo capítulo vamos abordar o movimento associativo, aplicado ao nosso objecto de estudo, o associativismo agrícola.

3 INTRODUÇÃO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO

3.1 DAS ASSOCIAÇÕES EM GERAL

Na vida em sociedade os tipos de relação que as pessoas mantêm umas com as outras são distintos e padronizados e podem agrupar-se, segundo Campos (1999)¹⁶, em:

- “processos associativos ou conjuntivos”, os que tendem a associar as pessoas, e os;

- “processos dissociativos ou disjuntivos”, que tendem a distanciar as pessoas.

Ou seja, entreatajuda versus antagonismo.

Podemos enumerar algumas características do grupo social, que segundo Campos (1999), são:

- o grupo é uma realidade objectiva, um conjunto concreto de pessoas, que mantêm uma relação entre si, reciprocidade;

- o grupo possui uma estrutura social, cada membro ocupa uma determinada posição em relação aos outros;

- o grupo tem normas ou regras de comportamento, os denominados “estatutos”, que deverão encaminhar o grupo na realização de determinados interesses ou valores.

- o grupo pressupõe uma existência indeterminada, devendo dispor de recursos materiais e humanos adequados.

Os grupos sociais podem ser classificados, segundo Campos (1999), em grupos primários e secundários, se atendermos à natureza, intensidade e assiduidade das relações interpessoais, pequenos grupos e grandes grupos, atendendo à sua dimensão, nomeadamente em termos de pessoas envolvidas, podendo ser medido noutras grandezas de valor, podemos ainda estar na presença de endogrupos ou exogrupos, se observarmos os sentimentos de filiação dos membros.

Na opinião de Campos (1999), a classificação de grupo que apresenta maior interesse para o estudo do Associativismo Agrícola é a que estabelece a divisão entre comunidades e associações, acentuando o interesse nos aspectos relacional e funcional.

¹⁶ Campos A. – Associações agrícolas, Direcção Geral de Desenvolvimento Rural, Lisboa, 1999

Atendendo ao aspecto relacional:

- comunidade, implica uma convivência intensa, de tipo familiar;
- associação, implica um relacionamento para a realização de um objectivo preciso, e apenas se mantêm associadas enquanto lhes for útil.

Atendendo ao aspecto funcional:

- comunidade, implica uma globalidade de funções;
- associação, implica uma especialização de funções.

Assim podemos referir a definição de Virton, (1966)¹⁷ para associação, «grupos de seres humanos, que de uma maneira orgânica, entram em relação a fim de tornar possível a realização de certos interesses comuns (lucrativos ou não) e que participam numa ou noutra função da vida social»

Uma classificação possível para as associações, atendendo às diferentes actividades e finalidades específicas é agrupá-las de acordo com as necessidades sociais básicas que ajudam a satisfazer. Campos (1999), refere a existência de:

- associações familiares, cujo objectivo e actividades estão orientadas para a satisfação das necessidades familiares (idosos, deficientes, crianças, pais);
- associações económicas, em que o seu objectivo é a produção, transformação, distribuição dos bens materiais e a prestação de serviços necessários à manutenção da vida física das pessoas (cooperativas, sindicatos, patronais, consumidores, desenvolvimento);
- associações políticas, participam na satisfação das necessidades de administração geral e de governo (partidos, intervenção cívica);
- associações religiosas, tem como objectivo comungar e difundir a crença e práticas comuns;
- associações recreativas, que têm por finalidade satisfazer as necessidades sociais de descanso físico e mental dos indivíduos (cultural, desportiva);

Vista a conceptualização teórica do objecto de estudo do presente trabalho de investigação, vamos analisar as diversas tipologias de associações agrícolas.

¹⁷ Virton P. – Os dinamismos sociais, Iniciação à sociologia, Livraria Morais Editora, Lisboa, 1966

3.2 DAS ASSOCIAÇÕES AGRÍCOLAS

As considerações anteriores alinham-se numa perspectiva sociológica, ao longo do estudo abordar-se-á também a perspectiva jurídica.

A noção de associação agrícola apresentada por Campos, (1999), assenta no grupo social, com as características já analisadas, com as seguintes particularidades:

- os seus membros são profissionais da agricultura (compreenda-se em sentido amplo, incluindo a pecuária e a silvicultura); agricultores autónomos, agricultores empresários e assalariados agrícolas assim como outras organizações de objecto agrícola, individuais ou colectivas.

- o seu objecto situa-se no âmbito geral das actividades agrícolas e/ou de representação, defesa e promoção dos interesses sócio-agrários; a produção, o transporte, a transformação e a comercialização dos produtos agrários; o aprovisionamento de factores, a assistência técnica e a prestação de serviços em geral, incluindo o crédito; a dignificação e a valorização dos seus associados em ordem à melhoria dos rendimentos e à promoção dos direitos laborais.

Desta concepção ampla de associação agrícola, pode-mos inclui-la no mais vasto ramo das associações económicas.

Uma característica essencial e diferenciadora reside na função meramente instrumental que a função capital tem no funcionamento das associações, prevalecendo a vontade democrática dos seus membros e a tentativa de realização dos objectivos para que foi criada.

O presente estudo vai analisar somente os diferentes tipos de associações agrícolas em que o factor humano prevalece sobre o factor capital, ou seja, o objecto de estudo serão apenas as organizações sem fins lucrativos, esta opção não significa que se esteja a negar o relevante contributo económico-social, das organizações individuais ou colectivas com espírito lucrativo.

No quadro seguinte apresenta-se a tipologia do associativismo agrícola apresentada por Campos (1999):

Cooperativas Agrícolas	Produção	Compra e venda Máquinas
	Serviços	Mútuas de seguro Rega Assistência técnica
		Vitivinícola Leiteira Frutícola, hortícola e florícola
	Transformação	Florestal
Mistas	Olivícola Pecuária Apícola	
Caixas de Crédito Agrícola Mútuo		
Agricultura de Grupo	Soc. Agricultura grupo (SAG)	Integração completa Integração parcial
	Figuras congéneres	Agrupamento de produção agrícola Agrupamento complementar de exploração agrícola
Associações de Beneficiários		
Juntas de Agricultores		
Centros de Gestão da Empresa Agrícola		
Mutuas de Seguros	Forma cooperativa	
	Forma não cooperativa	
Associações Técnicas de Produtores		
Círculos de Máquinas		
Organizações de Produtores Pecuários (ADS / OPP)		
Associações Sócio-Laborais	Sindicatos agrícolas	
	Associações patronais agrícolas	
Sociedades Agrícolas		

Tabela 28 Tipologia do associativismo agrícola

A formação do associativismo é um imperativo consagrado na Constituição da República Portuguesa. O direito livre à associação é reconhecido a todos os cidadãos

portugueses, no presente estudo aos indivíduos ligados directa ou indirectamente à agricultura como profissão.

3.2.1 Caracterização das tipologias do associativismo agrícola

3.2.1.1 A associação cooperativa

As cooperativas agrícolas são associações em que a sua existência assenta em princípios de solidariedade e de cooperação Democrática.

As primeiras cooperativas nasceram na Europa, nos meios operários e urbanos, no seguimento da Revolução Industrial. As iniciativas mais conhecidas são as de Fenwick (1761), Govan (1777) e Darvel (1840) na Escócia. Lyon (1835) em França, Rochdale (1844) em Inglaterra e Chemnitz (1845) na Alemanha¹⁸. Em Portugal, a Constituição da Republica apela ao direito à livre constituição do cooperativismo no estrito respeito pelos princípios cooperativos.

Em 1895, foi fundada a Aliança Cooperativa Internacional, organização que agrega os movimentos cooperativos de todas as nações.

Kofi Annan UN Secretary-General dizia a propósito do movimento cooperativo:

*“Governments and international organisations should ensure that co-operatives and smaller business entities enjoy a level playing field in the economic and political environments. Policies and laws that are conducive and supportive to the growth and adaptation of cooperatives are therefore vital”*¹⁹

Os princípios cooperativos estão vertidos em lei²⁰ e versam sobre a *adesão voluntária e livre* dos cooperantes, *gestão democrática e participação económica* por parte dos membros, *autonomia e independência* face a terceiros, *educação, formação e informação* dos seus cooperantes, *inter cooperação* e *interesse pela comunidade*. No movimento cooperativo português é de destacar a pessoa de António Sérgio, cujo nome está associado ao organismo que nos termos da lei tem funções acrescidas no regular

¹⁸ Campos (1999)

¹⁹ International Co-operative Alliance Annual Report 2004

²⁰ Lei n.º 51/96, de 7 de Setembro alterado pelo DL n.º 343/98 de 6 de Novembro, DL 131/99 de 21 de Abril e DL n.º 108/2001 de 6 de Abril

Outros diplomas legais aplicáveis ao cooperativismo:

Cooperativas Agrícolas - Decreto-Lei n.º 335/99, de 20 de Agosto :: O presente regime foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 23/2001, de 30 de Janeiro;

Cooperativas de interesse público (*Régies* Cooperativas), Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de Janeiro;

Legislação fiscal específica: Lei n.º 85/98, de 16 de Dezembro – Estatuto Fiscal Cooperativo: O presente regime foi alterado pelos seguintes diplomas: DL n.º 393/99, de 1 de Outubro (Art.º 17º), Lei n.º 3-B/2000, de 4 de Abril, Lei n.º 30-C/2000, de 29 de Dezembro;

Apoios financeiros: Portaria n.º 1160/2000, de 7 de Dezembro – PRODESCOOP

funcionamento do movimento cooperativo, o Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo ou INSCOOP.

No gráfico²¹ seguinte, podemos verificar a evolução do cooperativismo agrícola em Trás-os-Montes.

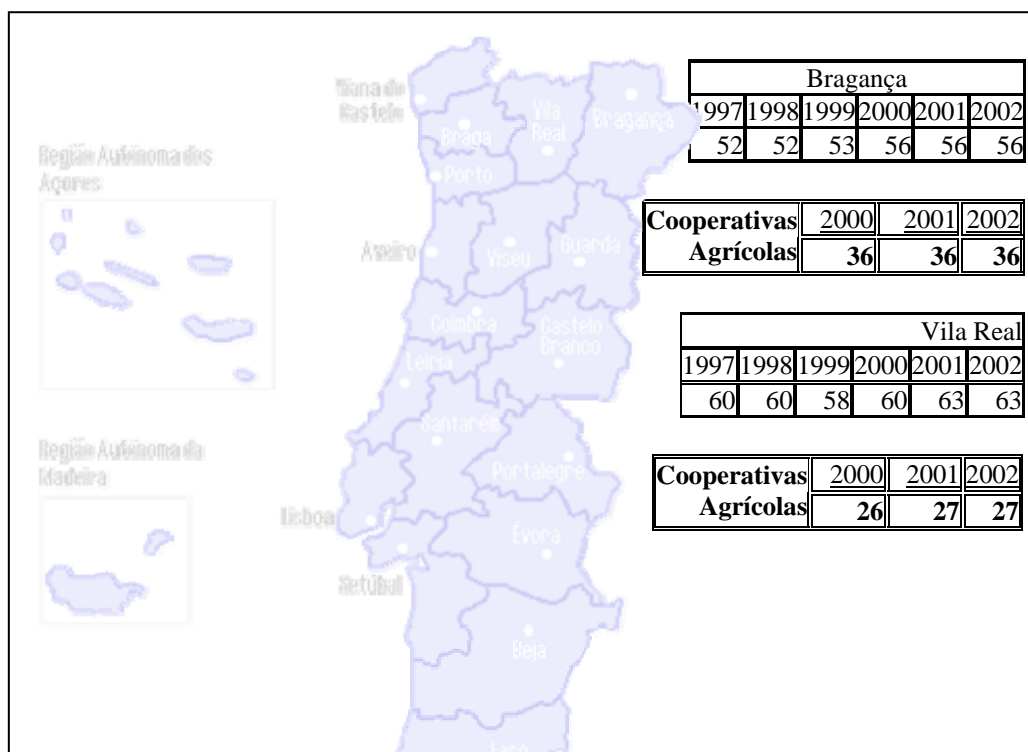


Gráfico 7 Evolução do cooperativismo nos distritos de Bragança e Vila Real

Como podemos verificar o número de unidades económicas cooperativas estabilizou quer no total dos ramos cooperativos, quer especificamente nas cooperativas agrícolas.

As cooperativas agrícolas distinguem-se das dos outros ramos por dois aspectos fundamentais, segundo Campos (1999):

Primeiro pela qualidade profissional dos seus membros e segundo pelo seu objecto principal.

Campos (1999) propõem a seguinte classificação das cooperativas agrícolas:

Cooperativas de produção; cooperativas de serviços, em que se incluem as de compra e venda, máquinas, mutuas de seguros, rega, assistência técnica; cooperativas de transformação em que se incluem as adegas, lagares, leiteiras, frutícolas, hortícolas e florícolas, florestais; pecuárias, apícolas; cooperativas polivalentes ou mistas.

Maurice Colombain²² citado por Campos (1999), refere que, “Administrar é prever, organizar, coordenar, comandar, controlar. Se, se tratar de uma empresa – e a

²¹ Dados de www.inscoop.pt

cooperativa é uma associação e uma empresa – administrar é preparar planos para o futuro, dotar a empresa com os meios eficazes para realizar esses planos com o mínimo de riscos, articular a utilização dos meios com vista ao melhor rendimento, fixar as directrizes que determinam as acções necessárias ou úteis, certificar-se que o conjunto funciona de acordo com as previsões, com as ordens dadas, e com as intenções e que os objectivos em vista estão a ser alcançados.”

Apesar de estarmos na esfera associativa o **modelo de gestão** preconizado por Colombain é perfeitamente enquadrado na gestão empresarial.

3.2.1.2 As caixas de crédito agrícola mútuo

A empresa e os empresários agrícolas, apresentam características particulares, mais ou menos acentuadas no tempo, umas de maior ou menor incidência regional, outras, que desde sempre, têm dificultado a muitos agricultores o acesso ao crédito, dessas características, Campos (1999), destaca as seguintes:

- a dispersão, a pequenez e a pobreza da maioria das empresas agrícolas;
- a abundância de formas indirectas de exploração;
- o carácter aleatório e a impossibilidade de previsão no que respeita aos resultados da exploração;
- as grandes e em geral também imprevisíveis oscilações de preços de mercado de muitos produtos agrícolas;
- a lentidão com que se opera a recuperação dos capitais utilizados na actividade agrícola, geralmente muito maior do que o empate que se verifica na indústria e no comércio;
- os baixos níveis médios de instrução dos agricultores e a dificuldade de muitos deles em tratar assuntos administrativos e financeiros das suas empresas;
- a relutância de muitos agricultores em recorrer ao crédito, por razões várias entre as quais o desprestígio social que nas pequenas comunidades rurais, pode estar associado ao endividamento, a esta relutância alia-se, por vezes, um certo desinteresse da banca comercial;
- a frequente desactualização dos registos de propriedade nas Conservatórias do Registo Predial.

²² Colombain, M., Princípios fundamentais do cooperativismo, Cooperativa Grau, Viseu, 1978

Desde o século XVI que em Portugal, se procurou atenuar as dificuldades económicas, primeiro afastando a actividade do fenómeno da agiotagem, agora com o acesso facilitado ao financiamento.

As principais instituições de crédito agrícola conhecidas em Portugal, eminentemente de inspiração filantrópica, foram, os celeiros comuns, montepios agrícolas ou montes de piedade agrários. Também as misericórdias ocuparam um papel relevante no crédito à agricultura. Surgiram ainda nos finais do século XIX, os sindicatos agrícolas, inspirados nas associações francesas.

Não foi fácil construir um sistema de crédito que servisse a actividade agrícola portuguesa. A organização do crédito agrícola em moldes cooperativos nasceu na Alemanha. Só em 1911, foi instituído em Portugal o crédito agrícola.

Nos últimos anos a evolução dos mercados financeiros transformaram o modelo de gestão do movimento do crédito agrícola numa instituição altamente de mercado, ainda que com preocupações sectoriais. Por este aspecto, as caixas de crédito agrícola mútuo não serão incluídas no estudo a realizar.

3.2.1.3 O Associativismo Agrícola de Produção

“A agricultura de grupo, a exploração em comum da terra, é para alguns, a expressão perfeita de cooperação agrícola”²³

O objecto principal da agricultura de grupo é a exploração directa da terra, e ainda eventuais actividades conexas ou complementares.

Em tempos o grupo era a comunidade rural, reunida no aproveitamento agro-pastoril das terras comuns – Baldios – que ainda sobrevivem, apesar de segundo as palavras de Campos (1999), terem sido alvo de apropriações privadas, nos últimos 150 anos. Actualmente é mais frequente e de significativa expressão económica e social o pastoreio em comum que perdura nas zonas de montanha.

Na actualidade, segundo Campos (1999), em Portugal como noutros países europeus, são duas as modalidades principais de agricultura de grupo:

- cooperativas agrícolas de produção;
- sociedades de agricultura de grupo.

²³ Campos (1999)

As sociedades de agricultura de grupo podem constituir-se segundo duas modalidades:

- integração completa: os agricultores colocam em comum a terra e todos os meios necessários à sua exploração assegurando conjuntamente a gestão da nova empresa e o trabalho necessário ao seu funcionamento.

- integração parcial: os agricultores mantêm individualizadas as respectivas explorações e a sociedade realiza apenas alguma ou algumas das actividades complementares ou acessórias das empresas individuais.

As sociedades de agricultura de grupo carecem de reconhecimento do Ministério da Agricultura.

Existem ainda outras formas congéneres de agricultura de grupo, tal com as sociedades de agricultura de grupo, os agrupamentos de produção agrícola, os agrupamentos complementares da exploração agrícola, as explorações familiares agrícolas reconhecidas, sendo todas elas, sociedades sob a forma comercial de sociedades por quotas. A lei²⁴ define as sociedades de agricultura de grupo como *“sociedades civis sob a forma comercial de sociedade por quotas, tendo por objecto a exploração agrícola ou agro-pecuária realizada por um número limitado de agricultores os quais põem em comum a terra, os meios financeiros e outros factores de produção e asseguram conjuntamente a gestão da empresa e as suas necessidades em trabalho, em condições semelhantes às que se verificam nas explorações de carácter familiar”*.

Por se tratar juridicamente de sociedades por quotas, ficam fora do âmbito de investigação do presente estudo, uma vez que o modelo de gestão passa obrigatoriamente, dadas as obrigações a cumprir relativas ao código das sociedades comerciais e outros aplicáveis, que pressupõe aspirações lucrativas e consequentemente modelo de gestão de mercado.

3.2.1.4 Associações de beneficiários

Consoante a dimensão física e o alcance económico e social das obras de fomento hidroagrícola é legalmente²⁵ definido o tipo de entidade que há-de assegurar a respectiva exploração e conservação, por vezes parte da construção própria da obra.

²⁴ DL 49.184, de 11 de Agosto de 1969; DL 513-J/79, de 26 de Setembro; DL 336/89 de 4 de Outubro; DL 382/93 de 18 de Novembro; Portaria 195/98 de 24 de Março;

²⁵ DL 269/82, de 10 de Julho

3.2.1.5 Juntas de agricultores

Entidade encarregada de assegurar a administração, a exploração e conservação das obras a seu cargo conforme os respectivos diplomas legais²⁶, em representação de todos os seus beneficiários.

3.2.1.6 Centros de gestão da empresa agrícola

Entende-se por gestão da empresa agrícola, nas palavras de Costa (1989)²⁷ citado por Campos (1999), “*um conjunto de processos e técnicas que permitem ao empresário agrícola reflectir economicamente sobre a sua empresa, tomar decisões e desenvolver acções tendentes ao aproveitamento racional dos recursos disponíveis, à sua rentabilização e à melhoria do resultado económico*”.

A gestão da empresa agrícola compreende o domínio de várias componentes, integradas e interdependentes, nomeadamente a produção, o aprovisionamento, as questões comerciais, financeiras, gestão do pessoal, entre outras variáveis de gestão.

O apoio associativo às questões da gestão, podem passar pela constituição de centros de gestão da empresa agrícola²⁸.

Embora os serviços de gestão possam ser prestados por vários outros tipos de associação, os centros de gestão continuam a ser a modalidade associativa propositadamente criada em Portugal para aplicar e difundir técnicas adequadas de gestão e contabilidade agrícola.

Como refere Campos (1999), a finalidade essencial que ressalva da lei aplicável, assenta na aplicação e difusão de técnicas adequadas de gestão e contabilidade agrícola na tentativa de fazer aumentar o rendimento das explorações agrícolas, o que por sua vez e em última análise, tem por objectivo melhorar ou preservar a qualidade de vida das famílias agricultoras.

Assim Campos (1999), refere como objectivos dos centros de gestão os seguintes:

- elaborar o estudo económico das empresas dos associados;
- analisar técnica e economicamente as actividades e os sistemas de produção adequados à região;

²⁶ DR 86/82, de 12 de Novembro

²⁷ Costa F. A contabilidade e a gestão da empresa agrícola, Lisboa, 1989

²⁸ DL 504/79, de 24 de Dezembro; Portaria 195/98, de 24 de Março; Portaria 725/86, de 2 de Dezembro

- prestar o conselho de gestão individual tendo em conta a viabilidade da sua execução;
- desencadear acções que visem o aperfeiçoamento técnico, económico e sócio-cultural dos associados;
- concorrer para a recíproca confiança entre as famílias agricultoras e os técnicos;
- contribuir para o desenvolvimento agrícola global da região onde se insere.

3.2.1.7 Mutuas de seguros

As suas raízes são muito antigas, desde os finais do Século XVIII, durante o século XIX, sobretudo na segunda metade, a Europa foi percorrida por intensos movimentos associativos, mutualistas, sindicais, ou cooperativos.

Segundo Bourbon (1946)²⁹ a mútua de seguro de gado é *“uma associação de várias pessoas que na base da reciprocidade, concertam cobrir riscos futuros inerentes à exploração de gado, mediante quotizações que devem ser criteriosamente estabelecidas em função da probabilidade do risco”*.

Uma das particularidades desta modalidade associativa é a sua grande flexibilidade, ou melhor a capacidade do seu funcionamento se adaptar às circunstâncias económicas e culturais locais.

Campos (1999), citando Maria Adosinda Henriques³⁰, agrupa as mútuas de seguros em três tipos principais:

- o rateio, a acção mutualista é exercida à posteriori (quando ocorre um prejuízo);
- a caução, garante-se à priori alguma disponibilidade financeira, criando um fundo de caução (apresenta em relação à primeira a vantagem de permitir um pagamento de indemnização mais rápida);
- a quota ou prémio, a modalidade mais próxima do seguro comercial.

As mútuas de seguros no cumprimento do Código civil podem revestir as formas jurídicas de Associações e de Cooperativas.

²⁹ Bourbon, F. P., Origem e evolução do seguro de gado, Ministério da Agricultura, Lisboa, 1946

³⁰ Henriques, A. M., Formas tradicionais de cooperação, in revista crítica de ciências sociais, n.º 21, Coimbra, 1986;

Henriques, A. M., Mútuas de seguro de gado, Uma forma de sociedade previdência em meio rural, in Portugal, um retrato singular, Edições Afrontamento, Porto, 1993

3.2.1.8 Associações técnicas de produtores

As associações técnicas de produtores não são reguladas por legislação particular, mas sim ao abrigo da lei que fixa as bases gerais da livre associação³¹.

Como nas demais associações, o objectivo directo não é o lucro económico dos associados, individuais ou colectivos.

A especialização funcional das associações técnicas está centrada na promoção de um ou de alguns produtos, da sua qualidade intrínseca e do conhecimento e opinião que o público potencialmente consumidor tenha em relação a esse produto ou produtos.

As actividades que as associações técnicas desenvolvem orientam-se em função de dois grandes objectivos, melhorar a qualidade dos produtos e fazer impor a sua presença no mercado, complementares à produção e à comercialização.

A expectativa dos produtores é a de que as múltiplas actividades das suas associações resultem benefícios para as explorações individuais.

3.2.1.9 Os círculos de máquinas

São uma modalidade associativa, especializada na utilização de máquinas e outros equipamentos agrícolas. Estas associações são de origem recente, promovidas pioneiramente na região da Baviera.

Em Portugal a implantação dos círculos de máquinas é praticamente nula, resumindo-se a algumas experiências, nenhuma delas, segundo Campos (1999), muito promissora.

3.2.1.10 Organizações de produtores pecuários³²

As associações de produtores pecuários, com a finalidade específica de promover a defesa sanitária dos respectivos efectivos (ruminantes) foram conhecidas, desde o seu aparecimento em Portugal em 1986, por agrupamentos de defesa sanitária.

As organizações de produtores pecuários têm por objecto principal a execução de acções inseridas nos planos de erradicação célere das doenças que obstem à livre circulação dos animais e produtos pecuários no espaço europeu e outros mercados.

³¹ DL 594/74, de 7 de Novembro

³² Portaria 63/86, de 1 de Março; Portaria 809-G/94, de 12 de Setembro; Portaria 1088/97, de 30 de Outubro; DL 275/97, de 8 de Outubro

3.2.1.11 As associações sócio-laborais

Na agricultura a organização sindical, surgiu tardiamente em relação a outros sectores económicos. Segundo Campos (1999), os primeiros passos foram dados pelos sindicatos rurais, nascidos no vale do Tejo entre 1910 – 1912, durante a grave crise económico-social dos campos do sul de Portugal.

Pela natureza dos principais interesses e objectivos prosseguidos pelos sindicatos agrícolas, podemos considerar um vasto grupo a que segundo Campos (1999), incluímos na categoria de Associações, para defesa e promoção dos seus interesses sócio-laborais.

Os actuais sindicatos agrícolas são regulados³³ na mesma medida que nos restantes sectores de actividade.

Tal como aos trabalhadores, também às entidades patronais a lei reconhece a liberdade de associação, para promoção e defesa dos seus interesses empresariais, sob a forma jurídica de Associações, suas Uniões, Federações e Confederações.

As tipologias associativas são variadas e revestem-se do cumprimento de formalidades rígidas, justificada pela crescente responsabilidade social, nomeadamente de gestão de fundos comunitários.

³³ DL 215-B/75, de 30 de Abril; DL 773/76, de 27 de Outubro; DL 224/77, de 30 de Maio; Lei 41/77, de 18 de Junho; DL 259/91, de 18 de Julho;

PARTE SEGUNDA

ESTUDO DE CASO

4 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA DOS CONCELHOS DE MACEDO DE CAVALEIROS E VALPAÇOS

4.1 EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES SÓCIO-ECONÓMICOS

O concelho de Macedo de Cavaleiros, situa-se em plena terra fria de Trás-os-Montes, no Distrito de Bragança, estende-se por 698 km² e é composto por 38 freguesias.

O Concelho de Valpaços, situa-se, em Trás-os-Montes, na transição da terra fria e da terra quente, envolvido ainda pelo Alto Tâmega, no Distrito de Vila Real, é composto por 31 freguesias, que se estendem por 548 km².

As informações mais recentes disponíveis pelo Instituto Nacional de Estatística, permite-nos analisar a evolução sócio-económica e demográfica no período de 2001 a 2004.

Ao nível da análise demográfica os dois concelhos sofrem do mesmo mal, uma taxa de crescimento demográfica efectiva negativa de 0,26%, a que corresponde um crescimento natural negativo, mais acentuado em Valpaços. Valpaços apresenta um cenário mais acentuado de envelhecimento e conseqüentemente um índice de dependência de idosos mais elevado que no concelho de Macedo de Cavaleiros.

Indicadores	Macedo de Cavaleiros	Valpaços
População		
Taxa de crescimento efectivo	-0,26	-0,26
Taxa de crescimento natural	-0,48	-0,67
Taxa bruta de natalidade	7	6,6
Taxa bruta de mortalidade	11,7	13,3
Taxa bruta de nupcialidade	5	4
Taxa bruta de divórcio	2,1	1
Índice de envelhecimento	183,5	223,4
Índice de dependência de idosos	36,3	41,2
Índice de longevidade	45	44,4
Estrangeiros que solicitaram estatuto de residente por habitante	0,04	0,01

Tabela 29 Indicadores de população nos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Valpaços

Fonte: Instituto Nacional Estatística

Os dois concelhos apresentam uma estrutura demográfica algo semelhante, com 48% dos indivíduos a pertencerem ao género masculino e conseqüentemente 52% de indivíduos do género feminino.

População residente 2004	Macedo de Cavaleiros	Valpaços
Total	17210	19154
Homens	8232	9285
Mulheres	8978	9869

Tabela 30 População residente por género nos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Valpaços

Fonte: Instituto Nacional Estatística

A distribuição demográfica por classes etárias é idêntica nos dois concelhos:

	Macedo de Cavaleiros	Valpaços
Grupos Etários [0-14]		
Total	2181	2212
Homens	1105	1107
Mulheres	1076	1105
Grupos Etários [15-24]		
Total	2370	2548
Homens	1153	1332
Mulheres	1217	1216
Grupos Etários [25-64]		
Total	8657	9452
Homens	4271	4679
Mulheres	4386	4773
Grupos Etários [+ 64]		
Total	4002	4942
Homens	1703	2167
Mulheres	2299	2775
Grupos Etários [+ 64]		
Total	4002	4942
Homens	1703	2167
Mulheres	2299	2775
Grupos Etários [+ 75]		
Total	1800	2195
Homens	717	879
Mulheres	1083	1316

Tabela 31 População residente por género e grupo etário nos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Valpaços

Fonte: Instituto Nacional Estatística

Os indivíduos entre os 0 e os 14 anos, no concelho de Macedo de Cavaleiros representam 13% do total, em que 51% de indivíduos são do género masculino e 49% do género feminino, no concelho de Valpaços a distribuição por género é equitativa e do total de população, 12% dos indivíduos, pertencem a esta classe etária.

Entre os 15 e os 24 anos, 14 e 13% de indivíduos respectivamente para Macedo de Cavaleiros e Valpaços, curiosamente a distribuição por género é inversa, no primeiro, 49% de indivíduos são do género masculino e 51% do género feminino, enquanto que em Valpaços, temos 52% de indivíduos do género masculino e 48% do género feminino.

Metade da população em ambos os concelhos pertence ao intervalo etário dos 25 aos 64 anos, distribuídos equitativamente por ambos os géneros.

A classe dos idosos, representa quase um quarto da população do concelho de Macedo de Cavaleiros (23%), e mesmo um quarto da população do concelho de Valpaços. Os indivíduos do género feminino, representam 57 e 56%, respectivamente da população do intervalo etário.

De realçar ainda que dos indivíduos com mais de 64 anos, 10% no concelho de Macedo de Cavaleiros têm mais de 75 anos, 60% de indivíduos do género feminino, e 11% no concelho de Valpaços, com 60% de indivíduos do género feminino.

A relação entre os nados vivos e os óbitos demonstram um claro índice desfavorável em termos demográficos à fixação de pessoas e ao incentivo ao nascimento numa região manifestamente desfavorecida e desumanizada.

(2004)	Macedo de Cavaleiros	Valpaços
Nados Vivos	120	126
Óbitos	202	255

Tabela 32 População, relação nados vivos – óbitos, nos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Valpaços

Fonte: Instituto Nacional Estatística

A caracterização sócio-económica dos dois concelhos deve levar-nos a uma melhor compreensão das sociedades em estudo, ao nível do sistema educativo as informações do INE, não são homogéneas, mais estabelecimentos de ensino recenseados no concelho de Valpaços, mas mais estudantes no concelho de Macedo de Cavaleiros.

Educação 2002/2003		
	Macedo de Cavaleiros	Valpaços
Estabelecimentos de Ensino	76	100
Educação pré-escolar	18	20

Ensino Básico	55	79
Ensino Secundário	1	1
Escolas Profissionais	0	0
Ensino Superior	2	0
Alunos	4253	2981
Educação pré-escolar	359	415
Ensino Básico	1786	2044
Ensino Secundário	596	522
Escolas Profissionais	0	0
Ensino Superior	1512	0

Tabela 33 Indicadores de educação nos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Valpaços

Fonte: Instituto Nacional Estatística

Ao nível do sistema de saúde, claramente o concelho de Macedo de Cavaleiros apresenta indicadores mais favoráveis, por força da instalação de um Hospital Distrital.

Saúde – 2003		
	Macedo de Cavaleiros	Valpaços
Enfermeiros por 1000 habitantes	6,1	0,7
Médicos por 1000 habitantes	1,4	3,3
Farmácias e postos de medicamentos por 1000 habitantes	0,2	0,3
Internamentos por 1000 habitantes	178	x
Intervenções de grande e média cirurgia por dia	4	x
Consultas por habitante	3,3	3,1
Camas:		
Por 1000 habitantes	6,1	x
Taxa de ocupação	70,2	x
Taxa média de mortalidade infantil (1999/2003)	x	7,1
Taxa média mortalidade neo-natal (1999/2003)	x	x
Hospitais	2	x
Centros de saúde	1	1
Farmácias e postos de medicamentos	4	6

Tabela 34 Indicadores de saúde nos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Valpaços

Fonte: Instituto Nacional Estatística

O tecido económico é similar, contudo revela uma diferença acentuada no que diz respeito ao volume de negócios, o que indicia índices de produtividade e de valor acrescentado, inferiores no concelho de Valpaços.

Empresas – 2004		
	Macedo de Cavaleiros	Valpaços
Taxa de constituição de sociedades	3,8	8,2
Taxa de dissolução de sociedades	3,4	7,4
N.º Empresas	2086	2032
Pessoal ao Serviço	1303	1000
Volume de Negócios (milhares €)	109.091	71.761
Sociedades Constituídas	12	18
Sociedades Dissolvidas	10	15

Tabela 35 Indicadores de empresas nos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Valpaços

Fonte: Instituto Nacional Estatística

Os indicadores do trabalho, permitir-nos-ão conhecer melhor e enquadrar os dois concelhos no País e na região em que se inserem, nomeadamente:

Trabalho – 2004		
	Portugal	Norte
Taxa de actividade	52,2	52
Taxa de desemprego	6,7	7,7

Tabela 36 Indicadores de trabalho em Portugal e Norte

Fonte: Instituto Nacional Estatística

Outra variável importante nesta análise, diz respeito à qualificação, ou falta dela dos activos:

Qualificações	Portugal	Norte
Activos com pelo menos a escolaridade obrigatória no total da população	34,6%	26,1%
Quadros superiores e especialistas no total de empregados	17,4%	15,9%

Tabela 37 Indicadores de qualificação dos activos em Portugal e Norte

Fonte: Instituto Nacional Estatística

A variável dos ganhos obtidos com o trabalho, vai nos permitir concluir da associação deste indicador aos resultados a obter pela amostra que é objecto de estudo da presente investigação:

	Portugal	Norte
Ganho médio mensal	813 €	700 €

Tabela 38 Indicadores de ganho médio mensal dos activos em Portugal e Norte

Fonte: Instituto Nacional Estatística

Finalmente, centramos-mos nos dois concelhos em análise:

	Macedo de Cavaleiros	Valpaços
Ganho médio mensal	582 €	517 €
Trabalhadores Conta Outrem	1419	1072
Sector Primário	21	17
Sector Secundário	498	419
Sector Terciário	900	636
Ganho médio mensal:		
Sector Primário	413 €	533 €
Sector Secundário	528 €	463 €
Sector Terciário	616 €	552 €

Tabela 39 Indicadores económicos nos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Valpaços

Fonte: Instituto Nacional Estatística

Já tivemos oportunidade de analisar informações fornecidas pelo Ministério da Agricultura relativamente ao período de transição entre os séculos XX e XXI, no ponto 1.2, vamos analisar alguns dos indicadores disponíveis para a agricultura e floresta relativos a 2003 do Instituto Nacional de Estatística, com o objectivo de contribuir para uma clara caracterização dos concelhos que compõe a amostra, daí que a presente informação não fosse focada no ponto 1.2.

Partimos de uma análise nacional, para nos focarmos na região de Trás-os-Montes, e mais especificamente nos dois concelhos em análise:

Agricultura e Floresta – 2003				
		Portugal	Norte	Região Agrária Trás-os-Montes
Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por exploração		10,4	5,7	7,2
Margem Bruta Total por exploração		7.765 €	6.248 €	6.053 €
Margem Bruta Total por SAU		749 €	1.103 €	842 €
Proporção de produtores agrícolas singulares com actividade a tempo completo na exploração		18%	21%	9%
Proporção de produtores agrícolas singulares mulheres		24%	28%	23%
Proporção de produtores agrícolas singulares com formação profissional agrícola		9%	12%	13%
Proporção de produtores agrícolas singulares com formação secundária ou superior		5%	5%	6%
Idade média do produtor agrícola singular		62	61	61
N.º Explorações		359284	123720	64963

Mão-de-obra Agrícola	457647	180524	77400
Produção Principais Culturas	M. Cavaleiros	Valpaços	
Vinho hl	6365	74270	
Azeite hl/100kg	14843	x	

Tabela 40 Indicadores agricultura e floresta em Portugal, Norte, Trás-os-Montes, Macedo de Cavaleiros e Valpaços

Fonte: Instituto Nacional Estatística

Vejamos alguns indicadores regionais:

Contas Regionais – 2004			
	Portugal	Norte	Trás-os-Montes
Produto Interno Bruto	12.500 €	9.900 €	7.500 €
Produtividade (VAB/Emprego)	22.500 €	18.700 €	15.300 €
Agricultura, caça e silvicultura; pesca e aquicultura			
Produtividade (VAB/Emprego)	8.700 €	5.100 €	x
Agricultura, caça e silvicultura; pesca e aquicultura			
Remuneração média	8.700 €	7.700 €	x
VAB (milhões euros)	4.322 €	886 €	116 €

Tabela 41 Indicadores contas regionais em Portugal, Norte e Trás-os-Montes

Fonte: Comissão de Coordenação da Região do Norte

Caracterizados os municípios que servirão de amostra ao nosso objecto de estudo, vamos estabelecer no próximo capítulo as bases metodológicas da investigação.

5 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

5.1 METODOLOGIA

A metodologia utilizada direccionou-se na obtenção dos objectivos propostos para esta investigação.

Como refere Baranano (2004), *“O estudo de caso é um método de investigação utilizado no âmbito das Ciências Sociais que pressupõe uma apresentação rigorosa de dados empíricos, baseada numa combinação de evidências quantitativas e qualitativas. Em Gestão, dada a complexidade das situações, e portanto a necessidade crescente de informação qualitativa que explique a informação quantitativa de forma completa recorre-se, cada vez com maior frequência, à realização de estudos de caso.”*

A investigação proposta, seguirá uma metodologia de estudo de caso, onde nos propomos investigar o Impacto sócio-económico e Avaliação do Desempenho do Modelo de Gestão do Associativismo Agrícola, realizando um estudo comparativo nos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Valpaços.

Este método de investigação, nas palavras de Baranano (2004), *“mostra-se adequado quando os tipos de questões a ser respondidas se inserem no domínio do «como» ou do «porquê», muito embora também se aplique em questões do tipo «qual». Segundo a autora o nosso estudo será do tipo “Exploratório – responde a questões do tipo «qual»”*

A recolha de dados, como refere Baranano (2004), *“...num estudo de caso requer uma preparação. Tarefa complexa que envolve, basicamente, os quatro aspectos seguintes: capacidades do investigador, ... treinamento para a realização de um estudo de caso, ... desenvolvimento de um guião para o estudo de caso³⁴, ... realização de um pré-teste do estudo de caso ...”*

A investigação passará por fontes de evidência do tipo documentação e arquivos, nomeadamente informação de carácter económico e financeira de natureza obrigatória de prestação de contas de qualquer agente económico colectivo, nomeadamente, de natureza contabilística, fiscal e parafiscal, especificamente, o Balanço, a Demonstração de Resultados, Declarações de Rendimentos e de Informação Contabilística e Fiscal, bem como o Mapa de Quadros do Pessoal. As informações recolhidas foram compiladas numa

³⁴ Ver anexo A

base de dados que consolidou todas as informações individuais, garantindo total confidencialidade e anonimato das informações recolhidas.

As informações recolhidas dizem respeito a três exercícios económicos, 2003, 2004 e 2005. Baranano (2004), classifica este tipo de estudo em relatório de estudo de caso em *“estrutura comparativa – são utilizadas quando se repete o mesmo estudo de caso duas ou mais vezes, comparando as diferentes observações encontradas. São adequadas para estudos de caso exploratórios ...”*.

A investigação seguirá uma comparação do movimento associativo consolidado em cada concelho e para cada um dos exercícios económicos. Seguida de uma componente mais específica por tipologia associativa nos moldes anteriormente referidos.

6 ESTUDO DE CASO

6.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA AMOSTRA

a) Organismos associativos com sede no concelho de Macedo de Cavaleiros

Tipologia Associativa	Área Territorial de Intervenção	Número de Associados Servidos ³⁵	Número de Organismos
Cooperativas Agrícolas de Transformação	Terra Fria Transmontana	2841	1
Centros de Gestão da Empresa Agrícola	Concelho de Macedo de Cavaleiros e concelhos limítrofes	Informação não disponível	1
Organizações de Produtores Pecuários (ADS / OPP)	Concelho de Macedo de Cavaleiros e concelhos limítrofes	1133	1
Associações Sócio-Laborais: Associações patronais agrícolas	Trás-os-Montes e Alto Douro	46	3

Tabela 42 Organismos associativos com sede no concelho de Macedo de Cavaleiros

b) Organismos associativos com sede no concelho de Valpaços

Tipologia Associativa	Área Territorial de Intervenção	Número de Associados Servidos ³⁶	Número de Organismos
Cooperativas Agrícolas de Transformação	Terra Quente e Terra Fria Transmontana; Alto Tâmega	4174	2
Cooperativas Agrícolas de Serviços	Concelho de Valpaços	764	1
Centros de Gestão da Empresa Agrícola	Concelho de Valpaços e Concelhos limítrofes	1053	2
Associações Sócio-Laborais: Associações patronais agrícolas	Concelho de Valpaços e Concelhos Limítrofes	1087	3

Tabela 43 Organismos associativos com sede no concelho de Valpaços

As tipologias associativas presentes na amostra são essencialmente duas, cooperativismo e associações patronais.

³⁵ Dados referentes a 31-12-2005

³⁶ Dados referentes a 31-12-2005

6.2 ANÁLISE DO IMPACTO SÓCIO-ECONÓMICO E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO MODELO DE GESTÃO DO ASSOCIATIVISMO AGRÍCOLA

6.2.1 Associativismo Agrícola do concelho de Macedo de Cavaleiros

Vamos iniciar a nossa análise às Demonstrações Financeiras do Associativismo Agrícola, nomeadamente o Balanço e a Demonstração de Resultados das organizações associativas que compõe a amostra nos dois concelhos em estudo, vamos para isso apreciar os elementos financeiros informativos dos exercícios de 2003, 2004 e 2005.

A análise dos dados será dividida por concelho, iniciando com o movimento associativo consolidado, precedido por uma análise por tipologia associativa.

6.2.1.1 Movimento associativo consolidado

O cenário económico-financeiro do associativismo agrícola de Macedo de Cavaleiros é marcado por uma evolução negativa de praticamente todas as grandes rubricas do Balanço em termos líquidos, com o ano de 2004 a acentuar as descidas. De salientar que apesar de estarmos a analisar organizações sem fins lucrativos, as instituições incluídas na amostra, demonstram a existência de investimentos noutros negócios em valor superior a 200000 euros. Os Capitais Próprios do associativismo agrícola do concelho de Macedo de Cavaleiros ascendem a 2000000 de euros.

Comparando as grandes classes, denotamos que as rubricas activas de curto prazo, cobrem as passivas, assim como o Capital Próprio e os Capitais Alheios a médio e longo prazo, cobrem os Activos Fixos, revelando uma situação confortável ao nível do fundo de maneiio, como facilmente poderemos ver nos quadros seguintes:

Análise Grandes Rúbricas do Balanço:					
2003					
Activo Circulante	Disponibilidades	112.367,32			
	Créditos	1.706.091,61			
	Existências	51.021,55	1.344.338,03	Débitos CP	
	Total	1.869.480,48	1.344.338,03	Total	Capital Alheio CP
Activo Fixo	Imobilizado Corpóreo	1.296.502,54	0,00	Débitos MLP	Capital Alheio MLP
	Imobilizado Incorpóreo	6.290,73	388.943,33	Capital/Fundo Associativo	
	Investimentos Financeiros	170.353,93	1.609.346,32	Reservas e Resultados	
	Total	1.473.147,20	1.998.289,65	Total	Capital Próprio
Fundo Maneio		525.142,45			

2004					
Activo Circulante	Disponibilidades	83.903,42			
	Créditos	1.502.760,69			
	Existências	104.421,50	1.362.139,67	Débitos CP	
	Total	1.691.085,61	1.362.139,67	Total	Capital Alheio CP
Activo Fixo	Imobilizado Corpóreo	1.276.941,48	0,00	Débitos MLP	Capital Alheio MLP
	Imobilizado Incorpóreo	159,01	364.306,87	Capital/Fundo Associativo	
	Investimentos Financeiros	203.883,98	1.445.623,54	Reservas e Resultados	
	Total	1.480.984,47	1.809.930,41	Total	Capital Próprio
Fundo Maneio		328.945,94			
2005					
Activo Circulante	Disponibilidades	99.351,38			
	Créditos	1.486.196,90			
	Existências	116.053,93	1.255.586,91	Débitos CP	
	Total	1.701.602,21	1.255.586,91	Total	Capital Alheio CP
Activo Fixo	Imobilizado Corpóreo	1.239.871,81	0,00	Débitos MLP	Capital Alheio MLP
	Imobilizado Incorpóreo	157,17	338.830,82	Capital/Fundo Associativo	
	Investimentos Financeiros	203.883,98	1.551.097,44	Reservas e Resultados	
	Total	1.443.912,96	1.889.928,26	Total	Capital Próprio
Fundo Maneio		446.015,30			

Tabela 44 Fundo de Maneio – Movimento Associativo Consolidado no concelho Macedo de Cavaleiros

O ano de 2003 ficou marcado por uma situação algo confortável, o associativismo agrícola de Macedo de Cavaleiros, apresenta um activo circulante que cobre confortavelmente os seus passivos de curto prazo, assim como os capitais próprios financiam o activo fixo. O cenário da análise às grandes rubricas do Balanço, na óptica do Fundo de Maneio, mostra-nos o ano de 2004 marcado por uma redução de 37%, dispendo no entanto de uma situação económico-financeira confortável. O ano de 2005 demonstra melhorias na situação económico-financeira, sendo mesmo o exercício económico a apresentar o valor mais baixo de débitos de curto prazo.

Analisando o Balanço, vejamos alguns indicadores económico-financeiros:

O Associativismo Agrícola de Macedo de Cavaleiros, revela alguma dificuldade de liquidez, para um indicador padrão fixado em 2, o nível de liquidez geral, não chega ao 1,5, ou seja, o associativismo dispõe uma vez e meia de activos circulantes, para cobrir o passivo de curto prazo. A liquidez imediata, ou seja, a existência de disponibilidades para cobrir o passivo de curto prazo é praticamente nula.

	2003	2004	2005
Liquidez Geral	1,53	1,43	1,49
Activo Circulante (sem acrescimos)	1.866.120	1.642.080	1.550.703
Passivo de curto prazo (sem acrescimos)	1.219.473	1.145.606	1.040.136

	2003	2004	2005
Liquidez Geral	1,39	1,30	1,42
Activo Circulante (com acrescimos)	1.869.480	1.691.086	1.701.602
Passivo de curto prazo (com acrescimos)	1.344.338	1.301.436	1.194.883

	2003	2004	2005
Liquidez Reduzida	1,49	1,34	1,38
Activo Circulante-Existências	1.815.099	1.537.659	1.434.649
Passivo de curto prazo	1.219.473	1.145.606	1.040.136

	2003	2004	2005
Liquidez Imediata	0,09	0,07	0,10
Disponibilidades	112.367	83.903	99.351
Passivo de curto prazo	1.219.473	1.145.606	1.040.136

Tabela 45 Indicadores de Liquidez – Movimento Associativo Consolidado no concelho Macedo de Cavaleiros

Quanto aos indicadores de prazos médios:

	2003	2004	2005
Prazo Médio Recebimento	187,1	211,0	156,5
Clientes c/c + Clientes Titulos a Receber	849.650	812.150	859.942
(Vendas + Prestação de serviços)	1.657.427	1.404.769	2.005.518

(em dias)

	2003	2004	2005
Prazo Médio Pagamento	62,6	83,8	99,1
Fornecedores c/c + Fornecedores Titulos a Pagar	380.659	456.431	573.045
Compras de mercadorias/Serviços	2.219.558	1.988.583	2.110.353

(em dias)

	2003	2004	2005
Prazo Médio Stock p/ Venda	16,1	43,6	30,5
Existências Finais	51.022	104.422	116.054
Custo das Mercadorias Vendidas	1.156.150	873.926	1.387.172

(em dias)

	2003	2004	2005
Rotação de Stocks	22,7	8,4	12,0
Custo das Mercadorias Vendidas	1.156.150	873.926	1.387.172
Existências Finais	51.022	104.422	116.054

(em dias)

Tabela 46 Indicadores de Prazos Médios – Movimento Associativo Consolidado no concelho Macedo de Cavaleiros

O prazo médio de recebimento é extremamente elevado, indiciando um fraco poder negocial com os respectivos parceiros de operações. Ao contrário o prazo médio de pagamento está demasiadamente desalinhado com o prazo médio de recebimento. A permanência do stock para venda depois de uma subida de cerca de 16 dias em 2003 para os quase 44 dias em 2004, no exercício económico seguinte assistiu-se a uma ligeira descida para os quase 31 dias.

O desempenho avaliado apenas pelos resultados contabilísticos, mostra-nos um associativismo agrícola de Macedo de Cavaleiros, com o ano de 2005 a marcar uma ligeira

retoma, apesar de operacionalmente os resultados não irem muito além dos 8000 euros. Para melhor compreendermos a evolução futura do associativismo agrícola, refira-se que o ano de 2006, marca o fim do ciclo de financiamento Europeu e 2007, será o ano do planeamento do quadro comunitário seguinte, perspectivas não muito favoráveis ao nível de financiamentos, mas um cenário que colocará um verdadeiro desafio aos dirigentes associativos, na esfera da procura de soluções para enfrentar a gestão do movimento associativo.

O financiamento das actividades associativas, são largamente provenientes de vendas, subsídios e prestação de serviços, não fossem os subsídios representarem entre 30 a 40% do total de proveitos e ganhos, e nem notaríamos que estamos a analisar organizações sem fins lucrativos. Note-se que em anos mais difíceis, os proveitos suplementares ganham algum relevo, refira-se o papel das quotas dos associados.

Analizamos alguns gráficos para melhor percebermos o Associativismo Agrícola:

A análise aos resultados, revela-nos de imediato o ano desastroso que foi o de 2004, qualquer natureza de resultados, revelaram-se negativos.

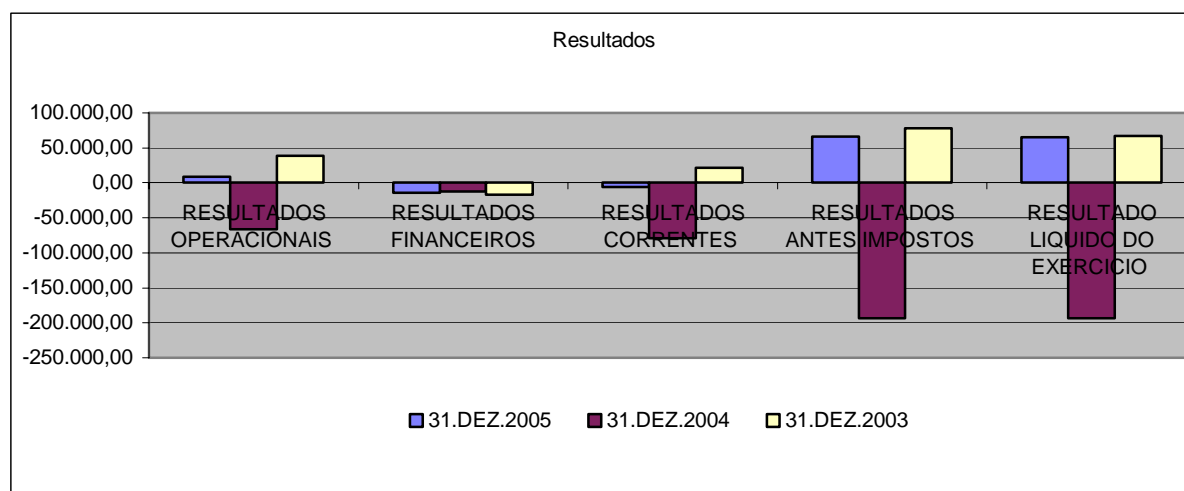


Gráfico 8 Resultados – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Macedo de Cavaleiros

Ao nível operacional, o Associativismo Agrícola de Macedo de Cavaleiros, apresenta uma tendência de crescimento e com resultados positivos. Os resultados financeiros são em regra negativos, o que indicia endividamento na banca. Os resultados líquidos, acima de 50000 euros em 2003 e 2005, demonstram alguma sustentabilidade.

O nível de impostos gerados pelo movimento associativo, resulta praticamente do facto de a amostra incluir uma cooperativa e de um dos produtos agrícolas com mais relevância no volume de negócios ser o Vinho, sujeito a imposto especial de consumo. As

restantes instituições da amostra, sendo sujeitos passivos de IRC, tem um tratamento fiscal especial.

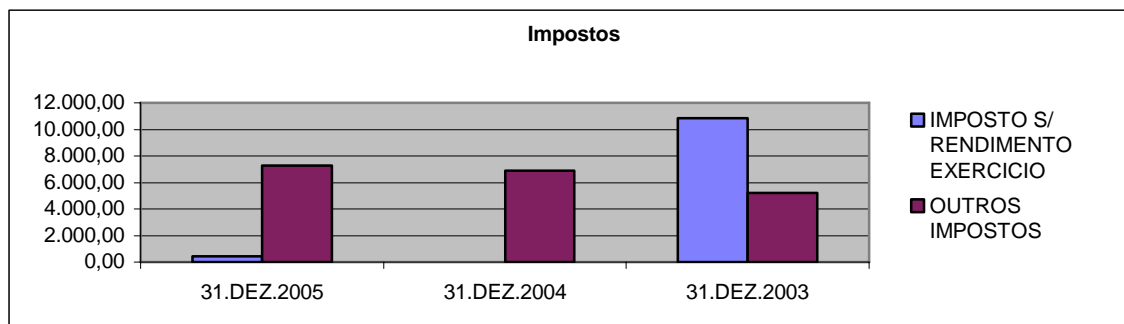


Gráfico 9 Impostos – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Macedo de Cavaleiros

Um das grandes fatias de custos no movimento associativo são os custos com o pessoal, incluindo-se aqui os salários e outras remunerações adicionais, assim como os respectivos encargos sociais.

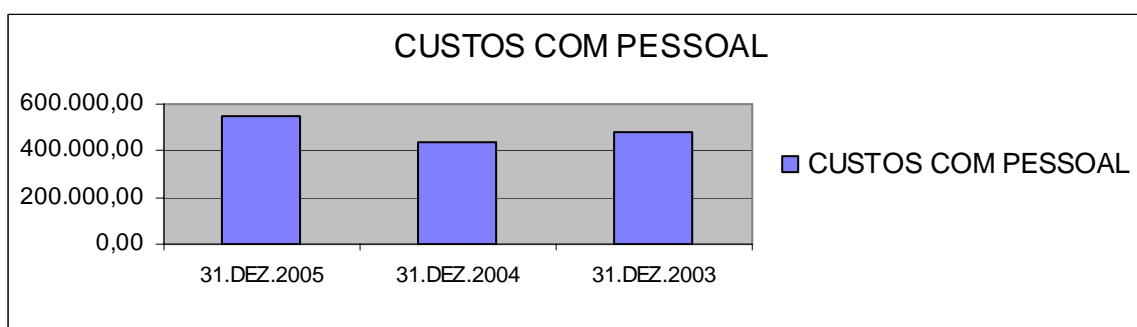


Gráfico 10 Custos com Pessoal – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Macedo de Cavaleiros

A análise aos proveitos e ganhos, demonstram-nos a importância maior do movimento associativo no que concerne ao escoamento da produção agrícola, com o ano de 2005 a ultrapassar o volume de milhão e meio de euros de vendas de produtos.

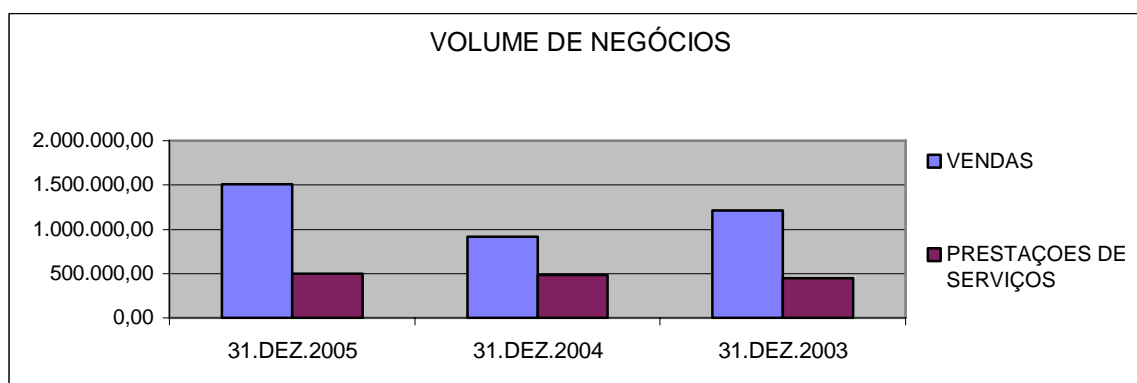


Gráfico 11 Volume de Negócios – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Macedo de Cavaleiros

No que toca às restantes receitas, de ressaltar os subsídios à exploração, que revelam uma tendência clara de decréscimo, ressalve-se o facto de o quadro comunitário caminhar para fim de ciclo e transitar para o seguinte que abarcará o período 2007/2013. Refira-se ainda as receitas provenientes das contribuições dos associados no ano de 2004, os proveitos suplementares, rubrica que regista as contribuições dos associados, cifrou-se acima dos 200000 euros.

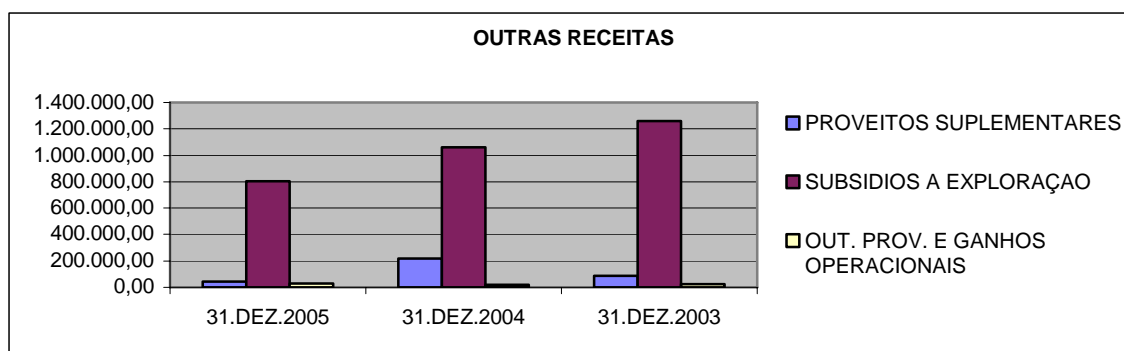


Gráfico 12 Outras Receitas – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Macedo de Cavaleiros

Perceberemos melhor o modelo de financiamento do associativismo agrícola, analisando o gráfico seguinte:

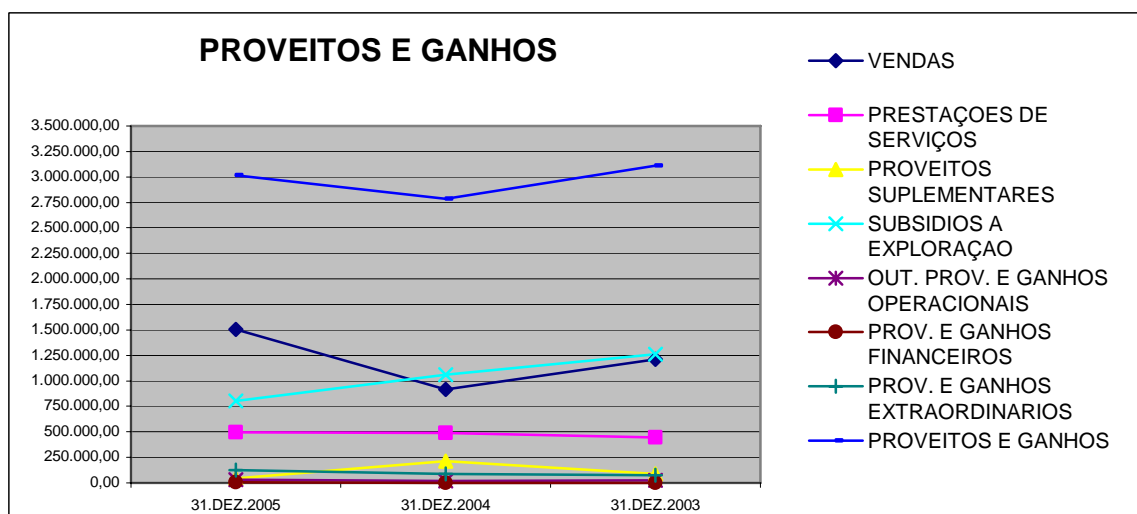


Gráfico 13 Proveitos e Ganhos – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Macedo de Cavaleiros

O período em análise revela-nos algumas curiosidades, em 2003 as vendas e os subsídios à exploração, ombreavam pela relevância maior no total de proveitos e ganhos, para no ano de 2005, as vendas representarem largamente a maior fatia de receitas do movimento associativo. Refira-se ainda que as prestações de serviços revelam uma consistência ao longo de todo o período considerado.

Mas, porque perceber as fontes de receitas do movimento associativo é perceber o seu modelo de gestão, vejamos uma análise aos proveitos e ganhos em cada um dos anos em análise:

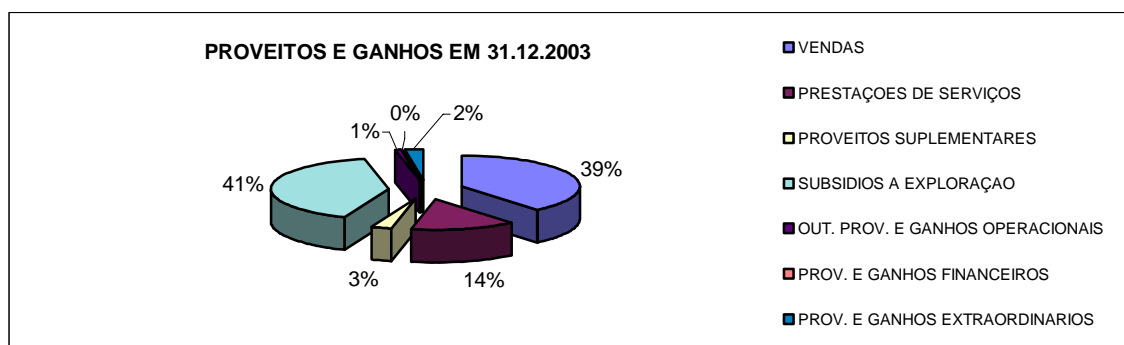


Gráfico 14 Proveitos e Ganhos 2003 – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Macedo de Cavaleiros

O ano de 2003 é marcado pela relevância maior dos subsídios à exploração, o associativismo agrícola de Macedo de Cavaleiros, depende sobremaneira do financiamento público, uma fragilidade a corrigir, sob pena de o modelo de gestão ser colocado em causa. As prestações de serviço apresentam um valor baixo de 14% e outra curiosidade, um movimento associativo, em que as contribuições dos associados representam apenas 3% do total de receitas.

2004, inicia a tendência de decréscimo dos subsídios à exploração, o volume de negócios, representa 50% do total de receitas, e as contribuições dos associados sobem aos 8%.

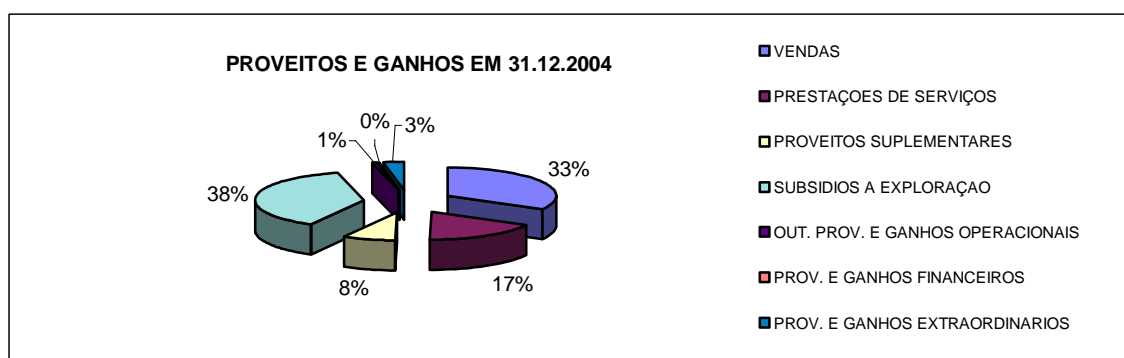


Gráfico 15 Proveitos e Ganhos 2004 – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Macedo de Cavaleiros

O ano de 2005, aproxima o movimento associativo de um modelo clássico de mercado, os subsídios reduzem-se a 27% do total de receitas, as contribuições dos sócios reduziram-se a apenas 1%. O volume de negócios, representa uns claros 67% do total de proveitos e ganhos do movimento associativo de Macedo de Cavaleiros.

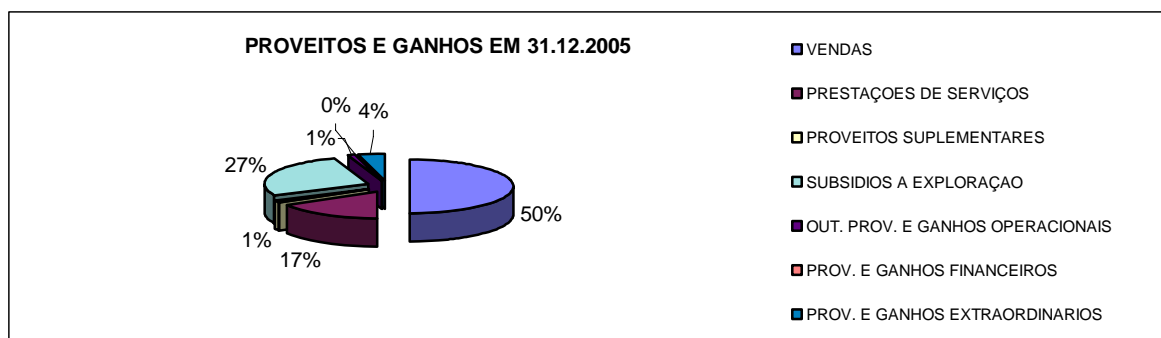


Gráfico 16 Proveitos e Ganhos 2005 – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Macedo de Cavaleiros

A análise ao movimento associativo consolidado do concelho de Macedo de Cavaleiros, encaminha-nos no sentido da análise ao Balanço e à Demonstração de Resultados, vejamos alguns indicadores económico-financeiros de rentabilidade, seguindo a óptica de avaliação do desempenho na perspectiva dos resultados contabilísticos do modelo de gestão associativo do sector agrícola.

	2003	2004	2005
Rentabilidade Líquida dos Capitais Próprios	3,4%	-10,7%	3,5%
Resultados Líquidos	67.503	-193.323	65.727
Capitais Próprios	1.998.290	1.809.930	1.889.928

	2003	2004	2005
Rentabilidade Líquida do Activo	2,0%	-6,1%	2,1%
Resultados Líquidos	67.503	-193.323	65.727
Activo Líquido	3.342.628	3.172.070	3.145.515

	2003	2004	2005
Margem Bruta/Comercial das Vendas	4,7%	5,1%	8,7%
Vendas Líquidas	1.209.944	918.212	1.507.415
Custo das mercadorias Vendidas	1.156.150	873.926	1.387.172

	2003	2004	2005
Rentabilidade Operacional das Vendas	3,2%	-7,2%	0,6%
Resultados Operacionais	38.334	-66.417	8.398
Vendas Líquidas	1.209.944	918.212	1.507.415

	2003	2004	2005
Rácio de cobertura dos encargos financeiros	126,2%	-	-42,8%
Resultados Operacionais	38.334	-66.417	8.398
Resultados Financeiros	-16.950	-12.342	-14.683

	2003	2004	2005
Rentabilidade Corrente das Vendas	1,8%	-8,6%	-0,4%
Resultados Correntes	21.384	-78.759	-6.285
Vendas Líquidas	1.209.944	918.212	1.507.415

	2003	2004	2005
Rentabilidade Antes de Impostos	4,7%	-13,8%	3,3%
Resultados Antes de Imposto	78.331	-193.323	66.138
Vendas Líquidas + Prestação de Serviços	1.657.427	1.404.769	2.005.518

	2003	2004	2005
Carga do imposto sobre o volume de negócios	0,7%	0,0%	0,0%
Imposto sobre rendimento	10.828	0	412
Vendas Líquidas + Prestação de Serviços	1.657.427	1.404.769	2.005.518

Tabela 47 Indicadores de Rentabilidade – Movimento Associativo Consolidado no concelho Macedo de Cavaleiros

O volume de negócios apresenta rentabilidades bastante reduzidas. Atendendo ao facto de estarmos a analisar organizações sem fins lucrativos, e portanto, o objectivo primeiro destas organizações não ser a remuneração dos investidores, aliás, apenas as cooperativas, apresentam capital social, o indicador de rentabilidade dos capitais próprios, é apresentado apenas a título indicativo.

O Activo Líquido, apresenta níveis de rentabilidade bastante reduzidos, em regra, rondam os 2% de rentabilidade.

A margem bruta das vendas, revela uma tendência de crescimento, com o ano de 2005 a atingir os 9% de rentabilidade da margem bruta.

A rentabilidade operacional das vendas líquidas demonstra um modelo de gestão muito dependente dos subsídios à exploração, para compensar as perdas operacionais do volume de negócios.

O indicador de cobertura dos encargos financeiros cimenta as análises já realizadas, o ano de 2003 apresenta resultados operacionais suficientes para cobrir os prejuízos de financiamento, o ano de 2004 desastroso em todos os sentidos, 2005 marca uma retoma operacional, mas não o suficiente para cobrir os resultados financeiros negativos.

Analisando o impacto das vendas líquidas nos resultados correntes, verificamos a existência de uma rentabilidade na ordem dos 2% no exercício económico de 2003, em 2004 uma rentabilidade corrente negativa de 8,6%, com o ano de 2005 a inverter a tendência de descida, fixando-se numa rentabilidade corrente das vendas negativa de 0,4 pontos percentuais.

A rentabilidade do volume de negócios antes de impostos, por via dos resultados extraordinários sobe, a regra é de valores positivos, já se referiu antes, o ano de 2004 é atípico no período em análise, 2005 a rentabilidade antes de impostos do volume de negócios, cifrou-se nos 3,3%.

Registe-se novamente, estamos na presença de organizações sem fins lucrativos, cuja existência depende do cumprimento dos objectivos inerentes à sua criação, que estão muito para além dos resultados contabilísticos.

Para analisarmos o indicador da carga de imposto sobre os rendimentos das pessoas colectivas no volume de negócios, deveremos ter em conta a legislação fiscal aplicável³⁷.

A análise a alguns indicadores de funcionamento, permitir-nos-à estabelecer um padrão de gestão, na óptica económico-financeira.

	2003	2004	2005
Rotação dos Capitais Próprios	0,8	0,8	1,1
Vendas Líquidas + Prestação de Serviços	1.657.427	1.404.769	2.005.518
Capitais Próprios	1.998.290	1.809.930	1.889.928
Rotação do Activo Total	0,5	0,4	0,6
Vendas Líquidas + Prestação de Serviços	1.657.427	1.404.769	2.005.518
Activo Líquido	3.342.628	3.172.070	3.145.515
Rotação do Imobilizado Líquido	1,1	0,9	1,4
Vendas Líquidas + Prestação de Serviços	1.657.427	1.404.769	2.005.518
Imobilizado Líquido	1.473.147	1.480.984	1.443.913
Rotação do Activo Circulante	0,9	0,9	1,3
Vendas Líquidas + Prestação de serviços	1.657.427	1.404.769	2.005.518
Activo Circulante	1.866.120	1.642.080	1.550.703
Estrutura de Endividamento de m/l Prazo	0%	0%	0%
Passivo de médio e longo Prazo	0	0	0
Capitais Permanentes	1.998.290	1.809.930	1.889.928
Capacidade de Endividamento	100%	100%	100%
Capitais Próprios	1.998.290	1.809.930	1.889.928
Capitais Permanentes	1.998.290	1.809.930	1.889.928
Cobertura de Imobilizado	136%	122%	131%
Capitais Permanentes	1.998.290	1.809.930	1.889.928
Imobilizado Líquido	1.473.147	1.480.984	1.443.913

Tabela 48 Indicadores de Funcionamento – Movimento Associativo Consolidado no concelho Macedo de Cavaleiros

³⁷ Nos termos do CIRC, a matéria tributável dos sujeitos passivos que não exerçam a título principal uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, é calculada com base nos rendimentos tributados em sede de IRS. No entanto, nos termos do artigo 49, existem rubricas de proveitos e ganhos que não estão sujeitas ao imposto, nomeadamente os subsídios e as contribuições dos sócios e outros doadores, para cumprimento de disposições estatutárias.

As cooperativas, como sujeitas passivas do IRC, que são, estão sujeitas ao regime geral de tributação, mas apenas quanto às operações com não cooperantes, nos termos do Estatuto Fiscal Cooperativo.

A rotação dos capitais próprios, revela uma consistência nos sucessivos anos, com 2005, acima da unidade de rotação. A rotação do activo, na ordem do meio ponto, com os activos a revelar consistência ao longo do período em análise. Em praticamente todos os exercícios económicos o volume de negócios suplanta o imobilizado líquido, com um indicador de rotação em 2005, nos 1,4 vezes. O volume de negócios, cobre em 90% o activo circulante em 2003 e 2004, com o ano de 2005, a cifrar a rotação do activo circulante em 1,3 vezes. A análise de médio e longo prazo demonstra um modelo de gestão, sem qualquer compromisso, o endividamento é mesmo nulo. O que nos poderá levar a concluir que o modelo de gestão reflecte apenas preocupações de curto prazo. Nos termos anteriores, a capacidade de endividamento no médio e longo prazo é de 100%. A análise à estrutura de funcionamento, já analisada na óptica do fundo de maneo, revela-nos uma situação financeira positiva, o imobilizado é coberto pelos capitais permanentes, na ordem de 1,3 vezes.

Os indicadores autonomia financeira e de solvabilidade, assumem uma importância relevante, no que diz respeito à continuidade das operações das organizações:

	2003	2004	2005
Autonomia Financeira	60%	57%	60%
Capital Próprio	1.998.290	1.809.930	1.889.928
Activo Líquido	3.342.628	3.172.070	3.145.515

	2003	2004	2005
Solvabilidade	149%	133%	151%
Capital Próprio	1.998.290	1.809.930	1.889.928
Passivo	1.344.338	1.362.140	1.255.587

Tabela 49 Indicadores de Estrutura – Movimento Associativo Consolidado no concelho Macedo de Cavaleiros

A autonomia financeira do movimento associativo de Macedo de Cavaleiros, situa-se na ordem dos 60%, um indicador confortável, o valor padrão é de 1/3. A solvabilidade, ou seja, a capacidade de saldar as dividas no médio e longo prazo, é confortável, o movimento associativo dispõe de praticamente 1,5 vezes de capitais próprios para fazer face ao seu passivo.

Após a análise ao modelo de gestão do movimento associativo de Macedo de Cavaleiros, na óptica económico-financeira, vejamos a sempre pertinente questão da Produtividade. O valor acrescentado bruto dos activos do movimento associativo ronda os 20000 euros.

VERSÃO da Central de Balanços Banco de Portugal		2003	2004	2005
Valor Acrescentado Bruto		822.671	765.708	777.445
Vendas		1.209.944	918.212	1.507.415
Prestação de Serviços		447.482	486.557	498.103
Trabalhos para a própria empresa		0	0	0
Variação da produção		15.067	53.939	9.810
Subsídios à exploração		1.261.050	1.060.461	803.779
Outros Proveitos Operacionais		113.912	235.363	75.984
- CMVMC		-1.156.150	-873.926	-1.387.172
- FSE		-1.063.408	-1.114.657	-723.181
- Impostos indirectos		-5.227	-241	-7.294
Nº Activos		41	38	40
VAB/Nº Activos		20.065	20.150	19.436

Tabela 50 Indicador Valor Acrescentado Bruto – Movimento Associativo Consolidado no concelho Macedo de Cavaleiros

Analizamos agora o impacto da estrutura associativa, na sociedade local:

	2005	%	2004	%	2003
Rendimentos do Trabalho:	515.620,63 €	-18%	626.769,23 €	-4%	650.345,63 €
Dependente	388.242,35 €	20%	322.908,80 €	-7%	347.808,19 €
Independente	127.378,28 €	-58%	303.860,43 €	0%	302.537,44 €

	2005	%	2004	%	2003
Número Activos	80	0%	80	-11%	90
Dependente	38	27%	30	-9%	33
Independente	42	-16%	50	-12%	57

Tabela 51 Rendimentos Distribuídos e Número de Activos – Movimento Associativo Consolidado no concelho Macedo de Cavaleiros

Os rendimentos colocados à disposição têm evoluído negativamente, uma descida de 4% de 2003 para 2004 e uma descida ainda mais acentuada de 2004 para 2005 de 18%. O número de postos de trabalho não revela variações significativas e neles se incluem um vasto leque de profissões. Em número de activos, de 2003 para 2004 verifica-se uma descida de 11%, com o ano de 2005 a manter o mesmo número de profissionais que no ano transacto.

Da análise aos quadros do pessoal, traçamos o perfil dos activos associativos:

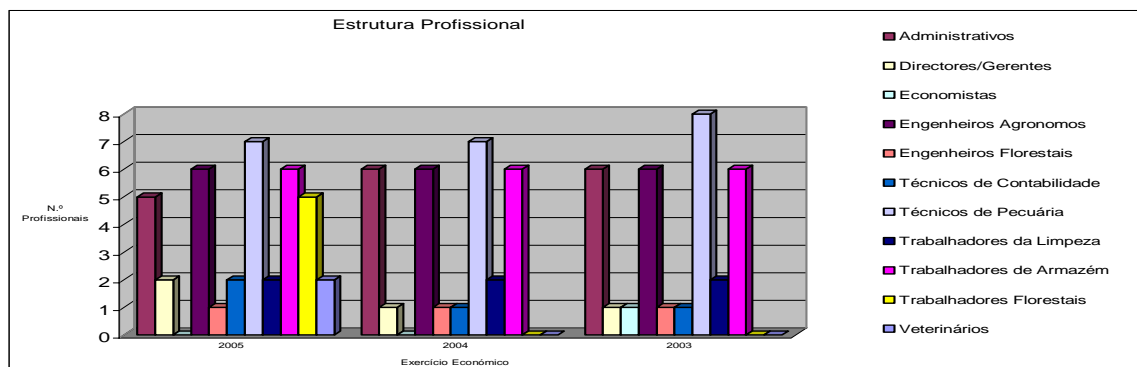


Gráfico 17 Estrutura profissional – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Macedo de Cavaleiros

A idade média dos trabalhadores não é muito variável nos três exercícios em análise, 42 anos em 2003, 44 anos em 2004 e 43 anos no exercício económico de 2005.

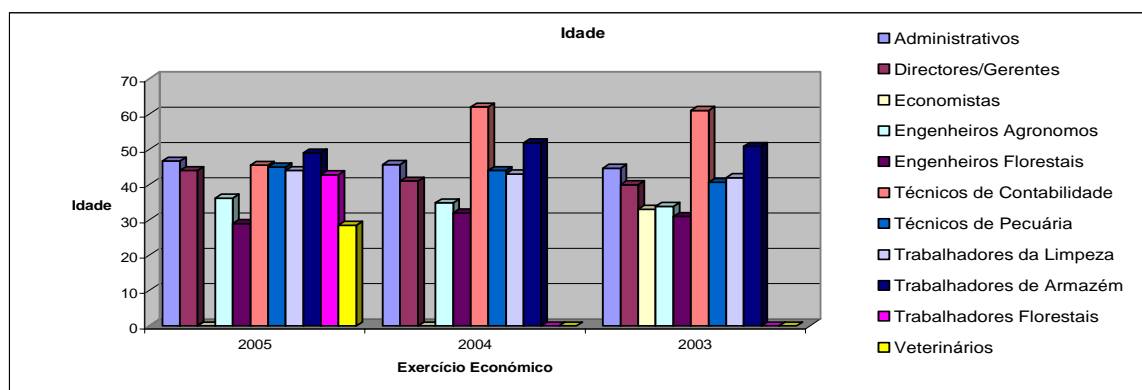


Gráfico 18 Idade média da força de trabalho – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Macedo de Cavaleiros

A permanência média do trabalhador associativo, no exercício económico de 2003 era de 14 anos, em 2004 de 16 anos e em 2005 de 12 anos de serviço.

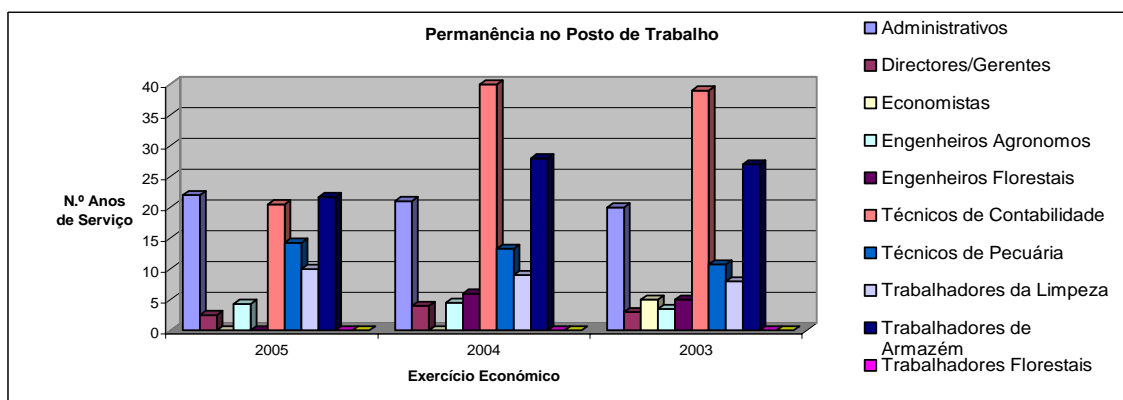


Gráfico 19 Permanência média no posto de trabalho – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Macedo de Cavaleiros

O trabalhador auferem em média 700€, um valor ao nível do ganho médio mensal do Norte, e bem superior aos 413€ de ganho médio mensal de 2004, para o sector primário no concelho de Macedo de Cavaleiros, ou se considerarmos o trabalhador mais como prestador de serviços, compare-se o valor médio do sector terciário de 616€, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística para 2004 no concelho de Macedo de Cavaleiros. Cada trabalhador apresenta de acordo como o indicador de Valor Acrescentado Bruto (VAB) proposto pela Central de Balanços do Banco de Portugal um valor médio na ordem dos 20000€. Assinala-se que o VAB no ano de 2004 em Portugal foi de 4322 milhões de euros, de 886 milhões de euros no Norte e de apenas 116 milhões de euros em Trás-os-

Montes. A produtividade na relação (VAB/Emprego) em Trás-os-Montes, em 2004 cifrou-se nos 15.300€

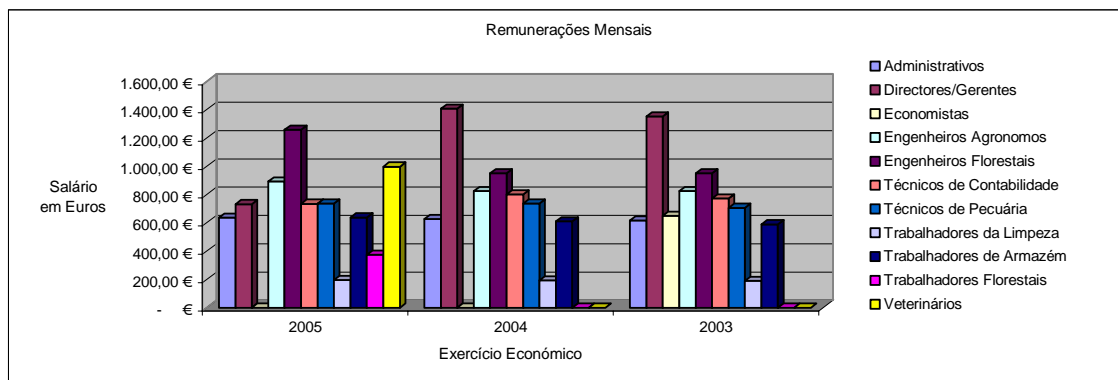


Gráfico 20 Remunerações médias mensais – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Macedo de Cavaleiros

Os trabalhadores do movimento associativo apresentavam em todos os exercícios económicos exclusivamente vínculo contratual sem termo.

O regime de duração do trabalho, regra geral é a tempo inteiro, excepção feita aos trabalhadores da limpeza em todos os exercícios económicos e no ano de 2005 juntam-se-lhe trabalhadores de direcção e armazém.

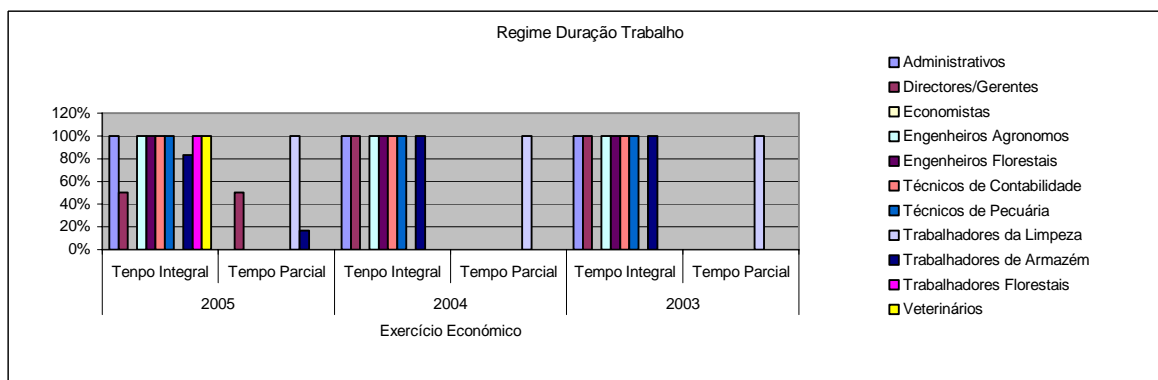


Gráfico 21 Regime duração trabalho – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Macedo de Cavaleiros

As habilitações literárias variam de acordo com a respectiva profissão.

A categoria profissional “Administrativo” apresenta apenas duas habilitações e de forma consistente ao longo dos três anos em análise, com 67% de trabalhadores com o ensino secundário e 33% com o primeiro ciclo do ensino básico.

Todos os directores de serviços ou gerentes apresentam as suas habilitações literárias ao nível do ensino secundário.

A classe profissional dos “Economistas”, extinguiu-se em 2004, e enquanto esteve ao serviço do associativismo agrícola, apresentou as habilitações académicas de Licenciatura.

Outra profissão a exigir habilitações médias ou superiores, é a dos Engenheiros Agrónomos, com 67 % de indivíduos com habilitações ao nível do Bacharelato e 33% ao nível de Licenciatura.

As habilitações académicas dos Engenheiros Florestais situam-se ao nível da licenciatura.

A classe profissional dos “Técnicos de Contabilidade” é caracterizada por baixa qualificação nos exercícios económicos de 2003 e 2004, todos os indivíduos apresentam habilitações ao nível do segundo ciclo do ensino básico. O exercício económico de 2005 marca o ingresso de trabalhadores com habilitações ao nível da Licenciatura (50%) e os indivíduos restantes mantêm as habilitações ao nível do segundo ciclo do ensino básico.

Os profissionais “Técnicos de Pecuária”, apresentam qualificações muito baixas, no exercício económico de 2003, são 37,5% os indivíduos a apresentar a qualificação de primeiro ciclo do ensino básico, os restantes com habilitações ao nível do ensino secundário. Nos exercícios económicos de 2004 e 2005, as qualificações baixam ainda mais, 43% de indivíduos com primeiro ciclo do ensino básico e 57% com habilitações ao nível do ensino secundário.

Qualificações baixas são também a dos profissionais da limpeza, 100% de habilitações ao nível do primeiro ciclo do ensino básico.

Os Trabalhadores de Armazém, apresentam baixas qualificações, nos exercícios económicos de 2003 e 2004, as habilitações repartem-se em 17% de indivíduos que não sabem ler nem escrever, 67% dos trabalhadores apresentam-se apenas com habilitações ao nível do primeiro ciclo do ensino básico e os restantes trabalhadores com habilitações de nível secundário. Apesar de as habilitações terem melhorado no exercício económico de 2005, os indivíduos que não sabem ler nem escrever mantêm-se nos 17%, o número de trabalhadores com o primeiro ciclo do ensino básico desceu para os 50%, e com o ensino secundário 33% dos indivíduos.

Os Trabalhadores Florestais ingressaram apenas no associativismo agrícola do concelho de Macedo de Cavaleiros em 2005 e as suas qualificações são muito baixas ou baixas, 20% dos indivíduos sabe ler, mas não tem qualquer habilitação, 60% apresentam-se com o primeiro ciclo do ensino básico e os restantes (20%), apresentam habilitações ao nível do terceiro ciclo do ensino básico.

Finalmente também uma profissão recente nos quadros do movimento associativo agrícola, caracterizada por habilitações superiores, os Médicos Veterinários, com qualificações de Licenciatura.

Os trabalhadores associativos apresentam-se com níveis de formação, tripartidos, no exercício económico de 2003, 40% dos indivíduos tem como habilitações o ensino básico, 34% o ensino secundário e 26% com habilitações médias ou superiores. Em 2004, o ensino básico ganhou terreno para os 44% dos trabalhadores, 33%, com o ensino secundário e apenas 23% com formação média ou superior. Finalmente no ano de 2005, mantém o nível de trabalhadores com o ensino básico, relativamente ao ano anterior, contudo verifica-se uma inflexão para os 31% de trabalhadores com o ensino secundário e sobe para 25% o número de trabalhadores com habilitações médias ou superiores.

Alargando o âmbito do estudo às variáveis habilitações/género, os trabalhadores do movimento associativo no exercício de 2003, 37% dos homens apresentam-se com o ensino básico, contra 46% de mulheres. Com o ensino secundário, os homens repetem a marca dos 37% contra 31% das mulheres, finalmente ao nível do ensino médio ou superior, 26% de homens e 23% de mulheres fecham o leque dos quadros de pessoal. No exercício económico de 2004, os homens melhoram as suas qualificações e inversamente as mulheres apresentam indicadores mais desfavoráveis, nos homens 35% apresentam-se com o ensino básico, outros tantos com o ensino secundário e 30%, têm qualificações médias ou superiores, no que toca ao género feminino, 54% têm qualificações ao nível do básico, 31% ao nível do secundário e apenas 15% são possuidores de Bacharelato ou Licenciatura. Para concluir, o ano de 2005, no que toca aos indivíduos do género masculino, apresentam os indicadores do ano transacto, já nos trabalhadores do género feminino, assistiu-se a um aumento de indivíduos com o ensino básico, 56%, uma descida para os 25%, de indivíduos com o ensino secundário e uma subida para os 19% de mulheres com habilitações médias ou superiores.

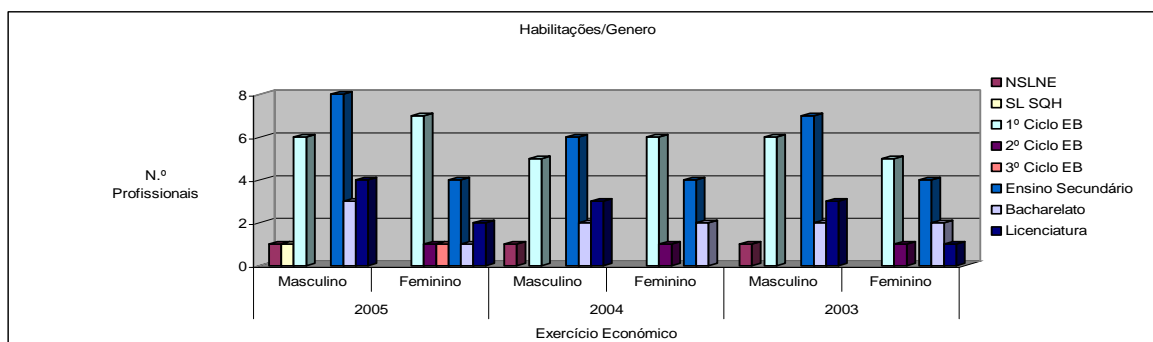


Gráfico 22 Relação Habilitações/Género – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Macedo de Cavaleiros

Os postos de trabalho em termos de género, estão distribuídos quase equitativamente.

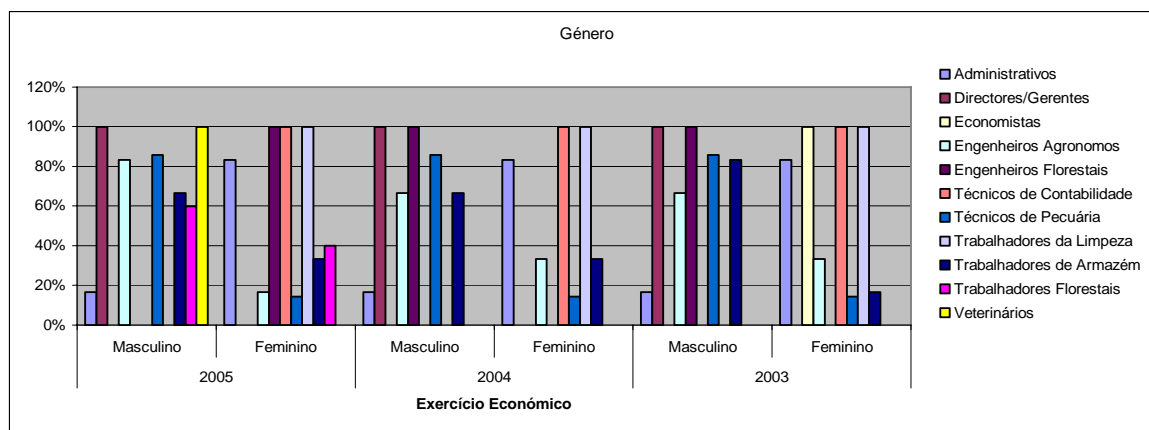


Gráfico 23 Género – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Macedo de Cavaleiros

O associativismo agrícola de Macedo de Cavaleiros, apresenta algum impacto sócio-económico ao nível do emprego, directa e indirectamente no exercício económico de 2005 empregava oitenta profissionais e alcançava um valor de rendimentos colocados à disposição dos trabalhadores superiores ao meio milhão de euros. De referir³⁸ os valores do Produto Interno Bruto (per-capita) em Portugal, para o ano de 2004, cifrou-se nos 12500€ 9900€ no Norte e 7500€ em Trás-os-Montes.

Para melhor percebermos o associativismo agrícola do concelho de Macedo de Cavaleiros, vamos analisá-lo por tipologia associativa, refira-se que das instituições da amostra, ressaltam duas tipologias, o cooperativismo e as associações patronais.

6.2.1.2 Movimento associativo na tipologia Cooperativismo

O cooperativismo agrícola do concelho de Macedo de Cavaleiros, revela uma situação económico-financeira equilibrada, a análise às grandes rubricas do Balanço na óptica do Fundo de Maneio, mostra-nos que o activo circulante cobre confortavelmente os débitos de curto prazo e os capitais permanentes, cobrem o activo fixo.

Analisando comparativamente os exercícios em estudo, 2003 apresenta um fundo de maneio na ordem dos 464000 euros, no ano de 2004 assistiu-se a uma ligeira quebra (11%), mas 2005 marca novamente um ciclo de subida (34%), como poderemos ver no quadro seguinte:

³⁸ Fonte INE

Análise gráfica do Balanço:					
2003					
Activo Circulante	Disponibilidades	45.328,32			
	Créditos	837.226,82			
	Existências	41.752,55	460.342,79	Débitos CP	
	Total	924.307,69	460.342,79	Total	Capital Alheio CP
Activo Fixo	Imobilizado Corpóreo	1.217.943,04	0,00	Débitos MLP	Capital Alheio MLP
	Imobilizado Incorpóreo	0,00	240.384,09	Capital/Fundo Associativo	
	Investimentos Financeiros	137.730,15	1.579.254,00	Reservas e Resultados	
	Total	1.355.673,19	1.819.638,09	Total	Capital Próprio
Fundo Maneio	463.964,90				
2004					
Activo Circulante	Disponibilidades	42.493,95			
	Créditos	748.133,53			
	Existências	93.051,87	472.035,10	Débitos CP	
	Total	883.679,35	472.035,10	Total	Capital Alheio CP
Activo Fixo	Imobilizado Corpóreo	1.208.512,36	0,00	Débitos MLP	Capital Alheio MLP
	Imobilizado Incorpóreo	0,00	245.794,04	Capital/Fundo Associativo	
	Investimentos Financeiros	137.730,15	1.512.092,72	Reservas e Resultados	
	Total	1.346.242,51	1.757.886,76	Total	Capital Próprio
Fundo Maneio	411.644,25				
2005					
Activo Circulante	Disponibilidades	74.014,52			
	Créditos	751.159,43			
	Existências	102.059,17	386.990,65	Débitos CP	
	Total	927.233,12	386.990,65	Total	Capital Alheio CP
Activo Fixo	Imobilizado Corpóreo	1.152.800,06	0,00	Débitos MLP	Capital Alheio MLP
	Imobilizado Incorpóreo	0,00	252.433,36	Capital/Fundo Associativo	
	Investimentos Financeiros	137.730,15	1.578.339,32	Reservas e Resultados	
	Total	1.290.530,21	1.830.772,68	Total	Capital Próprio
Fundo Maneio	540.242,47				

Tabela 52 Fundo de Maneio – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho Macedo de Cavaleiros

Com um fundo de maneio confortável, vejamos os indicadores de liquidez:

	2003	2004	2005
Liquidez Geral	2,21	1,94	2,39
Activo Circulante (sem acréscimos)	924.308	835.734	879.288
Passivo de curto prazo (sem acréscimos)	417.569	430.959	367.985
	2003	2004	2005
Liquidez Geral	2,01	1,87	2,40
Activo Circulante (com acréscimos)	924.308	883.679	927.233
Passivo de curto prazo (com acréscimos)	460.343	472.035	386.991
	2003	2004	2005
Liquidez Reduzida	2,1	1,7	2,1
Activo Circulante-Existências	882.555	742.683	777.229
Passivo de curto prazo	417.569	430.959	367.985
	2003	2004	2005
Liquidez Imediata	0,11	0,10	0,20
Disponibilidades	45.328	42.494	74.015
Passivo de curto prazo	417.569	430.959	367.985

Tabela 53 Indicadores de Liquidez – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho Macedo de Cavaleiros

Os indicadores de liquidez fixam-se em regra acima do valor padrão de 2, ou seja, o cooperativismo de Macedo de Cavaleiros, dispõe mais de duas vezes activos circulantes para solver o passivo de curto prazo. A liquidez reduzida, apresenta um indicador positivo, mesmo sem as existências o indicador de liquidez, mantém o nível das duas vezes. Praticamente nulo, é o indicador de liquidez imediata, não existem disponibilidades para cobrir o passivo de curto prazo.

Outro conjunto de indicadores relevantes para a análise do modelo de gestão do Cooperativismo agrícola passa pelos indicadores de prazos médios:

	2003	2004	2005
Prazo Médio Recebimento	202,6	214,0	137,4
Clientes c/c + Clientes Titulos a Receber	766.728	633.256	655.521
(Vendas + Prestação de serviços)	1.381.112	1.079.881	1.740.952
<i>(em dias)</i>			
	2003	2004	2005
Prazo Médio Pagamento	79,2	108,9	77,6
Fornecedores c/c + Fornecedores Titulos a Pagar	254.009	267.666	307.992
Compras de mercadorias/Serviços	1.170.988	897.468	1.449.308
<i>(em dias)</i>			
	2003	2004	2005
Prazo Médio Stock p/ Venda	13,7	41,4	27,4
Existências Finais	41.753	93.052	102.059
Custo das Mercadorias Vendidas	1.113.669	821.162	1.357.087
<i>(em dias)</i>			
	2003	2004	2005
Rotação de Stocks	26,7	8,8	13,3
Custo das Mercadorias Vendidas	1.113.669	821.162	1.357.087
Existências Finais	41.753	93.052	102.059
<i>(em dias)</i>			

Tabela 54 Indicadores de Prazos Médios – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho Macedo de Cavaleiros

O prazo médio de recebimento, revela-nos a primeira fragilidade do modelo de gestão e ao mesmo tempo o primeiro sinal de que estamos a analisar organizações sem fins lucrativos. Os anos de 2003 e 2004, apresentam prazos médios de recebimento acima dos 200 dias, 2005 apresenta uma evolução positiva com uma redução para os 137 dias.

O prazo médio de pagamento, bastante reduzido tendo em conta o prazo médio de recebimento, em 2003 e 2005, o cooperativismo agrícola de Macedo de Cavaleiros paga aos seus fornecedores a pouco menos que 80 dias.

A análise dos prazos médios de recebimento e de pagamento, revela um modelo de gestão com fraco poder negocial, principalmente com os seus clientes.

O stock para venda, não é elevado, em 2005 os stocks ficaram em armazém 27 dias e a rotação dos mesmos, para o ano de 2005, rondou as 13 vezes, antes em 2003 o indicador rondava as 27 vezes e em 2004 apenas 9 vezes.

Analizadas algumas das grandes rubricas do balanço, passamos à análise de avaliação do desempenho.

A estrutura de resultados, revela um desempenho positivo ao nível operacional e mesmo ao nível dos resultados correntes em todos os anos em análise. Só em 2004 por via dos resultados extraordinários, o cooperativismo agrícola se mostra negativo.

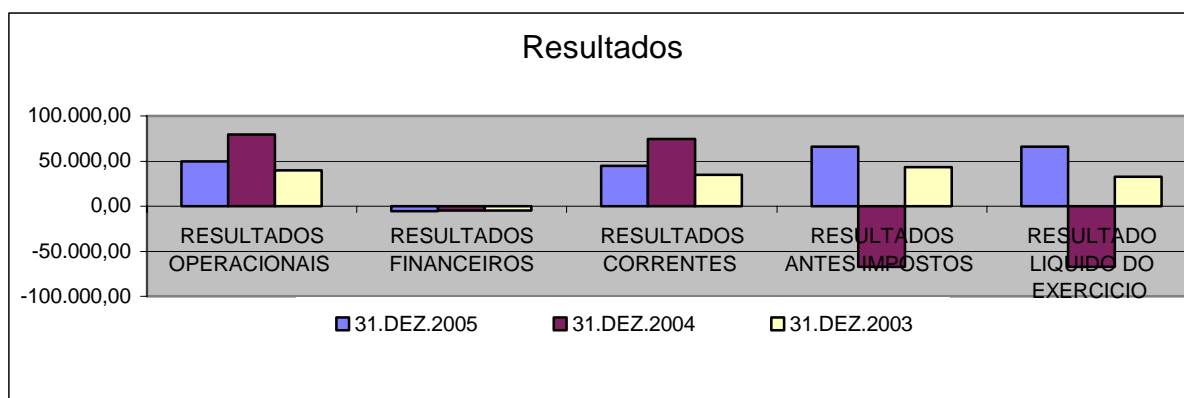


Gráfico 24 Resultados – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Macedo de Cavaleiros

A análise do impacto sócio-económico do movimento associativo passa também pela estrutura de redistribuição da riqueza, por via dos impostos.

O IRC, apresenta incidência maior em 2003, enquanto os impostos indirectos, revelam uma tendência ascendente.

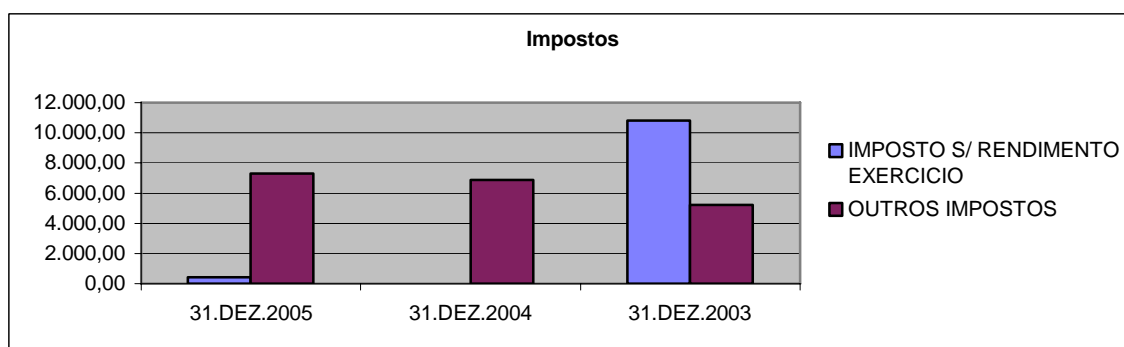


Gráfico 25 Impostos – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Macedo de Cavaleiros

O maior impacto sócio-económico, deriva da riqueza distribuída por via do trabalho, o gráfico seguinte, mostra-nos a evolução dos custos com o pessoal.

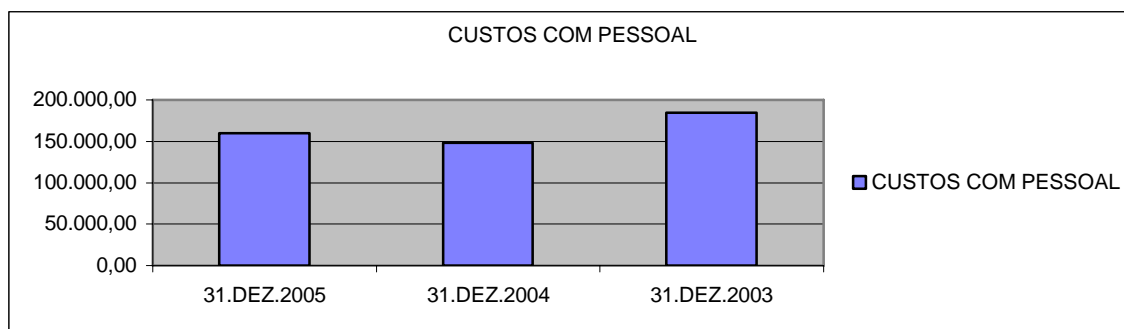


Gráfico 26 Custos com o Pessoal – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Macedo de Cavaleiros

A análise à estrutura de obtenção de recursos, mostra-nos um movimento com um claro modelo de gestão de mercado, as operações activas dominam entre as restantes.

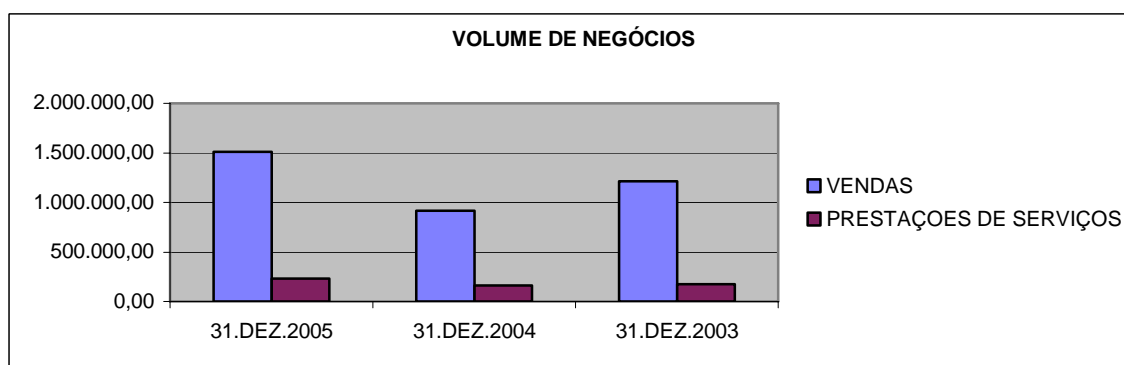


Gráfico 27 Volume de Negócios – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Macedo de Cavaleiros

Os subsídios à exploração e os proveitos suplementares, apresentam uma tendência de descida, com o ano de 2005, a registar valores já muito marginais no total dos proveitos e ganhos do movimento cooperativo de Macedo de Cavaleiros.

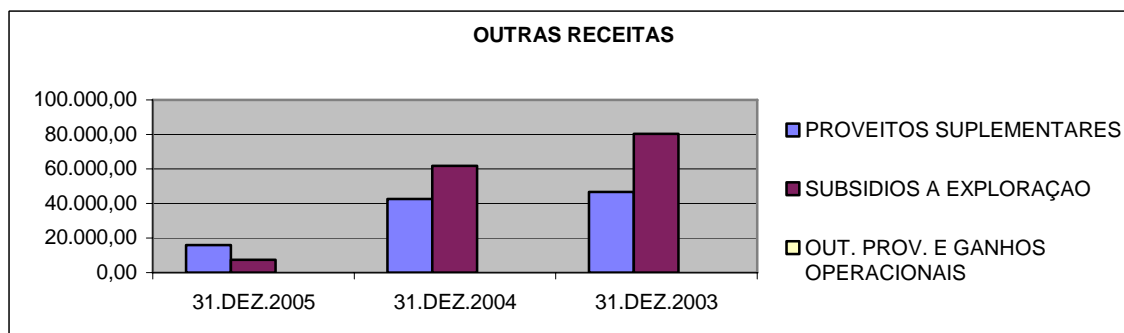


Gráfico 28 Outras Receitas – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Macedo de Cavaleiros

Claramente se concluiu que as vendas de produtos agrícolas são a principal fonte de receitas do cooperativismo, daqui se induzindo o extraordinário papel sócio-económico deste movimento, no que diz respeito à transformação, produção e respectiva comercialização da produção agrícola do concelho.

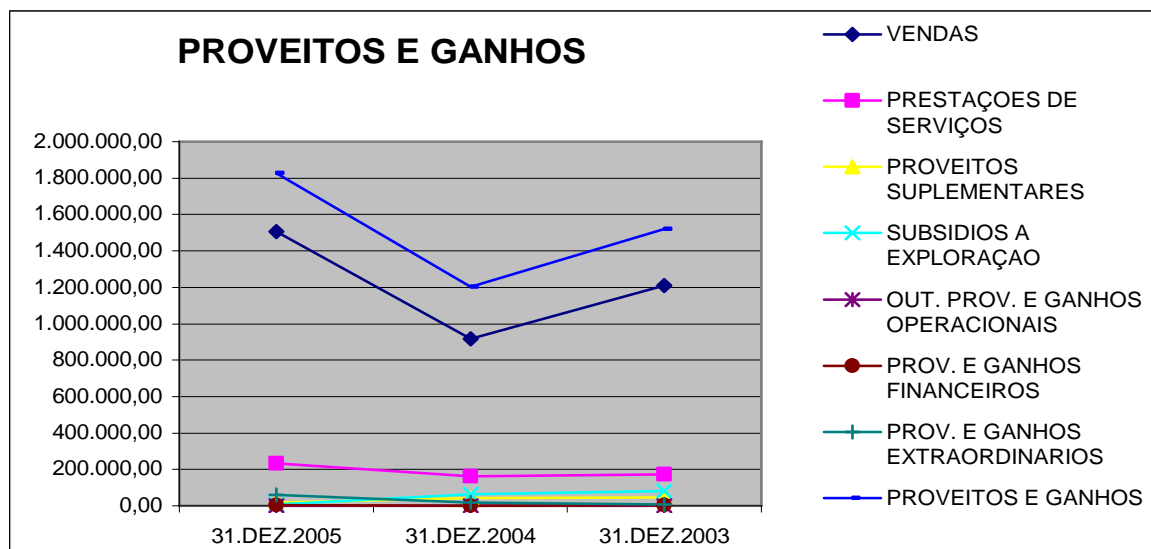


Gráfico 29 Proveitos e Ganhos – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Macedo de Cavaleiros

Graficamente, podemos comparar os três anos em análise:

Em 2003, as vendas de produtos são 80% do total de receitas, 11% de prestações de serviços e os restantes 9% são distribuídos pelas rubricas restantes.

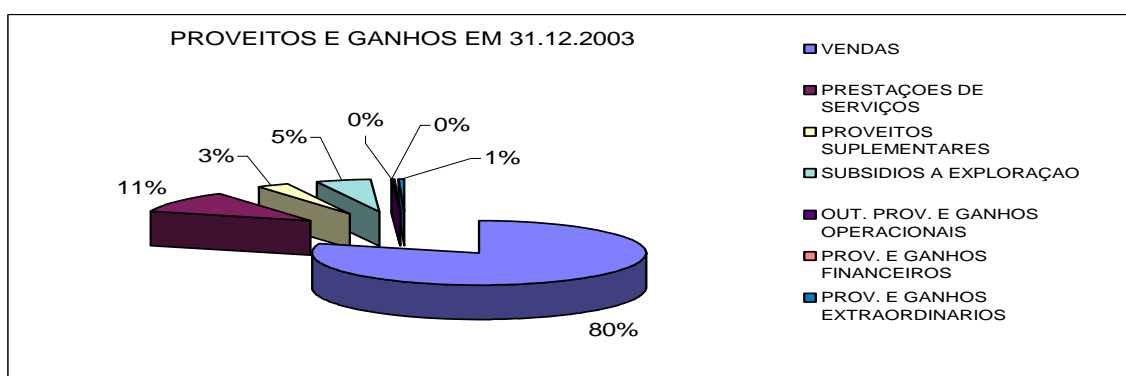


Gráfico 30 Proveitos e Ganhos 2003 – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Macedo de Cavaleiros

Em 2004, apesar de uma ligeira descida das vendas, as prestações de serviços aumentaram, o volume de negócios representa 90% do total de receitas.

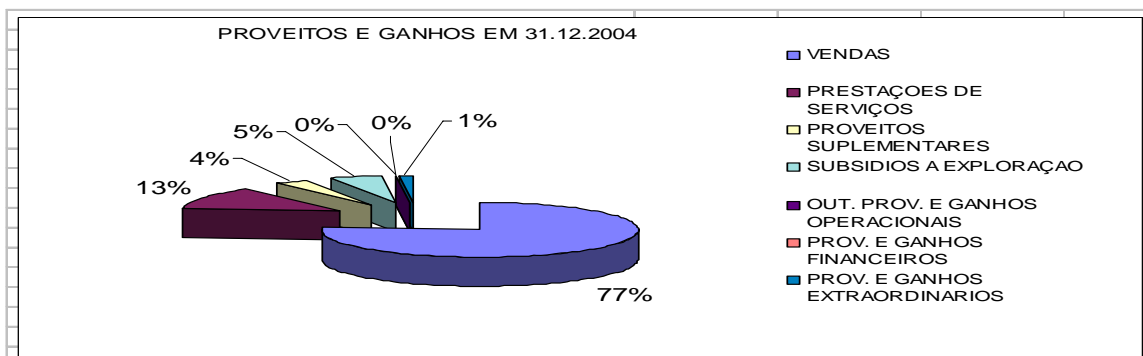


Gráfico 31 Proveitos e Ganhos 2004 – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Macedo de Cavaleiros

O ano de 2005, demonstra-nos um cenário claro de operador de mercado, os subsídios reduzem-se a 0,41% do total de receitas e o volume de negócios do cooperativismo agrícola de Macedo de Cavaleiros, ascende a 96% do total de recursos ao dispor dos gestores do movimento associativo na tipologia de cooperativismo.

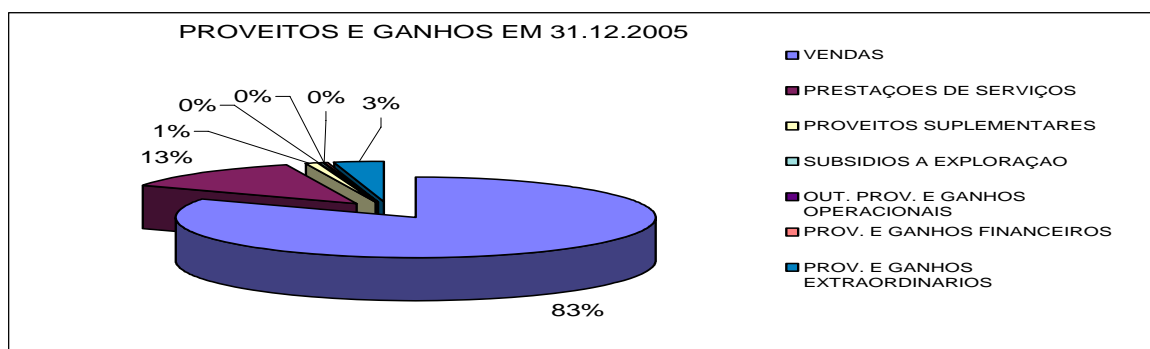


Gráfico 32 Proveitos e Ganhos 2005 – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Macedo de Cavaleiros

Cruzando as informações das demonstrações financeiras, vamos analisar os indicadores de rentabilidade que nos permitirão ajuizar do modelo de gestão em presença.

	2003	2004	2005
Rentabilidade Líquida das Vendas	2,7%	-7,4%	4,4%
Resultados Líquidos	32.485	-67.596	65.692
Vendas Líquidas	1.209.944	918.187	1.507.415

	2003	2004	2005
Rentabilidade Líquida dos Capitais Próprios	1,8%	-3,8%	3,6%
Resultados Líquidos	32.485	-67.596	65.692
Capitais Próprios	1.819.638	1.757.887	1.830.773

	2003	2004	2005
Rentabilidade Líquida do Activo	1,4%	-3,0%	3,0%
Resultados Líquidos	32.485	-67.596	65.692
Activo Líquido	2.279.981	2.229.922	2.217.763

	2003	2004	2005
Margem Bruta/Comercial das Vendas	8,6%	11,8%	11,1%
Vendas Líquidas	1.209.944	918.187	1.507.415
Custo das mercadorias Vendidas	1.113.669	821.162	1.357.087

	2003	2004	2005
Rentabilidade Operacional das Vendas	3,3%	8,6%	3,3%
Resultados Operacionais	39.440	79.367	49.933
Vendas Líquidas	1.209.944	918.187	1.507.415

	2003	2004	2005
Rácio de cobertura dos encargos financeiros	754,5%	1471,9%	804,3%
Resultados Operacionais	39.440	79.367	49.933
Resultados Financeiros	-4.615	-5.049	-5.522

	2003	2004	2005
Rentabilidade Corrente das Vendas	2,9%	8,1%	2,9%
Resultados Correntes	34.824	74.318	44.411
Vendas Líquidas	1.209.944	918.187	1.507.415

	2003	2004	2005
Rentabilidade Antes de Impostos	3,1%	-6,3%	3,8%
Resultados Antes de Imposto	43.314	-67.596	65.692
Vendas Líquidas + Prestação de Serviços	1.381.112	1.079.881	1.740.952

	2003	2004	2005
Carga do imposto sobre o volume de negócios	0,8%	0,0%	0,0%
Imposto sobre rendimento	10.828	0	0
Vendas Líquidas + Prestação de Serviços	1.381.112	1.079.881	1.740.952

Tabela 55 Indicadores de Rentabilidade – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho Macedo de Cavaleiros

A rentabilidade líquida das vendas apresenta um indicador muito reduzido, excluindo o ano de 2004, a regra de 2003 e 2005 revela uma tendência positiva, com 2005 a apresentar um indicador de rentabilidade líquida das vendas de 4,4%. A rentabilidade líquida dos capitais próprios é bastante reduzida, em 2005 não chega sequer aos 4%. Em 2005 a rentabilidade líquida do activo cifrou-se nos 3%, reduzido, mas estamos perante organizações sem fins lucrativos.

Os diversos indicadores de rentabilidade conduzem-nos à perspectiva de estarmos perante um movimento cujo objectivo primeiro não é o lucro.

A margem bruta das vendas, fica-se na casa dos 11%, após um crescimento entre 2003 e 2004, no ano de 2005 a margem comercial das vendas diminuiu muito ligeiramente. Operacionalmente as vendas apresentam uma rentabilidade difusa, subida em 2003 para 2004 e depois descida para os mesmos níveis de rentabilidade em 2005, 3,3% de rentabilidade operacional das vendas.

Os encargos financeiros pouco representam no modelo de gestão, o financiamento das actividades não necessitam do recurso ao crédito bancário, daí o indicador de cobertura dos encargos financeiros pelos resultados operacionais apresentar um rácio extraordinariamente positivo.

A rentabilidade das vendas em termos correntes, apresenta uma oscilação idêntica à rentabilidade operacional das vendas, no entanto a rentabilidade corrente das vendas cifra-se nos 2,9% em 2005. Por força dos resultados extraordinários, o ano de 2004 apresenta rentabilidade do volume de negócios antes dos impostos negativa, mas o ano de 2005 estabelece uma rentabilidade de 3,8%. Apenas em 2003 se verifica a aplicabilidade de IRC, com uma carga de imposto de sensivelmente 1% do volume de negócios.

Cruzando as informações do Balanço e da Demonstração de Resultados, vamos de seguida analisar alguns indicadores de funcionamento:

	2003	2004	2005
Rotação dos Capitais Próprios	0,8	0,6	1,0
Vendas Líquidas + Prestação de Serviços	1.381.112	1.079.881	1.740.952
Capitais Próprios	1.819.638	1.757.887	1.830.773

	2003	2004	2005
Rotação do Activo Total	0,6	0,5	0,8
Vendas Líquidas + Prestação de Serviços	1.381.112	1.079.881	1.740.952
Activo Líquido	2.279.981	2.229.922	2.217.763

	2003	2004	2005
Rotação do Imobilizado Líquido	1,0	0,8	1,3
Vendas Líquidas + Prestação de Serviços	1.381.112	1.079.881	1.740.952
Imobilizado Líquido	1.355.673	1.346.243	1.290.530

	2003	2004	2005
Rotação do Activo Circulante	1,5	1,3	2,0
Vendas Líquidas + Prestação de serviços	1.381.112	1.079.881	1.740.952
Activo Circulante	924.308	835.734	879.288

	2003	2004	2005
Estrutura de Endividamento de m/l Prazo	0%	0%	0%
Passivo de médio e longo Prazo	0	0	0
Capitais Permanentes	1.819.638	1.757.887	1.830.773

	2003	2004	2005
Capacidade de Endividamento	100%	100%	100%
Capitais Próprios	1.819.638	1.757.887	1.830.773
Capitais Permanentes	1.819.638	1.757.887	1.830.773

	2003	2004	2005
Cobertura de Imobilizado	134%	131%	142%
Capitais Permanentes	1.819.638	1.757.887	1.830.773
Imobilizado Líquido	1.355.673	1.346.243	1.290.530

Tabela 56 Indicadores de Funcionamento – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho Macedo de Cavaleiros

A rotação dos capitais próprios, ronda a unidade, com o ano de 2004 um pouco abaixo, devido à quebra no volume de negócios. O Activo, apresenta uma rotação abaixo da unidade, com o ano de 2005 a fixar-se nos 0,8 vezes do volume de negócios. O imobilizado líquido, no volume de negócios, apresenta uma rotação por regra acima da unidade, com o ano de 2004 pelas razões já referidas, ligeiramente abaixo. O activo circulante, apresenta uma rotação no volume de negócios acima da unidade, com o ano de 2005 a chegar mesmo ao índice das duas vezes o activo circulante.

Na análise à estrutura do modelo de gestão do cooperativismo agrícola de Macedo de Cavaleiros, conclui-se muito claramente, que o cooperativismo agrícola, não apresenta qualquer endividamento de médio e longo prazo. A capacidade de endividamento, está intacta, o associativismo agrícola de concelho de Macedo de Cavaleiros, não apresenta a existência de capitais alheios de médio e longo prazo, daí a igualdade, entre os capitais próprios e os capitais permanentes.

Um último indicador de funcionamento demonstra-nos a capacidade da cobertura do imobilizado pelos capitais permanentes, em 2003 e 2004 o índice situa-se nos 1,3 vezes e 2005 acima das 1,4 vezes de capitais permanentes.

Apresentam-se de seguida dois indicadores, que melhor caracterizam o modelo de gestão, cooperativo, no médio e longo prazo:

	2003	2004	2005
Autonomia Financeira	80%	79%	83%
Capital Próprio	1.819.638	1.757.887	1.830.773
Activo Líquido	2.279.981	2.229.922	2.217.763

	2003	2004	2005
Solvabilidade	395%	372%	473%
Capital Próprio	1.819.638	1.757.887	1.830.773
Passivo	460.343	472.035	386.991

Tabela 57 Indicadores de Estrutura – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho Macedo de Cavaleiros

O indicador de autonomia financeira alcança índices bastante elevados, por regra acima dos 80% de capitais próprios no activo líquido. Outro indicador de médio e longo prazo, indica-nos, que também a capacidade de solvência é extraordinariamente positiva, em 2005, o indicador de solvabilidade situava-se nos 473%.

Um indicador de importância maior para a nossa análise passa pela produtividade dos activos do cooperativismo agrícola do concelho de Macedo de Cavaleiros.

O valor acrescentado bruto por activo situa-se na ordem dos 30000 euros.

VERSÃO da Central de Balanços
Banco de Portugal

	2003	2004	2005
Valor Acrescentado Bruto	348.168	336.512	319.774
Vendas	1.209.944	918.187	1.507.415
Prestação de Serviços	171.168	161.693	233.537
Trabalhos para a própria empresa	0	0	0
Variação da produção	15.067	53.939	9.810
Subsídios à exploração	80.354	61.990	7.522
Outros Proveitos Operacionais	46.632	42.514	15.991
- CMVMC	-1.113.669	-821.162	-1.357.087
- FSE	-57.318	-76.306	-92.220
- ImpOstos indirectos	-4.010	-4.345	-5.193
Nº Activos	12	11	11
VAB/Nº Activos	29.014	30.592	29.070

Tabela 58 Indicador Valor Acrescentado Bruto – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho Macedo de Cavaleiros

O impacto sócio-económico do cooperativismo agrícola pela via da distribuição dos rendimentos situa-se na esfera do seu quadro de pessoal.

	2005	%	2004	%	2003
Rendimentos do Trabalho:	110.132,99 €	3%	106.664,46 €	2%	104.955,98 €
Dependente	110.132,99 €	3%	106.664,46 €	2%	104.955,98 €
Independente	0,00 €		0,00 €		0,00 €

	2005	%	2004	%	2003
Número de Activos	11	0%	11	-8%	12
Dependente	11	0%	11	-8%	12
Independente	0		0		0

Tabela 59 Rendimentos Colocados à Disposição e Número de Activos – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho Macedo de Cavaleiros

Os rendimentos colocados à disposição revelam uma tendência de crescimento positivo e sustentável. Ao contrário da evolução dos rendimentos, o número de activos diminuiu de 2003 para 2004, com 2005 a manter o número de activos do ano transacto.

Analizamos de seguida o perfil dos activos do cooperativismo agrícola de Macedo de Cavaleiros:

Os quadros de pessoal mostram-nos uma organização perfeitamente normal, marcadamente com características de mercado.

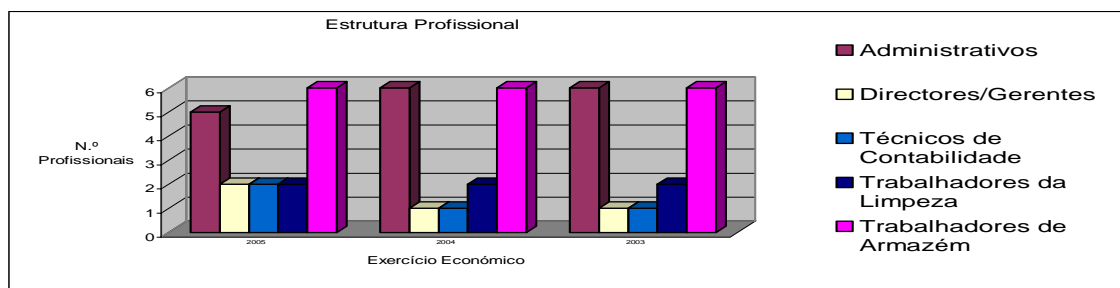


Gráfico 33 Estrutura profissional – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Macedo de Cavaleiros

A idade média da força de trabalho é elevada, com a classe administrativa em 2005, acima dos 60 anos, com o órgão de gestão a apresentar idades mais baixa, na ordem dos 40 anos.

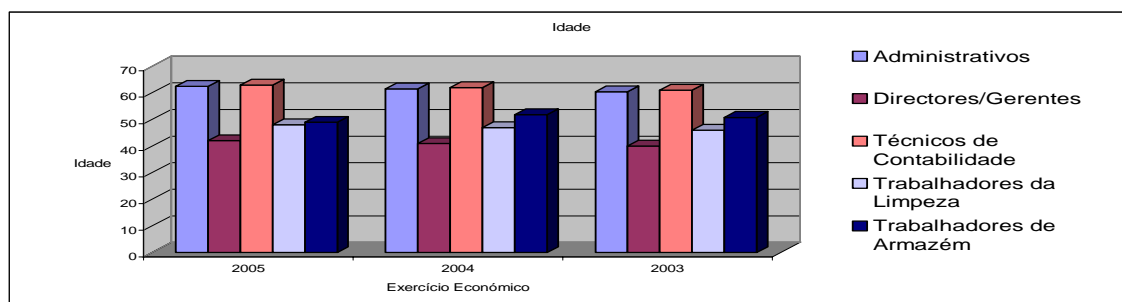


Gráfico 34 Idade média da força de trabalho – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Macedo de Cavaleiros

A permanência média dos activos é também ela elevada, o que nos indica que a generalidade dos trabalhadores dedicou a sua vida activa ao cooperativismo agrícola. O pessoal de secretaria, em 2005, completou 40 anos de serviço. O órgão de gestão, como é normal, sujeito a sufrágio, fez 5 anos de serviço.

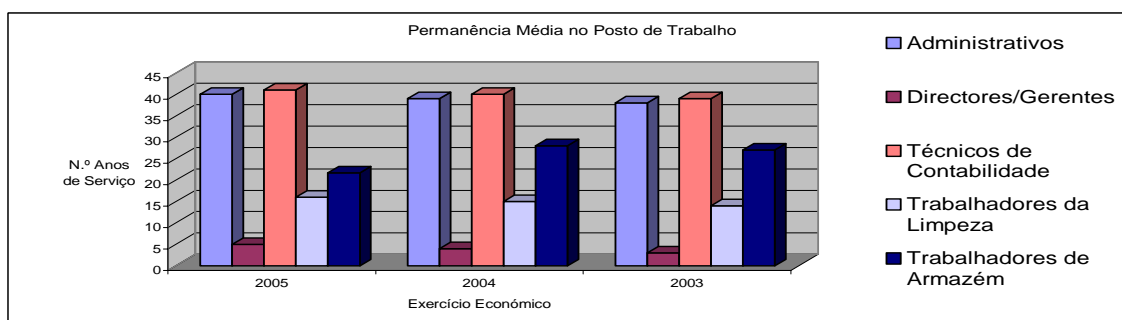


Gráfico 35 Permanência média no posto de trabalho – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Macedo de Cavaleiros

A remuneração média mensal apresenta algum desequilíbrio entre trabalhadores e o órgão de gestão. Em média cada trabalhador em 2005, auferiu 716 euros.

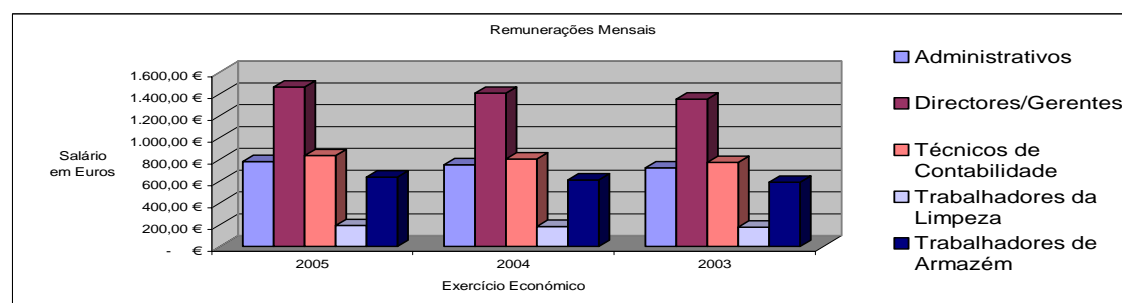


Gráfico 36 Remunerações médias mensais – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Macedo de Cavaleiros

O vínculo contratual é exclusivamente sem termo.

O regime de duração de trabalho é em regra a tempo integral, excepção para o pessoal encarregue da limpeza e em 2005, acrescente-se um trabalhador de armazém.

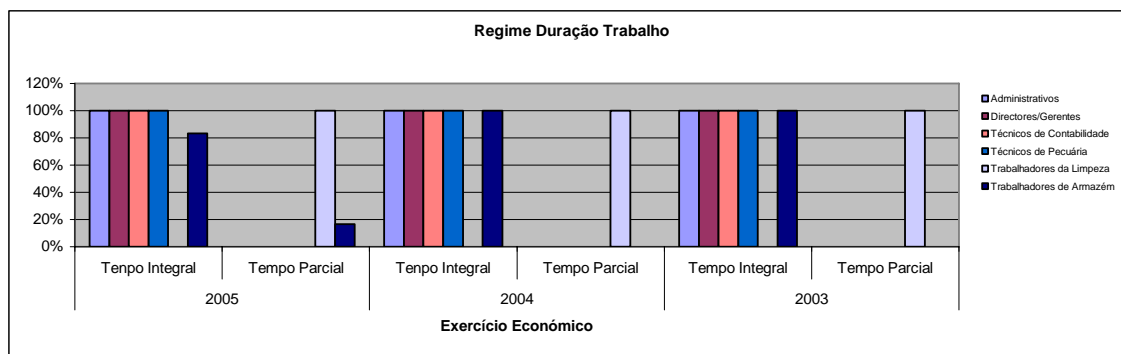


Gráfico 37 Regime duração trabalho – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Macedo de Cavaleiros

As habilitações literárias, são em regra baixas, só mesmo o responsável pela gestão, assim como dois trabalhadores de armazém, concluíram o ensino secundário.

Os trabalhadores do cooperativismo agrícola do concelho de Macedo de Cavaleiros que exercem a actividade profissional de “Administrativos” possuem habilitações muito baixas, todos os profissionais se apresentam com o primeiro ciclo do ensino básico.

Com o Ensino Secundário, apresentam-se os colaboradores com responsabilidades de gerência.

Os profissionais “Técnicos de Contabilidade” possuem habilitações baixas, exclusivamente de nível segundo ciclo do ensino básico.

Com o primeiro ciclo do ensino básico, apresentam-se os profissionais “Trabalhadores da Limpeza”.

Para finalizar o leque de actividades profissionais restam os “Trabalhadores de Armazém”, com o primeiro ciclo do ensino básico (67%) a caracterizar estes profissionais nos exercícios económicos de 2003 e 2004, o número de indivíduos com esta habilitação desce para os 50% em 2005. Indivíduos com o Ensino Secundário eram 17% em 2003 e 2004, subindo para os 33% em 2005. De assinalar que 17% dos trabalhadores com esta profissão, não sabe ler nem escrever e este indicador mantém-se nos três exercícios económicos em análise.

Vejamos as variáveis habilitações e género, para melhor se concluir do perfil do trabalhador cooperativo agrícola de Macedo de Cavaleiros.

Nos exercícios económicos de 2003 e 2004, não houve alterações ao nível das qualificações dos trabalhadores, 64% têm apenas o primeiro ciclo do ensino básico, 9% possui o segundo ciclo do ensino básico e outros tantos não sabem ler nem escrever, os restantes 18%, possuem habilitações ao nível do ensino secundário. No ano de 2005, as qualificações melhoraram ligeiramente, os indivíduos com o primeiro ciclo do ensino básico regrediram para os 55% e os indivíduos com o ensino secundário subiram para os 27%.

Analisando as habilitações por género, verificamos que no exercício de 2003, 67% dos trabalhadores do género masculino eram detentores de qualificações ao nível do ensino básico e 33% com o ensino secundário. No género feminino, 100% dos trabalhadores eram detentores de qualificações ao nível do ensino básico. No exercício económico de 2004, no género masculino verificou-se uma ligeira melhoria das qualificações, 60% com o ensino básico e 40% com qualificações ao nível do ensino secundário. Nos indivíduos do género feminino não houve qualquer alteração. Finalmente no ano de 2005 as qualificações inverteram-se completamente nos indivíduos do género masculino, 40% possuem qualificações ao nível do ensino básico e 60% com qualificações ao nível do ensino secundário. Também em 2005, os indivíduos do género feminino mantiveram o nível de qualificações.

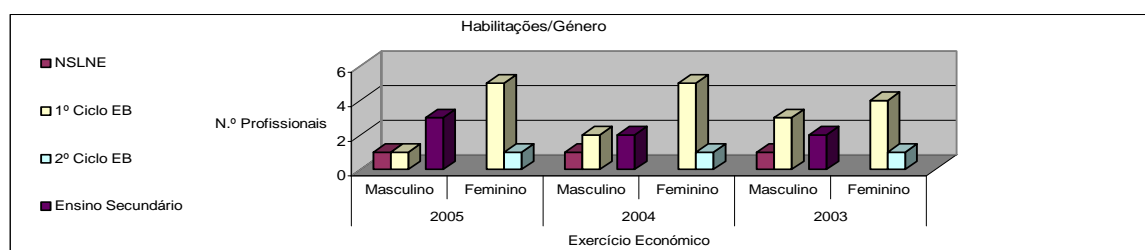


Gráfico 38 Relação Habilitações/Género – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Macedo de Cavaleiros

O pessoal de secretaria é do género feminino, a maioria dos trabalhadores de armazém são homens. Em resumo, 55% de trabalhadores do género feminino, 45%, do género masculino.

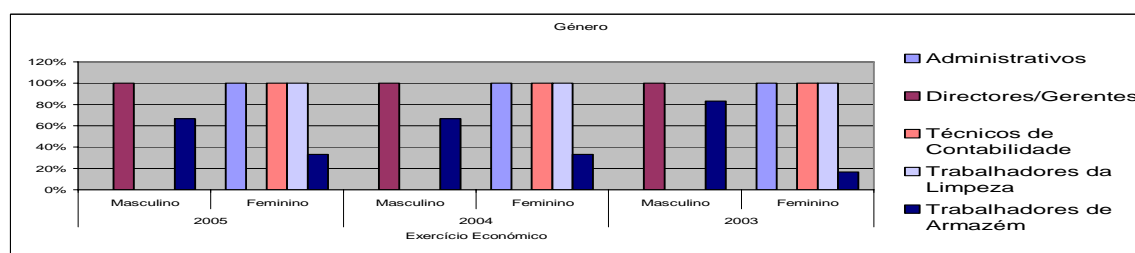


Gráfico 39 Género – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Macedo de Cavaleiros

6.2.1.3 Movimento associativo na tipologia Associações Patronais³⁹

A análise às grandes rubricas do Balanço evidencia a menor relevância das associações patronais, no associativismo consolidado.

Análise gráfica do Balanço:					
2003					
Activo Circulante	Disponibilidades	67.039,00			
	Créditos	868.864,79			
	Existências	9.269,00	883.995,24	Débitos CP	
	Total	945.172,79	883.995,24	Total	Capital Alheio CP
Activo Fixo	Imobilizado Corpóreo	78.559,50	0,00	Débitos MLP	Capital Alheio MLP
	Imobilizado Incorpóreo	6.290,73	148.559,24	Capital/Fundo Associativo	
	Investimentos Financeiros	32.623,78	30.092,32	Reservas e Resultados	
	Total	117.474,01	178.651,56	Total	Capital Próprio
Fundo Maneio	61.177,55				
2004					
Activo Circulante	Disponibilidades	41.409,47			
	Créditos	754.627,16			
	Existências	11.369,63	890.104,57	Débitos CP	
	Total	807.406,26	890.104,57	Total	Capital Alheio CP
Activo Fixo	Imobilizado Corpóreo	68.429,12	0,00	Débitos MLP	Capital Alheio MLP
	Imobilizado Incorpóreo	159,01	118.512,83	Capital/Fundo Associativo	
	Investimentos Financeiros	66.153,83	-66.469,18	Reservas e Resultados	
	Total	134.741,96	52.043,65	Total	Capital Próprio
Fundo Maneio	-82.698,31				
2005					
Activo Circulante	Disponibilidades	25.336,86			
	Créditos	735.037,47			
	Existências	13.994,76	868.596,26	Débitos CP	
	Total	774.369,09	868.596,26	Total	Capital Alheio CP
Activo Fixo	Imobilizado Corpóreo	87.071,75	0,00	Débitos MLP	Capital Alheio MLP
	Imobilizado Incorpóreo	157,17	86.397,46	Capital/Fundo Associativo	
	Investimentos Financeiros	66.153,83	-27.241,88	Reservas e Resultados	
	Total	153.382,75	59.155,58	Total	Capital Próprio
Fundo Maneio	-94.227,17				

Tabela 60 Fundo de Maneio – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho Macedo de Cavaleiros

O fundo de maneio, revela uma situação económico-financeira com uma tendência penosa de decrescimento, apesar de o ano de 2003 apresentar ainda valores positivos, com o activo circulante a financiar os débitos de curto prazo, e os capitais permanentes a financiarem os activos fixos. O ano de 2004 inverte um ciclo e o movimento associativo

³⁹ Consideramos a denominação “Associações Patronais”, uma vez que os associados destas organizações ou são agricultores independentes, detentores dos meios de produção, ou sociedades agrícolas, quer uns, quer outros, detém os meios de produção.

revela graves dificuldades de solvência. Em 2005, o cenário de fragilidade económico-financeira, não se inverteu, antes pelo contrário, agravou se em 14%.

Os indicadores de liquidez, ajudam-nos a perceber melhor todo este cenário económico-financeiro.

	2003	2004	2005
Liquidez Geral	1,17	1,13	1,00
Activo Circulante (sem acréscimos)	941.813	806.346	671.415
Passivo de curto prazo (sem acréscimos)	801.904	714.648	672.151

	2003	2004	2005
Liquidez Geral	1,07	0,97	0,96
Activo Circulante (com acréscimos)	945.173	807.406	774.369
Passivo de curto prazo (com acréscimos)	883.995	829.400	807.892

	2003	2004	2005
Liquidez Reduzida	1,16	1,11	0,98
Activo Circulante-Existências	932.544	794.976	657.420
Passivo de curto prazo	801.904	714.648	672.151

	2003	2004	2005
Liquidez Imediata	0,08	0,06	0,04
Disponibilidades	67.039	41.409	25.337
Passivo de curto prazo	801.904	714.648	672.151

Tabela 61 Indicadores Liquidez – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho Macedo de Cavaleiros

A liquidez geral, apresenta um indicador muito próximo da unidade, se considerarmos os acréscimos, o indicador de liquidez em 2004 e 2005, fica-se mesmo aquém da unidade. Um desafio de gestão para os dirigentes associativos, que têm entre mãos, uma crise de tesouraria. O indicador de liquidez reduzida alinha-se com a liquidez geral, uma vez, que o volume de existências não revela uma materialidade significativa. O peso das disponibilidades, no passivo de curto prazo é uma gota num oceano, a tesouraria atravessa graves dificuldades.

Analizamos de seguida a relação dos indicadores anteriores com os prazos médios:

	2003	2004	2005
Prazo Médio Recebimento	109,5	201,0	282,0
Cientes c/c + Clientes Titulos a Receber	82.921	178.894	204.421
(Vendas + Prestação de serviços)	276.314	324.888	264.567
<i>(em dias)</i>			

	2003	2004	2005
Prazo Médio Pagamento	44,1	63,1	146,4
Fornecedores c/c + Fornecedores Titulos a Pagar	126.650	188.765	265.054
Compras de mercadorias/Serviços	1.048.570	1.091.116	661.046
<i>(em dias)</i>			

	2003	2004	2005
Prazo Médio Stock p/ Venda	79,6	78,6	169,8
Existências Finais	9.269	11.370	13.995
Custo das Mercadorias Vendidas	42.480	52.765	30.085
<i>(em dias)</i>			
	2003	2004	2005
Rotação de Stocks	4,6	4,6	2,1
Custo das Mercadorias Vendidas	42.480	52.765	30.085
Existências Finais	9.269	11.370	13.995
<i>(em dias)</i>			

Tabela 62 Indicadores de Prazos Médios – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho Macedo de Cavaleiros

Em 2005, as associações patronais agrícolas do concelho de Macedo de Cavaleiros, recebiam os seus créditos a 282 dias.

Tesouraria em dificuldades, o indicador de prazo médio de recebimento revela-nos um muito fraco poder de negociação. Por outro lado, o prazo médio de pagamento é consideravelmente inferior ao prazo médio de recebimento, mais uma explicação para as graves dificuldades de tesouraria.

Como já se referiu, as existências não apresentam materialidade relevante nos valores dos activos, no entanto, contribuirá sempre para melhorar a análise do modelo de gestão, estudar os stocks.

O prazo médio de stock para venda, rondava os 80 dias em 2003 e 2004, mas disparou para os 170 dias em 2005. A rotação dos stocks, que em 2003 e 2004 se fixava na ordem dos 5 dias, reduziu-se para 2 dias em 2005.

A avaliação do desempenho, na óptica económico-financeira, revela-nos um movimento associativo, com performances negativas, com o ano de 2005 a chegar ao nível dos resultados nulos.

Operacionalmente o movimento associativo patronal agrícola, no período em análise, não passa do “vermelho”, negatividade é a palavra de ordem. Logicamente, ainda que de forma muito ténue, o movimento apresenta resultados financeiros negativos, consequentemente, resultados correntes que em 2004 apresentaram um valor recorde superior a 150000 euros negativos.

Antes de impostos, portanto, por via dos resultados extraordinários, em 2003 os resultados são positivos, e em 2005 chegamos ao equilíbrio entre proveitos e custos. Por razões fiscais os resultados líquidos do exercício são iguais aos resultados antes de impostos.

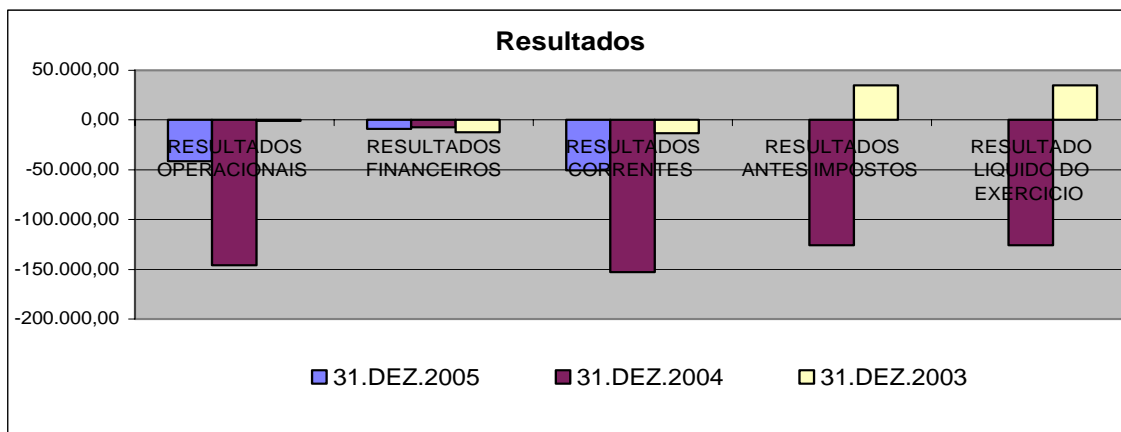


Gráfico 40 Resultados – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros

O impacto sócio-económico é muito reduzido, só em 2005 incidiu carga fiscal sobre os rendimentos, no entanto, pela via dos impostos indirectos a contribuição do movimento associativo patronal de Macedo de Cavaleiros cifra-se a partir de 2004 acima dos 2000 euros.

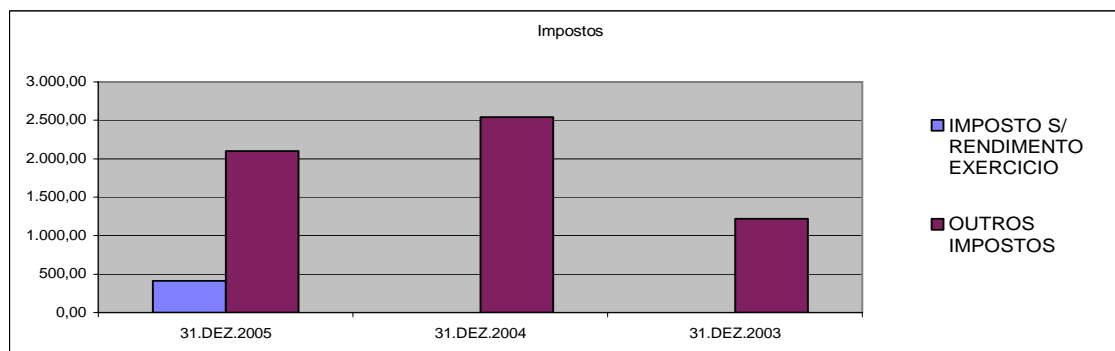


Gráfico 41 Impostos – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros

Pela via da distribuição de rendimentos, verifica-se uma evolução positiva nos valores dos rendimentos colocados à disposição dos seus trabalhadores.

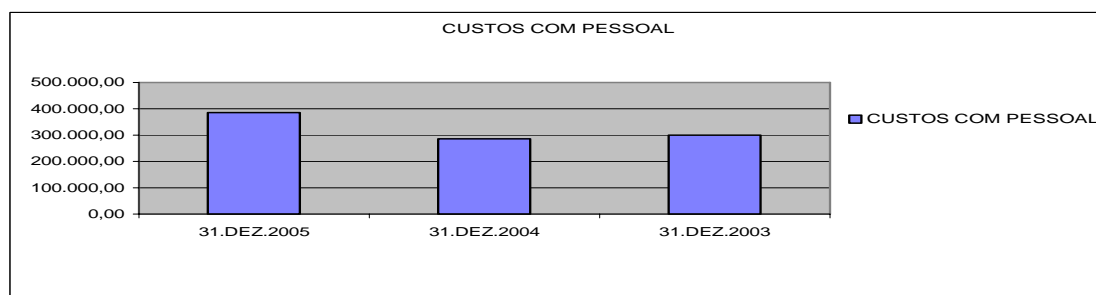


Gráfico 42 Custos com Pessoal – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros

O volume de negócios é composto praticamente pelas prestações de serviços, apresentando uma evolução de 2003 a 2004, verificando-se uma descida em 2005.

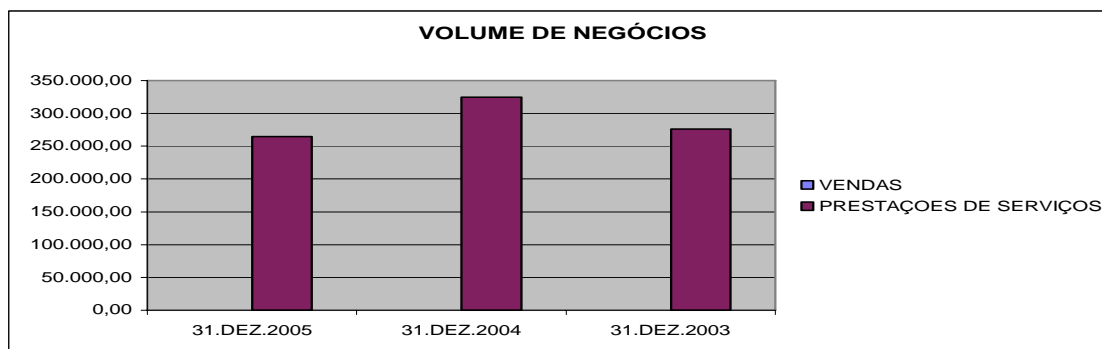


Gráfico 43 Volume de Negócios – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros

A análise às restantes receitas do movimento associativo é clara, são os subsídios à exploração que garantem a viabilidade do movimento.

Ao encontro das análises já efectuadas, a evolução desses mesmos subsídios, é sempre a “cair”.

As contribuições dos associados, são reduzidas, com 2004 a garantir perto de 200000 euros, mas com 2005 a apresentar valores materialmente pouco relevantes.

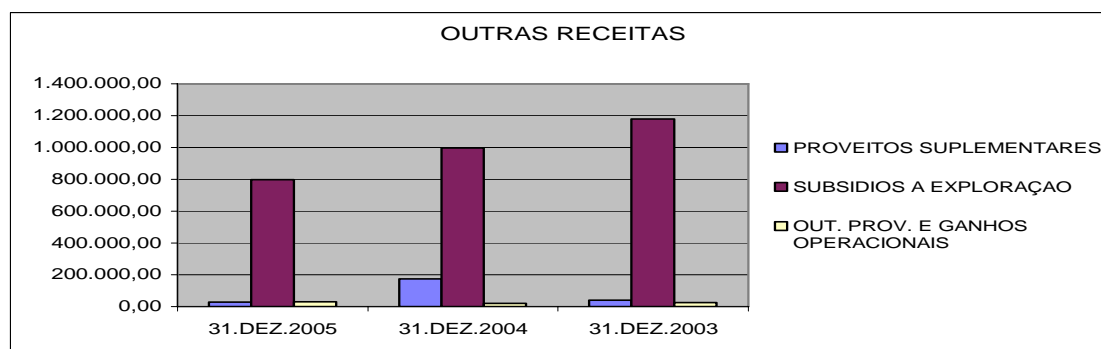


Gráfico 44 Outras Receitas – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros

No gráfico seguinte, claramente verificamos que são os subsídios à exploração a grande fatia de receitas do movimento associativo patronal do concelho de Macedo de Cavaleiros.

Os valores arrecadados a título de prestações de serviços, deveriam assegurar a continuidade do movimento, uma vez que as contribuições dos associados são muito residuais.

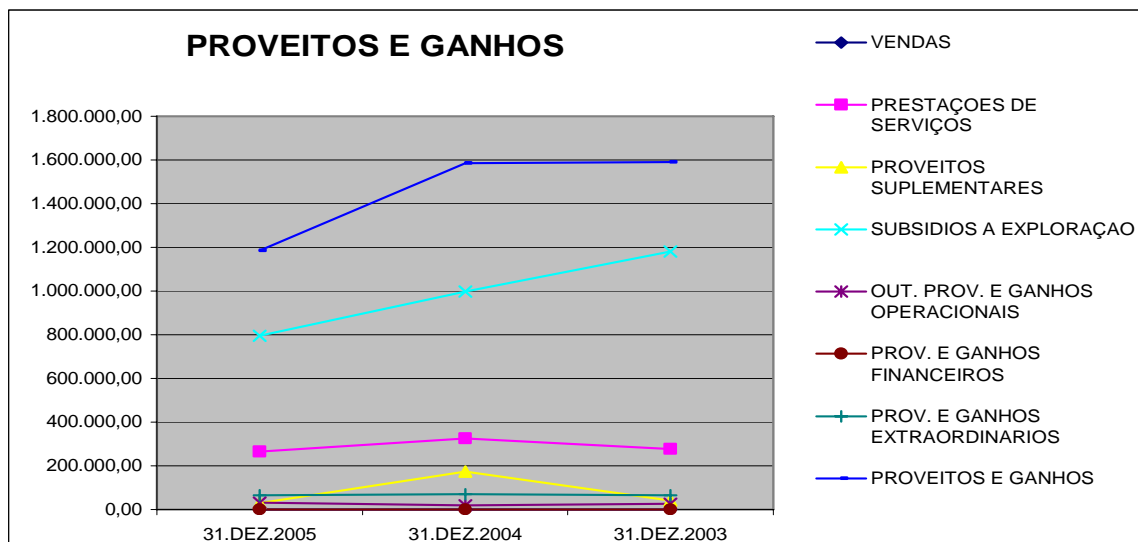


Gráfico 45 Proveitos e Ganhos – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros

Nos gráficos seguintes, analisamos a evolução da estrutura de financiamento do movimento associativo patronal:

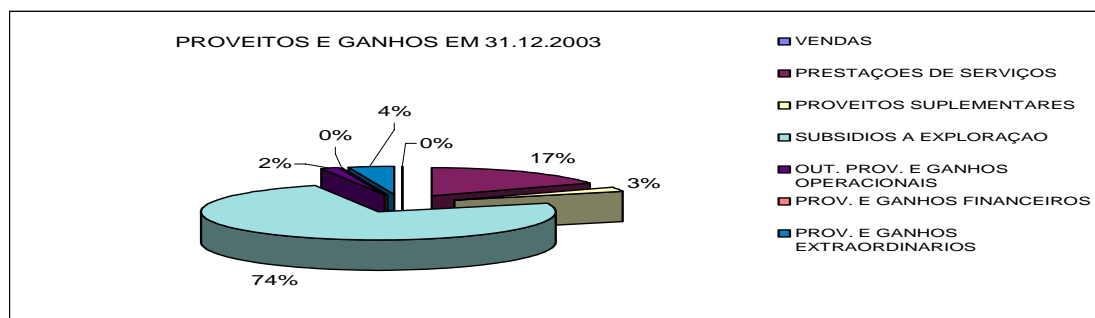


Gráfico 46 Proveitos e Ganhos 2003 – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros

Em 2003, do total das receitas, 74% são devidas à atribuição de subsídios, valor que diminuiu para 64% em 2004 subindo para os 68% em 2005.

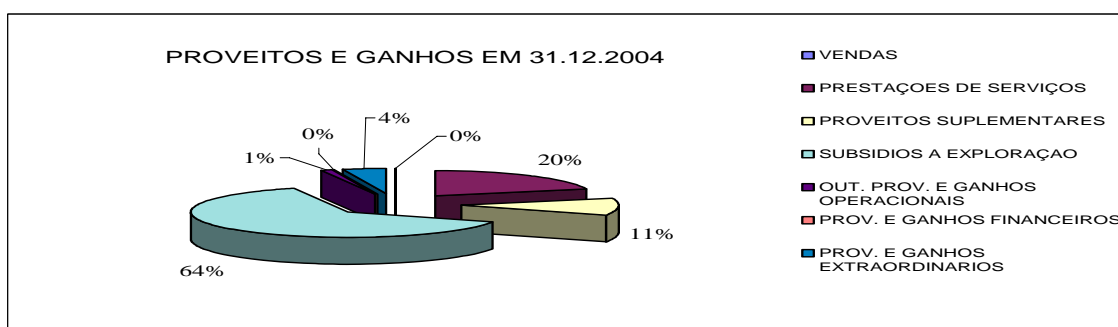


Gráfico 47 Proveitos e Ganhos 2004 – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros

A segunda fatia das receitas deve-se às prestações de serviços, que se apresentam com uma tendência evolutiva positiva. Os proveitos extraordinários apresentam valores acima das contribuições dos associados, de realçar no entanto que no ano de 2004 atingiram os 11% do total de receitas.

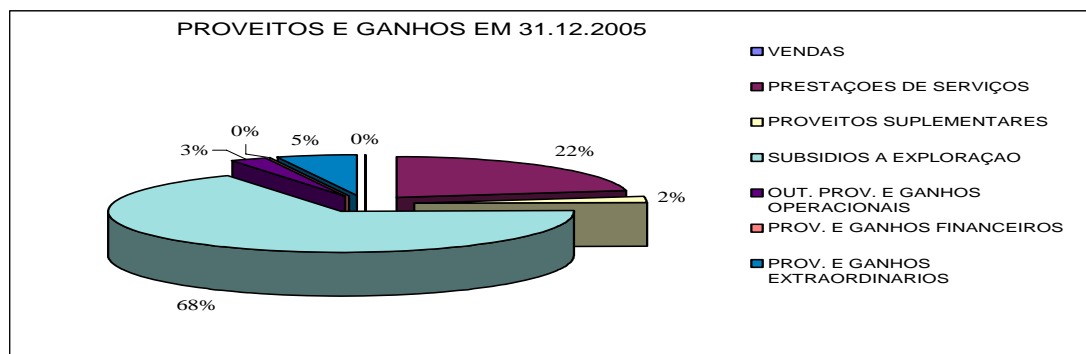


Gráfico 48 Proveitos e Ganhos 2005 – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros

Os indicadores de rentabilidade pouco significam, como vimos anteriormente a maior fatia de receitas do movimento associativo patronal agrícola do Concelho de Macedo de Cavaleiros, são os subsídios à exploração.

	2003	2004	2005
Rentabilidade Líquida das Prest. Serviços	12,7%	-38,7%	0,0%
Resultados Líquidos	35.017	-125.727	35
Prestação de Serviços	276.314	324.863	264.567

	2003	2004	2005
Rentabilidade Líquida dos Capitais Próprios	19,6%	-241,6%	0,1%
Resultados Líquidos	35.017	-125.727	35
Capitais Próprios	178.652	52.044	59.156

	2003	2004	2005
Rentabilidade Líquida do Activo	3,3%	-13,3%	0,0%
Resultados Líquidos	35.017	-125.727	35
Activo Líquido	1.062.647	942.148	927.752

	2003	2004	2005
Rentabilidade Operacional do Vol. Negócios	-0,4%	-44,9%	-15,7%
Resultados Operacionais	-1.106	-145.784	-41.535
Vendas Líquidas + Prestação de Serviços	276.314	324.888	264.567

	2003	2004	2005
Rácio de cobertura dos encargos financeiros	-	-	-
Resultados Operacionais	-1.106	-145.784	-41.535
Resultados Financeiros	-12.335	-7.293	-9.161

	2003	2004	2005
Rentabilidade Corrente do Vol. Negócios	-4,9%	-47,1%	-19,2%
Resultados Correntes	-13.441	-153.077	-50.696
Vendas Líquidas + Prestação de Serviços	276.314	324.888	264.567

	2003	2004	2005
Rentabilidade Antes de Impostos	12,7%	-38,7%	0,2%
Resultados Antes de Imposto	35.017	-125.727	447
Vendas Líquidas + Prestação de Serviços	276.314	324.888	264.567

	2003	2004	2005
Carga do imposto sobre o volume de negócios	0,0%	0,0%	0,2%
Imposto sobre rendimento	0	0	412
Vendas Líquidas + Prestação de Serviços	276.314	324.888	264.567

Tabela 63 Indicadores de Rentabilidade – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho Macedo de Cavaleiros

A rentabilidade líquida das prestações de serviços demonstra a natureza muito própria do modelo de gestão.

Outros indicadores de rentabilidade poderiam ser analisados, todos eles indicam uma oscilação evolutiva, muito dependente das políticas públicas implementadas pelas autoridades competentes.

O indicador de rentabilidade do Activo Líquido mantém o status em análise, os resultados líquidos, para este modelo de gestão, pouco significado têm.

A análise do modelo de gestão e da avaliação do desempenho, operacionalmente mais importante, porque no médio e longo prazo a viabilidade operacional é garante de continuidade. Operacionalmente a rentabilidade é um desastre, “acendeu a luz vermelha de perigo” para os dirigentes do associativismo patronal agrícola do concelho de Macedo de Cavaleiros.

De importância maior é o indicador de cobertura dos encargos financeiros pelos resultados operacionais. No período em análise, os resultados operacionais são sempre negativos.

A rentabilidade corrente das prestações de serviços é consequentemente negativa, já vimos anteriormente que, quer os resultados operacionais, quer os resultados financeiros, são negativos.

Antes de impostos, regra geral por força das disposições fiscais, a carga fiscal é nula, dado que em regra mais de dois terços das receitas resultam de subsídios e contribuições dos sócios. A carga fiscal é inevitavelmente tendente para a nulidade, só em 2005 recaiu carga fiscal sobre os resultados, uma percentagem de 0,2%.

Analizamos agora os indicadores de funcionamento, determinantes para estabelecermos o modelo de gestão do associativismo patronal agrícola do concelho de Macedo de Cavaleiros.

	2003	2004	2005
Rotação dos Capitais Próprios	1,5	6,2	4,5
Vendas Líquidas + Prestação de Serviços	276.314	324.888	264.567
Capitais Próprios	178.652	52.044	59.156
	2003	2004	2005
Rotação do Activo Total	0,3	0,3	0,3
Vendas Líquidas + Prestação de Serviços	276.314	324.888	264.567
Activo Líquido	1.062.647	942.148	927.752
	2003	2004	2005
Rotação do Imobilizado Líquido	2,4	2,4	1,7
Vendas Líquidas + Prestação de Serviços	276.314	324.888	264.567
Imobilizado Líquido	117.474	134.742	153.383
	2003	2004	2005
Rotação do Activo Circulante	0,3	0,4	0,4
Vendas Líquidas + Prestação de serviços	276.314	324.888	264.567
Activo Circulante	941.813	806.346	671.415
	2003	2004	2005
Estrutura de Endividamento de m/l Prazo	0%	0%	0%
Passivo de médio e longo Prazo	0	0	0
Capitais Permanentes	178.652	52.044	59.156
	2003	2004	2005
Capacidade de Endividamento	100%	100%	100%
Capitais Próprios	178.652	52.044	59.156
Capitais Permanentes	178.652	52.044	59.156
	2003	2004	2005
Cobertura de Imobilizado	152%	39%	39%
Capitais Permanentes	178.652	52.044	59.156
Imobilizado Líquido	117.474	134.742	153.383

Tabela 64 Indicadores de Funcionamento – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho Macedo de Cavaleiros

Os capitais próprios apresentam uma rotação elevada, em 2005 o volume de negócios é 4,5 vezes o valor dos capitais próprios. O volume de negócios, no período em análise, representava invariavelmente 30% dos activos líquidos é por regra superior a duas vezes o valor do imobilizado líquido.

A rotação do activo circulante, nivela-se pela rotação do activo total, com os anos de 2004 e 2005, a cifrar a rotação do activo circulante em 0,4 vezes o volume de negócios.

O associativismo patronal agrícola de Macedo de Cavaleiros, não apresenta qualquer endividamento de médio e longo prazo, como já vimos anteriormente nos indicadores de rentabilidade gerir no médio e longo prazo é extremamente difícil. Consequentemente, a capacidade de endividamento mantém-se intacta.

O movimento associativo na tipologia em análise, a partir de 2004, dispõe apenas de sensivelmente 40% de capitais permanentes, para cobrir o activo imobilizado líquido.

Indicadores de estrutura com maior impacto de médio e longo prazo, são apresentados a seguir:

	2003	2004	2005
Autonomia Financeira	17%	6%	6%
Capital Próprio	178.652	52.044	59.156
Activo Líquido	1.062.647	942.148	927.752

	2003	2004	2005
Solvabilidade	20%	6%	7%
Capital Próprio	178.652	52.044	59.156
Passivo	883.995	890.105	868.596

Tabela 65 Indicadores de Estrutura – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho Macedo de Cavaleiros

A autonomia financeira é muito ténue, com os anos de 2004 e 2005 a demonstrarem a existência de apenas 6% de capitais próprios nos activos líquidos, a solvabilidade apresenta, valores alarmantes, nomeadamente em 2004 e 2005 com um grau de 6 e 7% respectivamente.

Na versão da central de Balanços do Banco de Portugal, a produtividade foi de:

VERSÃO da Central de Balanços			
Banco de Portugal			
	2003	2004	2005
Valor Acrescentado Bruto	474.503	422.549	457.671
Vendas	0	25	0
Prestação de Serviços	276.314	324.863	264.567
Trabalhos para a própria empresa	0	0	0
Variação da produção	0	0	0
Subsídios à exploração	1.180.696	998.471	796.258
Outros Proveitos Operacionais	67.280	192.849	59.993
- CMVMC	-42.480	-52.765	-30.085
- FSE	-1.006.090	-1.038.351	-630.961
- Impostos indirectos	-1.217	-2.543	-2.101
Nº Activos	21	19	27
VAB/Nº Activos	22.595	22.239	16.951

Tabela 66 Indicador Valor Acrescentado Bruto – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho Macedo de Cavaleiros

O valor acrescentado bruto dos trabalhadores directos do movimento associativo patronal agrícola do concelho de Macedo de Cavaleiros, coloca-se um pouco acima dos 22000 euros em 2003 e 2004, com 2005 a marcar um decréscimo de 24% face ao ano transacto.

O impacto sócio-económico do modelo de gestão do associativismo agrícola passa em muito pela redistribuição da riqueza criada pelos rendimentos do trabalho.

	2005	%	2004	%	2003
Rendimentos do Trabalho:	405.487,64 €	-22%	520.104,77 €	-5%	545.389,65 €
Dependente	278.109,36 €	29%	216.244,34 €	-11%	242.852,21 €
Independente	127.378,28 €	-58%	303.860,43 €	0%	302.537,44 €

	2005	%	2004	%	2003
Número de Activos	69	0%	69	-12%	78
Dependente	27	42%	19	-10%	21
Independente	42	-16%	50	-12%	57

Tabela 67 Rendimentos Distribuídos e Número de Activos – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho Macedo de Cavaleiros

Nesta tipologia associativa, a análise evolutiva demonstra uma tendência negativa, apesar de o trabalho dependente, ter sofrido um acréscimo de 29% de 2004 para 2005, e inversamente os rendimentos do trabalho independente em 2005, sofreram um decréscimo de 58% face a 2004. Análise idêntica à anterior está presente em número de activos. Uma diminuição de 12% de activos de 2003 para 2004, com 2005 a manter o nível de empregabilidade de 2004. O ano de 2005 marca mesmo um aumento de 42% de pessoal dependente e um decréscimo de 16% ao nível do trabalho independente.

Vamos estabelecer de seguida, o perfil do trabalhador dependente do movimento associativo patronal.

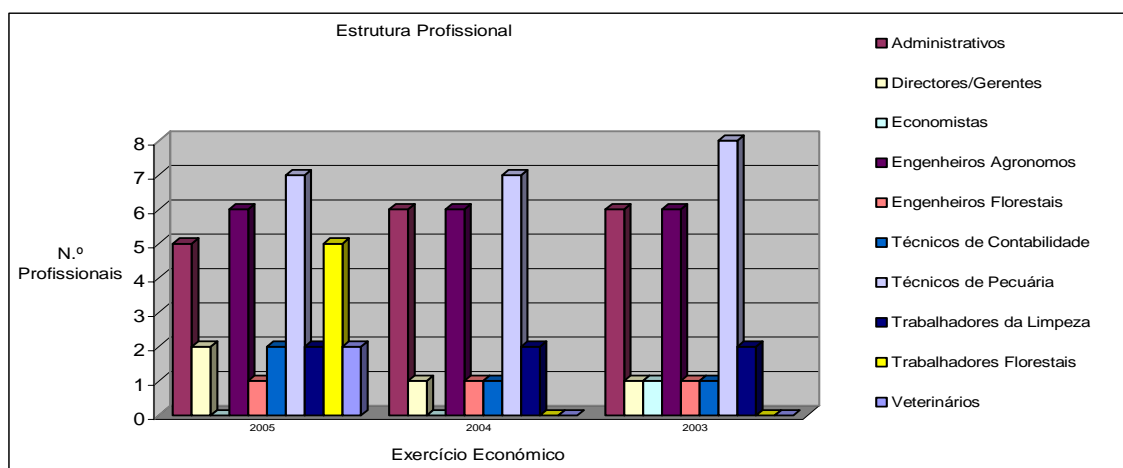


Gráfico 49 Estrutura profissional – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros

A idade média do trabalhador rondava os 37 anos em 2003, evoluindo para os 39 anos nos exercícios económicos de 2004 e 2005.

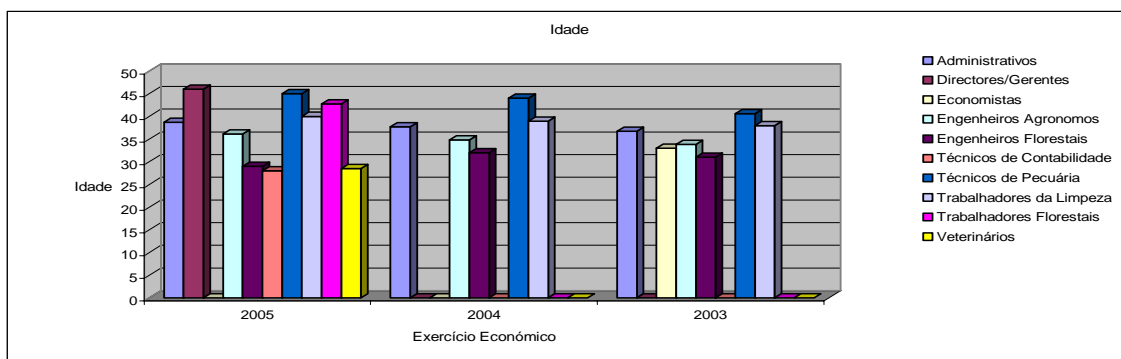


Gráfico 50: Idade média da força de trabalho – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros

A permanência média no posto de trabalho no ano de 2003 fixou-se nos 8 anos, 9 anos em 2004 e em 2005 cifrava-se nos sete anos. De assinalar que a classe profissional dos técnicos de pecuária, situava-se nos 14 anos de tempo médio de serviço em 2005.

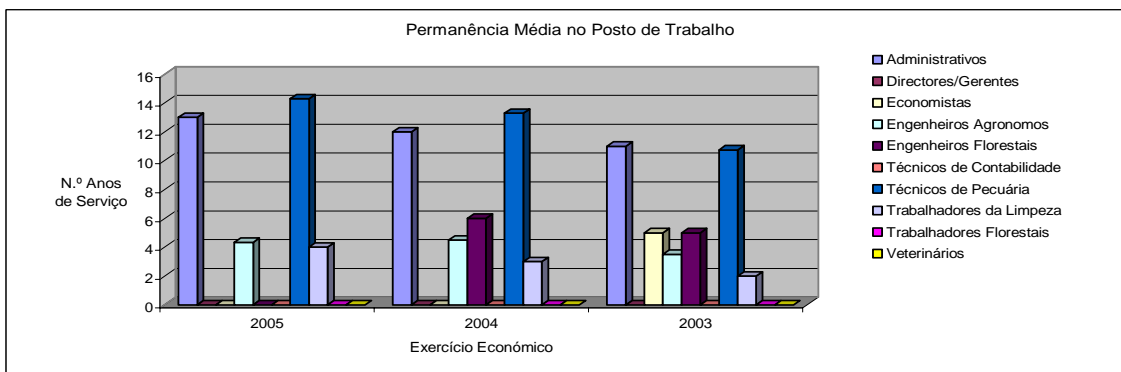


Gráfico 51 Permanência média no posto de trabalho – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros

A remuneração média, revela uma tendência oscilante, 698€ em 2003, 711€ em 2004 e 669€ em 2005. De realçar a classe profissional dos engenheiros agrónomos, que para valores de 2005, quase duplicam a média remuneratória desta tipologia associativa.

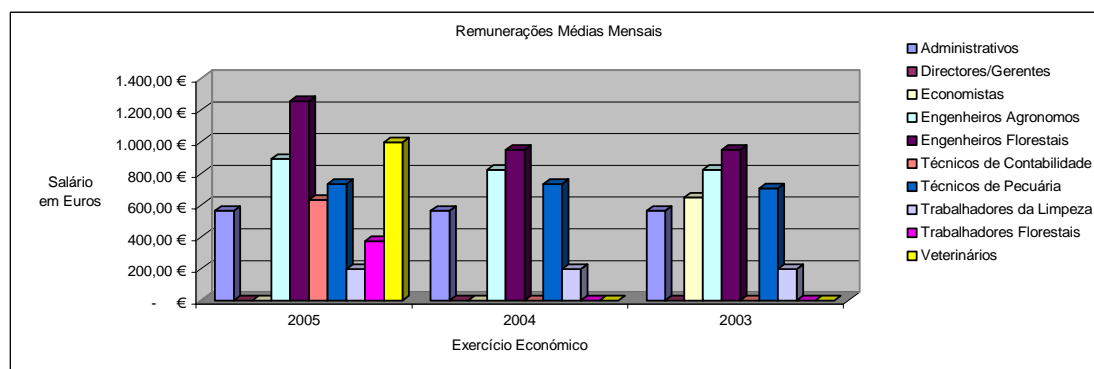


Gráfico 52 Remunerações médias mensais – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros

A relação laboral não revela qualquer precaridade, 100% dos trabalhadores apresentam vínculo laboral sem termo.

O tempo integral, marca o regime de duração do trabalho, praticamente só os profissionais da limpeza trabalham a tempo parcial, no ano de 2005 a introdução da classe profissional directores, também estabelece um regime de tempo parcial de colaboração.

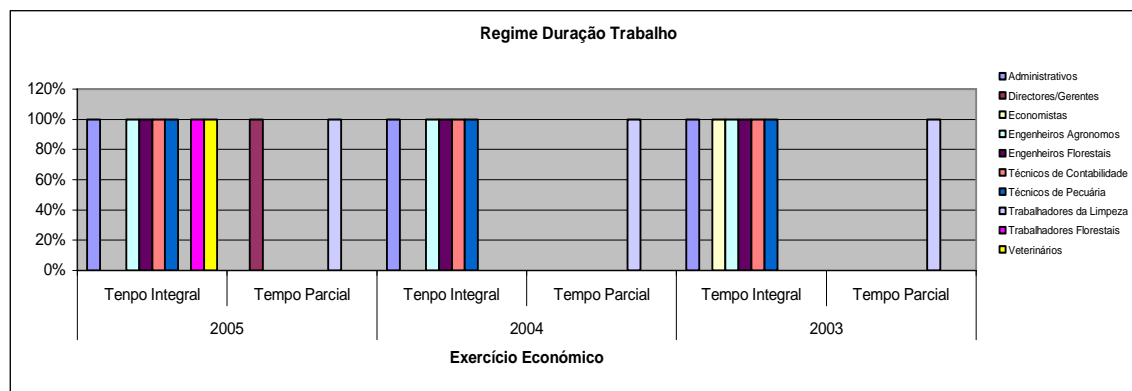


Gráfico 53 Regime duração trabalho – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros

As habilitações literárias percorrem todo o espectro do ensino.

Todos os trabalhadores administrativos possuem qualificações ao nível do ensino secundário. A categoria profissional “Directores/Gerentes”, existe apenas desde 2005, os seus profissionais possuem qualificações ao nível do ensino secundário. Os profissionais, “Economistas”, deixaram o associativismo em 2003, possuíam qualificações ao nível da Licenciatura. Com habilitações médias ou superiores, são detentores os profissionais “Engenheiros Agrónomos”, 67% dos indivíduos apresenta o título de Bacharelato, 33% o título de Licenciatura, indicador consistente nos três exercícios económicos em análise.

Os “Engenheiros Florestais” apresentam-se com o título de Licenciatura. Integrando o movimento associativo patronal no exercício de 2005, também os “Técnicos de Contabilidade”, possuem habilitações ao nível de Licenciatura.

Qualificações mais baixas são apresentadas pelos profissionais “Técnicos de Pecuária”, no exercício económico de 2003, 37,5% dos profissionais desta categoria apresentavam habilitações ao nível do primeiro ciclo do ensino básico e 62,5% completaram o ensino secundário. Apesar da ligeira quebra de qualificações assistida no ano de 2004, estes profissionais são na maioria qualificados com o nível secundário (57%) os restantes 43% dos profissionais apresentam-se com o primeiro ciclo do ensino básico.

Qualificações muito baixas, são as apresentadas pelos “Trabalhadores da Limpeza”, ao nível do primeiro ciclo do ensino básico.

A categoria profissional “Trabalhadores Florestais”, intervêm no associativismo agrícola apenas desde 2005, em regra as qualificações são baixas e muito baixas, com 20% dos profissionais a não possuir qualquer habilitação literária, 60% com o primeiro ciclo do ensino básico e os restantes (20%) com o terceiro ciclo do ensino básico.

Do vasto leque de profissões resta a categoria profissional “Médicos Veterinários”, colaboram com o associativismo agrícola apenas desde 2005 e as suas habilitações situam-se ao nível da Licenciatura.

As qualificações dos trabalhadores do movimento associativo agrícola na tipologia em análise, são razoavelmente aceitáveis, no exercício económico de 2003, apenas 19% dos indivíduos que colaboravam com o movimento associativo possuíam apenas o primeiro ciclo do ensino básico, 43% dos trabalhadores possuíam o ensino secundário, os restantes 38%, são repartidos em partes iguais por indivíduos possuidores do título de Bacharelato e Licenciatura. O ano de 2004 ficou marcado por uma ligeira quebra nas qualificações, o primeiro ciclo ganhou terreno para os 21%, o ensino secundário ficou-se pelos 42%, com as habilitações médias ou superiores a retraírem-se para os 37%, 21% dos indivíduos é detentor do título de Bacharelato e 16% dos indivíduos é detentor do título de Licenciatura. Finalmente o exercício económico de 2005 acentua a quebra de qualificações, 4% dos trabalhadores não possuía qualquer habilitação apesar de saber ler, 25%, eram detentores da qualificação ao nível do primeiro ciclo do ensino básico e outros 4% eram qualificados com o terceiro ciclo do ensino básico. 32% dos trabalhadores possuíam as habilitações de ensino secundário, os titulares de habilitações médias ou superiores limitaram-se aos 35%, com 14% de Bacharéis e 21% de Licenciados.

Cruzando as variáveis, habilitações/género, temos no ano de 2003, apenas 23% dos indivíduos do género masculino com habilitações ao nível do ensino básico, 38% com o ensino secundário e 39% dos indivíduos do género masculino era possuidor de habilitações médias ou superiores. Os indivíduos do género feminino, apenas 13% se apresentavam com o ensino básico, metade dos trabalhadores com o ensino secundário como habilitação literária e 37%, Bacharéis ou Licenciados. O exercício económico de 2004 marca algumas alterações, nos indivíduos do género masculino 25% possuíam o ensino básico, 33% o ensino secundário e 42% apresentavam-se com habilitações médias ou superiores. As maiores alterações verificaram-se nos indivíduos do género feminino, um ligeiro aumento para os 14% de indivíduos com ensino básico, um crescimento para os

57% de indivíduos com o ensino secundário e uma redução para os 29% de indivíduos com habilitações médias ou superiores.

Para finalizar a nossa análise, o ano de 2005, marca também oscilações ao nível das qualificações dos trabalhadores associativos, dos indivíduos do género masculino, 33% possuíam o ensino básico, 28% possuíam o ensino secundário e 39% eram titulares de habilitações médias ou superiores. Também neste exercício económico as maiores oscilações verificaram-se nos indivíduos do género feminino, 30% possuíam o ensino básico, 40% possuíam o ensino secundário e 30% eram titulares de Bacharelatos ou Licenciaturas.

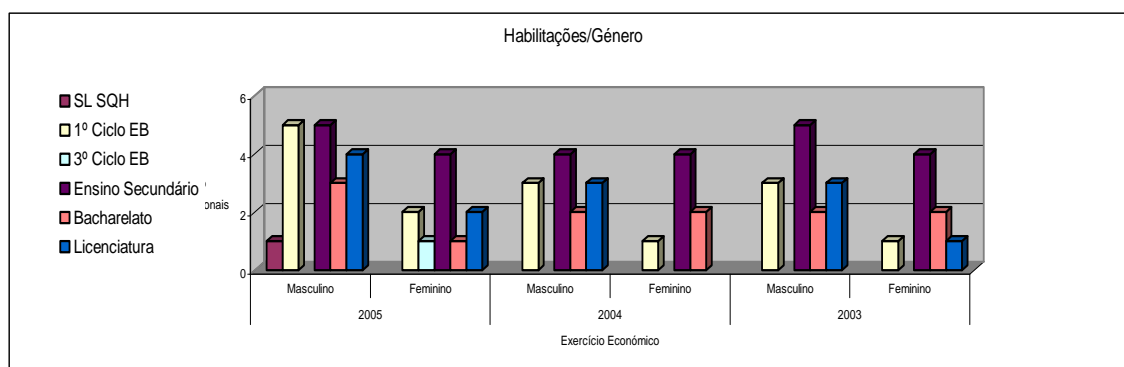


Gráfico 54 Relação Habilitações/Género – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros

A distribuição por género com o decorrer do tempo os indivíduos do género masculino vão alargando o seu domínio, em 2003, representavam 62%, em 2004, subiram ligeiramente para os 63% e finalmente em 2005 representavam já 64% do total de trabalhadores do movimento associativo agrícola na tipologia associações patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros.

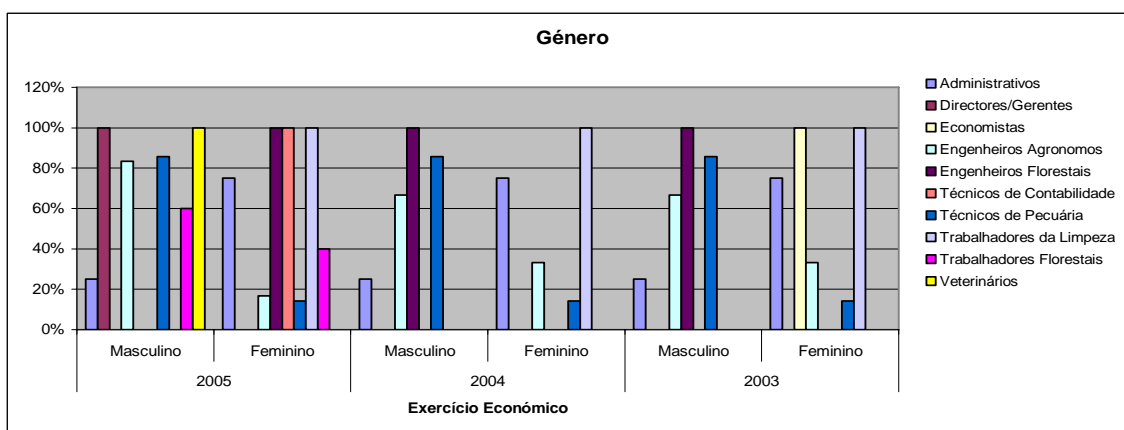


Gráfico 55 Género – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros

6.2.2 Associativismo Agrícola no Concelho de Valpaços

6.2.2.1 Movimento associativo consolidado

O Associativismo no concelho de Valpaços revela uma dinâmica extremamente positiva, quase 17000000€ de Activos e Capitais Próprios na ordem dos 5000000€

No curto prazo, as grandes rubricas Activas cobrem as rubricas Passivas, no médio e longo prazo, os Capitais Próprios e Alheios cobrem os Activos Fixos, denunciando uma confortável situação ao nível do Fundo de Maneio.

Análise gráfica do Balanço:					
2003					
Activo Circulante	Disponibilidades	598.773,39			
	Créditos	1.988.281,56			
	Existências	5.655.755,51	7.915.978,27	Débitos CP	
	Total	8.242.810,46	7.915.978,27	Total	Capital Alheio CP
Activo Fixo	Imobilizado Corpóreo	5.725.077,47	2.097.007,99	Débitos MLP	Capital Alheio MLP
	Imobilizado Incorpóreo	43.041,13	2.042.692,67	Capital/Fundo Associativo	
	Investimentos Financeiros	1.346,75	1.956.596,88	Reservas e Resultados	
	Total	5.769.465,35	6.096.297,54	Total	Capital Próprio
Fundo Maneio	326.832,19				
2004					
Activo Circulante	Disponibilidades	524.637,52			
	Créditos	2.261.145,10			
	Existências	6.554.082,00	9.236.767,24	Débitos CP	
	Total	9.339.864,62	9.236.767,24	Total	Capital Alheio CP
Activo Fixo	Imobilizado Corpóreo	5.833.567,07	1.913.981,43	Débitos MLP	Capital Alheio MLP
	Imobilizado Incorpóreo	42.806,86	2.054.892,01	Capital/Fundo Associativo	
	Investimentos Financeiros	1.346,75	2.011.944,62	Reservas e Resultados	
	Total	5.877.720,68	5.980.818,06	Total	Capital Próprio
Fundo Maneio	103.097,38				
2005					
Activo Circulante	Disponibilidades	931.572,53			
	Créditos	3.225.038,24			
	Existências	6.961.890,88	10.422.362,92	Débitos CP	
	Total	11.118.501,65	10.422.362,92	Total	Capital Alheio CP
Activo Fixo	Imobilizado Corpóreo	5.614.639,05	1.641.295,90	Débitos MLP	Capital Alheio MLP
	Imobilizado Incorpóreo	80.206,46	2.079.583,62	Capital/Fundo Associativo	
	Investimentos Financeiros	1.346,75	2.671.451,47	Reservas e Resultados	
	Total	5.696.192,26	6.392.330,99	Total	Capital Próprio
Fundo Maneio	696.138,73				

Tabela 68 Fundo de Maneio – Movimento Associativo Consolidado no concelho Valpaços

No ano de 2003, um confortável fundo de maneio, quase nos 327000 euros. 2004, marcou uma descida de 64%, nos níveis de fundo de maneio. Após a “tempestade” de 2004, em 2005 voltou a “bonança”, com o fundo de maneio muito perto de atingir os 700000 euros, um crescimento de 575%.

Os indicadores de liquidez revelam uma preocupação ao nível do modelo de gestão.

	2003	2004	2005
Liquidez Geral	1,60	1,37	1,37
Activo Circulante (sem acréscimos)	8.052.743	9.253.763	11.037.316
Passivo de curto prazo (sem acréscimos)	5.048.114	6.769.788	8.035.369
	2003	2004	2005
Liquidez Geral	1,10	1,07	1,12
Activo Circulante (com acréscimos)	8.242.810	9.339.865	11.118.502
Passivo de curto prazo (com acréscimos)	7.470.978	8.736.767	9.922.363
	2003	2004	2005
Liquidez Reduzida	0,5	0,4	0,5
Activo Circulante-Existências	2.396.987	2.699.681	4.075.425
Passivo de curto prazo	5.048.114	6.769.788	8.035.369
	2003	2004	2005
Liquidez Imediata	0,12	0,08	0,12
Disponibilidades	598.773	524.638	931.573
Passivo de curto prazo	5.048.114	6.769.788	8.035.369

Tabela 69 Indicadores Liquidez – Movimento Associativo Consolidado no Concelho Valpaços

A liquidez geral, não atinge o indicador padrão das duas vezes de activos circulantes em relação ao passivo de curto prazo, com acréscimos, o indicador de liquidez geral, ronda o limiar da unidade, fragilidade do modelo de gestão. Sem as existências, o movimento associativo agrícola do concelho de Valpaços, não tem meios para fazer face às suas obrigações de curto prazo. A liquidez imediata é praticamente nula.

A análise aos prazos médios:

	2003	2004	2005
Prazo Médio Recebimento	35,7	47,4	69,7
Clientes c/c + Clientes Títulos a Receber	852.318	1.051.881	1.819.286
(Vendas + Prestação de serviços)	8.708.576	8.095.191	9.528.637
<i>(em dias)</i>			
	2003	2004	2005
Prazo Médio Pagamento	51,2	43,2	65,1
Fornecedores c/c + Fornecedores Títulos a Pagar	1.258.211	1.120.675	1.724.708
Compras de mercadorias / serviços	8.966.629	9.475.327	9.667.465
<i>(em dias)</i>			
	2003	2004	2005
Prazo Médio Stock p/ Venda	271,8	297,4	304,7
Existências Finais	5.655.756	6.554.082	6.961.891
Custo das Mercadorias Vendidas	7.593.817	8.043.524	8.339.901
<i>(em dias)</i>			
	2003	2004	2005
Rotação de Stocks	1,3	1,2	1,2
Custo das Mercadorias Vendidas	7.593.817	8.043.524	8.339.901
Existências Finais	5.655.756	6.554.082	6.961.891
<i>(em dias)</i>			

Tabela 70 Indicadores de Prazos Médios – Movimento Associativo Consolidado no concelho Valpaços

O modelo de gestão apresenta-se com uma relação nos prazos médios de recebimento e pagamento, bastante conciliados, recebendo mesmo regra geral, num prazo inferior ao de pagamento, bom poder negocial. Apesar da tendência ser manifestamente de alargamento dos prazos de recebimento, no ano de 2005 o movimento associativo agrícola do concelho de Valpaços, recebia os seus direitos a 70 dias. 2004, marca uma inversão de ciclo quanto ao prazo médio de pagamento, o movimento associativo agrícola, paga antes e recebe depois, apesar de estarmos a falar de 4 ou 5 dias.

Os stock's para venda apresentam um prazo médio elevado e com tendência de crescimento. A rotação dos stock's é reduzida e constante, 1,2 vezes dos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas nos níveis de existências.

Na óptica da avaliação do desempenho, operacionalmente os resultados são negativos, mas os resultados líquidos são francamente positivos, devendo-se tal facto aos critérios estabelecidos no tratamento dos Proveitos e Ganhos Extraordinários, onde se encontram registados valores materialmente relevantes.

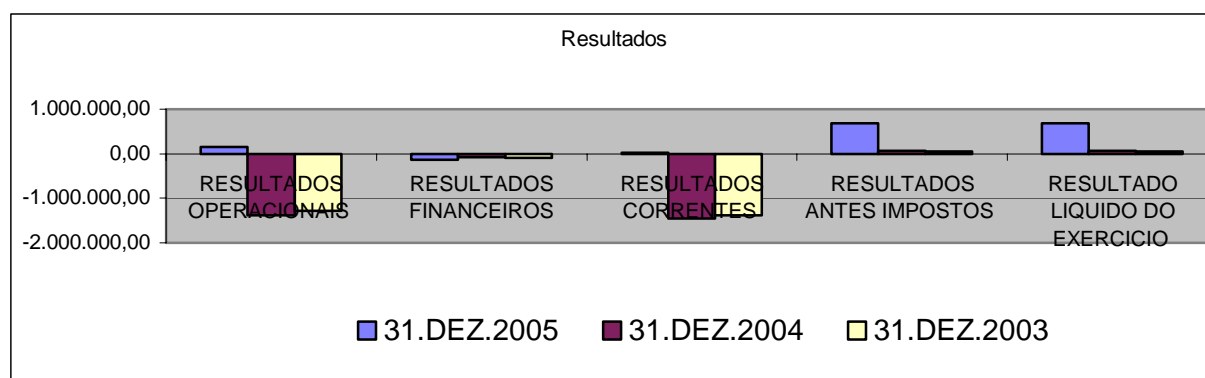


Gráfico 56 Resultados – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Valpaços

O associativismo agrícola do concelho de Valpaços, também desempenha o seu papel ao nível do impacto sócio-económico, provocando uma apreciável arrecadação de receitas fiscais, ainda que só ao nível dos impostos indirectos.

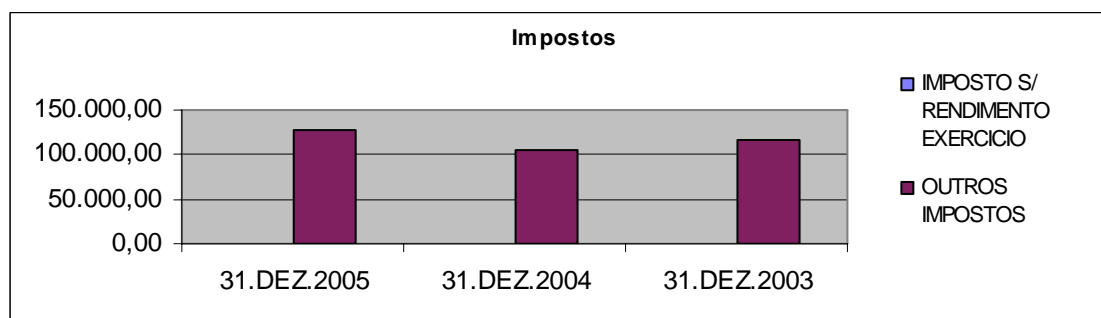


Gráfico 57 Impostos – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Valpaços

O impacto sócio-económico é mais relevante ainda, se analisarmos a distribuição de rendimentos pela via do trabalho. A evolução dos rendimentos colocados à disposição dos trabalhadores é decrescente, mas sempre acima do milhão de euros.

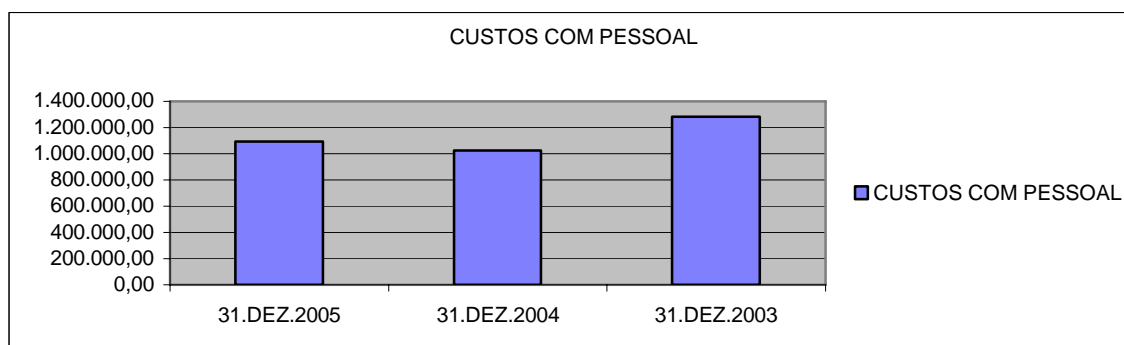


Gráfico 58 Custos com Pessoal – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Valpaços

O papel extraordinário do associativismo agrícola de Valpaços é mais assinalável ainda se olharmos para o importante trabalho desenvolvido com a transformação/ produção/comercialização dos produtos agrícolas. Em 2005 o volume de negócios quase atingiu um nível espantoso dos dez milhões de euros.

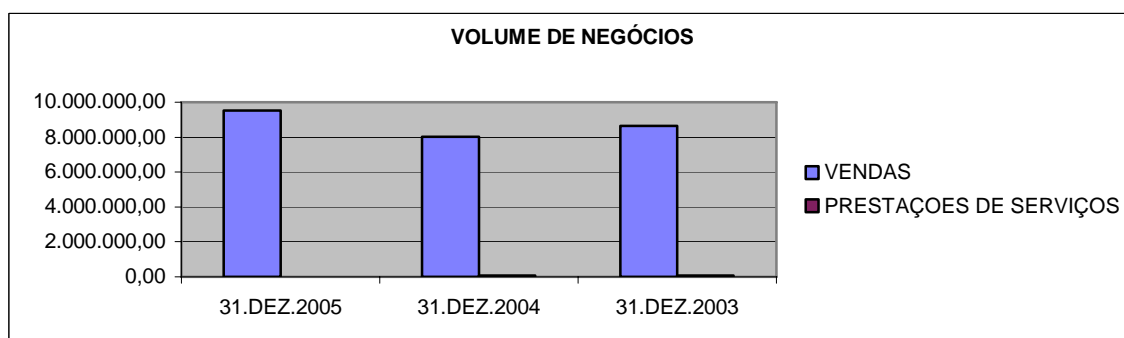


Gráfico 59 Volume de Negócios – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Valpaços

As restantes fontes de financiamento do movimento associativo agrícola, apresentam um nível marginal, contudo realce-se os valores recebidos a título de subsídios à exploração e as contribuições dos associados.

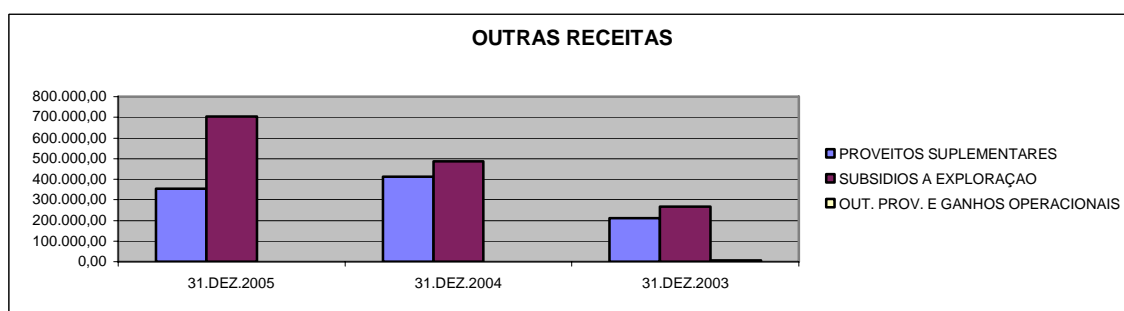


Gráfico 60 Outras Receitas – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Valpaços

As principais fontes de financiamento residem no volume de negócios, em média cifram-se nos 90% do total de proveitos e ganhos, se não soubéssemos que estamos na presença de organizações sem fins lucrativos, diríamos que estamos a analisar qualquer organização com um modelo de gestão de mercado.

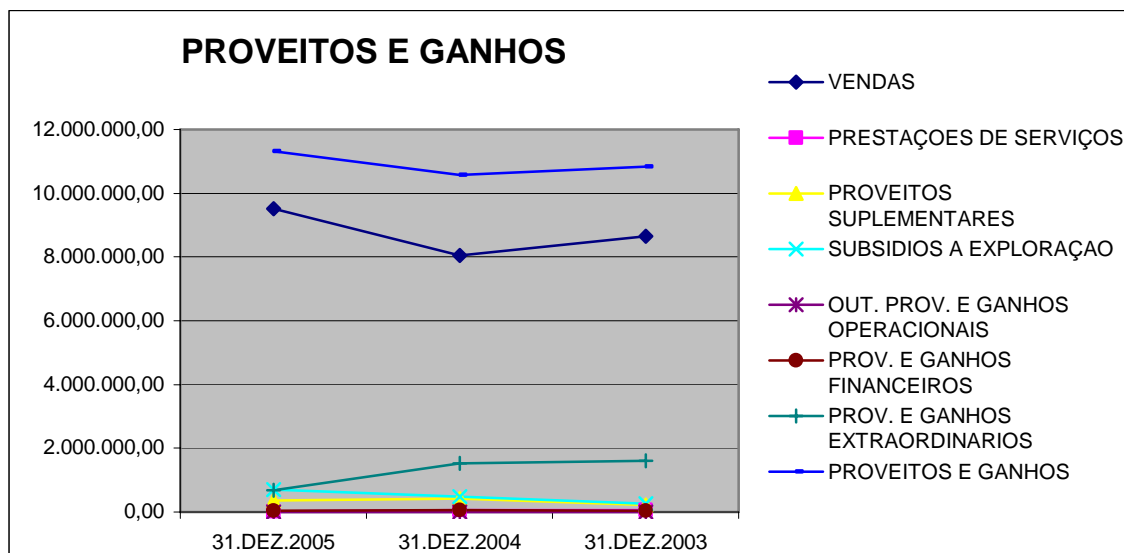


Gráfico 61: Proveitos e Ganhos – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Valpaços

Verificamos de seguida a evolução de cada fonte de financiamento do movimento associativo agrícola do concelho de Valpaços.

Em 2003 o volume de negócios representava 81% do total de proveitos e ganhos, com as receitas extraordinárias a atingir 15%, restando 5%, para as restantes rubricas de proveitos.

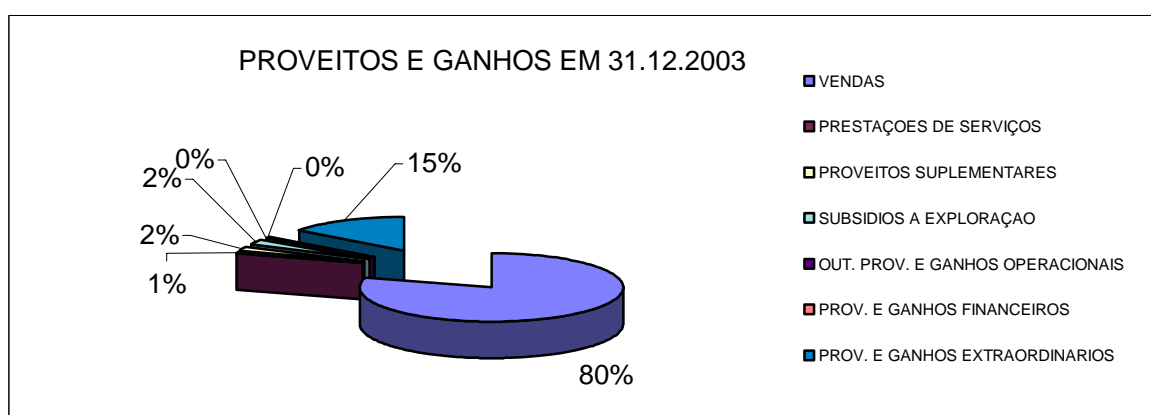


Gráfico 62 Proveitos e Ganhos 2003 – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Valpaços

O volume de negócios em 2004 reduziu-se em 4 pontos percentuais, acrescendo os proveitos extraordinários representam 91% do total de proveitos e ganhos. 5% das receitas são provenientes de subsídios à exploração. As restantes receitas são provenientes das contribuições dos associados e outras receitas sem materialidade relevante.

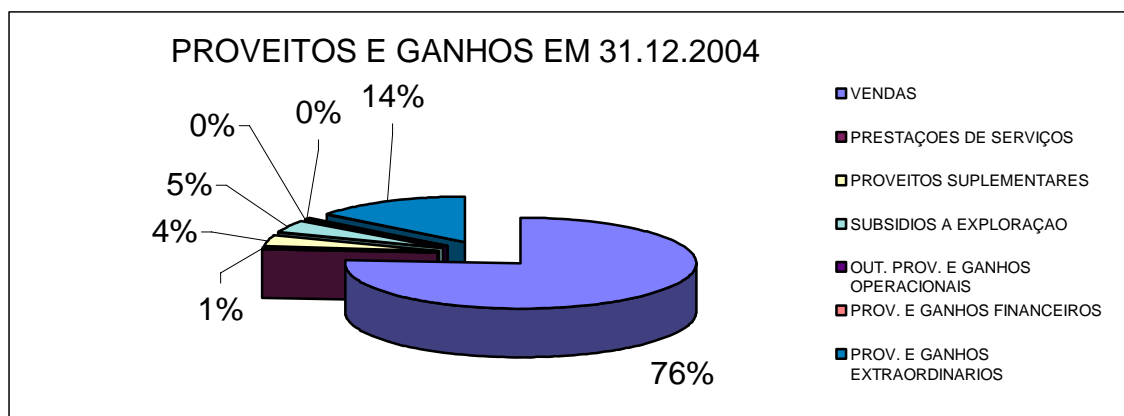


Gráfico 63 Proveitos e Ganhos 2004 – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Valpaços

O ano de 2005 acentua a importância do volume de negócios no total de proveitos e ganhos atingindo os 85%. Este exercício económico marca também a redução do volume de receitas extraordinárias, colocando-as em par de igualdade com o volume de subsídios à exploração. Marginalmente as receitas a título de contribuições dos associados representavam apenas 3 pontos percentuais.

A análise às fontes de financiamento do movimento associativo agrícola do concelho de Valpaços, demonstram uma estrutura clara de gestão de mercado, assente no volume de negócios.

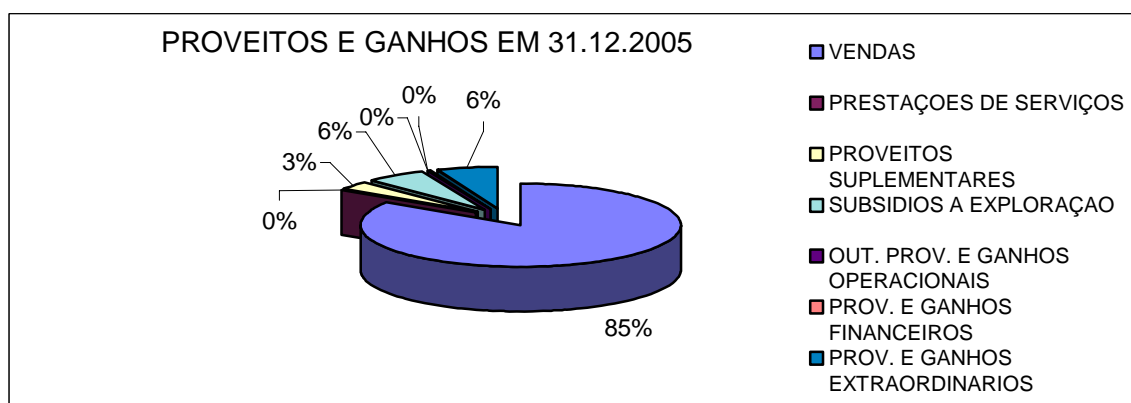


Gráfico 64 Proveitos e Ganhos 2005 – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Valpaços

Vejamos o modelo de gestão analisando alguns indicadores de rentabilidade, de importância maior em qualquer negócio com espírito lucrativo, contudo, as análises já efectuadas demonstram-nos um movimento associativo claramente virado para o mercado.

	2003	2004	2005
Rentabilidade Líquida das Vendas	0,7%	0,8%	7,2%
Resultados Líquidos	59.128	63.355	687.626
Vendas Líquidas	8.642.714	8.039.831	9.518.207
	2003	2004	2005
Rentabilidade Líquida dos Capitais Próprios	1,5%	1,6%	14,5%
Resultados Líquidos	59.128	63.355	687.626
Capitais Próprios	3.999.290	4.066.837	4.751.035
	2003	2004	2005
Rentabilidade Líquida do Activo	0,4%	0,4%	4,1%
Resultados Líquidos	59.128	63.355	687.626
Activo Líquido	14.012.276	15.217.585	16.814.694
	2003	2004	2005
Margem Bruta/Comercial das Vendas	13,8%	-0,05%	14,1%
Vendas Líquidas	8.642.714	8.039.831	9.518.207
Custo das mercadorias Vendidas	7.593.817	8.043.524	8.339.901
	2003	2004	2005
Rentabilidade Operacional das Vendas	-14,8%	-17,2%	1,7%
Resultados Operacionais	-1.281.269	-1.379.741	159.417
Vendas Líquidas	8.642.714	8.039.831	9.518.207
	2003	2004	2005
Rácio de cobertura dos encargos financeiros	-	-	17,3%
Resultados Operacionais	-1.281.269	-1.379.741	159.417
Resultados Financeiros	-96.995	-75.306	-135.950
	2003	2004	2005
Rentabilidade Corrente das Vendas	-15,9%	-18,1%	0,2%
Resultados Correntes	-1.378.263	-1.455.048	23.466
Vendas Líquidas	8.642.714	8.039.831	9.518.207
	2003	2004	2005
Rentabilidade Antes de Impostos	0,7%	0,8%	7,2%
Resultados Antes de Imposto	59.133	63.355	687.626
Vendas Líquidas + Prestação de Serviços	8.708.576	8.095.191	9.528.637
	2003	2004	2005
Carga do imposto sobre o volume de negócios	0,0%	0,0%	0,0%
Imposto sobre rendimento	5	0	0
Vendas Líquidas + Prestação de Serviços	8.708.576	8.095.191	9.528.637

Tabela 71 Indicadores de Rentabilidade – Movimento Associativo Consolidado no concelho Valpaços

A rentabilidade líquida das vendas é praticamente nula em 2003 e 2004, com o ano de 2005 a apresentar uma rentabilidade líquida superior a 7 pontos percentuais. Uma evolução positiva neste indicador. A rentabilidade líquida dos capitais próprios segue a evolução relatada no indicador anterior, com 2005 a atingir uma rentabilidade de 14,5%.

O activo líquido apresenta uma rentabilidade de 0,4 pontos percentuais em 2003 e 2004, com essa rentabilidade a subir para os 4,1% em 2005.

A margem bruta das vendas rondava os 14% em 2003, com uma inflexão em 2004, ano em que essa margem se fixou nos zero pontos percentuais. De realçar que o custo das

mercadorias vendidas e das matérias consumidas representavam 72% do total de custos e perdas.

Ao nível dos resultados operacionais, as vendas apresentavam uma rentabilidade negativa, em 2004 ultrapassou os 17%. Em 2005 a rentabilidade operacional das vendas atingiu níveis positivos, mas não chegaram a atingir sequer os 2%.

Como já se afirmou anteriormente, os resultados extraordinários apresentavam níveis elevados em 2003 e 2004, que proporcionaram uma inversão de sentido dos resultados operacionais para líquidos do exercício. Só em 2005 o movimento associativo agrícola do concelho de Valpaços consegue resultados operacionais positivos, com o rácio de cobertura dos encargos financeiros a ultrapassar o nível dos 17 pontos percentuais.

A rentabilidade corrente das vendas, é negativa em 2003 e 2004, pelas razões já relatadas, em 2005 essa rentabilidade ultrapassa os zero pontos ainda que muito timidamente. Antes de impostos, por via dos resultados extraordinários, a rentabilidade das vendas ronda o ponto percentual em 2003 e 2004, disparando para os 7,2% em 2005.

A carga de impostos sobre os rendimentos é nula em todo o período em análise. De realçar que o tratamento fiscal apesar de privilegiado não é o de isenção.

Analizamos de seguida o modelo de gestão, recorrendo a indicadores de funcionamento:

	2003	2004	2005
Rotação dos Capitais Próprios	2,2	2,0	2,0
Vendas Líquidas + Prestação de Serviços	8.708.576	8.095.191	9.528.637
Capitais Próprios	3.999.290	4.066.837	4.751.035

	2003	2004	2005
Rotação do Activo Total	0,6	0,5	0,6
Vendas Líquidas + Prestação de Serviços	8.708.576	8.095.191	9.528.637
Activo Líquido	14.012.276	15.217.585	16.814.694

	2003	2004	2005
Rotação do Imobilizado Líquido	1,5	1,4	1,7
Vendas Líquidas + Prestação de Serviços	8.708.576	8.095.191	9.528.637
Imobilizado líquido	5.769.465	5.877.721	5.696.192

	2003	2004	2005
Rotação do Activo Circulante	1,1	0,9	0,9
Vendas Líquidas + Prestação de serviços	8.708.576	8.095.191	9.528.637
Activo Circulante	8.052.743	9.253.763	11.037.316

	2003	2004	2005
Estrutura de Endividamento de m/l Prazo	34%	32%	26%
Passivo de médio e longo Prazo	2.097.008	1.913.981	1.641.296
Capitais Permanentes	6.096.298	5.980.818	6.392.331

	2003	2004	2005
Capacidade de Endividamento	66%	68%	74%
Capitais Próprios	3.999.290	4.066.837	4.751.035
Capitais Permanentes	6.096.298	5.980.818	6.392.331

	2003	2004	2005
Cobertura de Imobilizado	106%	102%	112%
Capitais Permanentes	6.096.298	5.980.818	6.392.331
Imobilizado Líquido	5.769.465	5.877.721	5.696.192

Tabela 72 Indicadores de Funcionamento – Movimento Associativo Consolidado no concelho Valpaços

A rotação dos capitais próprios em relação ao volume de negócio situa-se na ordem das duas vezes. Um indicador com alguma razoabilidade, num exercício económico, o movimento associativo agrícola do concelho de Valpaços, produz duas vezes os seus capitais próprios em razão do seu volume de negócios. O volume de negócios situa-se na ordem dos 60% dos valores do activo líquido. O activo fixo líquido, apresenta um grau de cobertura na ordem das 1,5 vezes pelo volume de negócios. O volume de negócios apresentava, relativamente ao activo circulante um índice de cobertura na ordem da unidade. A estrutura de endividamento a médio e longo prazo apresentava uma tendência de decréscimo, com o ano de 2005 a situar o endividamento de médio e longo prazo na ordem dos 26%. Consequentemente a capacidade de endividamento de médio e longo prazo, atinge ainda níveis amplamente aceitáveis. O grau de cobertura do imobilizado líquido pelos capitais permanentes, situa-se acima da um vez, com o ano de 2005 a cifrar-se nas 1,12 vezes.

Até aqui analisamos indicadores de curto prazo, caracterizamos então de seguida o modelo de gestão na óptica de médio e longo prazo.

	2003	2004	2005
Autonomia Financeira	29%	27%	28%
Capital Próprio	3.999.290	4.066.837	4.751.035
Activo Líquido	14.012.276	15.217.585	16.814.694

	2003	2004	2005
Solvabilidade	40%	36%	39%
Capital Próprio	3.999.290	4.066.837	4.751.035
Passivo	10.012.986	11.150.749	12.063.659

Tabela 73 Indicadores de Estrutura – Movimento Associativo Consolidado no concelho Valpaços

Consistente com o relatado anteriormente, a autonomia financeira do movimento associativo agrícola do concelho de Valpaços, situa-se abaixo dos 30%, o indicador padrão de boas práticas de gestão recomenda um grau de autonomia financeira acima do 1/3 de

capitais próprios em relação ao activo líquido. O indicador de solvabilidade, não fragiliza aproximando-se em regra, dos 40% de capitais próprios no total do passivo. De realçar, contudo que o nível de solvabilidade recomendado é acima do 1/3 de capitais próprios para fazer face às obrigações.

A produtividade do movimento associativo agrícola varia de acordo com o quadro seguinte:

VERSÃO da Central de Balanços			
Banco de Portugal			
	2003	2004	2005
Valor Acrescentado Bruto	772.247	466.506	1.774.384
Vendas	8.642.714	8.039.831	9.518.207
Prestação de Serviços	65.862	55.360	10.431
Trabalhos para a própria empresa	0	25.849	0
Variação da produção	662.223	1.024.774	982.070
Subsídios à exploração	267.674	487.549	704.139
Outros Proveitos Operacionais	216.657	413.573	353.887
- CMVMC	-7.593.817	-8.043.524	-8.339.901
- FSE	-1.372.812	-1.431.803	-1.327.563
- Impostos indirectos	-116.254	-105.104	-126.886
Nº Activos	73	79	66
VAB/Nº Activos	10.579	5.905	26.885

Tabela 74 Indicador Valor Acrescentado Bruto – Movimento Associativo Consolidado no concelho Valpaços

O Valor Acrescentado Bruto per-capita, não se revela consistente nos três anos em análise, contudo, o tratamento contabilístico dos proveitos e ganhos extraordinários influencia determinantemente os valores acrescentados brutos. Em 2005 o VAB cifrou-se em cerca de 27000€, de acordo com a versão da central de balanços do Banco de Portugal. O VAB para Trás-os-Montes tendo por base dados de 2004 do INE, ficou-se pelos 116 milhões de euros, com uma produtividade média per-capita de 15300€

Analisadas as demonstrações financeiras do movimento associativo agrícola, vamos averiguar de seguida o impacto sócio-económico ao nível da força de trabalho:

	2005	%	2004	%	2003
Rendimentos do Trabalho:	782.800,95 €	9%	716.173,07 €	8%	666.100,71 €
Dependente	597.424,28 €	5%	568.520,74 €	-3%	583.100,04 €
Independente	185.376,67 €	26%	147.652,33 €	78%	83.000,67 €

	2005	%	2004	%	2003
Número de Activos	137	-5%	144	13%	128
Dependente	66	-16%	79	8%	73
Independente	71	9%	65	18%	55

Tabela 75 Rendimentos Distribuídos e Número de Activos – Movimento Associativo Consolidado no concelho Valpaços

O impacto socio-económico do associativismo agrícola, não é de desprezar em termos de rendimentos distribuídos pela via do trabalho, com uma evolução positiva de 8% entre 2003 e 2004 e com um aumento de 9% entre 2004 e 2005. O trabalho dependente apresentava uma ligeira descida em 2004 face a 2003, mas em 2005 o volume de rendimentos colocados à disposição de trabalhadores independentes subiu 26%. Em números a evolução é positiva, em 2004 face a 2003, mas negativa em 2005 face a 2004, principalmente devido à quebra de 16% no número de trabalhadores dependentes em 2005 face a 2004. Os trabalhadores independentes aumentaram em todos os anos em análise, mas a tendência em número de activos total, é de diminuição.

Vistos os números, vamos estabelecer o perfil do trabalhador do associativismo agrícola do concelho de Valpaços.

A estrutura profissional é bastante ampla, contemplando profissionais de áreas de funcionamento diversas, demonstrando a existência de uma clássica estrutura orgânica de mercado.



Gráfico 65 Estrutura profissional – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Valpaços

A idade média do trabalhador em 2003 e 2004, fixou-se nos 42 anos, em 2005 subiu para os 46 anos. A actividade de operador de máquinas apresentava a idade média mais alta, a passos largos dos 60 anos. Os técnicos da qualidade a meio caminho dos 30 anos.

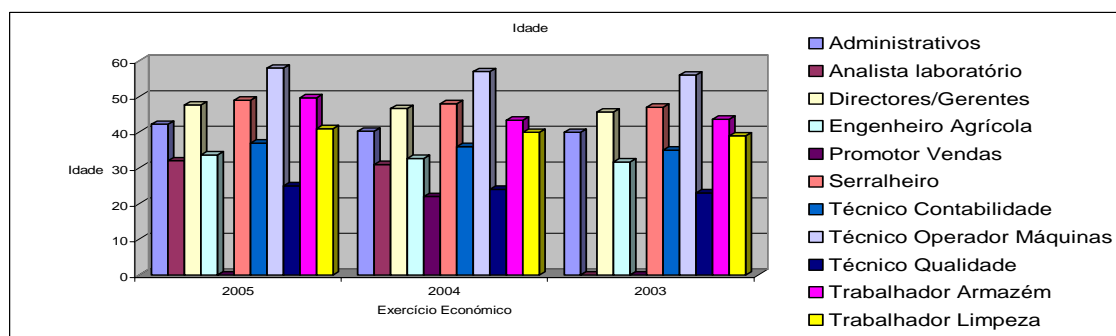


Gráfico 66 Idade média da força de trabalho – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Valpaços

A permanência média no posto de trabalho situava-se nos 12 anos de serviço em 2003 e 2004 e subia para os 15 anos de serviço em 2005. As preocupações com a força de vendas são recentes, é a actividade profissional com o indicador de permanência média mais reduzido. No lado oposto, os directores de serviço estavam a caminho dos 20 anos de permanência no seu posto de trabalho.

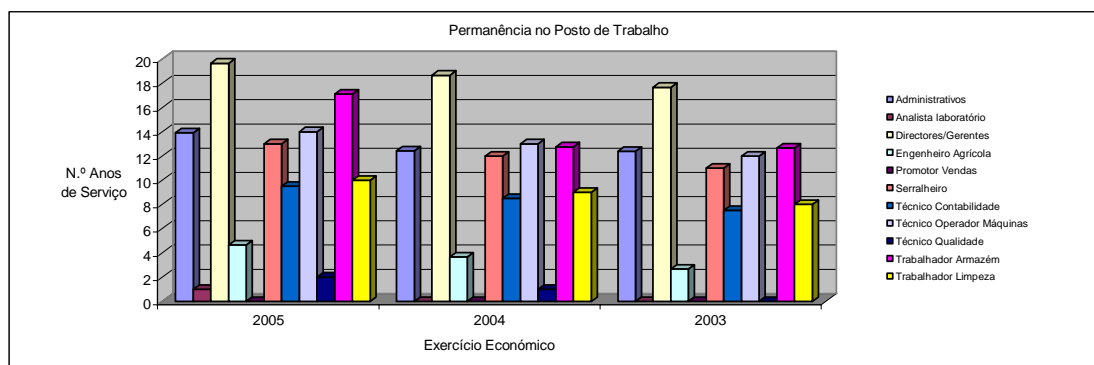


Gráfico 67 Permanência média no posto de trabalho – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Valpaços

As remunerações médias dos trabalhadores associativos, cifravam-se um pouco acima dos 500 euros, com o ano de 2004 a reduzir em cerca de um ponto percentual o ganho mensal. Em 2005 verificou-se situação inversa, com as remunerações médias a aumentarem quase cinco pontos percentuais. Os directores de serviço e os Engenheiros Agrícolas rivalizavam pela remuneração maior do espectro profissional, rondavam por defeito ou por excesso os mil euros, praticamente duas vezes a remuneração média da estrutura profissional consolidada. Na base remuneratória, os trabalhadores de limpeza e armazém auferiam valores médios na ordem dos 400 euros.

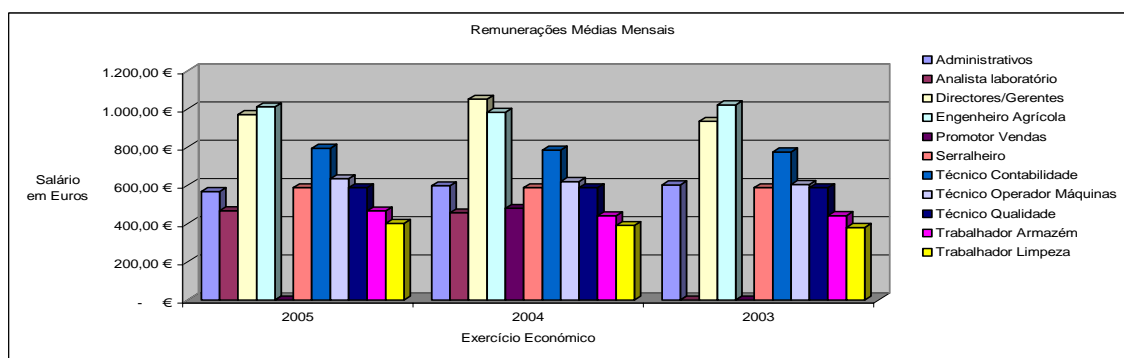


Gráfico 68 Remunerações médias mensais – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Valpaços

A relação laboral implicava vínculos contratuais sem termo, excepções para a classe profissional “analista de laboratório” e um caso isolado na profissão de trabalhador de armazém. No ano de 2004 a profissão de “promotor de vendas”, estava também ligado

com um vínculo com termo. As classes profissionais com necessidades mais recentes e maior qualificação estão ligadas precariamente.

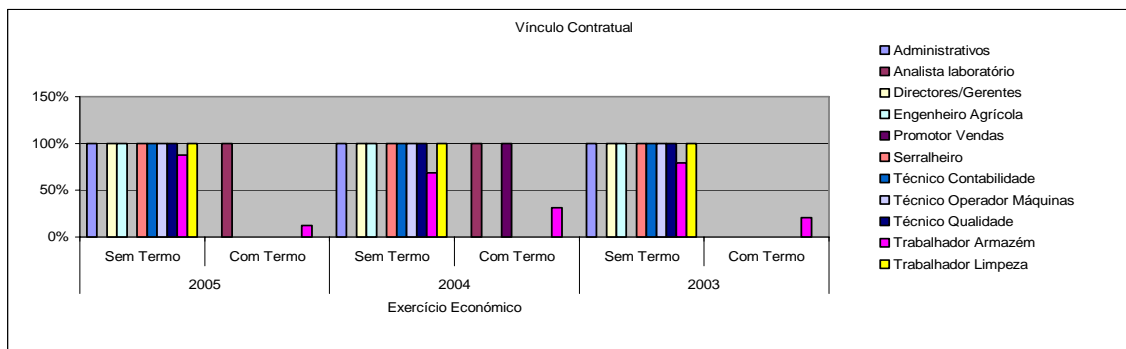


Gráfico 69 Vínculo contratual – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Valpaços

O regime de duração do trabalho é exclusivamente de tempo integral.

O perfil académico dos trabalhadores varia de acordo com as respectivas necessidades de formação e abarcam todo o espectro de níveis de ensino.

Os trabalhadores “Administrativos” apresentavam habilitações idênticas nos exercícios económicos de 2003 e 2005, com 46% de indivíduos ao nível do ensino básico (15% ao nível do segundo ciclo e 31% ao nível do terceiro ciclo) os restantes (54%) dos indivíduos apresentam habilitação de ensino secundário. O Exercício económico de 2004, é marcado por uma ligeira redução das habilitações, repartindo-se em partes iguais pelo ensino básico (14% do segundo ciclo e 36% do terceiro ciclo) e pelo ensino secundário.

A actividade profissional de “Analista de Laboratório”, foi recrutada em 2004, as qualificações são exclusivamente de Bacharelato.

Os trabalhadores de Direcção apresentavam qualificações tripartidas e bem diferenciadas, desde o primeiro ciclo do ensino básico, terceiro ciclo do ensino básico e ensino secundário.

Os profissionais “Engenheiros Agrícolas” possuíam o título académico de Bacharelato.

O ensino secundário caracterizava, as qualificações da actividade “Promotora de Vendas”, recrutados em 2004, dispensados nesse mesmo ano.

A actividade profissional de “Serralheiro” apresentava qualificações muito baixas, ao nível do primeiro ciclo do ensino básico.

Melhores qualificações eram as apresentadas pelos profissionais da Contabilidade, ensino secundário e licenciados dividem em partes iguais a qualificação destes profissionais.

Qualificações baixas eram também as dos Operadores de Máquinas, ao nível do primeiro ciclo do ensino básico.

Os Trabalhadores “Técnicos de Qualidade” apresentavam qualificações ao nível do ensino secundário.

Os “Trabalhadores de Armazém” apresentavam habilitações ao nível do ensino básico (98%) e do ensino secundário (2%).

O primeiro ciclo do ensino básico caracterizava as qualificações dos trabalhadores de limpeza.

Os trabalhadores do tecido associativo agrícola do concelho de Valpaços, apresentam generalizadamente baixas qualificações, no exercício económico de 2003 metade dos trabalhadores apresentavam como qualificações apenas o primeiro ciclo do ensino básico, 12% possuíam como qualificação o segundo ciclo do ensino básico e 18% o terceiro ciclo do ensino básico. Com o ensino secundário apresentavam-se 15% dos trabalhadores. Apenas 5% eram titulares de qualificações médias ou superiores, de realçar que os trabalhadores licenciados eram apenas 1%. No exercício económico de 2004, verificou-se uma ligeira melhoria nas qualificações dos trabalhadores, os portadores de qualificações ao nível do primeiro ciclo desceram para os 46%, com o segundo ciclo assistiu-se a uma descida para os 8%, e a conseqüente subida dos indivíduos com o terceiro ciclo, que passaram a ser 25%. Os indivíduos com o ensino secundário mantiveram-se nos 15%, enquanto que com qualificações médias ou superiores verificou-se uma ligeira melhoria para os 6% de trabalhadores. Em 2005, verificaram-se duas oscilações marcantes, por um lado o número de trabalhadores com baixas qualificações aumentou e por outro lado os trabalhadores com qualificações médias ou superiores também subiu. 54% dos trabalhadores possuíam o primeiro ciclo do ensino básico, 9%, o segundo ciclo e 12% o terceiro ciclo do ensino básico. O número de indivíduos com o ensino secundário subiu para os 17% e os titulares de qualificações médias ou superiores subiu para os 8%.

Analisando as variáveis habilitações / género, temos para 2003 um cenário terrível de desqualificação para os indivíduos do género masculino, 89% dos trabalhadores masculinos possuíam apenas o ensino básico (72% possuíam apenas o primeiro ciclo do ensino básico). Apenas 11% dos trabalhadores apresentavam como qualificação literária o ensino secundário, não existindo qualquer trabalhador com qualificações médias ou

superiores. Os trabalhadores do género feminino, apesar de o cenário ser mau, melhora, 73% destes possuíam qualificações ao nível do ensino básico (58% possuíam apenas o primeiro ciclo do ensino básico como qualificação literária). Com o ensino secundário apresentavam-se 18% dos trabalhadores e 9% são titulares de qualificações médias ou superiores. No exercício económico de 2004, dos indivíduos do género masculino, 86% dos trabalhadores possuíam o ensino básico, 14% o secundário. Do género feminino, 74% possuíam o ensino básico, 16% o secundário e 10% apresentavam qualificações médias ou superiores. Em 2005, mantinha-se o cenário no essencial, 89% dos indivíduos do género masculino possuíam o ensino básico, contra 67% de mulheres com a mesma qualificação. Com o ensino secundário, do lado dos homens 11% dos indivíduos e 21% dos indivíduos do género feminino. Com qualificações médias ou superiores nenhum indivíduo do género masculino era titular dessas qualificações, enquanto que 12% de trabalhadores do género feminino eram portadoras de Bacharelatos e Licenciaturas.

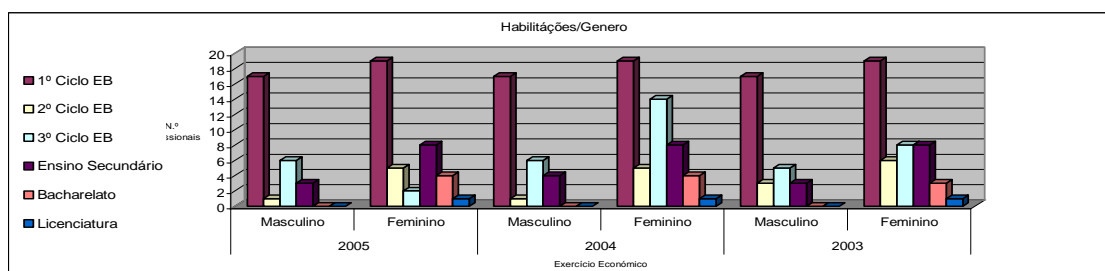


Gráfico 70 Relação Habilitação/Género – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Valpaços

O trabalhador do movimento associativo agrícola do concelho de Valpaços é maioritariamente do género feminino, apresentando uma evolução favorável aos indivíduos do género masculino, em 2003, as mulheres representavam 62%, verificou-se em 2004 uma ligeira subida para 65% de mulheres na força produtiva mas em 2005, assistiu-se a uma quebra da preponderância dos trabalhadores do género feminino para 59%.

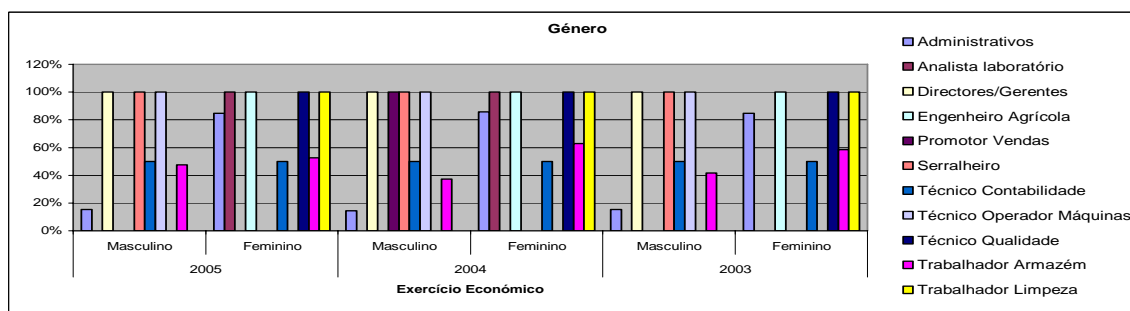


Gráfico 71 Género – Movimento Associativo Consolidado no concelho de Valpaços

6.2.2.2 Movimento associativo na tipologia Cooperativismo

Passamos a analisar o movimento associativo agrícola do concelho de Valpaços, distinguindo a tipologia associativa, vejamos o movimento cooperativo:

O cooperativismo é a forma por excelência do associativismo valpacense, uma evolução consistente de activos na ordem dos 10% e aumentos nos Capitais Próprios nos últimos dois anos de 18%. O volume de activos do cooperativismo na amostra total representa 99%, sem espaço para as restantes tipologias associativas.

A análise ao fundo de maneiio revela uma posição equilibrada, denotando-se uma quebra no ano de 2004, mas logo recuperada em 2005.

Análise gráfica do Balanço:					
2003					
Activo Circulante	Disponibilidades	509.269,32			
	Créditos	1.664.818,24			
	Existências	5.655.755,51	7.119.870,64	Débitos CP	
	Total	7.829.843,07	7.119.870,64	Total	Capital Alheio CP
Activo Fixo	Imobilizado Corpóreo	5.687.289,78	2.542.007,99	Débitos MLP	Capital Alheio MLP
	Imobilizado Incorpóreo	43.041,13	2.018.336,55	Capital/Fundo Associativo	
	Investimentos Financeiros	1.346,75	1.881.305,55	Reservas e Resultados	
	Total	5.731.677,66	6.441.650,09	Total	Capital Próprio
Fundo Maneio	709.972,43				
2004					
Activo Circulante	Disponibilidades	427.954,18			
	Créditos	2.117.539,21			
	Existências	6.554.082,00	8.602.686,41	Débitos CP	
	Total	9.099.575,39	8.602.686,41	Total	Capital Alheio CP
Activo Fixo	Imobilizado Corpóreo	5.810.305,47	2.413.981,43	Débitos MLP	Capital Alheio MLP
	Imobilizado Incorpóreo	42.806,86	2.034.349,84	Capital/Fundo Associativo	
	Investimentos Financeiros	1.346,75	1.903.016,79	Reservas e Resultados	
	Total	5.854.459,08	6.351.348,06	Total	Capital Próprio
Fundo Maneio	496.888,98				
2005					
Activo Circulante	Disponibilidades	879.536,34			
	Créditos	2.924.627,19			
	Existências	6.961.890,88	9.652.669,10	Débitos CP	
	Total	10.766.054,41	9.652.669,10	Total	Capital Alheio CP
Activo Fixo	Imobilizado Corpóreo	5.597.359,18	2.141.295,90	Débitos MLP	Capital Alheio MLP
	Imobilizado Incorpóreo	79.773,55	2.055.227,50	Capital/Fundo Associativo	
	Investimentos Financeiros	1.346,75	2.595.341,39	Reservas e Resultados	
	Total	5.678.479,48	6.791.864,79	Total	Capital Próprio
Fundo Maneio	1.113.385,31				

Tabela 76 Fundo de Maneio – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho Valpaços

No ano de 2003 as rubricas activas de curto prazo cobrem as rubricas passivas, tal como os capitais alheios de médio e longo prazo e o capital próprio, cobrem os activos fixos. Resultando um fundo de maneiio quase 710000 euros. O exercício económico de 2004 implicou uma descida de 30% do fundo de maneiio, o cooperativismo agrícola do

concelho de Valpaços, gerou menos activos para solver os seus passivos. Em 2005, o fundo de maneo ultrapassa o milhão de euros, resultante de um aumento de sensivelmente 124%, face ao exercício económico anterior, a melhor situação económico-financeira do movimento associativo agrícola, até aqui analisado.

Os indicadores de liquidez do movimento associativo, demonstram um modelo de gestão equilibrado mas que uma conjuntura desfavorável poderá colocar em causa o cumprimento das obrigações de curto prazo.

	2003	2004	2005
Liquidez Geral	1,62	1,35	1,37
Activo Circulante (sem acréscimos)	7.798.965	9.050.239	10.726.772
Passivo de curto prazo (sem acréscimos)	4.825.058	6.712.249	7.845.726

	2003	2004	2005
Liquidez Geral	1,10	1,06	1,12
Activo Circulante (com acréscimos)	7.829.843	9.099.575	10.766.054
Passivo de curto prazo (com acréscimos)	7.119.871	8.602.686	9.652.669

	2003	2004	2005
Liquidez Reduzida	0,4	0,4	0,5
Activo Circulante-Existências	2.143.210	2.496.157	3.764.881
Passivo de curto prazo	4.825.058	6.712.249	7.845.726

	2003	2004	2005
Liquidez Imediata	0,11	0,06	0,11
Disponibilidades	509.269	427.954	879.536
Passivo de curto prazo	4.825.058	6.712.249	7.845.726

Tabela 77 Indicadores Liquidez – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho Valpaços

A liquidez geral, sem acréscimos, revela uma tendência de descida, com o ano de 2005, a fixar-se nos 1,37, muito pouco para um movimento com praticamente 8000000 de euros de passivos de curto prazo. Se a análise da liquidez incluir os acréscimos, então o passivo de curto prazo, praticamente iguala o valor do activo circulante. A liquidez reduzida, considerando apenas as rubricas activas de créditos sobre terceiros e disponibilidades, apesar da tendência positiva, no ano de 2005, representava apenas a cobertura de metade dos passivos. No imediato, o valor das disponibilidades ronda os 10% dos débitos a terceiros.

Quanto aos prazos médios, o de recebimento tem revelado um aumento progressivo, no ano de 2005 recebia-se a 60 dias, quase o dobro do tempo que se demorava a receber em 2003. O prazo médio de pagamento, reflexo do aumento do prazo médio de recebimento, tem aumentado também, apesar de a um ritmo mais lento, em 2005, o pagamento era realizado a 62 dias. O cooperativismo revela um poder negocial bastante

aceitável, quer com os clientes, quer com os fornecedores, mais um indicador, que aponta para a existência clara de um modelo de gestão virado para o mercado.

Os stock's, têm também eles, aumentado, em 2005 os stock's demoraram quase um ano para serem vendidos, com todas as consequências de custos inerentes. Relativamente a 2003, o prazo médio de stock's para venda aumentou mais de 12%. A rotação dos stock's, situava-se um pouco acima da uma vez de custos nas existências.

	2003	2004	2005
Prazo Médio Recebimento	29,3	42,9	59,9
Cientes c/c + Clientes Titulos a Receber	694.261	945.041	1.560.808
(Vendas + Prestação de serviços)	8.642.714	8.039.831	9.518.207
<i>(em dias)</i>			
	2003	2004	2005
Prazo Médio Pagamento	46,3	47,1	61,9
Fornecedores c/c + Fornecedores Titulos a Pagar	1.035.154	1.118.512	1.535.398
Compras de mercadorias / serviços	8.166.706	8.670.676	9.056.338
<i>(em dias)</i>			
	2003	2004	2005
Prazo Médio Stock p/ Venda	271,8	297,4	304,7
Existências Finais	5.655.756	6.554.082	6.961.891
Custo das Mercadorias Vendidas	7.593.817	8.043.524	8.339.901
<i>(em dias)</i>			
	2003	2004	2005
Rotação de Stocks	1,3	1,2	1,2
Custo das Mercadorias Vendidas	7.593.817	8.043.524	8.339.901
Existências Finais	5.655.756	6.554.082	6.961.891
<i>(em dias)</i>			

Tabela 78 Indicadores de Prazos Médios – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho Valpaços

A avaliação do desempenho por via dos resultados contabilísticos, demonstra uma performance positiva ao nível dos resultados líquidos, apesar de operacionalmente os resultados apresentarem valores bastante negativos, no entanto ressalve-se que o tratamento contabilístico dos proveitos e ganhos extraordinários, pelos seus valores nos três anos em análise, poderá indiciar, critérios contabilísticos que afectaram negativamente os resultados operacionais, até porque não se verificam situações de desinvestimento.

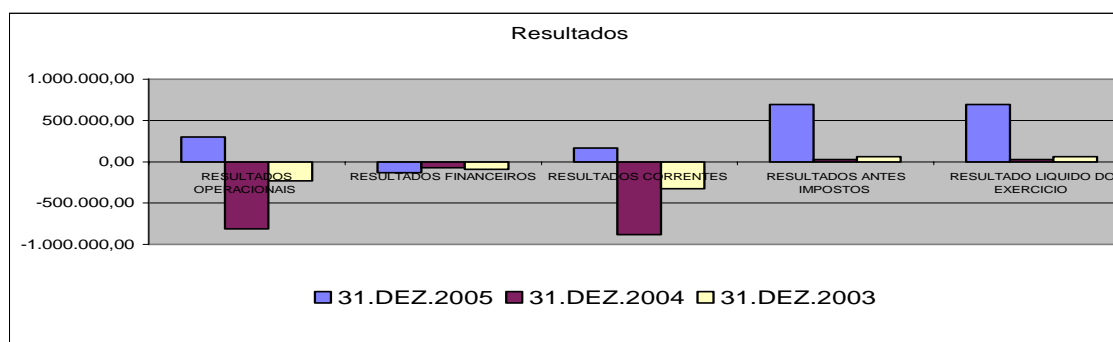


Gráfico 72 Resultados – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Valpaços

O impacto sócio-económico do movimento cooperativo agrícola do concelho de Valpaços, pela via da colecta de impostos revela uma materialidade relativa. Após uma ligeira inflexão em 2004, face a 2003, mas no ano de 2005, os impostos indirectos arrecadados pelo Estado ultrapassaram os 120000 euros.

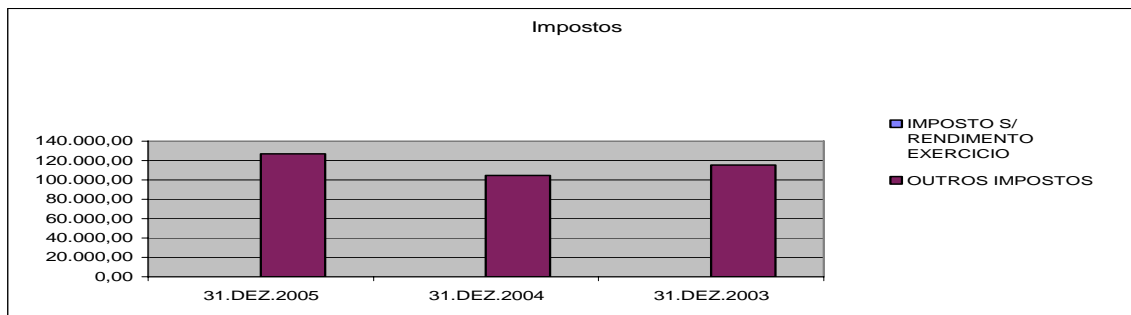


Gráfico 73 Impostos – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Valpaços

O impacto socio-económico é ainda mais relevante no que toca à distribuição de rendimentos pela via do trabalho. O ano de 2005 representa um aumento de massa salarial superior a 5%, face ao ano anterior. A massa salarial total do exercício económico de 2005 ultrapassou os 760000 euros.

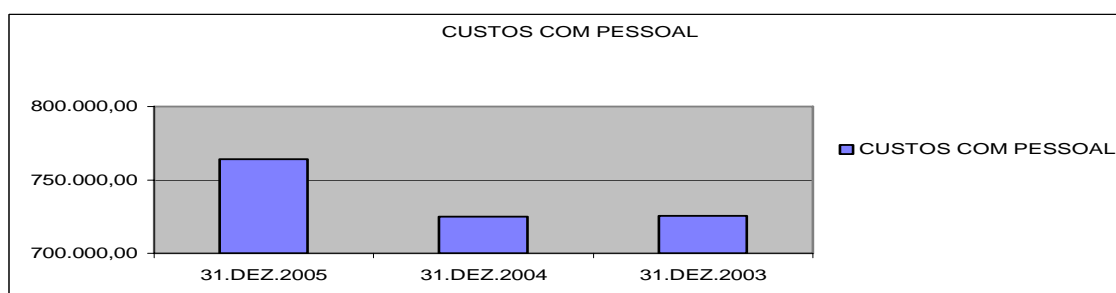


Gráfico 74 Custos com Pessoal – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Valpaços

As fontes de financiamento são provenientes quase exclusivamente das vendas, estas representam valores na ordem dos 90%, do total de receitas, ultrapassando o volume de 9 milhões de euros em 2005.

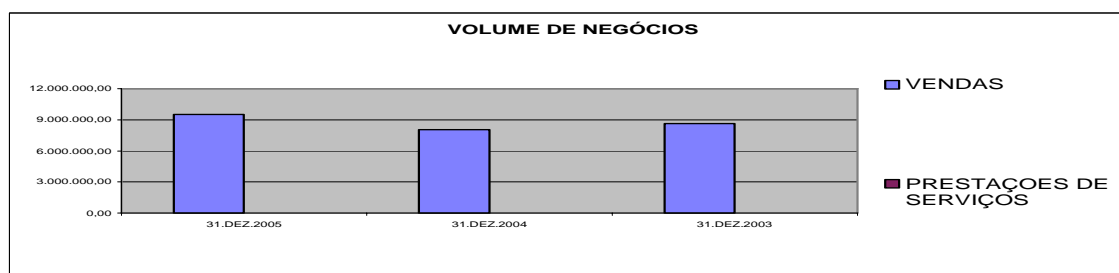


Gráfico 75 Volume de Negócios – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Valpaços

As contribuições dos associados, na ordem dos 200000 euros, representam um papel importante na manutenção da tesouraria em níveis de não insolvência. No ano de 2004, os subsídios à exploração atingiram uma importância não comparável com os exercícios económicos em análise, já tivemos oportunidade de referir que o ano de 2004, foi extremamente difícil de gerir, os subsídios conforme podemos verificar, foram o instrumento de gestão para minimizar as fragilidades do modelo de gestão.

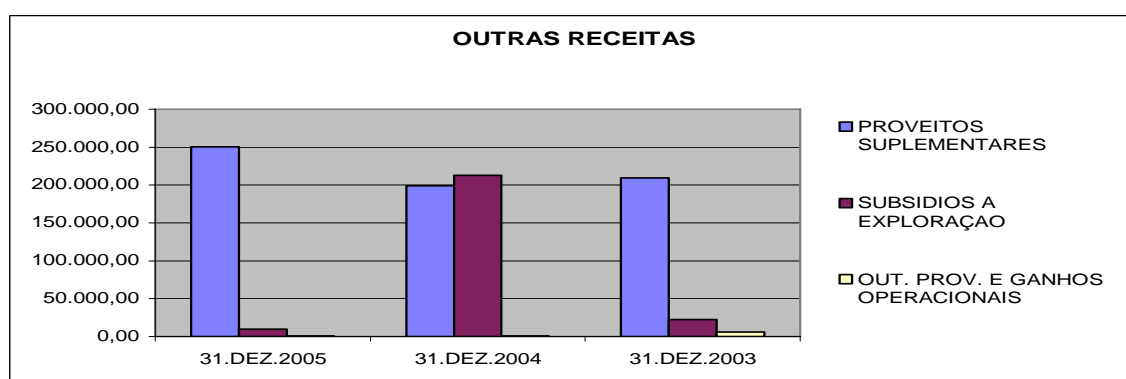


Gráfico 76 Outras Receitas – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Valpaços

Sem duvida alguma, o cooperativismo agrícola do concelho de Valpaços, assenta as suas actividades na venda dos produtos agrícolas dos seus associados, mais uma variante do impacto sócio-económico. O segundo nível de receitas é ocupado pelos proveitos e ganhos extraordinários, já referimos anteriormente, a relevância desta rubrica, nos sucessivos exercícios económicos, coloca em causa a continuidade do modelo de gestão, pelas características de imprevisibilidade que estes proveitos acarretam.

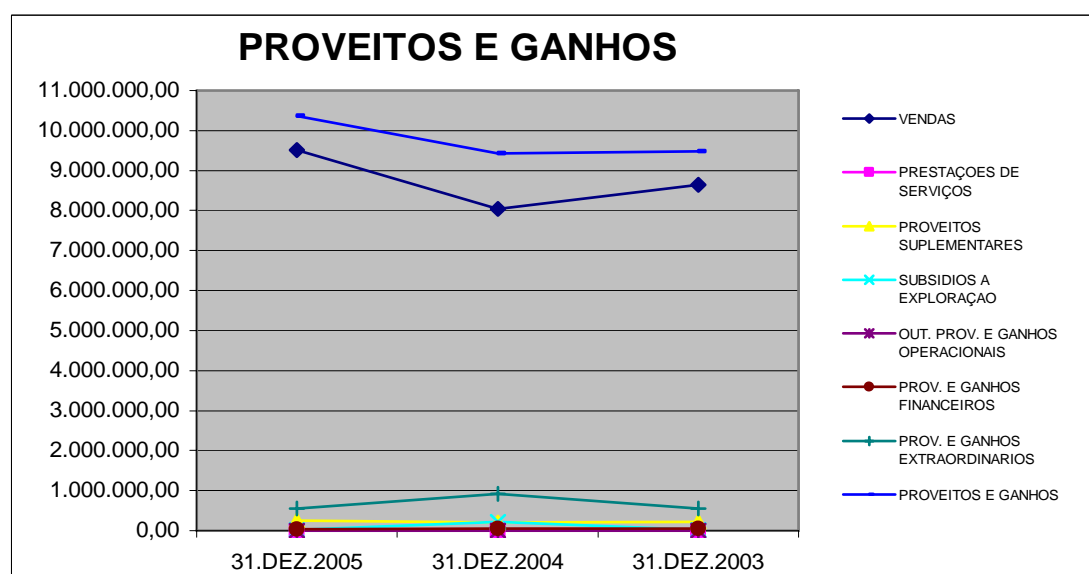


Gráfico 77 Proveitos e Ganhos – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Valpaços

Comparando a evolução dos proveitos e ganhos nos três anos em análise, verificamos que no exercício de 2003, as vendas representavam 92% do total de receitas, com 6% de ganhos extraordinários e o restante proveniente das contribuições dos associados, as restantes rubricas não apresentam valores materialmente relevantes.

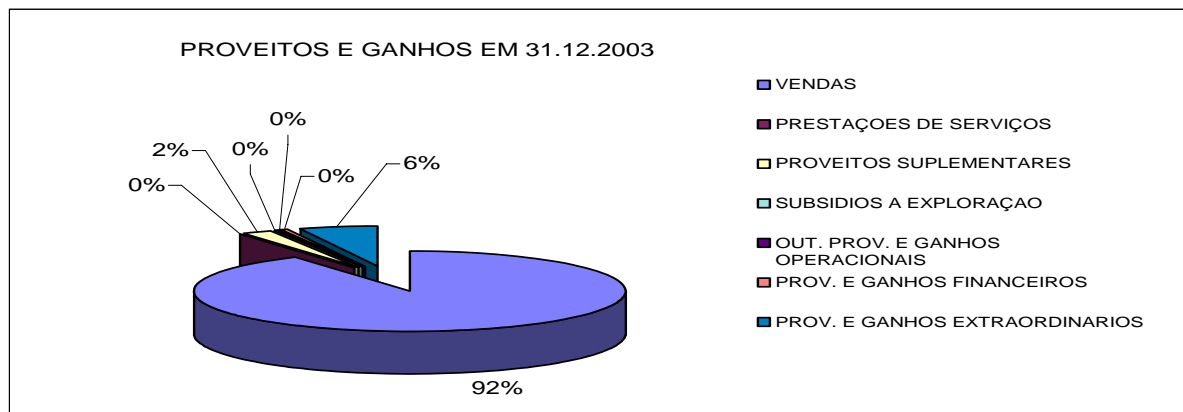


Gráfico 78 Proveitos e Ganhos 2003 – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Valpaços

O ano de 2004, apresenta uma maior dispersão nas rubricas que deram origem às receitas, no entanto, são as vendas a marcar a sua posição dominante, 85% das receitas. Os ganhos extraordinários representavam 10% do total de proveitos e ganhos. As contribuições dos associados e os subsídios à exploração contribuíram cada qual com 2% das receitas, tendo sido obtidos proveitos financeiros de 1% do total de proveitos e ganhos obtidos pelo movimento cooperativo agrícola do concelho de Valpaços.

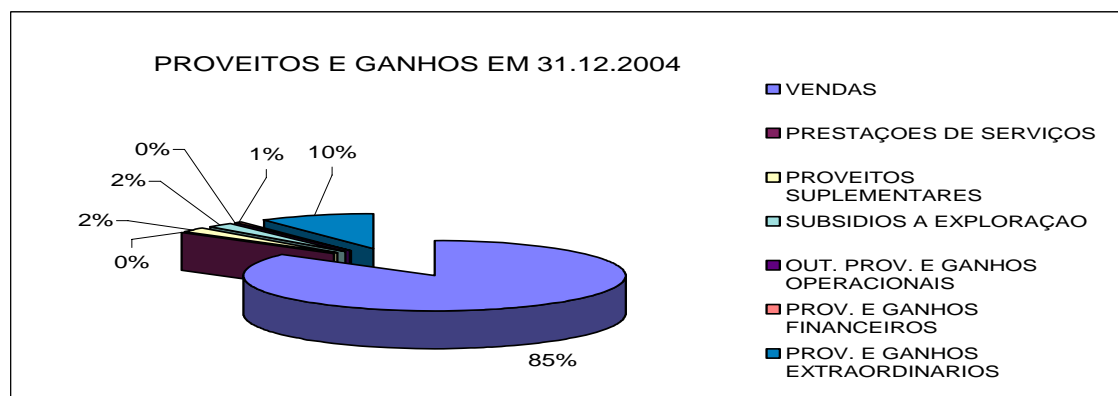


Gráfico 79 Proveitos e Ganhos 2004 – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Valpaços

O ano de 2005, alinha com a estrutura do exercício económico de 2003, as vendas representavam 93% das receitas, 5% de ganhos extraordinários e as contribuições dos associados a serem responsáveis pela geração dos restantes 2% dos proveitos e ganhos.

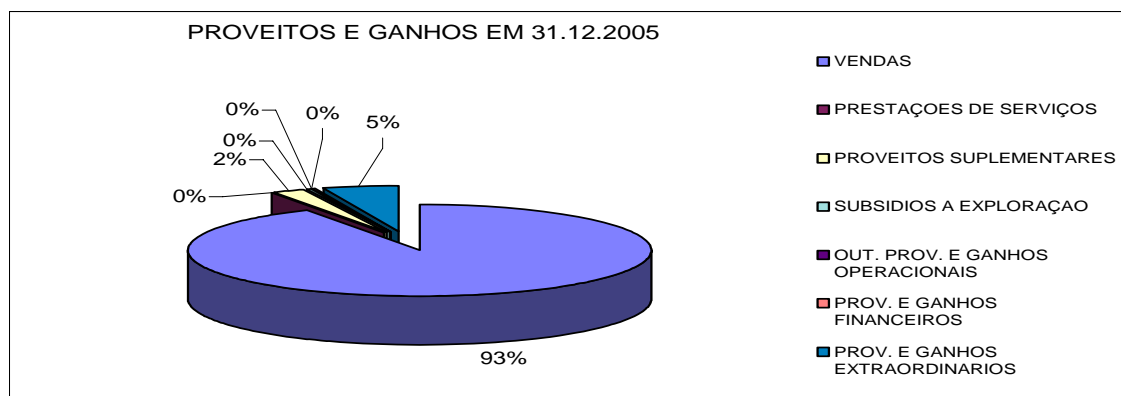


Gráfico 80 Proveitos e Ganhos 2005 – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Valpaços

Um claro modelo de gestão de mercado, com as vendas a dominar as atenções da gestão, oportuno, será agora analisarmos alguns indicadores de rentabilidade.

	2003	2004	2005
Rentabilidade Líquida das Vendas	0,7%	0,4%	7,3%
Resultados Líquidos	63.338	29.701	692.325
Vendas Líquidas	8.642.714	8.039.831	9.518.207

	2003	2004	2005
Rentabilidade Líquida dos Capitais Próprios	1,6%	0,8%	14,9%
Resultados Líquidos	63.338	29.701	692.325
Capitais Próprios	3.899.642	3.937.367	4.650.569

	2003	2004	2005
Rentabilidade Líquida do Activo	0,5%	0,2%	4,2%
Resultados Líquidos	63.338	29.701	692.325
Activo Líquido	13.561.521	14.954.034	16.444.534

	2003	2004	2005
Margem Bruta/Comercial das Vendas	13,8%	-0,05%	14,1%
Vendas Líquidas	8.642.714	8.039.831	9.518.207
Custo das mercadorias Vendidas	7.593.817	8.043.524	8.339.901

	2003	2004	2005
Rentabilidade Operacional das Vendas	-2,7%	-10,1%	3,1%
Resultados Operacionais	-231.230	-810.528	298.489
Vendas Líquidas	8.642.714	8.039.831	9.518.207

	2003	2004	2005
Rácio de cobertura dos encargos financeiros	-	-	126,8%
Resultados Operacionais	-231.230	-810.528	298.489
Resultados Financeiros	-93.114	-71.601	-131.632

	2003	2004	2005
Rentabilidade Corrente das Vendas	-3,8%	-11,0%	1,8%
Resultados Correntes	-324.343	-882.129	166.857
Vendas Líquidas	8.642.714	8.039.831	9.518.207

	2003	2004	2005
Rentabilidade Antes de Impostos	0,7%	0,4%	7,3%
Resultados Antes de Imposto	63.342	29.701	692.325
Vendas Líquidas + Prestação de Serviços	8.642.714	8.039.831	9.518.207

	2003	2004	2005
Carga do imposto sobre o volume de negócios	0,0%	0,0%	0,0%
Imposto sobre rendimento	5	0	0
Vendas Líquidas + Prestação de Serviços	8.642.714	8.039.831	9.518.207

Tabela 79 Indicadores de Rentabilidade – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho Valpaços

A rentabilidade líquida das vendas, pelos fracos resultados apresentados, é praticamente nula, exceção feita ao exercício económico de 2005, em que ultrapassa os sete pontos percentuais.

Dada a natureza sem finalidade lucrativa, os capitais próprios, não representam aspirações especulativas, no entanto em 2005, a rentabilidade dos capitais próprios, cifrou-se nos 15%. A rentabilidade líquida do activo é praticamente nula, em 2005 sobe acima dos 4 pontos percentuais.

A margem bruta rondava os 14%, com exceção do exercício económico de 2004, em que os custos e os proveitos se igualaram.

A nível operacional, a rentabilidade das vendas é negativa, em 2004, atinge os 10 pontos percentuais negativos, só em 2005, atinge níveis positivos, mas muito reduzidos de 3% de rentabilidade operacional das vendas.

O modelo de gestão apresenta variações que acompanham o mercado, muita susceptibilidade a alterações de conjuntura de curto prazo.

Com custos financeiros a aumentar, o ano de 2005, finalmente com resultados correntes a inverteram a tendência negativa e os resultados operacionais a cobrirem os resultados financeiros em aproximadamente 127%. A rentabilidade corrente das vendas, consequentemente com o atrás relatado, só em 2005, apresentava um indicador positivo, quase 2 pontos percentuais.

O cenário de negatividade termina com os proveitos e ganhos extraordinários, por esta via os resultados antes de impostos relacionados com as vendas líquidas, apresentavam uma rentabilidade um pouco acima do zero, mas em 2005, atinge uns “apreciáveis” 7,3%.

A carga de impostos sobre os rendimentos é nula, o movimento cooperativo agrícola do concelho de Valpaços, não permite qualquer arrecadação de receita fiscal.

Continuemos a nossa análise com alguns indicadores de funcionamento:

	2003	2004	2005
Rotação dos Capitais Próprios	2,2	2,0	2,0
Vendas Líquidas + Prestação de Serviços	8.642.714	8.039.831	9.518.207
Capitais Próprios	3.899.642	3.937.367	4.650.569
	2003	2004	2005
Rotação do Activo Total	0,6	0,5	0,6
Vendas Líquidas + Prestação de Serviços	8.642.714	8.039.831	9.518.207
Activo Líquido	13.561.521	14.954.034	16.444.534
	2003	2004	2005
Rotação do Imobilizado Líquido	1,5	1,4	1,7
Vendas Líquidas + Prestação de Serviços	8.642.714	8.039.831	9.518.207
Imobilizado líquido	5.731.678	5.854.459	5.678.479
	2003	2004	2005
Rotação do Activo Circulante	1,1	0,9	0,9
Vendas Líquidas + Prestação de serviços	8.642.714	8.039.831	9.518.207
Activo Circulante	7.798.965	9.050.239	10.726.772
	2003	2004	2005
Estrutura de Endividamento de m/l Prazo	35%	33%	26%
Passivo de médio e longo Prazo	2.097.008	1.913.981	1.641.296
Capitais Permanentes	5.996.650	5.851.348	6.291.865
	2003	2004	2005
Capacidade de Endividamento	65%	67%	74%
Capitais Próprios	3.899.642	3.937.367	4.650.569
Capitais Permanentes	5.996.650	5.851.348	6.291.865
	2003	2004	2005
Cobertura de Imobilizado	105%	100%	111%
Capitais Permanentes	5.996.650	5.851.348	6.291.865
Imobilizado Líquido	5.731.678	5.854.459	5.678.479

Tabela 80 Indicadores de Funcionamento – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho Valpaços

Os capitais próprios apresentam uma rotação de duas vezes o volume de negócios, revelando uma tendência de estagnação. O volume de negócios ronda os 60% dos valores activos, consistentemente, ao longo dos exercícios económicos em análise. A rotação do imobilizado líquido, no volume de negócios após uma inflexão de uma décima em 2004 face a 2003, aumentava para os 170% em 2005. O volume de negócios estava acima dos valores do activo circulante em 2003, mas em 2004, desce para os 90%, mantendo-se este indicador em 2005. A estrutura de endividamento apresenta-se com uma tendência de descida, em 2005 o grau de endividamento cifrava-se nos 26%. Consequente com o indicador anterior, a capacidade de endividamento tem aumentado, cifrando-se nos 74% em 2005. Como já tivemos oportunidade de referir aquando da análise do fundo de

manejo, os capitais permanentes são suficientes para cobrir o imobilizado líquido, atingindo mesmo em 2005 os 111%.

Analizamos o modelo de gestão no curto prazo, na óptica económico-financeira, vejamos alguns indicadores de médio e longo prazo.

	2003	2004	2005
Autonomia Financeira	29%	26%	28%
Capital Próprio	3.899.642	3.937.367	4.650.569
Activo Líquido	13.561.521	14.954.034	16.444.534

	2003	2004	2005
Solvabilidade	40%	36%	39%
Capital Próprio	3.899.642	3.937.367	4.650.569
Passivo	9.661.879	11.016.668	11.793.965

Tabela 81 Indicadores de Estrutura – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho Valpaços

A autonomia financeira ronda os 30%, uma ligeira inflexão em 2004, face a 2003 e novamente a subir em 2005, atingindo os 28%, no entanto, sempre abaixo do limiar mínimo da terça parte. O indicador de solvabilidade, melhor que o anterior é dos primeiros sinais positivos deste modelo de gestão, apesar de no melhor ano, 2003, atingir apenas os 40%.

Finalizamos a nossa análise económico-financeira, com o valor acrescentado bruto.

A produtividade do trabalhador cooperativo no concelho de Valpaços apresenta grande oscilação, um valor acrescentado bruto, na ordem dos 19000€ em 2003, verificando-se uma descida de 46%, para um valor pouco acima dos 10000€ em 2004. O exercício económico de 2005, apresenta uma evolução bastante positiva de 160%, para os 26302€ mesmo acima do VAB do cooperativismo nacional, que de acordo com dados de 2005 do INSCOOP, se cifrou em 26259€ De realçar o efeito da rubrica de proveitos e ganhos extraordinários que não é incluída neste indicador.

VERSÃO da Central de Balanços
Banco de Portugal

	2003	2004	2005
Valor Acrescentado Bruto	1.260.361	728.088	1.578.094
Vendas	8.642.714	8.039.831	9.518.207
Prestação de Serviços	0	0	0
Trabalhos para a própria empresa	0	25.849	0
Varição da produção	662.223	1.024.774	982.070
Subsídios à exploração	22.460	212.718	10.067
Outros Proveitos Operacionais	214.958	200.041	250.826
- CMVMC	-7.593.817	-8.043.524	-8.339.901
- FSE	-572.889	-627.152	-716.437
- Impostos indirectos	-115.288	-104.449	-126.739
Nº Activos	67	72	60
VAB/Nº Activos	18.811	10.112	26.302

Tabela 82 Indicador Valor Acrescentado Bruto – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho Valpaços

O impacto sócio-económico do cooperativismo agrícola no concelho de Valpaços é extremamente importante, quer pela via das suas actividades, quer pela via da distribuição de rendimentos, valores que ultrapassam o meio milhão de euros, quer em trabalho dependente, quer a título independente.

	2005	%	2004	%	2003
Rendimentos do Trabalho:	575.169,96 €	6%	543.300,92 €	0%	544.816,00 €
Dependente	535.086,58 €	4%	514.660,70 €	-2%	523.003,01 €
Independente	40.083,38 €	40%	28.640,22 €	31%	21.812,99 €

	2005	%	2004	%	2003
Número de Activos	98	1%	97	-2%	99
Dependente	60	-17%	72	7%	67
Independente	38	52%	25	-22%	32

Tabela 83 Rendimentos Distribuídos e Número de Activos – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho Valpaços

A evolução dos rendimentos colocados à disposição é positiva, após a estagnação de 2004 face a 2003, em 2005 verificou-se uma subida de 6%, nos rendimentos colocados à disposição dos trabalhadores do cooperativismo do concelho de Valpaços.

No entanto no trabalho dependente verificou-se um ligeiro crescimento de 2004 para 2005, ao contrário do trabalho independente com um aumento de 40%, após um crescimento de 31% verificado no período anterior.

Em números, os activos dependentes têm perdido terreno a favor do trabalho independente, factor que acompanha a conjuntura económica, de 2004 para 2005 o número de activos dependentes decresceu 17%, enquanto que o número de trabalhadores independentes aumentou 52%.

No total de trabalhadores verificou-se uma quebra de 2%, em 2004, face a 2003, seguida de uma ligeira recuperação de 1% em 2005, rondando os 100 trabalhadores.

Vamos estabelecer de seguida o perfil do trabalhador pertencente aos quadros do movimento cooperativo agrícola do concelho de Valpaços:

O leque de profissões é vasto, mas duas destacam-se das restantes, os profissionais de armazém, que em 2004 atingem o valor máximo acima dos 50 profissionais, com uma grande quebra em 2005, situando-se abaixo dos 40.

A classe profissional dos administrativos é mais consistente ronda os 10 profissionais em todos os anos em análise.

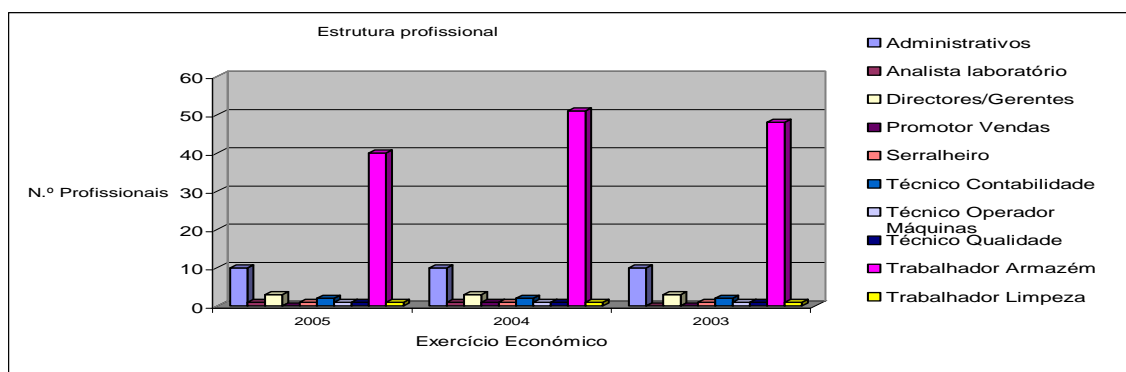


Gráfico 81 Estrutura profissional – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Valpaços

A idade média dos trabalhadores em 2003 e 2004, fixou-se nos 43 anos, tendo em 2005 envelhecido para os 48 anos.

Só uma classe profissional se apresenta com idades superiores a 50 anos, são eles, os técnicos operadores de máquinas. Do lado oposto os técnicos da qualidade, estão a meio caminho dos 30 anos.

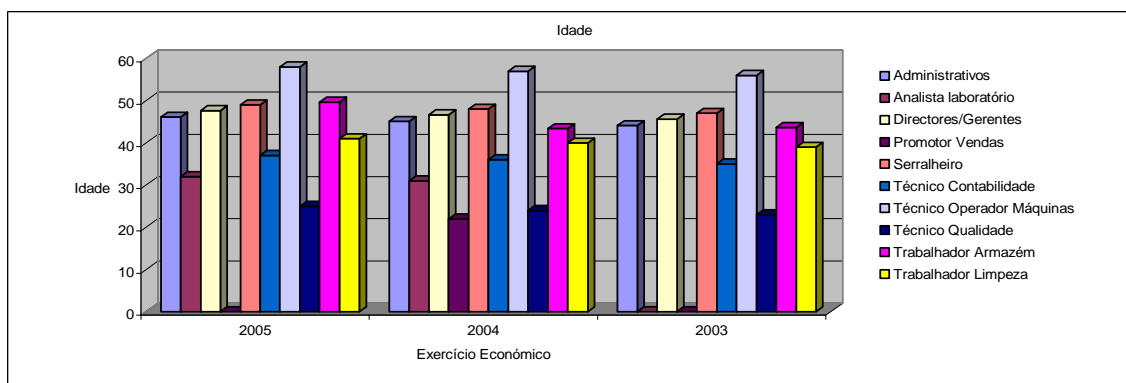


Gráfico 82 Idade média da força de trabalho – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Valpaços

A permanência média no posto de trabalho fixou-se em 13 anos, nos anos de 2003 e 2004, subindo para os 17 anos em 2005.

Os directores de serviço, colocam-se acima da permanência média atingindo quase os 20 anos de serviço em 2005, os administrativos ocupam o seu posto de trabalho há mais de 15 anos.

Profissões novas como analistas de laboratório, promotor de vendas ou técnicos de qualidade, iniciaram a actividade no período em análise.

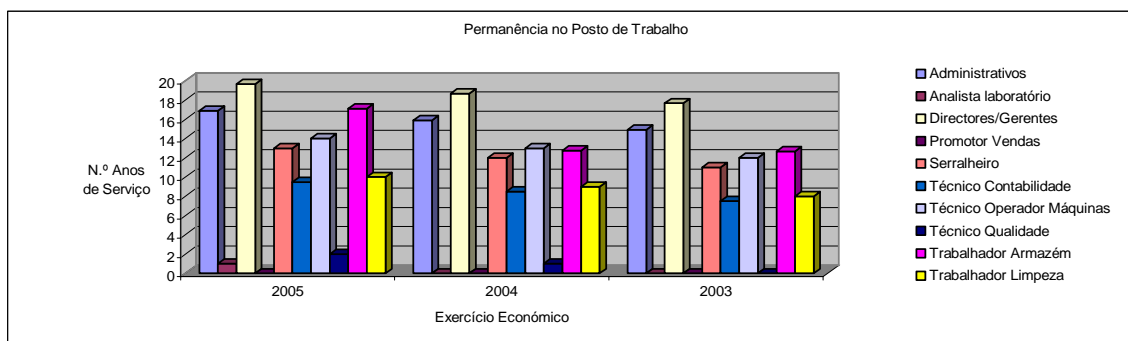


Gráfico 83 Permanência média no posto de trabalho – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Valpaços

A remuneração média mensal ronda os 500€ em 2003 e 2004, verificando-se um ligeiro acréscimo em 2005 de 5%, para os 527€. De referir que a classe dirigente auferem o dobro da remuneração média, enquanto que profissionais como analistas de laboratório, trabalhadores de armazém e de limpeza, auferem valores abaixo da média, alinhados com a retribuição mínima garantida.

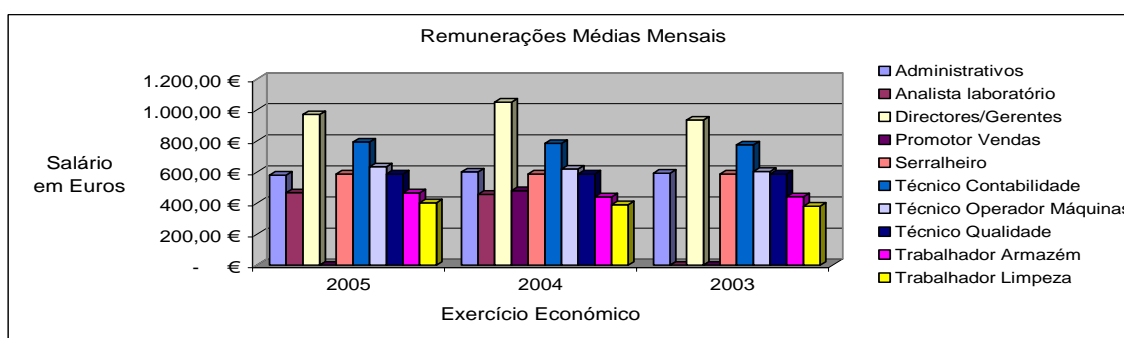


Gráfico 84 Remuneração média mensal – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Valpaços

O vínculo contratual é regra geral sem termo, só as actividades de analistas de laboratório, promoção de vendas e um caso isolado de trabalhadores de armazém, vincula o trabalhador com termo.

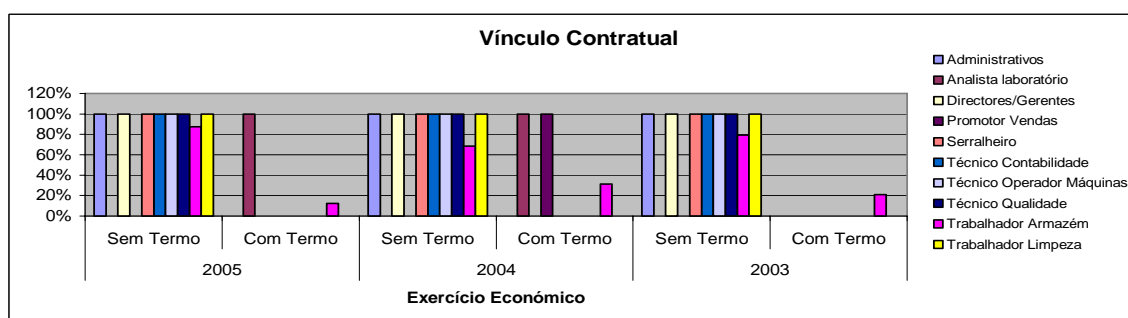


Gráfico 85 Vínculo contratual – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Valpaços

O regime de duração do trabalho é 100% a tempo integral.

As qualificações dos trabalhadores são baixas, a maioria dos indivíduos frequentou apenas o ensino básico.

A categoria profissional “Administrativos” apresentava qualificações ao nível do básico e secundário, com os exercícios de 2003 e 2005 a pautarem-se por uma distribuição de 60% – 40%, respectivamente. Dos indivíduos com o ensino básico, 20% apresentam apenas a qualificação de segundo ciclo e 40% de terceiro ciclo. No exercício económico de 2004 as habilitações equilibraram-se, mantendo o número de indivíduos com o segundo ciclo, mas diminuindo para 30%, os qualificados com o terceiro ciclo, os restantes (50%), apresentavam a qualificação de ensino secundário.

Tendo ingressado no movimento cooperativo em 2004, os “Analistas de Laboratório”, apresentavam exclusivamente a qualificação de Bacharelato.

Os trabalhadores com responsabilidade de gestão repartem-se em números iguais pelas habilitações de primeiro ciclo e terceiro ciclo do ensino básico e ensino secundário.

Os profissionais “Promotores de Vendas” ingressaram e saíram em 2004, eram portadores da qualificação ao nível do ensino secundário.

Os indivíduos profissionais “Serralheiros” apresentavam qualificações muito baixas, exclusivamente ao nível do primeiro ciclo do ensino básico.

Melhores qualificações são as apresentadas pelos “Técnicos de Contabilidade”, em partes iguais os trabalhadores são titulares de qualificações ao nível do ensino secundário e ensino superior.

Os profissionais operadores de máquinas apresentavam qualificações muito baixas, ao nível do primeiro ciclo do ensino básico.

Titulares de habilitações com o ensino secundário é característica dos “Técnicos de Qualidade”.

Os “Trabalhadores de Armazém” apresentavam qualificações generalizadamente de ensino básico e marginalmente de ensino secundário (2%). No exercício económico de 2003, são portadores de habilitações ao nível do ensino básico, 98% dos profissionais desta categoria, distribuídos por ciclo, 68% tinham apenas a qualificação de primeiro ciclo, 14% de segundo ciclo e 16% de terceiro ciclo. No exercício económico de 2004, as qualificações melhoraram muito timidamente, com uma diminuição para os 63% de profissionais com o primeiro ciclo, 8% com o segundo ciclo e 27% com o terceiro ciclo.

Após esta ligeira melhoria nas qualificações, em 2005 os indivíduos com o primeiro ciclo eram 80% desta classe profissional, 10% de indivíduos eram portadores de habilitação de segundo ciclo e 8% de terceiro ciclo.

Os “Trabalhadores de Limpeza” eram titulares de qualificações ao nível do primeiro ciclo do ensino básico.

As qualificações como já tivemos oportunidade de referir, são muito baixas, no exercício económico de 2003, 54% dos trabalhadores apresentavam apenas qualificações ao nível do primeiro ciclo do ensino básico, 13%, tinha o segundo ciclo e 18% dos trabalhadores eram titulares da habilitação de terceiro ciclo do ensino básico. Apenas 13%, tinham completado o ensino secundário e só 2% dos trabalhadores apresentavam qualificações de nível superior. Em 2004, as qualificações melhoraram ainda que muito timidamente, o primeiro ciclo é a qualificação de metade dos trabalhadores do movimento associativo agrícola na tipologia de cooperativismo no concelho em análise. Uma ligeira redução para os 9% de indivíduos com o segundo ciclo a que se segue uma melhoria para os 25% de trabalhadores com o terceiro ciclo do ensino básico. Os titulares do ensino secundário também aumentam ligeiramente para os 14%. Com habilitação média ou superior, mantêm-se os 2% de trabalhadores. A tendência de melhoria nas qualificações esbateu-se em 2005, os indivíduos com o primeiro ciclo do ensino básico passou para os 60%, com o segundo ciclo 10% e com o terceiro ciclo, um recuo para os 11% de trabalhadores. A qualificação ao nível do ensino secundário segue com a tendência de melhoria ligeira para os 15%. Apesar deste recuo nas qualificações, os indivíduos com habilitações médias ou superiores são agora 4% dos trabalhadores.

Cruzando as variáveis, habilitação/género, os indivíduos do género masculino apresentam tendencialmente menores qualificações.

No exercício económico de 2003, 61% dos trabalhadores do género masculino eram titulares de habilitações ao nível do primeiro ciclo do ensino básico, contra 49% de trabalhadores do género feminino. Com o segundo ciclo, apresentam-se 11% de homens e 15% de mulheres. Subindo no espectro de qualificações, 18% dos trabalhadores, quer sejam do género masculino ou feminino, tinham a habilitação de terceiro ciclo. Com o ensino secundário, temos 10% de indivíduos do género masculino e 15% do género feminino. Com habilitações superiores, só trabalhadores do género feminino e apenas 3%. No ano de 2004, com o primeiro ciclo do ensino básico apresentavam-se 61% de

indivíduos do género masculino e 43% do género feminino, com o segundo ciclo, 4% de indivíduos do género masculino e 11% do género feminino, com o terceiro ciclo, 21% de indivíduos do género masculino e 27% do género feminino. Com o ensino secundário 14% de homens e 15% de mulheres. Com habilitações médias ou superiores, apenas mulheres e 4% destas. Em 2005, 63% de indivíduos do género masculino e 58% dos indivíduos do género feminino, apresentavam-se com habilitações ao nível do primeiro ciclo do ensino básico. 4% de indivíduos do género masculino e 15% dos indivíduos do género feminino, apresentavam-se com habilitações ao nível do segundo ciclo do ensino básico. 22% de indivíduos do género masculino e 3% dos indivíduos do género feminino, apresentavam-se com habilitações ao nível do terceiro ciclo do ensino básico. 11% de indivíduos do género masculino e 18% dos indivíduos do género feminino, apresentavam-se com habilitações ao nível do ensino secundário. As habilitações médias e superiores são um exclusivo dos indivíduos do género feminino e representavam 6% do total destas.

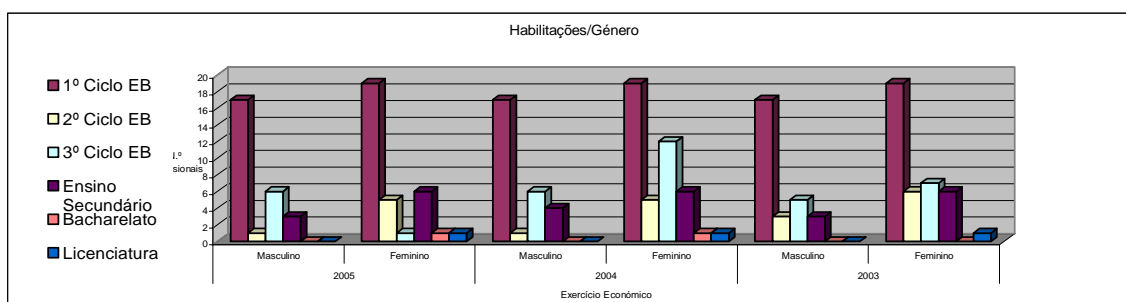


Gráfico 86 Relação Habilitações/Género – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Valpaços

O trabalhador do movimento cooperativo agrícola do concelho de Valpaços, é maioritariamente do género feminino, em 2003, representavam 52% do total de trabalhadores, aumentando a sua influência em 2004 para os 61%. O exercício económico de 2005, coloca algum equilíbrio, mas com as mulheres a ocuparem 55% dos postos de trabalho.

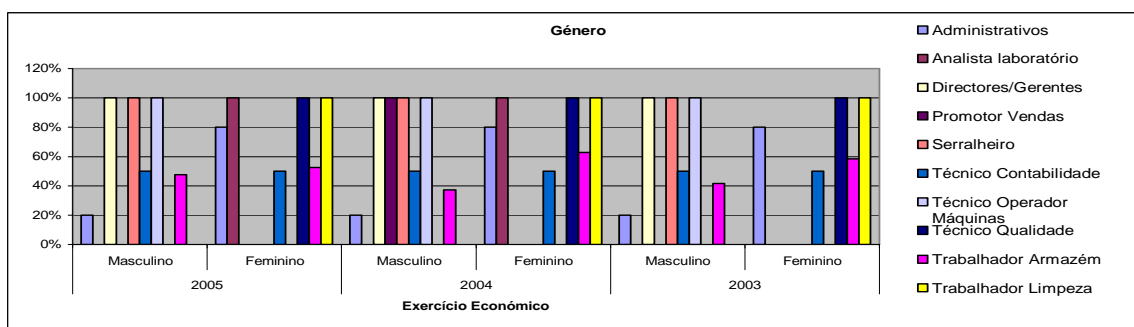


Gráfico 87 Género – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo no concelho de Valpaços

6.2.2.3 Movimento associativo na tipologia Associações Patronais

O associativismo na tipologia de associações patronais, praticamente não tem expressão no movimento associativo do concelho de Valpaços, 2% de activos e 100000€ de capitais próprios com a agravante de a tendência ser negativa.

Apesar da fraca expressão, a situação financeira é equilibrada, as rubricas de curto prazo, activas, cobrem as passivas e no médio e longo prazo, os capitais próprios e alheios, financiam os activos fixos, conforme podemos verificar realizando uma análise ao fundo de maneo nos exercícios económicos em estudo.

O ano de 2003, marca um equilíbrio na óptica do fundo de maneo, o activo circulante, sem qualquer expressão ao nível de existências, ultrapassa os 400000 euros, gerando um excedente de quase nos 62000 euros face ao exigível de curto prazo. O investimento em activo fixo não tem relevância superior, face a um capital próprio que se fixa muito perto dos 100000 euros.

O fundo de maneo em 2004, subiu significativamente, tendo-se verificado grandes descidas ao nível de todas as rubricas, excepção feita aos capitais próprios onde se verificou um crescimento de 30%, face ao ano transacto.

O exercício económico de 2005 marca uma regressão da estrutura económico-financeira na óptica do fundo de maneo, uma quebra de 22% no fundo de maneo do movimento associativo agrícola, na tipologia de associações patronais.

Análise gráfica do Balanço:					
2003					
Activo Circulante	Disponibilidades	89.504,07			
	Créditos	323.463,32			
	Existências	0,00	351.107,63	Débitos CP	
	Total	412.967,39	351.107,63	Total	Capital Alheio CP
Activo Fixo	Imobilizado Corpóreo	37.787,69	0,00	Débitos MLP	Capital Alheio MLP
	Imobilizado Incorpóreo	0,00	24.356,12	Capital/Fundo Associativo	
	Investimentos Financeiros	0,00	75.291,33	Reservas e Resultados	
	Total	37.787,69	99.647,45	Total	Capital Próprio
Fundo Maneio	61.859,76				
2004					
Activo Circulante	Disponibilidades	96.683,34			
	Créditos	143.605,89			
	Existências	0,00	134.080,83	Débitos CP	
	Total	240.289,23	134.080,83	Total	Capital Alheio CP
Activo Fixo	Imobilizado Corpóreo	23.261,60	0,00	Débitos MLP	Capital Alheio MLP
	Imobilizado Incorpóreo	0,00	20.542,17	Capital/Fundo Associativo	
	Investimentos Financeiros	0,00	108.927,83	Reservas e Resultados	
	Total	23.261,60	129.470,00	Total	Capital Próprio
Fundo Maneio	106.208,40				

2005					
Activo Circulante	Disponibilidades	52.036,19			
	Créditos Existências	300.411,05	269.693,82	Débitos CP	
	Total	352.447,24	269.693,82	Total	Capital Alheio CP
Activo Fixo	Imobilizado Corpóreo	17.279,87	0,00	Débitos MLP	Capital Alheio MLP
	Imobilizado Incorpóreo	432,91	24.356,12	Capital/Fundo Associativo	
	Investimentos Financeiros	0,00	76.110,08	Reservas e Resultados	
	Total	17.712,78	100.466,20	Total	Capital Próprio
Fundo Maneio	82.753,42				

Tabela 84 Fundo de Maneio – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho Valpaços

O movimento associativo agrícola do concelho de Valpaços, na tipologia em análise apresenta indicadores de liquidez, muito incoerentes, o que demonstra a muita sensibilidade à conjuntura vivida.

	2003	2004	2005
Liquidez Geral	1,14	3,54	1,64
Activo Circulante (sem acréscimos)	253.777	203.523	310.545
Passivo de curto prazo (sem acréscimos)	223.057	57.539	189.643

	2003	2004	2005
Liquidez Geral	1,18	1,79	1,31
Activo Circulante (com acréscimos)	412.967	240.289	352.447
Passivo de curto prazo (com acréscimos)	351.108	134.081	269.694

	2003	2004	2005
Liquidez Reduzida	1,14	3,54	1,64
Activo Circulante-Existências	253.777	203.523	310.545
Passivo de curto prazo	223.057	57.539	189.643

	2003	2004	2005
Liquidez Imediata	0,40	1,68	0,27
Disponibilidades	89.504	96.683	52.036
Passivo de curto prazo	223.057	57.539	189.643

Tabela 85 Indicadores Liquidez – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho Valpaços

A Liquidez geral apresenta em regra dificuldades, excepção feita ao exercício económico de 2004, em que a liquidez, sem incluir os acréscimos, ultrapassa o indicador dos três vezes activos circulantes sobre o exigível de curto prazo. O ano de 2005 garante já uma relativa tranquilidade no curto prazo ao nível do cumprimento das obrigações assumidas. Se incluirmos os acréscimos, o ano de 2004, é o menos bom, com 2005 a fixar-se nos 131% de activos circulantes sobre o passivo de curto prazo. A liquidez reduzida, por força da inexistência de existências, apresenta os indicadores já analisados para a liquidez geral. No imediato, considerando apenas as disponibilidades, só em 2004 as disponibilidades eram suficientes para liquidar o passivo. Em 2005, essas mesmas disponibilidades representavam apenas 27% do passivo de curto prazo.

Quanto aos prazos médios, o de recebimento, apresenta indicadores alarmantes, em 2005 os créditos foram cobrados a 9045 dias. O prazo médio de pagamentos, mais aceitável que o apresentado pelo indicador anterior. Em 2004, as obrigações praticamente eram cumpridas a pronto, 2005 em linha com o exercício de 2003, fixou-se pouco acima dos 100 dias.

	2003	2004	2005
Prazo Médio Recebimento	876	704	9.045
Cientes c/c + Clientes Titulos a Receber	158.057	106.840	258.478
(Vendas + Prestação de serviços)	65.862	55.360	10.431
<i>(em dias)</i>			
	2003	2004	2005
Prazo Médio Pagamento	102	1	113
Fornecedores c/c + Fornecedores Titulos a Pagar	223.057	2.164	189.310
Compras de mercadorias / serviços	799.923	804.651	611.127
<i>(em dias)</i>			

Tabela 86 Indicadores de Prazos Médios – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho Valpaços

A relação desequilibrada entre prazos médios de recebimento e pagamento é desastrosa, contudo justificada pelos prazos morosos de cumprimento das obrigações de reembolso dos organismos estatais que gerem os fundos comunitários de apoio ao sector.

Os indicadores relacionados com os stock's, não apresentam qualquer informação útil, uma vez que nenhum organismo transacciona ou transforma produtos, centram as suas actividades na prestação de serviços.

A avaliação do desempenho nestas organizações pela via dos resultados é bastante reduzida, pelas suas características vincadas de não lucrativas, como podemos concluir pela análise dos seguintes gráficos.

A análise dos resultados, revela uma performance próxima do zero, com excepção do ano de 2004, que foge à regra de 2003 e 2005.

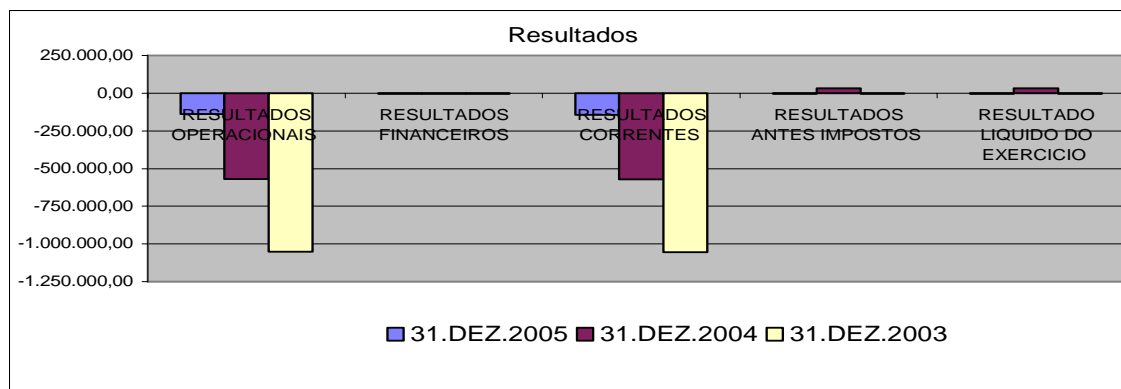


Gráfico 88 Resultados – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Valpaços

O impacto sócio-económico destas organizações pela via da arrecadação de receitas pelo Estado através dos impostos, é muito reduzida, praticamente nula e resultante apenas de impostos indirectos.

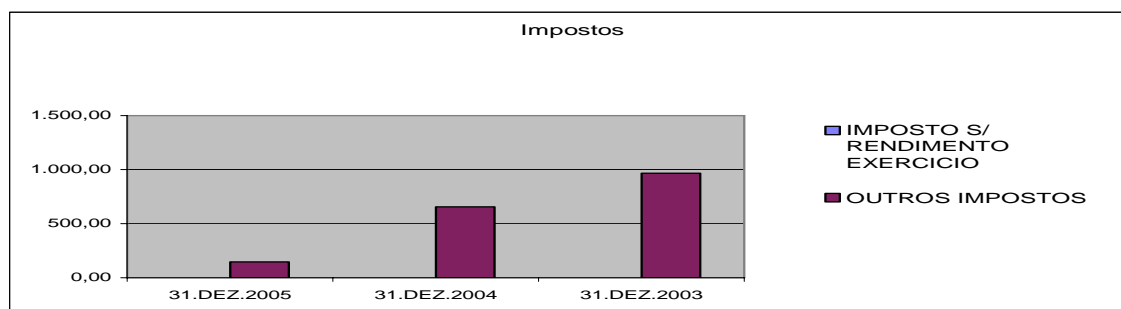


Gráfico 89 Impostos – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Valpaços

Os custos com o pessoal, revelam uma tendência de descida acentuada, em 2003, a massa salarial distribuída ultrapassou o meio milhão de euros, mas em 2005, fixou-se um pouco acima dos 300000 euros.

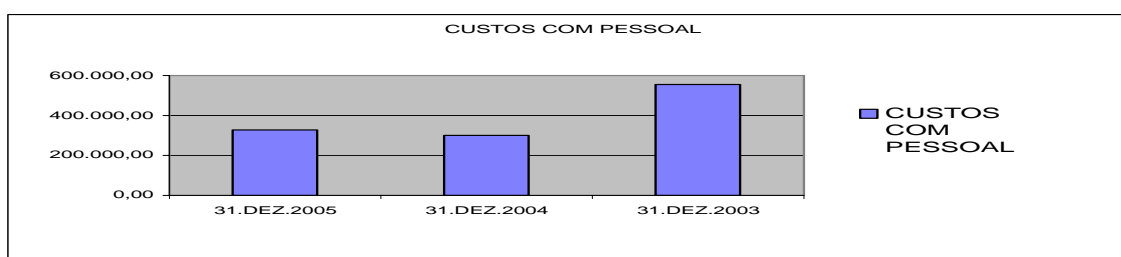


Gráfico 90 Custos com Pessoal – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Valpaços

A estrutura de receitas do movimento associativo patronal agrícola do concelho de Valpaços, diverge totalmente da estrutura apresentada pelo cooperativismo, o volume de negócios assenta exclusivamente na prestação de serviços, contudo a tendência de decréscimo é acentuada, dos quase 70000 euros de facturação em 2003, reduziu-se a sua expressão para os 10000 euros em 2005, uma quebra de 84% em dois exercícios económicos.

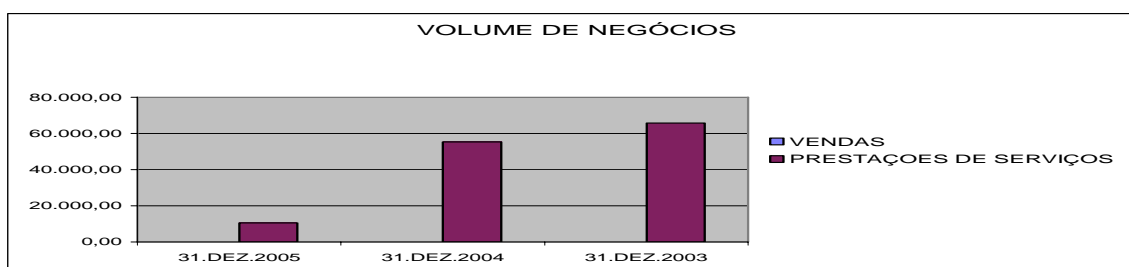


Gráfico 91 Volume de Negócios – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Valpaços

O financiamento destas associações reside em grande parte nos subsídios à exploração e nos proveitos e ganhos extraordinários, o valor materialmente relevante nesta rubrica, poderá indicar uma sobrevalorização destes em detrimento de rubricas operacionais.

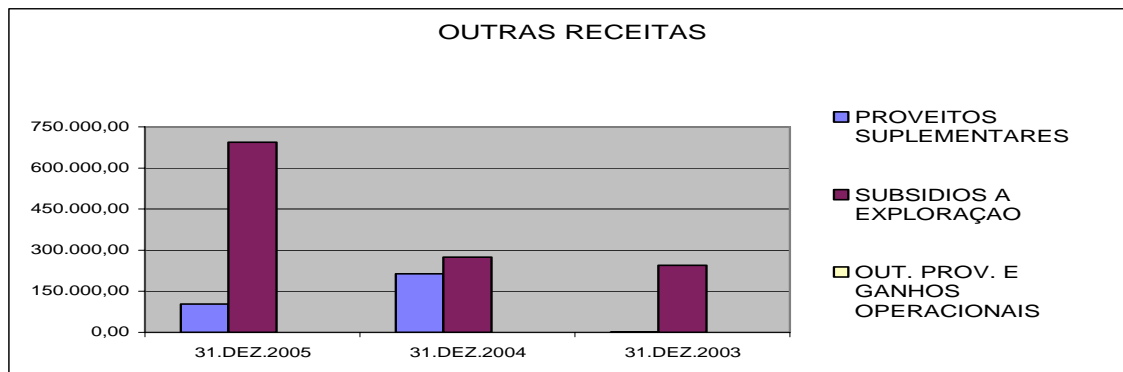


Gráfico 92 Outras Receitas – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Valpaços

O financiamento das actividades destes organismos demonstra uma transformação no modelo de gestão, entre 2003 e 2005, denota-se a transferência da materialidade da rubrica de proveitos e ganhos extraordinários, para a rubrica de subsídios à exploração. As contribuições dos associados quase nulas em 2003 atingem o pico em 2004, ligeiramente acima dos 200000 euros. As prestações de serviços têm também perdido relevância no total dos proveitos e ganhos, que demonstram uma linha clara de quebra ao longo dos três exercícios económicos em análise.

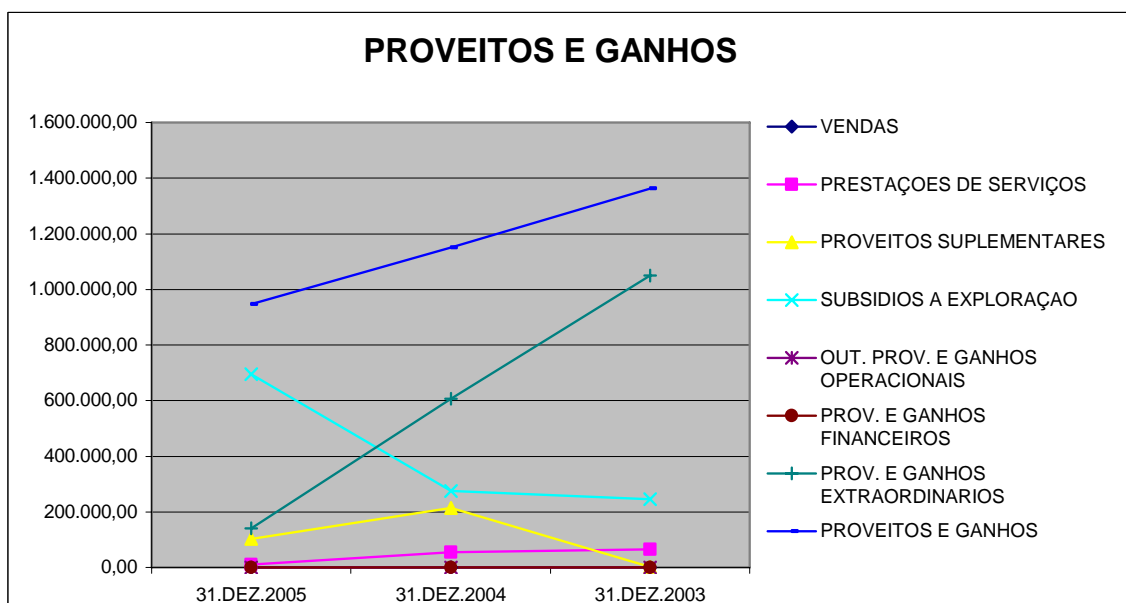


Gráfico 93 Proveitos e Ganhos – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Valpaços

Vejamos uma análise comparativa das rubricas de proveitos e ganhos ao longo do período em estudo:

Como podemos verificar no gráfico seguinte, 77% das receitas são extraordinárias. Apenas 18% são subsídios à exploração e os restantes proveitos estão reflectidos na rubrica de outros proveitos operacionais.

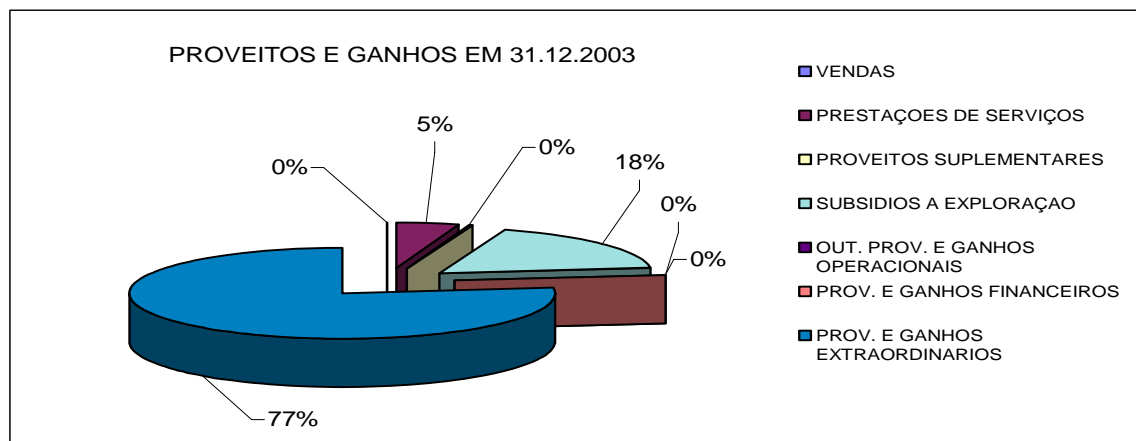


Gráfico 94 Proveitos e Ganhos 2003 – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Valpaços

A preponderância dos proveitos e ganhos extraordinários, diminui para os 52%, perdendo terreno para os subsídios à exploração que atingem os 24% de receitas e logo atrás as contribuições dos sócios representam praticamente um quinto do total das receitas.

Os primeiros passos para uma mudança de modelo de gestão baseado nas rubricas extraordinárias, para um modelo de gestão baseado nas rubricas operacionais, um bom passo para garantir a continuidade do movimento.

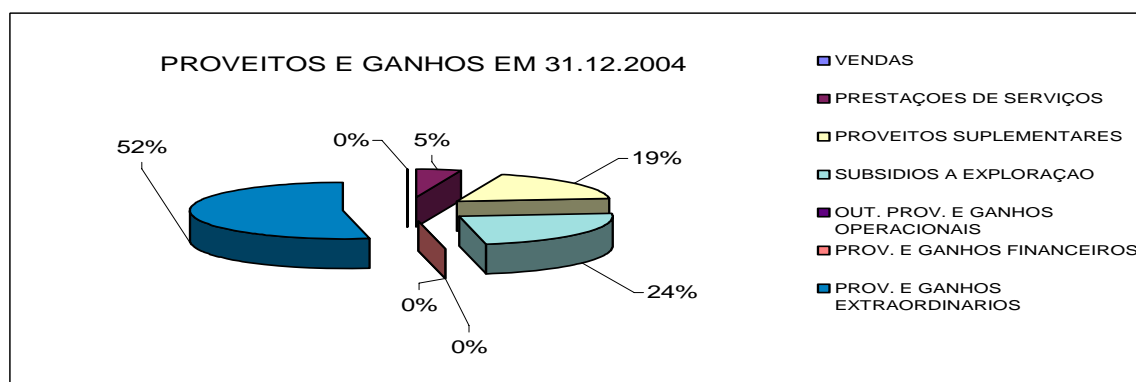


Gráfico 95 Proveitos e Ganhos 2004 – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Valpaços

A mudança preconizada em 2004, verifica-se em 2005, os proveitos e ganhos extraordinários reduzem-se a apenas 15%, com os subsídios à exploração a atingir os 73%,

marginal, mas importante neste tipo de organizações são as contribuições dos associados, a representarem 11% das receitas do movimento associativo patronal agrícola do concelho de Valpaços.

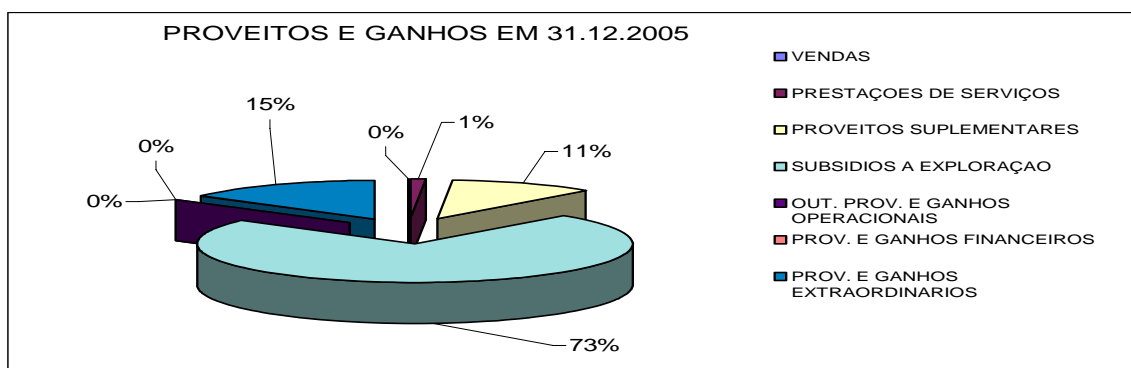


Gráfico 96 Proveitos e Ganhos 2005 – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Valpaços

Ora um movimento que não baseia as suas actividades no clássico volume de negócios, apresentará com certeza indicadores de rentabilidade sem relevância material, vamos contudo, analisar esses indicadores, que contribuirão para estabelecermos o modelo de gestão das organizações em apreço.

	2003	2004	2005
Rentabilidade Líquida Prestações de Serviços	-6,4%	60,8%	-45,0%
Resultados Líquidos	-4.209	33.654	-4.699
Prestação de Serviços	65.862	55.360	10.431

	2003	2004	2005
Rentabilidade Líquida dos Capitais Próprios	-4,2%	26,0%	-4,7%
Resultados Líquidos	-4.209	33.654	-4.699
Capitais Próprios	99.647	129.470	100.466

	2003	2004	2005
Rentabilidade Líquida do Activo	-0,9%	12,8%	-1,3%
Resultados Líquidos	-4.209	33.654	-4.699
Activo Líquido	450.755	263.551	370.160

	2003	2004	2005
Rentabilidade Operacional das Prest. Serviços	-1594,3%	-1028,2%	-1333,3%
Resultados Operacionais	-1.050.039	-569.213	-139.073
Prestação de Serviços	65.862	55.360	10.431

	2003	2004	2005
Rácio de cobertura dos encargos financeiros	-	-	-
Resultados Operacionais	-1.050.039	-569.213	-139.073
Resultados Financeiros	-3.881	-3.706	-4.318

	2003	2004	2005
Rentabilidade Corrente das Prest. Serviços	-1600,2%	-1034,9%	-1374,7%
Resultados Correntes	-1.053.920	-572.919	-143.391
Prestação de Serviços	65.862	55.360	10.431

	2003	2004	2005
Rentabilidade Antes de Impostos	-6,4%	60,8%	-45,0%
Resultados Antes de Imposto	-4.209	33.654	-4.699
Vendas Líquidas + Prestação de Serviços	65.862	55.360	10.431

	2003	2004	2005
Carga do imposto sobre o volume de negócios	0,0%	0,0%	0,0%
Imposto sobre rendimento	0	0	0
Vendas Líquidas + Prestação de Serviços	65.862	55.360	10.431

Tabela 87 Indicadores de Rentabilidade – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho Valpaços

A rentabilidade líquida das prestações de serviços, não apresenta uma natureza clara, o valor dos serviços prestados, tem diminuído gradualmente, mas os resultados líquidos, oscilam ao sabor da conjuntura, o exercício de 2004, o único em análise a apresentar resultados líquidos do exercício positivos, com uma rentabilidade de aproximadamente 61%. Em termos de capitais próprios, só 2004, apresenta rentabilidade positiva, 26%, face à negatividade na ordem dos 4, 5% de 2003 e 2005, respectivamente.

A rentabilidade líquida do activo, próxima do um ponto percentual negativo em 2003 e 2005, com a excepção do exercício económico de 2004, com uma rentabilidade de 13%.

Operacionalmente a rentabilidade das prestações de serviços é alarmante, já tivemos oportunidade de referir, a grande relevância dos proveitos e ganhos extraordinários, provoca resultados operacionais muito negativos, a mudança de paradigma é no entanto acentuada, com os resultados operacionais a diminuírem significativamente a sua negatividade de ano para ano.

Como já referido os resultados operacionais negativos, agravam os resultados correntes, não cobrindo os encargos financeiros de financiamento das actividades desenvolvidas pelo movimento associativo patronal agrícola do concelho de Valpaços.

A rentabilidade corrente das prestações de serviços é consequentemente com as análises anteriores. Por força dos resultados extraordinários, a rentabilidade antes de impostos, corresponde à análise já relatada para a rentabilidade líquida. A carga de impostos sobre os resultados é nula, o tratamento contabilístico de organismos desta natureza permitem uma não arrecadação de qualquer receita por parte do Estado.

Conduzimos a nossa análise para o funcionamento do modelo de gestão:

	2003	2004	2005
Rotação dos Capitais Próprios	0,7	0,4	0,1
Vendas Líquidas + Prestação de Serviços	65.862	55.360	10.431
Capitais Próprios	99.647	129.470	100.466

	2003	2004	2005
Rotação do Activo Total	0,1	0,2	0,03
Vendas Líquidas + Prestação de Serviços	65.862	55.360	10.431
Activo Líquido	450.755	263.551	370.160

	2003	2004	2005
Rotação do Imobilizado Líquido	1,7	2,4	0,6
Vendas Líquidas + Prestação de Serviços	65.862	55.360	10.431
Imobilizado Líquido	37.788	23.262	17.713

	2003	2004	2005
Rotação do Activo Circulante	0,3	0,3	0,03
Vendas Líquidas + Prestação de serviços	65.862	55.360	10.431
Activo Circulante	253.777	203.523	310.545

	2003	2004	2005
Estrutura de Endividamento de m/l Prazo	0%	0%	0%
Passivo de médio e longo Prazo	0	0	0
Capitais Permanentes	99.647	129.470	100.466

	2003	2004	2005
Capacidade de Endividamento	100%	100%	100%
Capitais Próprios	99.647	129.470	100.466
Capitais Permanentes	99.647	129.470	100.466

	2003	2004	2005
Cobertura de Imobilizado	264%	557%	567%
Capitais Permanentes	99.647	129.470	100.466
Imobilizado Líquido	37.788	23.262	17.713

Tabela 88 Indicadores de Funcionamento – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho Valpaços

A rotação dos capitais próprios caminha num sentido de decréscimo acentuado, em 2003 o volume de negócios representava 70% dos capitais próprios, para apenas 10% em 2005. O papel do volume de negócios perde qualquer relevância quando analisada com o activo líquido, dos 10% que representava em 2003, para apenas 3% em 2005. Mais interessante, mas não materialmente relevante, é a expressão do volume de negócios no activo fixo líquido, dos 170% em 2003, para apenas 60% em 2005. O volume de negócios no activo circulante representava 30% em 2003 e 2004, diminuindo para apenas 3% em 2005, a tendência de rotação aproxima-se do zero. O modelo de gestão de médio e longo prazo, não tem qualquer significado, o modelo implica uma não responsabilização no futuro, a estrutura de endividamento de médio e longo prazo é nula. Consequente com o indicador anterior, a capacidade de endividamento é total. A cobertura do imobilizado líquido pelos capitais permanentes, exclusivamente composta por capitais próprios é muito boa, com tendência de subida, o que por outro lado revela não existir qualquer plano de

investimentos, compreensível há luz da morosa discussão dos planos de financiamento europeu e nacional da actividade agrícola.

Os indicadores de estrutura permitir-nos-ão analisar melhor a continuidade do modelo de gestão:

	2003	2004	2005
Autonomia Financeira	22%	49%	27%
Capital Próprio	99.647	129.470	100.466
Activo Líquido	450.755	263.551	370.160

	2003	2004	2005
Solvabilidade	28%	97%	37%
Capital Próprio	99.647	129.470	100.466
Passivo	351.108	134.081	269.694

Tabela 89 Indicadores de Estrutura – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho Valpaços

Preocupante, será inverter a autonomia financeira, após um bom momento em 2004, o exercício económico de 2005, fixou a autonomia financeira nos 27%, abaixo do limiar do um terço percentual. A solvabilidade, quase em pleno em 2004, desceu para 37% em 2005, com os capitais próprios a descerem 22%, e o passivo a subir 101%.

O modelo de gestão apresenta os seguintes valores acrescentados brutos:

VERSÃO da Central de Balanços			
Banco de Portugal			
	2003	2004	2005
Valor Acrescentado Bruto	-488.115	-261.583	196.290
Vendas	0	0	0
Prestação de Serviços	65.862	55.360	10.431
Trabalhos para a própria empresa	0	0	0
Variação da produção	0	0	0
Subsídios à exploração	245.214	274.831	694.072
Outros Proveitos Operacionais	1.699	213.532	103.061
- CMVMC	0	0	0
- FSE	-799.923	-804.651	-611.127
- Impostos indirectos	-966	-655	-148
Nº Activos	6	7	6
VAB/Nº Activos	-81.352	-37.369	32.715

Tabela 90 Indicador Valor Acrescentado Bruto – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho Valpaços

Segundo a versão da Central de Balanços do Banco de Portugal, o valor acrescentado bruto dos activos do movimento associativo do concelho de Valpaços, apresenta valores negativos nos anos de 2003 e 2004, mas apresenta um VAB superior a 30000€ em 2005, devido ao decréscimo acentuado da rubrica de proveitos e ganhos extraordinários nesse mesmo ano, em contrapartida de rubricas operacionais. A inversão do modelo de gestão

baseado nas rubricas extraordinários, para um modelo operacional, vem dar um novo alento à continuidade do movimento associativo patronal agrícola do concelho de Valpaços.

Já tivemos oportunidade de verificar o parco impacto sócio-económico deste movimento quanto há arrecadação de impostos por parte do Estado, no entanto, dada a sua relativa dimensão, apresenta alguma relevância material no que diz respeito à massa salarial distribuída.

	2005	%	2004	%	2003
Rendimentos do Trabalho:	207.630,99 €	20%	172.872,14 €	43%	121.284,71 €
Dependente	62.337,70 €	16%	53.860,03 €	-10%	60.097,03 €
Independente	145.293,29 €	22%	119.012,11 €	95%	61.187,68 €

	2005	%	2004	%	2003
Número de Activos	39	-17%	47	62%	29
Dependente	6	-14%	7	17%	6
Independente	33	-18%	40	74%	23

Tabela 91 Rendimentos Distribuídos e Número de Activos – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho Valpaços

Apesar da fraca expressão, as associações, colocam rendimentos do trabalho à disposição dos seus trabalhadores em valores na ordem dos 200000€ Um crescimento da massa salarial de 43% em 2004 face a 2003, crescimento repetido no exercício económico seguinte, em 20%. No entanto o crescimento não é homogéneo, as remunerações do trabalho dependente descem mesmo 10% em 2004, face a 2003, crescendo no ano seguinte 16%. Quanto ao trabalho independente, o sentido é só crescimento, praticamente duplica o valor em 2004, face a 2003, e crescendo 22% em 2005, face ao ano anterior. Em número de activos, após um crescimento apreciável em 2004 de 62%, face a 2003, verificou-se um decréscimo de 17% em 2005, para apenas 39 trabalhadores. O modelo de gestão baseia-se na contratação de trabalhadores, em detrimento da sua colocação nos quadros. Em 2005 os trabalhadores dependentes eram 21% do total, em 2004 a sua expressão reduziu-se para apenas 15%, expressão que se continua a verificar em 2005. No exercício económico de 2005, verificou-se mesmo uma diminuição de trabalhadores quer sejam dependentes, ou independentes, os primeiros diminuíram em 14%, os segundos em 18%.

Vamos estabelecer de seguida o perfil do trabalhador pertencente aos quadros de pessoal do movimento associativo patronal agrícola do concelho de Valpaços:

A estrutura profissional é muito simples, os serviços prestados na área de especialidade da engenharia agrícola, apoiados pelos serviços administrativos.



Gráfico 97 Estrutura profissional – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Valpaços

A idade média dos trabalhadores é muito jovem, 29 anos em 2003, 30 anos em 2004 e em 2005, o trabalhador apresentava uma idade média de 32 anos, os engenheiros agrícolas com idades acima dos 30 anos e os administrativos abaixo dos 30 anos.

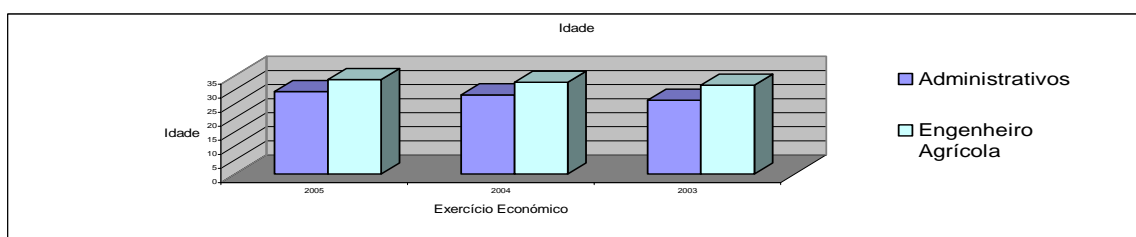


Gráfico 98 Idade média da força de trabalho – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Valpaços

A permanência média no posto de trabalho é de 4 anos, no ano de 2005, os trabalhadores administrativos, ocupavam o seu posto de trabalho há quatro anos, enquanto que os engenheiros agrícolas ocupavam o seu posto de trabalho há cinco anos.

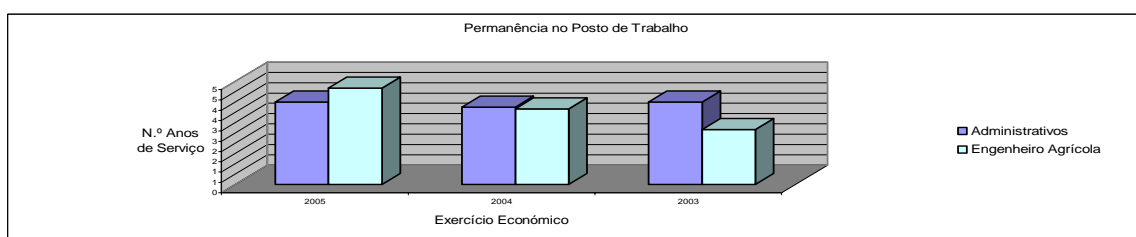


Gráfico 99 Permanência média no posto de trabalho – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Valpaços

As remunerações médias auferidas sofreram algumas oscilações, curiosamente o ano de 2003, é o que apresenta remuneração média superior, 810 euros, com os engenheiros agrícolas a auferirem rendimentos duas vezes superiores aos trabalhadores administrativos.

O exercício económico de 2004 ficou marcado por uma descida superior a 6% nas remunerações médias, contudo em 2005, os salários médios subiram, no entanto, enquanto o salário médio dos trabalhadores administrativos viram o seu bolso emagrecer 12%, face ao ano transacto, os engenheiros agrícolas, viram o seu bolso ficar mais confortável em 3%. O salário médio dos trabalhadores do movimento associativo patronal agrícola do concelho de Valpaços em 2005 cifrou-se nos quase 766 euros.

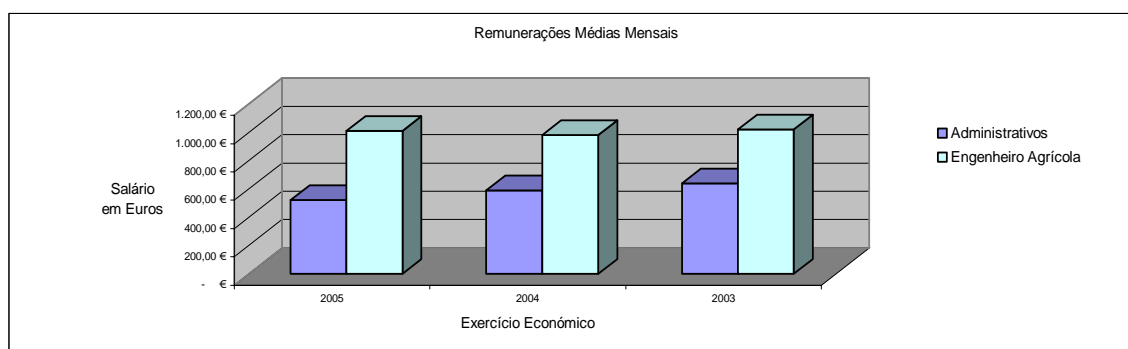


Gráfico 100 Remuneração média mensal – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Valpaços

Todos os trabalhadores têm vínculo contratual sem termo e todos trabalham em regime de tempo integral.

As qualificações dos trabalhadores do movimento associativo na tipologia associações patronais apresentam habilitações distintas, apesar do reduzido número de trabalhadores.

Os trabalhadores administrativos apresentam qualificações baixas ou médias, no entanto a maioria destes trabalhadores tinham qualificações de nível secundário. Os exercícios económicos de 2003 e 2005 apresentam uma distribuição de 33% de indivíduos com o terceiro ciclo do ensino básico, com o exercício de 2004 a cifrar-se nos 50% de indivíduos. Com o ensino secundário, 67% de indivíduos nos exercícios económicos de 2003 e 2005 e em 2004, 50%.

Dadas as funções exercidas os engenheiros agrícolas apresentam no seu currículo o grau académico de bacharelato.

Analisando as variáveis habilitações/género, não existe nenhum trabalhador do género masculino. No ano de 2003, 17% dos trabalhadores apresentava a qualificação ao nível do terceiro ciclo do ensino básico, 33% de trabalhadores com o ensino secundário e metade dos trabalhadores apresentavam-se com a qualificação ao nível do Bacharelato. Em 2004, as qualificações mais baixas ganharam terreno, 29% de qualificações ao nível

do terceiro ciclo do ensino básico e outras 29% de qualificações ao nível do ensino secundário. Com a qualificação de Bacharel, 42% dos trabalhadores. Curiosamente o exercício económico de 2005, retomou os indicadores do exercício de 2003, metade dos trabalhadores são bacharéis, 33% apresentam-se com o ensino secundário e os restantes 17%, com o terceiro ciclo do ensino básico.

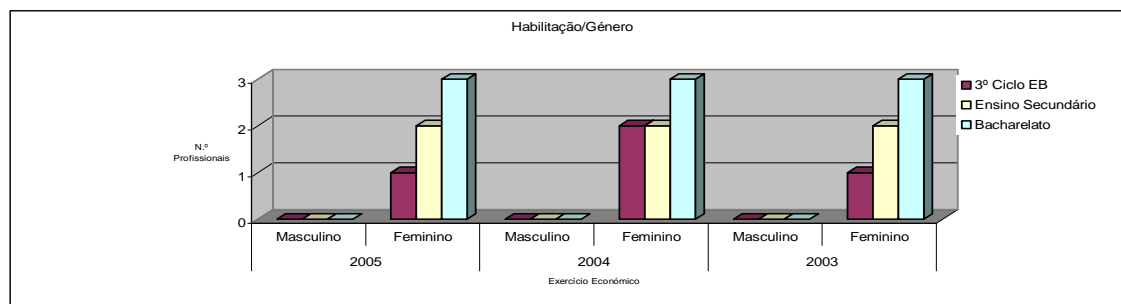


Gráfico 101 Relação Habilitações/Género – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais no concelho de Valpaços

6.2.3 Análise comparativa do impacto sócio-económico e avaliação do desempenho do Modelo de Gestão do Associativismo Agrícola nos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Valpaços

6.2.3.1 Movimento associativo consolidado

Analisando a estrutura associativa consolidada, verificamos muito facilmente que a dimensão do associativismo do concelho de Valpaços é em termos de activos cinco vezes o associativismo agrícola de Macedo de Cavaleiros, essa grandeza verifica-se novamente se compararmos o número de activos que directa ou indirectamente colaboram com as organizações associativas.

Se analisarmos o Modelo de Gestão, na óptica económico-financeira, veremos um cenário não muito claro, melhor dizendo, vemos organizações parecidas, nas suas diferenças, senão vejamos:

- Os valores do fundo de maneo, revelam-nos uma situação bastante confortável no associativismo de Macedo de Cavaleiros, tendo em conta a sua materialidade nos valores activos, por seu turno no concelho de Valpaços, apesar de positivo, o fundo de maneo não apresenta valores materialmente relevantes tendo em conta os activos associativos;

- Decorrente da análise anterior, o indicador de liquidez, revela que em ambos os concelhos os activos circulantes (curto prazo), financiam os passivos de curto prazo.

- É na análise à relação entre os Prazos Médios de Recebimento e Pagamento, que o Modelo de Gestão, mais se distancia. O Associativismo de Valpaços, revela um extraordinário poder de negociação, uma relação equilibrada nos dois indicadores, cuja evolução indica as dificuldades que o País atravessa, com o decorrer dos anos os prazos dilatam-se, em 2005, o movimento associativo do Concelho de Valpaços, recebe a 70 dias e paga a 65 dias. O cenário no concelho de Macedo de Cavaleiros é contrastante e nada recomendável, o prazo médio de recebimento estende-se dos 150 dias aos 211 dias, enquanto que os prazos médios para pagamentos ficam-se em média nos 80 dias. Um desequilíbrio frágil, que poderá afectar a continuidade das organizações.

- Passando à análise das rubricas do Balanço de Médio e Longo Prazo, nos três anos em análise, ambos os movimentos associativos, vivem alguma tranquilidade, no entanto o movimento associativo agrícola de Valpaços, apresenta um indicador muito próximo do limiar de um terço de passivo nos capitais próprios. Melhor indicador apresenta o concelho de Macedo de Cavaleiros, em regra um grau de solvabilidade superior a 50%.

- A estrutura base no que concerne às receitas é idêntica, o volume de negócios domina entre todas as rubricas de proveitos e ganhos, notando-se apenas uma ligeira diferença, no que toca às rubricas extraordinárias, que no concelho de Valpaços, os proveitos e ganhos extraordinários seguem-se ao volume de negócios como receita por excelência, esta situação acarreta uma dificuldade de análise, a materialidade que a rubrica extraordinária apresenta, levanta algumas questões quanto ao tratamento contabilístico desses proveitos, pois influência sobremaneira os resultados, que operacionalmente são em regra alarmantes no movimento associativo agrícola de Valpaços. Ao contrário, o movimento associativo agrícola de Macedo de Cavaleiros, revela uma estrutura de receitas mais equilibrada, com a rubrica extraordinária a não apresentar expressão demasiadamente materialmente relevante. A performance de resultados da gestão associativa agrícola é por regra positiva, exceptuando o ano de 2004, no concelho de Macedo de Cavaleiros.

- O impacto sócio-económico do movimento associativo é extremamente relevante, quer pelo volume de negócios que apresenta, o que releva o extraordinário papel na transformação/produção/comercialização dos produtos agrícolas e por outro lado pelo valor de rendimentos do trabalho distribuído localmente e conseqüentemente pelo número de pessoas que são chamadas a colaborar com o movimento associativo agrícola.

A análise aos números do Valor Acrescentado Bruto tem que ser vista à luz do tratamento contabilístico dos proveitos e ganhos extraordinários, que não concorrem para

a formação do VAB, e que por consequência revela no concelho de Valpaços, valores incoerentes com a grandeza do movimento associativo agrícola do concelho. Quanto a Macedo de Cavaleiros, o VAB por trabalhador apresenta valores na ordem dos 20000€ Se elaborássemos um ranking de preferências onde trabalhar, pela via dos salários, o concelho de Macedo de Cavaleiros seria o escolhido, em média o trabalhador associativo em Valpaços auferir um salário inferior em cerca de 200€ mensais.

6.2.3.2 Movimento associativo na tipologia Cooperativismo

A análise anterior ao movimento associativo consolidado vai ser um reflexo quase fiel da análise ao movimento cooperativo, pela sua expressão na totalidade do movimento associativo. Os activos cooperativos do concelho de Valpaços são quase 7 vezes superior ao do concelho de Macedo de Cavaleiros. No entanto o movimento cooperativo de Macedo de Cavaleiros, revela uma situação quer de liquidez, quer de solvabilidade, invejável, um indicador de liquidez que representa activos circulantes que dobram os passivos e capitais próprios em média 4 vezes superiores aos passivos totais. O cooperativismo de Valpaços, revela um modelo de gestão mais ajustado, no que diz respeito à relação entre os prazos médios de recebimento e de pagamento.

O modelo de gestão é muito difuso, não permite conclusões claras, existem bons indicadores de cada lado, e cada movimento tem a aprender com o outro, o que está visivelmente patente na estrutura de receitas, sendo que a conclusão apontada para o movimento consolidado, é ajustado para o movimento cooperativo, ressalve-se a questão dos proveitos e ganhos extraordinários, que eventualmente poderá distorcer a análise da avaliação do desempenho na óptica dos resultados, no movimento cooperativo de Valpaços, o que acarreta que a nível operacional, o cooperativismo só no ano de 2005, quebre o ciclo de resultados operacionais negativos.

A análise ao valor acrescentado bruto cooperativo é também ela na linha do movimento associativo consolidado, Macedo de Cavaleiros, apresenta-se com um VAB na ordem dos 30000€, valores superiores aos 26259€ médios, apurados pelo INSCOOP, para o movimento cooperativo nacional. No concelho de Valpaços, o ano de 2005, pela diminuição dos proveitos e ganhos extraordinários, que eventualmente foram compensados nas rubricas operacionais, o VAB, situa-se na ordem dos valores apurados pelo INSCOOP, 26302€ Em número de trabalhadores o cooperativismo de Valpaços emprega quase 10 vezes mais pessoal que Macedo de Cavaleiros, mas é aqui que os

salários são maiores, em média o cooperativismo de Macedo de Cavaleiros paga mais 150€ que o cooperativismo de Valpaços.

6.2.3.3 Movimento associativo na tipologia Associações Patronais

O cenário económico-financeiro, muda drasticamente, quando analisamos apenas as Associações de Agricultores, no entanto, o tecido associativo revela-se distinto nos dois concelhos em análise. A dimensão mudou de lado, em termos de activos Macedo de Cavaleiros, duplica os números de Valpaços, mas revela uma situação económico-financeira muito desequilibrada, o ano de 2004 marca o início de um ciclo de fundo de maneio negativo, ou seja, o associativismo de Macedo de Cavaleiros, não garante o cumprimento das suas obrigações de pagamentos, os indicadores de liquidez e de solvabilidade ajudam-nos a perceber melhor essa situação, praticamente as obrigações de curto prazo igualam o activo circulante, e os capitais próprios são quase insignificantes no total das obrigações associativas. As associações patronais agrícolas de Valpaços, revelam uma situação financeira mais equilibrada, o mesmo não se pode afirmar na análise à relação entre os prazos médios de recebimento e pagamento, não existindo coerência, nos anos em estudo.

A avaliação do desempenho na óptica dos resultados é alarmante, a nível operacional as associações do concelho de Valpaços, apesar da tendência ser positiva apresenta sucessivamente valores negativos, que tendem para o equilíbrio ao nível dos Resultados Líquidos. O Associativismo de Macedo de Cavaleiros, revela um equilíbrio operacional, com o ano de 2004, a marcar um exercício alarmante, mas a não marcar qualquer tendência, dado que quer 2003, quer 2005, apresentam-se positivos e equilibrados.

A análise aos valores acrescentados brutos, apresenta produtividades aceitáveis no concelho de Macedo de Cavaleiros, contudo no concelho de Valpaços, as conclusões têm que ser analisadas, tendo em conta os valores anormais inscritos nas rubricas extraordinárias, que não concorrem para a formação do Valor Acrescentado Bruto. Em números de activos, o movimento associativo do concelho de Macedo de cavaleiros, emprega em média duas vezes mais pessoal que o movimento associativo do concelho de Valpaços e curiosamente, seguindo a regra do cooperativismo, é no concelho que menos pessoal emprega que melhor salários são auferidos.

6.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PISTAS PARA INVESTIGAÇÃO FUTURA

O Associativismo Agrícola demonstrou ao longo dos últimos anos ser o movimento organizativo por excelência do sector. Os empresários, também trabalhadores do sector, têm visto no movimento associativo o principal parceiro e interlocutor dos agricultores com as entidades oficiais, nomeadamente o Ministério da Agricultura.

Mas como está organizado este movimento que os especialistas afirmam ser o modelo de gestão por excelência do sector, citando Rosado Fernandes, antigo dirigente da Confederação dos Agricultores de Portugal.

Mas porquê a importância dos movimentos associativos não lucrativos?

A agricultura como actividade económica, ainda predomina em Trás-os-Montes, os sucessivos governos do País, acentuaram as políticas de centralização da decisão, as dificuldades económicas do país acentuaram-se progressivamente, o cumprimento por parte de Portugal de critérios de índole económico e financeira com a entrada na União Económica e Monetária, tem provocado diminuições do papel do Estado na economia, responsabilidades de carácter social tem sucessivamente passado para organizações sem fins lucrativos de natureza privada. A agricultura não esteve alheia a esta conjuntura, responsabilidades dos ministérios da tutela, são transferidas progressivamente para organizações privadas sob a forma associativa, que mais perto e por vezes de forma mais eficiente pela celeridade imprimida aos processos, servem os interesses dos agricultores.

As formas organizativas, instituídas por leis da Republica são variadas, vamos focar apenas as que compõe a nossa amostra:

- Cooperativismo: é claramente a tipologia por excelência do associativismo agrícola, vocacionadas para a vertente de transformação/produção/comercialização dos produtos agrícolas;

- Associações Patronais: mais vocacionada para os serviços.

A natureza jurídica privada imprime um carácter de independência perante os poderes públicos que gerem os avultados fundos que a PAC coloca à disposição de Portugal.

Hoje, num mundo globalizado, estes organismos vivem em constante luta pela sobrevivência, tal é o número de organizações no mercado, um instrumento de gestão que se julga ser apenas de mercado, está patente e deverá ser visto como uma ferramenta

essencial para o futuro, o Marketing, os serviços prestados por estas entidades implicam burocracias desempenhadas cada vez mais por pessoal qualificado cuja oferta é cada vez maior.

Não existe qualquer estudo que aborde o movimento associativo agrícola, especialmente na vertente da análise económico-financeira e na óptica dos resultados, nunca foram efectuados estudos de avaliação de desempenho e as auditorias financeiras são escassas. Assim, propusemo-nos efectuar um estudo comparativo em dois Concelhos Transmontanos com determinante papel económico da agricultura no modo de vida das populações. O concelho de Macedo de Cavaleiros e o concelho de Valpaços.

A nossa análise vai incidir sobre o movimento associativo consolidado, sendo que para melhor percebermos a estrutura organizativa e respondermos às questões levantadas, analisamos o movimento associativo agrícola nas tipologias principais da amostra, o cooperativismo e as associações patronais. Para isso recolhemos os elementos financeiros relativos aos exercícios económicos de 2003, 2004 e 2005, nomeadamente a Demonstração de Resultados e o Balanço.

Assim concluímos da avaliação do desempenho e análise do impacto sócio-económico do modelo de gestão do associativismo agrícola:

1º Modelo de Gestão:

O Modelo de Gestão do movimento associativo em geral é invariavelmente misto, se dispomos de indicadores que qualificam o movimento como de mercado, dispomos também de indicadores que nos dizem estarmos na presença de organizações típicas sem finalidade lucrativa.

- Associativismo Agrícola Consolidado:

No movimento associativo consolidado de Macedo de Cavaleiros, os indicadores analisados permitem-nos concluir que estaremos na presença de organizações sem fins lucrativos, os indicadores de liquidez são bastante frágeis, a liquidez imediata é quase nula, os indicadores de prazos médios são exageradamente desequilibrados com a agravante de serem demasiado alongados, justificados pelo fraco poder negocial com as entidades financiadoras. Quanto às fontes de financiamento, a principal fonte de financiamento passou pelos subsídios à exploração, só no exercício de 2005 as vendas passaram a ser mais importantes, mas atenção, que estamos a atravessar um período de

transição entre quadros comunitários que justificam a quebra contínua desta fonte de receita. Os indicadores de rentabilidade são geralmente reduzidos, sem qualquer carga de imposto sobre os rendimentos. Os resultados a nível operacional são positivos mas muito reduzidos. Os indicadores de autonomia financeira e endividamento a médio e longo prazo, revelam uma despreocupação com o planeamento de médio e longo prazo, fruto das incertezas da conjuntura e da dependência do movimento de organismos estatais que regularam a distribuição dos fundos comunitários.

O movimento associativo consolidado de Valpaços, permite-nos definir um modelo de gestão, sem finalidade lucrativa, com aplicações claras de métodos de gestão de Mercado. Os indicadores de liquidez são reduzidos, revelam dificuldades claras de organismo sem finalidade lucrativa. Enquanto que a relação dos prazos médios de recebimento/pagamento se encontram muito bem conciliados e dentro dos limites aceitáveis tendo em conta o mercado nacional, uma política de gestão marcadamente de Mercado, mas fundamental para um excelente governo. Outro indicador marcadamente de mercado diz respeito às suas fontes de financiamento, as vendas são o motor do movimento associativo agrícola do concelho de Valpaços. A preocupação maior dos seus dirigentes reside nas estratégias de escoamento da produção, uma gestão orientada para o volume de negócios, tal como em qualquer negócio de criação de valor para os investidores. Os indicadores de rentabilidade são reduzidos, mas a margem bruta das vendas seria aceitável em qualquer negócio lucrativo. Outro indicador que se afigura como de mercado diz respeito ao tipo de planeamento, que aqui apresenta preocupações de médio e longo prazo, com a existência de endividamento, fruto de investimento produtivo.

- Associativismo Agrícola na tipologia de Cooperativismo:

O movimento cooperativo agrícola apresenta claros indicadores de gestão de Mercado, no concelho de Macedo de Cavaleiros, os indicadores de liquidez, encontram-se em níveis acima ou no limiar do indicador padrão. Os indicadores de recebimento/pagamento apresentam alguma fragilidade, desajustada entre si e demasiadamente longos. As fontes de financiamento revelam um movimento assente no volume de negócios, essencialmente nas vendas. A rentabilidade é positiva apesar de reduzida, com margens brutas das vendas em níveis aceitáveis para este tipo de organizações. Não revelam contudo qualquer preocupação de médio e longo prazo.

O movimento associativo na tipologia de cooperativismo no concelho de Valpaços, apresenta sinais mais difusos, indicadores de liquidez baixos, não se coadunam com uma

gestão de mercado, mas uma excelente relação entre prazos médios de recebimento/pagamento. As fontes de financiamento são provenientes predominantemente das vendas. A rentabilidade é reduzida, contudo apresenta margens brutas aceitáveis. Os indicadores de médio e longo prazo revelam preocupações de gestão para além do imediato.

- Associativismo Agrícola na tipologia de Associações Patronais:

As associações patronais agrícolas revelam ausência quase total das tradicionais preocupações de uma gestão de mercado. Apenas se verifica uma ligeira preocupação ao nível da atracção dos seus alvos de mercado, os agricultores que irão servir, uma palavra para o Marketing de serviços.

Os indicadores analisados mostram-nos um movimento no concelho de Macedo de Cavaleiros e de Valpaços, com fracos níveis de liquidez, péssima relação entre prazos de recebimento e de pagamento, receitas centradas na obtenção de subsídios à exploração, com uma ênfase especial para o caso de Valpaços, com a expressão materialmente relevante dos proveitos extraordinários. A rentabilidade das prestações de serviços é nula ou negativa, compensada pelas contribuições dos associados na forma de quotizações ou outras receitas. Não se verifica qualquer preocupação com médio e longo prazo.

Modelo de Gestão	
Movimento Associativo Consolidado	
Macedo de Cavaleiros	Valpaços
Sem finalidade lucrativa (ausência quase total de políticas de gestão de mercado)	Mercado (Organismos sem finalidade lucrativa, marcadamente com gestão de Mercado)
Movimento Associativo na tipologia Cooperativismo	
Mercado (Organismos sem finalidade lucrativa, marcadamente com gestão de Mercado)	Mercado (Organismos sem finalidade lucrativa, marcadamente com gestão de Mercado)
Movimento Associativo na tipologia Associações Patronais	
Sem finalidade lucrativa (ausência quase total de políticas de gestão de mercado)	Sem finalidade lucrativa (ausência quase total de políticas de gestão de mercado)

Tabela 92 Modelo Gestão – Movimento Associativo

2º Avaliação do Desempenho:

A Avaliação do Desempenho na óptica dos resultados, foi o que nos propusemos levar a cabo, contudo cabe-nos realçar que em organizações em que o lucro não é o objectivo, pela ausência de investidores, esta vertente da nossa investigação avalia apenas os resultados económico-financeiros obtidos, como meio para o cumprimento dos objectivos estatutariamente fixados para estas organizações.

- Associativismo Agrícola Consolidado:

O movimento associativo agrícola consolidado do concelho de Macedo de Cavaleiros, revelou-se em termos de resultados líquidos uma positividade relativa com os exercícios de 2003 e 2005 a atingirem níveis equivalentes e com o exercício de 2004 a desalinhar-se totalmente e pela negativa. Analisando a estrutura de resultados, o movimento associativo em termos operacionais, revela alguma fragilidade, saliente-se no entanto que os exercícios de 2003 e 2005 fixaram-se em terreno positivo. A nível financeiro o movimento associativo teve que recorrer ao financiamento bancário, conclusão mais que razoável face ao já referido no ponto anterior, pelas grandes dificuldades de liquidez, facto que provoca uma negatividade acrescida nos resultados correntes, que apenas são positivos no exercício económico de 2003.

No concelho de Valpaços, o movimento associativo agrícola revelou em todos os exercícios económicos analisados resultados líquidos positivos, com especial realce para o exercício económico de 2005 com resultados quase 1000% superiores aos dois exercícios anteriores. Analisando a estrutura de resultados, verificam-se algumas situações menos positivas, a nível operacional os resultados são assustadoramente negativos, mas surpreendentemente positivos em termos extraordinários, cenário que só se altera no exercício económico de 2005, para uma situação de maior normalidade com resultados operacionais positivos e uma regressão na ordem dos 50% dos proveitos extraordinários. O financiamento bancário provoca custos financeiros avultados, situação que alia dois factores, já focados no ponto anterior, falta de liquidez e endividamento de médio e longo prazo.

- Associativismo Agrícola na tipologia de Cooperativismo:

O Cooperativismo agrícola do concelho de Macedo de Cavaleiros, apresenta uma estrutura equivalente à análise consolidada, no entanto convém realçar, que em termos líquidos os resultados gerados são positivos, excepção feita ao exercício económico de

2004. A nível operacional o movimento cooperativo agrícola manifesta uma relativa tranquilidade, de realçar que o exercício económico de 2004, que em termos líquidos é negativo é também o exercício económico que gerou resultados operacionais mais positivos. A nível financeiro, verifica-se um recurso ao financiamento bancário, ainda que não materialmente relevante, mas que se justifica pelo já focado no ponto anterior, baixa liquidez provocada pelo grande desfasamento dos prazos médios de recebimento e pagamento.

No concelho de Valpaços, o cooperativismo agrícola é marcado pela obtenção generalizada de resultados líquidos positivos, com o exercício económico de 2005 a ficar marcado pelo aumento de 2231% face ao exercício económico anterior. Analisando a estrutura de resultados, o movimento cooperativo revela muita fragilidade a nível operacional, apenas no exercício económico de 2005, os resultados operacionais são positivos, realce-se o facto que a nível extraordinário os proveitos são elevados de tal forma que cobrem os resultados operacionais e financeiros e resultam em resultados líquidos positivos. O movimento cooperativo suporta custos financeiros materialmente relevantes e com tendência de subida, o que se reflecte naturalmente de forma negativa nos resultados correntes obtidos, que só no exercício económico de 2005, atinge um nível positivo.

- Associativismo Agrícola na tipologia de Associações Patronais:

O associativismo agrícola na tipologia de Associações Patronais, revela-nos um cenário novo. No concelho de Macedo de Cavaleiros, os resultados são manifestamente negativos, ao nível dos resultados líquidos do exercício, se em 2003, os resultados são aceitáveis, face à criação de valor, ou seja face ao volume de negócios gerado, o exercício económico de 2004, é marcado por uma regressão para patamares negativos de 459% face ao ano anterior. No exercício económico de 2005, os resultados alinharam-se e cifraram-se num equilíbrio frágil de proveitos e custos. Mas analisando a estrutura de resultados, o movimento a nível operacional apresenta nos sucessivos exercícios económicos analisados resultados negativos e muito preocupantes pela tendência demonstrada. Em níveis também materialmente relevantes situam-se os custos de financiamento que em 2005, tomaram uma tendência de subida, perfeitamente justificada pelos aspectos já focados até aqui. Se em termos operacionais os resultados eram maus, em termos correntes, por efeito dos resultados financeiros acentuou-se a negatividade dos resultados do movimento associativo.

No concelho de Valpaços o cenário não é melhor, os resultados líquidos são negativos, só o exercício económico de 2004 é excepção e surpreendentemente, pois representam cerca de 61% do volume de negócios, a natureza das restantes rubricas de proveitos não permitem ou por normas legais ou estatutárias a obtenção de resultados positivos, mas apenas contribuições que cubram as despesas efectivas. Mas a nível operacional o movimento associativo revela uma gestão muito preocupante, com avultados resultados negativos, no entanto cobertos quase na íntegra por receitas extraordinárias. Os custos de financiamento são também materialmente relevantes face ao baixo volume de serviços prestados.

Avaliação do Desempenho	
Movimento Associativo Consolidado	
Macedo de Cavaleiros	Valpaços
Resultados Positivos (alguma fragilidade a nível operacional)	Resultados Positivos (fragilidade operacional, avultados proveitos extraordinários)
Movimento Associativo na tipologia Cooperativismo	
Resultados Positivos (tranquilidade a nível operacional)	Resultados Positivos (fragilidade operacional, avultados proveitos extraordinários)
Movimento Associativo na tipologia Associações Patronais	
Resultados Negativos (preocupantes a nível operacional e financeiro)	Resultados Negativos (muito preocupantes a nível operacional, materialmente relevantes ao nível dos custos financeiros)

Tabela 93 Avaliação Desempenho – Movimento Associativo

3º Avaliação do Impacto sócio-económico:

A avaliação do impacto sócio-económico, teve em conta diversas variáveis, que passamos a referir:

Agricultores associados { Volume de Negócios } Rendimentos colocados à disposição
 { Impostos Indirectos }

- Associativismo Agrícola Consolidado:

O tecido associativo agrícola no concelho de Macedo de Cavaleiros, representava em 31-12-2005, 4020⁴⁰ agricultores, claramente marcado pela importância subjacente à

⁴⁰ Não conseguimos apurar a existência de agricultores que estão associados a mais que um organismo

transformação, produção e comercialização dos produtos agrícolas, a variável “Volume de Negócios”, sobressai de entre as três em análise. Mas a conclusão não pode deixar de cruzar as três informações, nos três exercícios económicos em análise:

- no exercício económico de 2003, o volume de negócios, que inclui, a transformação, produção e comercialização dos produtos agrícolas, bem com a prestação de serviços aos agricultores, cifrou-se um pouco acima do milhão e meio de euros, para este volume, verificou-se uma distribuição de rendimentos do trabalho equivalente a mais de 39% do volume de negócios. Especificando um pouco a informação recolhida, desses rendimentos, 53%, dizem respeito a trabalho dependente e o restante a trabalho independente. Em números, estiveram ao serviço do movimento associativo agrícola 90 profissionais, 37% de trabalhadores dependentes e 63% de trabalhadores independentes. A última variável, a colecta de impostos, não representa valores materialmente relevantes, apenas 0,3% do volume de negócios.

- no exercício económico de 2004, verificou-se uma quebra de 15% do volume de negócios, para valores inferiores ao milhão e meio de euros. A distribuição de rendimentos pela via do trabalho caiu 4%, mas a representar 45% do volume de negócios, a maior fatia dos rendimentos coube ao pessoal dependente com 52% dos rendimentos colocados à disposição. Em números, o movimento associativo, trabalhou com 80 profissionais, uma quebra de 12,5%, face ao ano anterior. A colecta de impostos, mais uma vez, não é significativa, apenas 0,05% do volume de negócios.

- o último exercício económico em análise, 2005, em termos de volume de negócios, verificou-se um espectacular aumento de 42%, face ao ano transacto, quase no limiar dos dois milhões de euros. Curiosamente, o volume de rendimentos distribuídos pela via do trabalho diminuiu 18% face ao ano anterior, e representava apenas 26% do volume de negócios, mais uma curiosidade em número, não houve qualquer alteração face ao ano transacto. A colecta de impostos cifrou-se nos 0,04% do volume de negócios.

No concelho de Valpaços, o movimento associativo agrícola, representava em 31-12-2005, 7078⁴¹ agricultores, apresentando um significativo impacto pelo extraordinário volume de negócios que transacciona.

- no exercício económico de 2003, o movimento associativo agrícola, apresentou um volume de negócios acima dos oito milhões e meio de euros, tendo distribuído pela via de rendimentos do trabalho apenas 8% desse valor, dos rendimentos colocados à

⁴¹ Não conseguimos apurar a existência de agricultores que estão associados a mais que um organismo

disposição dos trabalhadores, 88% dizem respeito a trabalhadores dependentes e apenas 12% de trabalhadores independentes, em número de profissionais, 128, sendo que destes 57% são trabalhadores dependentes. Ao nível da colecta de impostos, o movimento associativo é responsável por um valor equivalente a 1,38% do volume de negócios.

- no exercício económico de 2004, o volume de negócios, sofreu uma quebra de 4%, um pouco acima dos oito milhões de euros. A distribuição de rendimentos pela via do trabalho, subiu 8%, e a sua expressão no volume de negócios cinge-se a 9%. 79% dos rendimentos diziam respeito ao trabalho dependente. Em números, estiveram ao serviço do movimento associativo agrícola, 144 profissionais, mais 13%, que no ano anterior. Do total de profissionais, 55%, são trabalhadores dependentes. A colecta de impostos fixou-se nos 1,30%, do volume de negócios.

- no exercício económico de 2005, o volume de negócios apresentou uma apreciação bastante positiva de 18%, face ao ano transacto, para valores superiores a nove milhões e meio de euros. A distribuição de rendimentos do trabalho subiu 9%, para se fixar nuns singelos 8% do volume de negócios. 76% dos rendimentos distribuídos foram atribuídos a trabalhadores dependentes. Em número de profissionais, uma quebra de 5%, para os 137, 48% são trabalhadores dependentes. Dos impostos, o movimento associativo contribuiu com o equivalente a 1,33% do volume de negócios.

- Associativismo Agrícola na tipologia de Cooperativismo:

O Cooperativismo como forma de associação no concelho de Macedo de Cavaleiros representava em 31-12-2005, 2841 agricultores.

- no exercício económico de 2003, o movimento cooperativo agrícola foi responsável por 83% do volume de negócios total do associativismo do concelho, tendo distribuído sobre a forma de rendimentos do trabalho cerca de 8% do volume de negócios gerado pelo movimento cooperativo, com apenas 12 profissionais ao serviço e todos trabalhadores dependentes. O movimento cooperativo foi responsável por 0,29% do volume de negócios de colecta de impostos.

- no exercício económico de 2004, o movimento cooperativo perdeu expressão no movimento associativo global, para os 77% de volume de negócios total do associativismo concelhio. A distribuição de rendimentos do trabalho subiu para os 10% do volume de negócios, e a colecta de impostos fixou-se nos 0,40% do volume de negócios.

- no exercício económico de 2005, o cooperativismo atinge a sua maior expressão, sendo responsável por 87% do volume de negócios total do associativismo agrícola de

Macedo de Cavaleiros. A distribuição de rendimentos pela via do trabalho representava apenas 6% do volume de negócios do cooperativismo agrícola. A colecta de impostos fixou-se nos 0,30% do volume de negócios.

O cooperativismo agrícola do concelho de Valpaços representava em 31-12-2005, 4938 agricultores.

- no exercício de 2003, o cooperativismo agrícola do concelho representava em termos de volume de negócios 99% do total do associativismo agrícola, sendo responsável pela distribuição de rendimentos do trabalho equivalentes a 6% do seu volume de negócios, com 99 profissionais ao serviço, sendo que 68% deles são trabalhadores dependentes. A colecta de impostos cifrou-se nos 1,33% do volume de negócios cooperativo.

- no exercício económico de 2004, o cooperativismo mantém os 99% de volume de negócios no associativismo agrícola concelhio. A distribuição de rendimentos do trabalho subiu ligeiramente para os 7% do volume de negócios cooperativo. Em trabalhadores uma quebra de 2% face ao ano anterior, e um aumento dos trabalhadores com vínculo dependente para os 74% do total de trabalhadores cooperativos. A colecta de impostos fixou-se nos 1,30% do volume de negócios cooperativo.

- no exercício económico de 2005, o cooperativismo dominou quase exclusivamente, com 99,89% do volume de negócios do associativismo agrícola do concelho. A distribuição de rendimentos do trabalho subiu 6% face aos números do ano transacto, fixando-se nos 7% do volume de negócios cooperativo. Em número de trabalhadores, verificou-se uma ligeira inflexão de 1%, face ao exercício económico anterior. O cooperativismo foi responsável pela colecta de 1,33% do seu volume de negócios.

- Associativismo Agrícola na tipologia de Associações Patronais:

O movimento associativo de Macedo de Cavaleiros nesta tipologia representava em 31-12-2005, 1179 agricultores.

- no exercício económico de 2003, as associações patronais, representavam em termos de volume de negócios apenas 17% do movimento associativo agrícola do concelho, mas distribuía sobre a forma de rendimentos do trabalho 84% do total de rendimentos distribuídos pelo movimento associativo agrícola e empregava 87% dos

trabalhadores. Facto justificado pelo papel desempenhado nos serviços subsidiados por fundos públicos.

- no exercício económico de 2004, o volume de negócios representava 23% do total, contudo a sua expressão no impacto sócio-económico é bem maior, distribuindo 83% do total de rendimentos do trabalho e empregando 86% dos trabalhadores.

- no exercício económico de 2005, em termos de volume de negócios assistiu-se a uma quebra para os 13% do total, mas com uma preciosa contribuição em termos de distribuição de rendimentos do trabalho, sendo responsável por 79% do volume de rendimentos colocados à disposição e 86% dos trabalhadores do movimento associativo.

O movimento associativo agrícola nesta tipologia no concelho de Valpaços, representava em 31-12-2005, 2140 agricultores.

Em termos de volume de negócios as associações patronais, não apresentam qualquer relevância no movimento associativo concelhio, sendo de realçar no entanto:

- no exercício económico de 2003, as associações patronais foram responsáveis pela distribuição de 18% dos rendimentos do trabalho gerados pelo movimento associativo e empregavam 23% dos trabalhadores.

- no exercício económico de 2004, 24% dos rendimentos distribuídos pela via do trabalho eram da responsabilidade das associações patronais, e empregavam 33% dos trabalhadores.

- no exercício económico de 2005, verificou-se uma ligeira subida para os 27% de rendimentos distribuídos e 28% de trabalhadores empregues.

Impacto Sócio-Económico	
Macedo de Cavaleiros	
Cooperativismo	Associações Patronais
Incidência no Volume de Negócios (transformação, produção, comercialização)	Redistribuição da riqueza pela via dos rendimentos do trabalho
Valpaços	
Cooperativismo	Associações Patronais
Incidência no Volume de Negócios (transformação, produção, comercialização)	Redistribuição da riqueza pela via dos rendimentos do trabalho
Redistribuição da riqueza pela via dos rendimentos do trabalho	(ainda que marginal)

Tabela 94 Impacto Sócio-Económico – Movimento Associativo

4º Perfil do trabalhador Associativo:

A análise ao perfil do trabalhador associativo foi realizada com base nos quadros de pessoal dos organismos associativos.

- Associativismo Agrícola Consolidado:

O trabalhador do associativismo agrícola do concelho de Macedo de Cavaleiros revelou as seguintes características:

Variável/ Exercício	2003	2004	2005
Idade Média (anos)	42	44	43
Permanência Média (anos)	14	16	12
Remuneração Média Mensal	686 €	703 €	700 €
Vínculo Contratual	Sem Termo	Sem Termo	Sem Termo
Regime Duração Trabalho	Tempo Integral	Tempo Integral	Tempo Integral
Habilitações Literárias	Ensino Básico	Ensino Básico	Ensino Básico
Género	60% M - 40% F	60% M - 40% F	60% M - 40% F
Valor Acrescentado Bruto	20.193 €	20.157 €	19.618 €

Tabela 95 Perfil Trabalhador – Movimento Associativo Consolidado do concelho de Macedo de Cavaleiros

O trabalhador do associativismo agrícola do concelho de Valpaços revelou as seguintes características:

Variável/ Exercício	2003	2004	2005
Idade Média (anos)	42	42	46
Permanência Média (anos)	12	12	15
Remuneração Média Mensal	527 €	523 €	549 €
Vínculo Contratual	Sem Termo	Sem Termo	Sem Termo
Regime Duração Trabalho	Tempo Integral	Tempo Integral	Tempo Integral
Habilitações Literárias	Ensino Básico	Ensino Básico	Ensino Básico
Género	41% M - 59% F	35% M - 65% F	38% M - 62% F
Valor Acrescentado Bruto	10.579 €	5.905 €	26.885 €

Tabela 96 Perfil Trabalhador – Movimento Associativo Consolidado do concelho de Valpaços

- Associativismo Agrícola na tipologia de Cooperativismo:

O trabalhador cooperativo agrícola do concelho de Macedo de Cavaleiros revelou as seguintes características:

Variável/ Exercício	2003	2004	2005
Idade Média (anos)	52	53	52
Permanência Média (anos)	27	28	25
Remuneração Média Mensal	563 €	688 €	716 €
Vínculo Contratual	Sem Termo	Sem Termo	Sem Termo
Regime Duração Trabalho	Tempo Integral	Tempo Integral	Tempo Integral
Habilitações Literárias	Ensino Básico	Ensino Básico	Ensino Básico
Género	45% M - 55% F	45% M - 55% F	55% M - 45% F
Valor Acrescentado Bruto	29.348 €	30.987 €	29.542 €

Tabela 97 Perfil Trabalhador – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo do concelho de Macedo de Cavaleiros

O trabalhador cooperativo agrícola do concelho de Valpaços revelou as seguintes características:

Variável/ Exercício	2003	2004	2005
Idade Média (anos)	43	43	48
Permanência Média (anos)	13	13	16
Remuneração Média Mensal	502 €	501 €	528 €
Vínculo Contratual	Sem Termo	Sem Termo	Sem Termo
Regime Duração Trabalho	Tempo Integral	Tempo Integral	Tempo Integral
Habilitações Literárias	Ensino Básico	Ensino Básico	Ensino Básico
Género	45% M - 55% F	39% M - 61% F	42% M - 58% F
Valor Acrescentado Bruto	18.811 €	10.112 €	26.302 €

Tabela 98 Perfil Trabalhador – Movimento Associativo Tipologia Cooperativismo do concelho de Valpaços

- Associativismo Agrícola na tipologia de Associações Patronais:

O trabalhador do associativismo agrícola na tipologia de Associações Patronais no concelho de Macedo de Cavaleiros revelou as seguintes características:

Variável/ Exercício	2003	2004	2005
Idade Média (anos)	37	39	39
Permanência Média (anos)	8	9	7
Remuneração Média Mensal	698 €	711 €	669 €
Vínculo Contratual	Sem Termo	Sem Termo	Sem Termo
Regime Duração Trabalho	Tempo Integral	Tempo Integral	Tempo Integral
Habilitações Literárias	Ensino Secundário	Ensino Secundário	Ensino Médio ou Superior

Género	64% M - 36% F	63% M - 37% F	62% M - 38% F
Valor Acrescentado Bruto	22.653 €	22.373 €	17.029 €

Tabela 99 Perfil Trabalhador – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais do concelho de Macedo de Cavaleiros

O trabalhador do associativismo agrícola na tipologia de Associações Patronais no concelho de Valpaços revelou as seguintes características:

Variável/ Exercício	2003	2004	2005
Idade Média (anos)	29	30	32
Permanência Média (anos)	3	4	4
Remuneração Média Mensal	810 €	758 €	766 €
Vínculo Contratual	Sem Termo	Sem Termo	Sem Termo
Regime Duração Trabalho	Tempo Integral	Tempo Integral	Tempo Integral
Habilitações Literárias	Ensino Médio ou Superior	Ensino Médio ou Superior	Ensino Médio ou Superior
Género	100% F	100% F	100% F
Valor Acrescentado Bruto ⁴²	- 81.352 €	- 37.369 €	32.715 €

Tabela 100 Perfil Trabalhador – Movimento Associativo Tipologia Associações Patronais do concelho de Valpaços

Ao realizarmos um estudo na óptica económico-financeira sobre o movimento associativo agrícola, conseguimos o objectivo de caracterizarmos a actividade económica que ainda predomina como modo de vida das populações trasmontanas que se organizam em colectividades com amplos interesses e desafios comuns.

Mas esta passagem de responsabilidades das tutelas ministeriais para organismos associativos privados será a melhor forma de organização do sector?

Estarão os dirigentes dos movimentos associativos agrícolas preparados para a Gestão do Futuro da agricultura portuguesa?

Investigações futuras deverão abordar o modelo de gestão na óptica da organização da actividade económica demonstrando se o modelo do associativismo é aquele que melhor serve os interesses da agricultura nacional e dos agricultores portugueses.

⁴² As rubricas extraordinárias não contribuindo para o cálculo do VAB, torna-o negativo pela sua expressão significativa na estrutura de resultados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baranano**, Ana N., Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão – Manual de apoio à realização de trabalhos de investigação, Edições Silabo, Lisboa, 2004
- Bourbon**, P., Origem e evolução do seguro de gado, Ministério da Agricultura, Lisboa, 1946
- Campos A.** – Associações agrícolas, Direcção Geral de Desenvolvimento Rural, Lisboa, 1999
- Carvalho**, João, Organizações não lucrativas, 1ª Edição, Edições Silabo, Lisboa, 2005
- Chiavenato**, Idalberto, Administração dos novos tempos, Campus, Rio de Janeiro, 1999
- Chiavenato**, Idalberto, Teoria Geral de Administração, 3ª Edição, McGraw-Hill, Volumes I e II, São Paulo, 1987
- Colombain**, M., Princípios fundamentais do cooperativismo, Cooperativa Grau, Viseu, 1978
- Conferência**, O programa de desenvolvimento regional e o mundo rural, Lisboa, Rosado Fernandes, 1993
- Costa F.** A contabilidade e a gestão da empresa agrícola, Lisboa, 1989
- Diniz**, Francisco, Ruralidade: definições e tipologias, UTAD, 1997
- Drucker**, Peter, F. “Managing the Non-Profit Organization”, British Library, 1990
- Firmino**, Manuel Gestão das Organizações, 2ª Edição, Escolar Editora, Lisboa, 2007
- Fragata**, António, Agricultores idosos de Trás-os-Montes: da exclusão ao reconhecimento?, UTAD, 1997
- Henriques**, A. M., Formas tradicionais de cooperação, in revista crítica de ciências sociais, n.º 21, Coimbra, 1986;
- Henriques**, A. M., Mútuas de seguro de gado, Uma forma de sociedade previdência em meio rural, in Portugal, um retrato singular, Edições Afrontamento, Porto, 1993
- International Co-operative Alliance Annual Report**, 2004
- Mitchell e Larson**, People in Organizations, McGraw-Hill, Third Edition, International Edition, Singapore, 1987
- Mooney**, James, The Principles of Organizations, New York: Harper & Brothers, 1939
- Rosário**, Manuel Colaço do, Agricultura e desenvolvimento, o sistema agrário de Trás-os-Montes e a modernidade sustentável, UTAD, 1998
- Sá**, Patrícia Moura, Introdução à Gestão de Organizações, Vida Económica, 2004

Virton P. – Os dinamismos sociais, Iniciação à sociologia, Livraria Morais Editora,
Lisboa, 1966

ANEXOS

ANEXO A

(Mapas de Trabalho)

(fase I): Planeamento de recolha de informação

Entidade	Morada	Telefone/Fax/Telemóvel/e-mail	Observações / Responsável

(fase II): Grelha de inventário de recolha de informação

Entidade: _____ Responsável: _____ Contacto: _____

Documento	2005	2004	2003			Outros
Estatutos						
Associados (n.º)						
Natureza Jurídica						
Filiação Entidade Nacional						
Demonstração de Resultados						
Balanço						
Decl. Modelo 22						
Decl. Anual Inf. C & F						
Quadro Mapa de Pessoal						
Outros						

Áreas de intervenção		
Produção Agrícola		
Comercialização Agrícola		
Formação Profissional		
Serviços a Agricultores		
Emparcelamento rural		
Outras		

ANEXOS

ANEXO B

(Demonstrações Financeiras e Mapas de Quadro de Pessoal)

1- Associativismo Agrícola do Concelho de Macedo de Cavaleiros:

1.1- Estrutura económico-financeira do Associativismo Agrícola Consolidado:

BALANÇO CONSOLIDADO

ASSOCIATIVISMO AGRÍCOLA DE MACEDO DE CAVALEIROS

CEE	POC	ACTIVO	31.DEZ.2005	%	31.DEZ.2004	%	31.DEZ.2003
			ACT. LIQUIDO		ACT. LIQUIDO		ACT. LIQUIDO
C		IMOBILIZADO					
I	43	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
1	431	DESpesas de instalação	157,17	0%	157,17	0%	157,17
1	432	DESpesas de investigação e desenvolvimento	0,00	-100%	1,84	-100%	6.133,56
2	433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00		0,00		0,00
3	434	TRESPASSES	0,00		0,00		0,00
4	441/6	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	0,00		0,00		0,00
4	449	ADIANtAMENTOS POR CONTA DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	0,00		0,00		0,00
			157,17	-1%	159,01	-97%	6.290,73
II	42	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
1	421	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	57.567,67	1%	57.040,36	0%	57.040,36
1	422	EDIFÍCIOS E OUT. CONSTRUÇÕES	838.892,49	-3%	866.332,30	-2%	886.412,72
2	423	EQUIPAMENTO BÁSICO	314.873,97	1%	310.439,40	-1%	314.722,49
2	424	EQUIPAMENTO TRANSPORTE	0,00		0,00		0,56
3	425	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	2.598,73	-2%	2.654,74	14%	2.337,06
3	426	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	18.438,44	-37%	29.186,81	-19%	35.881,59
3	427	TARAS E VASILHAME	7.462,37	-33%	11.215,40		0,00
3	429	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	38,14	-47%	72,47	-33%	107,76
4	441/6	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	0,00		0,00		0,00
4	448	ADIANtAMENTOS POR CONTA DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	0,00		0,00		0,00
			1.239.871,81	-3%	1.276.941,48	-2%	1.296.502,54
III		INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
1	4111	PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
2	4121+4131	EMPRÉSTIMOS A EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
3	4112	PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS ASSOCIADAS	143.715,72	0%	143.715,72	0%	143.715,72
4	4112+4132	EMPRÉSTIMOS A EMPRESAS ASSOCIADAS	0,00		0,00		0,00
5	4113+414/5	TÍTULOS E OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	60.168,26	0%	60.168,26	126%	26.638,21
6	4123+4133	OUTROS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00		0,00		0,00
6	441/6	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	0,00		0,00		0,00
6	447	ADIANtAMENTOS POR CONTA DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS	0,00		0,00		0,00
			203.883,98	0%	203.883,98	20%	170.353,93
D		CIRCULANTE					
I		EXISTÊNCIAS					
1	36	MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	13.994,76	23%	11.369,63	23%	9.269,00
2	35	PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	0,00		0,00		0,00
3	34	SUBPRODUTOS, DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS	0,00		0,00		0,00
3	33	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	84.389,74	13%	74.579,80	261%	20.640,43
3	32	MERCADORIAS	17.669,43	-4%	18.472,07	-13%	21.112,12
4	37	ADIANtAMENTOS POR CONTA DE COMPRAS	0,00		0,00		0,00
			116.053,93	11%	104.421,50	105%	51.021,55
II		DIVIDAS DE TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO	0,00		0,00		0,00
II		DIVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO					
1	211	CLIENTES CONTA-CORRENTE	859.941,71	6%	812.150,09	16%	700.079,79
1	212	CLIENTES TÍTULOS A RECEBER	0,00		0,00		0,00
1	218	CLIENTES COBRANÇA DUVIDOSA	0,00		0,00		149.569,73
2	252	EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
3	253+254	EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES	18.594,04	0%	18.594,04	-83%	110.924,09
4	251+255	OUTROS ACCIONISTAS	0,00		0,00		0,00
4	229	ADIANtAMENTOS A FORNECEDORES	0,00		0,00		0,00
4	2619	ADIANtAMENTOS A FORNECEDORES DE IMOBILIZADO	3.576,38	0%	3.576,38	0%	3.576,38
4	24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	15.005,81	44%	10.403,56	-82%	57.461,69
4	262/6/7/8+221	OUTROS DEVEDORES	432.319,17	-28%	604.011,06	-11%	675.240,48
5	264	SUBSCRITORES DE CAPITAL	5.860,35	17%	5.020,35	-15%	5.879,30
			1.335.297,46	-8%	1.453.755,48	-15%	1.702.731,46
III		TÍTULOS NEGOCIÁVEIS					
1	1511	ACCÕES EM EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
3	1521	OBRIGAÇÕES E TÍTULOS PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
3	1512	ACCÕES EM EMPRESAS ASSOCIADAS	0,00		0,00		0,00
3	1522	OBRIGAÇÕES E TÍTULOS PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS ASSOCIADAS	0,00		0,00		0,00
3	1513+1523+153/9	OUTROS TÍTULOS NEGOCIÁVEIS	0,00		0,00		0,00
3	18	OUTRAS APLICAÇÕES DE TESOURARIA	0,00		0,00		0,00
			0,00		0,00		0,00
IV		DEPOSITOS BANCARIOS E CAIXA					
	12+13+14	DEPOSITOS BANCARIOS	91.033,92	36%	66.820,77	-37%	106.548,05
	11	CAIXA	8.317,46	-51%	17.082,65	194%	5.819,27
			99.351,38	18%	83.903,42	-25%	112.367,32
E		ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS					
	271	ACRESCIMOS DE PROJEITOS	100.927,13		0,00		349,93
	272	CUSTOS DIFERIDOS	49.972,31	2%	49.005,21	1528%	3.010,22
			150.899,44	208%	49.005,21	1358%	3.360,15
		TOTAL AMORTIZAÇÕES					
		TOTAL AJUSTAMENTOS					
		TOTAL DO ACTIVO	3.145.515,17	-1%	3.172.070,08	-5%	3.342.627,68

Avaliação do Desempenho e análise do Impacto Sócio-Económico do Modelo de Gestão

A		CAPITAL PROPRIO					
I	51	CAPITAL / FUNDO ASSOCIATIVO	338.830,82	-7%	364.306,87	-6%	388.943,33
	521	ACÇÕES (QUOTAS) PROPRIAS - VALOR NOMINAL	0,00		0,00		0,00
	522	ACÇÕES (QUOTAS) PROPRIAS - DESCONTOS E PREMIOS	0,00		0,00		0,00
	53	PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES	0,00		0,00		0,00
II	54	PREMIOS DE EMISSÃO DE ACÇÕES	0,00		0,00		0,00
III	55	AJUSTAMENTOS DE PARTES DE CAPITAL	0,00		0,00		0,00
	56	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	1.445.439,30	0%	1.445.439,30	0%	1.445.439,30
IV		RESERVAS:					
1/2	571	RESERVAS LEGAIS	10.355,21	0%	10.355,21	0%	10.355,21
3	572	RESERVAS ESTATUTARIAS	27.543,93	2%	26.988,93	2%	26.553,93
4	573	RESERVAS CONTRATUAIS	0,00		0,00		0,00
4	574 A 579	OUTRAS RESERVAS	236.668,87	0%	236.668,87	0%	236.668,87
V	59	RESULTADOS TRANSITADOS	-234.636,48	-191%	-80.505,90	55%	-177.173,71
			1.824.201,65	-9%	2.003.253,28	4%	1.930.786,93
VI	88	RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	65.726,61	134%	-193.322,87	-386%	67.502,72
	89	DIVIDENDOS ANTECIPADOS	0,00		0,00		0,00
		TOTAL DO CAPITAL PROPRIO	1.889.928,26	4%	1.809.930,41	-9%	1.998.289,65
B		PASSIVO					
		PROVISÕES					
1	291	PROVISÕES PARA PENSÕES	0,00		0,00		0,00
2	292	PROVISÕES PARA IMPOSTOS	0,00		0,00		0,00
3	293/8	OUTRAS PROVISÕES	60.704,12	0%	60.704,12		0,00
			60.704,12	0%	60.704,12		0,00
C		DIVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO	0,00		0,00		0,00
C		DIVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO					
1		EMPRÉSTIMOS POR OBRIGAÇÕES:					
	2321	CONVERTÍVEIS	0,00		0,00		0,00
	2322	NÃO CONVERTÍVEIS	0,00		0,00		0,00
1	233	EMPRÉSTIMOS POR TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	0,00		0,00		0,00
2	231+12	DIVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CREDITO	249.034,43	-46%	457.925,81	22%	374.162,57
3	234	OUTROS EMPRÉSTIMOS	0,00	-100%	5.000,00	-75%	19.951,92
4	221	FORNECEDORES CONTA-CORRENTE	573.045,47	26%	456.431,26	20%	380.658,68
4	228	FORNECEDORES - FACTURAS EM CONFERÊNCIA	0,00		0,00		0,00
5	222	FORNECEDORES - TITULOS A PAGAR	0,00		0,00		0,00
5	2612	FORNECEDORES IMOBILIZADO - TITULOS A PAGAR	0,00		0,00		0,00
6	252	EMPRESAS GRUPO	0,00		0,00		0,00
7	253+254	EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES	0,00		0,00		0,00
8	251+255	OUTROS ACCIONISTAS (SÓCIOS)	4.863,28	0%	4.863,28	0%	4.863,28
8	219	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	0,00		0,00		0,00
8	239	OUTROS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	33.683,72	57%	21.459,71	-73%	80.259,71
8	2611	FORNECEDORES DE IMOBILIZADO	4.624,95	0%	4.624,95	-45%	8.365,93
8	24	ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS	26.641,77	-55%	58.622,29	112%	27.616,29
8	262/5+267/8+211	OUTROS CREDORES	148.242,24	8%	136.679,06	-58%	323.594,12
			1.040.135,86	-9%	1.145.606,36	-6%	1.219.472,50
D		ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS					
	273	ACRESCIMOS DE CUSTOS	140.208,94	29%	108.568,84	77%	61.244,16
	274	PROVEITOS DIFERIDOS	14.537,99	-69%	47.260,35	-26%	63.621,37
			154.746,93	-1%	155.829,19	25%	124.865,53
		TOTAL DO PASSIVO	1.255.586,91	-8%	1.362.139,67	1%	1.344.338,03
		TOTAL DO CAPITAL PROPRIO E DO PASSIVO	3.145.515,17	-1%	3.172.070,08	-5%	3.342.627,68

DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADA

ASSOCIATIVISMO AGRÍCOLA DE MACEDO DE CAVALEIROS

CEE	POC		31.DEZ.2005		31.DEZ.2004	%	31.DEZ.2003
A			CUSTOS E PERDAS				
2.a)	61	CUSTO MERC. VENDIDAS E MAT. CONS. MERCADORIAS	1.387.172,32	59%	873.926,30	-24%	1.156.149,79
2.b)	62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	723.180,97	-35%	1.114.656,92	5%	1.063.407,73
3		CUSTOS COM PESSOAL					
3.a)	641/2	REMUNERAÇÕES	410.911,89	15%	356.139,48	-9%	393.006,97
3.b)		ENCARGOS SOCIAIS:	75.065,47	22%	61.636,47	-8%	66.717,17
	643/4	PENSÕES	19.360,86				
	645/8	OUTROS	39.635,98	153%	15.646,83	-36%	24.546,46
4.a)	662+663	AMORTIZAÇÕES DO IMOBILIZADO CORPÓREO E INCORPÓREO	130.638,05	-5%	136.855,27	2%	133.914,45
4.b)	666+667	AJUSTAMENTOS	0,00		60.710,54		0,00
5	67	PROVISÕES DO EXERCÍCIO	0,00		0,00		0,00
5	63	IMPOSTOS	7.293,87	6%	6.888,82	32%	5.226,88
5	65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	93.434,37	-52%	194.488,88	17%	166.152,19
6	682	(A) PERDAS EM EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS	2.886.693,78		2.820.949,51		3.009.121,64
6	683+684	AMORTIZAÇÕES PROVISÕES DE APLICAÇÕES E INV.FINANCEIROS	0,00		0,00		0,00
7	681+685/6/7/8	JUROS E CUSTOS SIMILARES: RELATIVOS A EMPRESAS DO GRUPO OUTROS	15.009,52	32%	11.356,83	-32%	16.602,08
			0,00		0,00		0,00
			3.002,47	30%	2.300,95	-14%	2.668,46
10	69	(C) CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINARIAS	2.904.705,77		2.834.607,29		3.028.392,18
			53.407,66	-73%	200.067,06	1039%	17.567,69
8+11	86	(E) IMPOSTO S/ RENDIMENTO EXERCÍCIO	2.958.113,43		3.034.674,35		3.045.959,87
			411,89		0,00		10.828,44
13	88	(G) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.958.525,32		3.034.674,35		3.056.788,31
			65.726,61	394%	-193.322,87	-386%	67.502,72
B			PROVEITOS E GANHOS				
1	71	VENDAS	0,00		0,00		0,00
	711	MERCADORIAS	86.312,55	-8%	93.823,24	0%	93.688,80
	712+713	PRODUTOS	1.421.102,46	72%	824.389,08	-26%	1.116.255,30
1	72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	498.103,33	2%	486.556,79	9%	447.482,44
2		VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO	9.809,94	-82%	53.939,37	258%	15.066,89
3	75	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA	0,00		0,00		0,00
	73	PROVEITOS SUPLEMENTARES	44.521,63	-79%	215.639,89	144%	88.519,52
4	74	SUBSÍDIOS A EXPLORAÇÃO	803.779,45	-24%	1.060.460,94	-16%	1.261.049,88
4	76	OUT. PROV. E GANHOS OPERACIONAIS	31.462,48	60%	19.723,25	-22%	25.392,36
4	77	REVERSÕES DE AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS	0,00		0,00		0,00
5	782	(B) GANHOS EM EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS	2.895.091,84		2.754.532,56		3.047.455,19
5	784	RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL	0,00		0,00		0,00
6	7812+7815/6+783	RENDIMENTOS DE TIT. NEGOCIÁVEIS E OUTRAS APLIC. FINANCEIRAS: RELATIVOS A EMPRESAS DO GRUPO OUTROS	0,00		0,00		0,00
			0,00		0,00		0,00
7	7811+7813/4+7818+785/8	OUTROS JUROS E PROVEITOS SIMILARES: RELATIVOS A EMPRESAS DO GRUPO OUTROS	3.029,18	1087%	255,10	-83%	1.488,00
			0,00		0		0,00
			299,88	-72%	1.060,53	27%	832,76
9	79	(D) PROV. E GANHOS EXTRAORDINARIOS	2.898.420,90		2.755.848,19		3.049.775,95
			125.831,03	47%	85.503,29	15%	74.515,08
		(F)	3.024.251,93		2.841.351,48		3.124.291,03
		RESULTADOS OPERACIONAIS (B-A)	8.398,06	891%	-66.416,95	-273%	38.333,55
		RESULTADOS FINANCEIROS (D-B)-(C-A)	-14.682,93	-19%	-12.342,15	27%	-16.949,78
		RESULTADOS CORRENTES (D-C)	-6.284,87	92%	-78.759,10	-468%	21.383,77
		RESULTADOS ANTES IMPOSTOS (F-E)	66.138,50	392%	-193.322,87	-347%	78.331,16
		RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (F-G)	65.726,61	394%	-193.322,87	-386%	67.502,72

Mapas Quadro de Pessoal:

Análise aos Quadros de Pessoal

2003

N.º Ordem	Profissão	Nascimento	Ano Admissão	Remuneração	Tipo de Contrato	Regime Trabalho	Habilitação	Genero
1	Administrativo	1962	1990	561,15 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
2	Administrativo	1967	1989	516,02 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
3	Administrativo	1962	1989	735,73 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Masculino
4	Administrativo	1974	2000	450,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
5	Administrativo	1943	1964	738,84 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo EB	Feminino
6	Administrativo	1942	1966	704,72 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo EB	Feminino
7	Director/Gerentes	1963	2000	1.352,95 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Masculino
8	Economista	1970	1998	650,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Licenciatura	Feminino
9	Engenheiro Agrónomo	1971	2001	798,08 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Licenciatura	Masculino
10	Engenheiro Agrónomo	1970	1999	950,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Licenciatura	Masculino
11	Engenheiro Agrónomo	1973	2000	800,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Bacharelato	Feminino
12	Engenheiro Agrónomo	1966	2000	800,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Bacharelato	Masculino
13	Engenheiro Agrónomo	1962	1999	800,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Bacharelato	Masculino
14	Engenheiro Agrónomo	1973	1998	800,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Bacharelato	Feminino
15	Engenheiro Florestal	1972	1998	950,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Licenciatura	Masculino
16	Técnico de Contabilidade	1942	1964	771,95 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	2º Ciclo EB	Feminino
17	Técnico de Pecuária	1942	1989	735,73 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo EB	Masculino
18	Técnico de Pecuária	1979	2003	500,00 €	Com Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Masculino
19	Técnico de Pecuária	1964	1989	735,73 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Masculino
20	Técnico de Pecuária	1960	1989	735,73 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo EB	Masculino
21	Técnico de Pecuária	1968	1989	735,73 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Masculino
22	Técnico de Pecuária	1958	1989	735,73 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo EB	Masculino
23	Técnico de Pecuária	1972	2001	735,73 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Masculino
24	Técnico de Pecuária	1956	1989	735,73 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
25	Trabalhador da Limpeza	1965	2001	199,52 €	Sem Termo	Tempo Parcial	1º Ciclo EB	Feminino
26	Trabalhador da Limpeza	1957	1989	177,50 €	Sem Termo	Tempo Parcial	1º Ciclo EB	Feminino
27	Trabalhador de Armazém	1938	1961	637,48 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo EB	Masculino
28	Trabalhador de Armazém	1957	1972	637,48 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo EB	Feminino
29	Trabalhador de Armazém	1940	1965	546,73 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	NSLNE	Masculino
30	Trabalhador de Armazém	1960	2001	621,77 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Masculino
31	Trabalhador de Armazém	1963	1987	546,73 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo EB	Masculino
32	Trabalhador de Armazém	1955	1970	546,73 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo EB	Masculino

Análise aos Quadros de Pessoal

2004

N.º Ordem	Profissão	Nascimento	Ano Admissão	Remuneração	Tipo de Contrato	Regime Trabalho	Habilitação	Genero
1	Administrativo	1962	1990	561,15 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
2	Administrativo	1967	1989	516,02 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
3	Administrativo	1962	1989	735,73 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Masculino
4	Administrativo	1974	2000	450,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
5	Administrativo	1943	1964	768,39 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo EB	Feminino
6	Administrativo	1942	1966	732,91 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo EB	Feminino
7	Director/Gerentes	1963	2000	1.407,06 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Masculino
8	Engenheiro Agrónomo	1971	2001	798,08 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Licenciatura	Masculino
9	Engenheiro Agrónomo	1970	1999	950,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Licenciatura	Masculino
10	Engenheiro Agrónomo	1973	2000	800,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Bacharelato	Feminino
11	Engenheiro Agrónomo	1966	2000	800,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Bacharelato	Masculino
12	Engenheiro Agrónomo	1962	1999	800,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Bacharelato	Masculino
13	Engenheiro Agrónomo	1973	1998	800,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Bacharelato	Feminino
14	Engenheiro Florestal	1972	1998	950,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Licenciatura	Masculino
15	Técnico de Contabilidade	1942	1964	802,83 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	2º Ciclo EB	Feminino
16	Técnico de Pecuária	1942	1989	735,73 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo EB	Masculino
17	Técnico de Pecuária	1964	1989	735,73 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Masculino
18	Técnico de Pecuária	1960	1989	735,73 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo EB	Masculino
19	Técnico de Pecuária	1968	1989	735,73 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Masculino
20	Técnico de Pecuária	1958	1989	735,73 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo EB	Masculino
21	Técnico de Pecuária	1972	2001	735,73 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Masculino
22	Técnico de Pecuária	1956	1989	735,73 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
23	Trabalhador da Limpeza	1965	2001	199,52 €	Sem Termo	Tempo Parcial	1º Ciclo EB	Feminino
24	Trabalhador da Limpeza	1957	1989	184,60 €	Sem Termo	Tempo Parcial	1º Ciclo EB	Feminino
25	Trabalhador de Armazém	1938	1961	637,48 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo EB	Masculino
26	Trabalhador de Armazém	1957	1972	662,98 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo EB	Feminino
27	Trabalhador de Armazém	1940	1965	568,60 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	NSLNE	Masculino
28	Trabalhador de Armazém	1960	2001	662,98 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Masculino
29	Trabalhador de Armazém	1963	1987	568,60 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo EB	Masculino
30	Trabalhador de Armazém	1955	1970	568,60 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo EB	Feminino

Avaliação do Desempenho e análise do Impacto Sócio-Económico do Modelo de Gestão

Análise aos Quadros de Pessoal

2005

N.º Ordem	Profissão	Nascimento	Ano Admissão	Remuneração	Tipo de Contrato	Regime Trabalho	Habilitação	Genero
1	Administrativos	1962	1990	561,15 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
2	Administrativos	1967	1989	516,02 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
3	Administrativos	1962	1989	735,73 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Masculino
4	Administrativos	1974	2000	450,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
5	Administrativos	1943	1964	799,13 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo EB	Feminino
6	Administrativos	1942	1966	762,23 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo EB	Feminino
7	Directores/Gerentes	1963	2000	1.463,34 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Masculino
8	Directores/Gerentes	1959	2005	0,00 €	Sem Termo	Tempo Parcial	Ensino Secundário	Masculino
9	Engenheiro Agrónomo	1971	2001	798,08 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Licenciatura	Masculino
10	Engenheiro Agrónomo	1970	1999	950,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Licenciatura	Masculino
11	Engenheiro Agrónomo	1973	2000	800,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Bacharelato	Feminino
12	Engenheiro Agrónomo	1966	2000	800,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Bacharelato	Masculino
13	Engenheiro Agrónomo	1962	1999	800,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Bacharelato	Masculino
14	Engenheiro Agrónomo	1971	2005	1.209,08 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Bacharelato	Masculino
15	Engenheiro Florestal	1976	2005	1.257,45 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Licenciatura	Feminino
16	Técnico de Contabilidade	1942	1964	834,94 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	2º Ciclo EB	Feminino
17	Técnico de Contabilidade	1977	2005	635,10 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Licenciatura	Feminino
18	Técnico de Pecuária	1942	1989	735,73 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo EB	Masculino
19	Técnico de Pecuária	1964	1989	735,73 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Masculino
20	Técnico de Pecuária	1960	1989	735,73 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo EB	Masculino
21	Técnico de Pecuária	1968	1989	735,73 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Masculino
22	Técnico de Pecuária	1958	1989	735,73 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo EB	Masculino
23	Técnico de Pecuária	1972	2001	735,73 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Masculino
24	Técnico de Pecuária	1956	1989	735,73 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
25	Trabalhador da Limpeza	1965	2001	199,52 €	Sem Termo	Tempo Parcial	1º Ciclo EB	Feminino
26	Trabalhador da Limpeza	1957	1989	191,98 €	Sem Termo	Tempo Parcial	1º Ciclo EB	Feminino
27	Trabalhador de Armazém	1957	1972	689,50 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo EB	Feminino
28	Trabalhador de Armazém	1961	2005	675,00 €	Sem Termo	Tempo Parcial	Ensino Secundário	Masculino
29	Trabalhador de Armazém	1940	1965	591,34 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	NSLNE	Masculino
30	Trabalhador de Armazém	1960	2001	689,50 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Masculino
31	Trabalhador de Armazém	1963	1987	591,34 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo EB	Masculino
32	Trabalhador de Armazém	1955	1970	591,34 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo EB	Feminino
33	Trabalhador Florestal	1963	2005	374,70 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo EB	Masculino
34	Trabalhador Florestal	1966	2005	374,70 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo EB	Feminino
35	Trabalhador Florestal	1963	2005	374,70 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo EB	Masculino
36	Trabalhador Florestal	1955	2005	374,70 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Sabe Ler SQH	Masculino
37	Trabalhador Florestal	1964	2005	374,70 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo EB	Feminino
38	Veterinário	1977	2005	945,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Licenciatura	Masculino
39	Veterinário	1976	2005	1.050,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Licenciatura	Masculino

1.2 Estrutura económico-financeira por tipologia associativa:

1.2.1 Cooperativismo:

BALANÇO CONSOLIDADO
ASSOCIATIVISMO AGRÍCOLA DE MACEDO DE CAVALEIROS
Cooperativismo

CEE	POC	ACTIVO	31.DEZ.2005	%	31.DEZ.2004	%	31.DEZ.2003
			ACT. LIQUIDO		ACT. LIQUIDO		ACT. LIQUIDO
C		IMOBILIZADO					
I	43	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
1	431	DESPESAS DE INSTALAÇÃO	0,00		0,00		0,00
1	432	DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	0,00		0,00		0,00
2	433	PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	0,00		0,00		0,00
3	434	TRESPASSES	0,00		0,00		0,00
4	441/6	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	0,00		0,00		0,00
4	449	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	0,00		0,00		0,00
			0,00		0,00		0,00
II	42	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
1	421	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	48.311,40	0%	48.311,40	0%	48.311,40
1	422	EDIFÍCIOS E OUT. CONSTRUÇÕES	812.428,25	-3%	839.159,47	-2%	858.531,30
2	423	EQUIPAMENTO BÁSICO	274.896,31	-8%	299.842,61	-4%	311.692,55
2	424	EQUIPAMENTO TRANSPORTE	0,00		0,00	-100%	-0,01
3	425	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	94,90	-33%	142,41	-25%	189,92
3	426	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	9.568,70	-2%	9.802,94	-2%	10.037,19
3	427	TARAS E VASILHAME	7.462,37	-33%	11.215,40		-10.857,44
3	429	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	38,13	0%	38,13	0%	38,13
4	441/6	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	0,00		0,00		0,00
4	448	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	0,00		0,00		0,00
			1.152.800,06	-5%	1.208.512,36	-1%	1.217.943,04
III		INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
1	4111	PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
2	4121+4131	EMPRESTIMOS A EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
3	4112	PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS ASSOCIADAS	137.730,15	0%	137.730,15	0%	137.730,15
4	4112+4132	EMPRESTIMOS A EMPRESAS ASSOCIADAS	0,00		0,00		0,00
5	4113+414/5	TÍTULOS E OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00		0,00		0,00
6	4123+4133	OUTROS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00		0,00		0,00
6	441/6	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	0,00		0,00		0,00
6	447	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS	0,00		0,00		0,00
			137.730,15	0%	137.730,15	0%	137.730,15
D		CIRCULANTE					
I		EXISTÊNCIAS					
1	36	MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	0,00		0,00		0,00
2	35	PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	0,00		0,00		0,00
3	34	SUBPRODUTOS, DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS	0,00		0,00		0,00
3	33	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	84.389,74	13%	74.579,80	261%	20.640,43
3	32	MERCADORIAS	17.669,43	-4%	18.472,07	-13%	21.112,12
4	37	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE COMPRAS	0,00		0,00		0,00
			102.059,17	10%	93.051,87	123%	41.752,55
II		DIVIDAS DE TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO	0,00		0,00		0,00
II		DIVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO					
1	211	CLIENTES CONTA-CORRENTE	655.520,80	4%	633.256,18	3%	617.158,38
1	212	CLIENTES TÍTULOS A RECEBER	0,00		0,00		0,00
1	218	CLIENTES COBRANÇA DUVIDOSA	0,00		0,00		149.569,73
2	252	EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
3	253+254	EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES	0,00		0,00		0,00
4	251+255	OUTROS ACCIONISTAS	0,00		0,00		0,00
4	229	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	0,00		0,00		0,00
4	2619	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES DE IMOBILIZADO	0,00		0,00		0,00
4	24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	1.172,02	-87%	9.250,74	28%	7.208,11
4	262/6/7/8+221	OUTROS DEVEDORES	40.661,30	-23%	52.661,30	-8%	57.411,30
5	264	SUBSCRITORES DE CAPITAL	5.860,35	17%	5.020,35	-15%	5.879,30
			703.214,47	0%	700.188,57	-16%	837.226,82
III		TÍTULOS NEGOCIÁVEIS					
1	1511	ACCÕES EM EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
3	1521	OBRIGAÇÕES E TÍTULOS PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
3	1512	ACCÕES EM EMPRESAS ASSOCIADAS	0,00		0,00		0,00
3	1522	OBRIGAÇÕES E TÍTULOS PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS ASSOCIADAS	0,00		0,00		0,00
3	1513+1523+153/9	OUTROS TÍTULOS NEGOCIÁVEIS	0,00		0,00		0,00
3	18	OUTRAS APLICAÇÕES DE TESOURARIA	0,00		0,00		0,00
			0,00		0,00		0,00
IV		DEPOSITOS BANCÁRIOS E CAIXA					
	12+13+14	DEPOSITOS BANCÁRIOS	66.490,61	153%	26.249,00	-36%	40.717,53
	11	CAIXA	7.523,91	-54%	16.244,95	252%	4.610,79
			74.014,52	74%	42.493,95	-6%	45.328,32
E		ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS					
	271	ACRESCIMOS DE PROVEITOS	0,00		0,00		0,00
	272	CUSTOS DIFERIDOS	47.944,96	0%	47.944,96		0,00
			47.944,96	0%	47.944,96		0,00
		TOTAL AMORTIZAÇÕES					
		TOTAL AJUSTAMENTOS					
		TOTAL DO ACTIVO	2.217.763,33	-1%	2.229.921,86	-2%	2.279.980,88

Avaliação do Desempenho e análise do Impacto Sócio-Económico do Modelo de Gestão

A		CAPITAL PROPRIO					
I	51	CAPITAL / FUNDO ASSOCIATIVO	252.433,36	3%	245.794,04	2%	240.384,09
	521	ACÇÕES (QUOTAS) PROPRIAS - VALOR NOMINAL	0,00		0,00		0,00
	522	ACÇÕES (QUOTAS) PROPRIAS - DESCONTOS E PREMIOS	0,00		0,00		0,00
	53	PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES	0,00		0,00		0,00
II	54	PREMIOS DE EMISSÃO DE ACÇÕES	0,00		0,00		0,00
III	55	AJUSTAMENTOS DE PARTES DE CAPITAL	0,00		0,00		0,00
	56	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	1.445.439,30	0%	1.445.439,30	0%	1.445.439,30
IV		RESERVAS:					
1/2	571	RESERVAS LEGAIS	10.355,21	0%	10.355,21	0%	10.355,21
3	572	RESERVAS ESTATUTARIAS	27.543,93	2%	26.988,93	2%	26.553,93
4	573	RESERVAS CONTRATUAIS	0,00		0,00		0,00
4	574 A 579	OUTRAS RESERVAS	236.668,87	0%	236.668,87	0%	236.668,87
V	59	RESULTADOS TRANSITADOS	-207.359,59	-48%	-139.763,31	19%	-172.248,64
			1.765.081,08	-3%	1.825.483,04	2%	1.787.152,76
VI	88	RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	65.691,60	197%	-67.596,28	-308%	32.485,33
	89	DIVIDENDOS ANTECIPADOS	0,00		0,00		0,00
		TOTAL DO CAPITAL PROPRIO	1.830.772,68	4%	1.757.886,76	-3%	1.819.638,09
B		PASSIVO					
		PROVISÕES					
1	291	PROVISÕES PARA PENSÕES	0,00		0,00		0,00
2	292	PROVISÕES PARA IMPOSTOS	0,00		0,00		0,00
3	293/8	OUTRAS PROVISÕES	0,00	#DIV/0!	0,00		0,00
			0,00	#DIV/0!	0,00		0,00
C		DIVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO	0,00		0,00		0,00
C		DIVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO					
1		EMPRÉSTIMOS POR OBRIGAÇÕES:					
	2321	CONVERTÍVEIS	0,00		0,00		0,00
	2322	NÃO CONVERTÍVEIS	0,00		0,00		0,00
1	233	EMPRÉSTIMOS POR TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	0,00		0,00		0,00
2	231+12	DIVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CREDITO	35.345,22	-74%	135.104,80	0%	135.104,78
3	234	OUTROS EMPRÉSTIMOS	0,00		0,00		0,00
4	221	FORNECEDORES CONTA-CORRENTE	307.991,58	15%	267.665,87	5%	254.008,70
4	228	FORNECEDORES - FACTURAS EM CONFERÊNCIA	0,00		0,00		0,00
5	222	FORNECEDORES - TITULOS A PAGAR	0,00		0,00		0,00
5	2612	FORNECEDORES IMOBILIZADO - TITULOS A PAGAR	0,00		0,00		0,00
6	252	EMPRESAS GRUPO	0,00		0,00		0,00
7	253+254	EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES	0,00		0,00		0,00
8	251+255	OUTROS ACCIONISTAS (SÓCIOS)	4.863,28	0%	4.863,28	0%	4.863,28
8	219	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	0,00		0,00		0,00
8	239	OUTROS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	0,00		0,00		0,00
8	2611	FORNECEDORES DE IMOBILIZADO	0,00		0,00		0,00
8	24	ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS	12.225,15	-14%	14.241,22	101%	7.080,01
8	262/5+267/8+211	OUTROS CREDORES	7.559,72	-17%	9.083,44	-45%	16.511,79
			367.984,95	-15%	430.958,61	3%	417.568,56
D		ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS					
	273	ACRESCIMOS DE CUSTOS	19.005,70	9%	17.377,60	8%	16.028,70
	274	PROVEITOS DIFERIDOS	0,00	-100%	23.698,89	-11%	26.745,53
			19.005,70	-54%	41.076,49	-4%	42.774,23
		TOTAL DO PASSIVO	386.990,65	-18%	472.035,10	3%	460.342,79
		TOTAL DO CAPITAL PROPRIO E DO PASSIVO	2.217.763,33	-1%	2.229.921,86	-2%	2.279.980,88

DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADA
ASSOCIATIVISMO AGRÍCOLA DE MACEDO DE CAVALEIROS
 Cooperativismo

CEE	POC		31.DEZ.2005		31.DEZ.2004	%	31.DEZ.2003
CUSTOS E PERDAS							
2.a)	61	CUSTO MERC. VENDIDAS E MAT. CONS. MERCADORIAS	1.357.087,37	65%	821.161,53	-26%	1.113.669,49
2.b)	62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	92.220,31	21%	76.306,15	33%	57.318,16
3		CUSTOS COM PESSOAL					
3.a)	641/2	REMUNERAÇÕES	121.931,23	4%	117.392,69	-17%	141.096,81
3.b)		ENCARGOS SOCIAIS:	22.965,60	3%	22.203,25	-11%	24.907,54
	643/4	PENSÕES	213,62		8.763,45		18.834,85
	645/8	OUTROS	14.782,60		0,00		0,00
4.a)	662+663	AMORTIZAÇÕES DO IMOBILIZADO CORPÓREO E INCORPÓREO	109.757,85	1%	108.766,64	8%	100.467,84
4.b)	666+667	AJUSTAMENTOS	0,00		0,00		0,00
5	67	PROVISÕES DO EXERCÍCIO	0,00		0,00		0,00
5	63	IMPOSTOS	5.193,24	20%	4.345,45	8%	4.009,59
5	65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	190,50	941%	18,30	-100%	23.421,41
		(A)	1.724.342,32		1.158.957,46		1.483.725,69
6	682	PERDAS EM EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS	0,00		0,00		0,00
6	683+684	AMORTIZAÇÕES PROVISÕES DE APLICAÇÕES E INV.FINANCEIROS	0,00		0,00		0,00
7	681+685/6/7/8	JUROS E CUSTOS SIMILARES:	7.415,15	70%	4.365,63	-17%	5.284,04
		RELATIVOS A EMPRESAS DO GRUPO	0,00		1.853,26		1.532,61
		OUTROS	1.368,58	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00
		(C)	1.733.126,05		1.165.176,35		1.490.542,34
10	69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINARIAS	39.818,07	-75%	158.197,52	137212%	115,21
		(E)	1.772.944,12		1.323.373,87		1.490.657,55
8+11	86	IMPOSTO S/ RENDIMENTO EXERCÍCIO	0,00		0,00		10.828,44
		(G)	1.772.944,12		1.323.373,87		1.501.485,99
13	88	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	65.691,60	203%	-67.596,28	-308%	32.485,33
PROVEITOS E GANHOS							
1	71	VENDAS					
	711	MERCADORIAS	86.312,55	-8%	93.798,24	0%	93.688,80
	712+713	PRODUTOS	1.421.102,46	72%	824.389,08	-26%	1.116.255,30
1	72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	233.536,62	44%	161.693,39	-6%	171.168,14
2		VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO	9.809,94	-82%	53.939,37	258%	15.066,89
3	75	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA	0,00		0,00		0,00
3	73	PROVEITOS SUPLEMENTARES	15.991,41	-62%	42.514,29	-9%	46.632,28
4	74	SUBSÍDIOS A EXPLORAÇÃO	7.521,95	-88%	61.990,37	-23%	80.353,91
4	76	OUT. PROV. E GANHOS OPERACIONAIS	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00
4	77	REVERSÕES DE AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS	0,00		0,00		0,00
		(B)	1.774.274,93		1.238.324,74		1.523.165,32
5	782	GANHOS EM EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS	0,00		0,00		0,00
5	784	RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL	0,00		0,00		0,00
6	7812+7815/6+783	RENDIMENTOS DE TIT. NEGOCIÁVEIS E OUTRAS APLIC. FINANCEIRAS:	0,00		0,00		0,00
		RELATIVOS A EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
		OUTROS	0,00		0,00		0,00
7	7811+7813/4+7818+785/8	OUTROS JUROS E PROVEITOS SIMILARES:	2.994,55	1754%	161,53	-88%	1.368,62
		RELATIVOS A EMPRESAS DO GRUPO	0,00		1.008,33		832,76
		OUTROS	267,35	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00
		(D)	1.777.536,83		1.239.494,60		1.525.366,70
9	79	PROV. E GANHOS EXTRAORDINARIOS	61.098,89	275%	16.282,99	89%	8.604,62
		(F)	1.838.635,72		1.255.777,59		1.533.971,32
		RESULTADOS OPERACIONAIS (B-A)	49.932,61	-59%	79.367,28	101%	39.439,63
		RESULTADOS FINANCEIROS (D-B)-(C-A)	-5.521,83	-9%	-5.049,03	-9%	-4.615,27
		RESULTADOS CORRENTES (D-C)	44.410,78	40%	74.318,25	113%	34.824,36
		RESULTADOS ANTES IMPOSTOS (F-E)	65.691,60	203%	-67.596,28	-256%	43.313,77
		RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (F-G)	65.691,60	203%	-67.596,28	-308%	32.485,33

1.2.2 Associações Patronais Agrícolas:

BALANÇO CONSOLIDADO
ASSOCIATIVISMO AGRÍCOLA DE MACEDO DE CAVALEIROS
Associações Patronais

CEE	POC	ACTIVO	31.DEZ.2005	%	31.DEZ.2004	%	31.DEZ.2003
			ACT. LIQUIDO		ACT. LIQUIDO		ACT. LIQUIDO
C		IMOBILIZADO					
I	43	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
1	431	DESPESAS DE INSTALAÇÃO	157,17	0%	157,17	0%	157,17
1	432	DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	0,00	-100%	1,84	-100%	6.133,56
2	433	PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	0,00		0,00		0,00
3	434	TRESPASSES	0,00		0,00		0,00
4	441/6	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	0,00		0,00		0,00
4	449	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	0,00		0,00		0,00
			157,17	-1%	159,01	-97%	6.290,73
II	42	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
1	421	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	9.256,27	6%	8.728,96	0%	8.728,96
1	422	EDIFÍCIOS E OUT. CONSTRUÇÕES	26.464,24	-3%	27.172,83	-3%	27.881,42
2	423	EQUIPAMENTO BÁSICO	39.977,66	277%	10.596,79	250%	3.029,94
2	424	EQUIPAMENTO TRANSPORTE	0,00		0,00	-100%	0,57
3	425	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	2.503,83	0%	2.512,33	17%	2.147,14
3	426	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	8.869,74	-54%	19.383,87	-47%	36.701,84
3	427	TARAS E VASILHAME	0,00		0,00		0,00
3	429	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	0,01	-100%	34,34	-51%	69,63
4	441/6	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	0,00		0,00		0,00
4	448	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	0,00		0,00		0,00
			87.071,75	27%	68.429,12	-13%	78.559,50
III		INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
1	4111	PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
2	4121+4131	EMPRESTIMOS A EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
3	4112	PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS ASSOCIADAS	5.985,57	0%	5.985,57	0%	5.985,57
4	4112+4132	EMPRESTIMOS A EMPRESAS ASSOCIADAS	0,00		0,00		0,00
5	4113+414/5	TÍTULOS E OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	60.168,26	0%	60.168,26	126%	26.638,21
6	4123+4133	OUTROS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00		0,00		0,00
6	441/6	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	0,00		0,00		0,00
6	447	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS	0,00		0,00		0,00
			66.153,83	0%	66.153,83	103%	32.623,78
D		CIRCULANTE					
I		EXISTÊNCIAS					
1	36	MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	13.994,76	23%	11.369,63	23%	9.269,00
2	35	PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	0,00		0,00		0,00
3	34	SUBPRODUTOS, DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS	0,00		0,00		0,00
3	33	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	0,00		0,00		0,00
3	32	MERCADORIAS	0,00		0,00		0,00
4	37	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE COMPRAS	0,00		0,00		0,00
			13.994,76	23%	11.369,63	23%	9.269,00
II		DIVIDAS DE TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO	0,00		0,00		0,00
II		DIVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO					
1	211	CLIENTES CONTA-CORRENTE	204.420,91	14%	178.893,91	116%	82.921,41
1	212	CLIENTES TÍTULOS A RECEBER	0,00		0,00		0,00
1	218	CLIENTES COBRANÇA DUVIDOSA	0,00		0,00		0,00
2	252	EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
3	253+254	EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES	18.594,04	0%	18.594,04	-83%	110.924,09
4	251+255	OUTROS ACCIONISTAS	0,00		0,00		0,00
4	229	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	0,00		0,00		0,00
4	2619	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES DE IMOBILIZADO	3.576,38	0%	3.576,38	0%	3.576,38
4	24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	13.833,79	1100%	1.152,82	-98%	50.253,58
4	262/6/7/8+221	OUTROS DEVEDORES	391.657,87	-29%	551.349,76	-11%	617.829,18
5	264	SUBSCRITORES DE CAPITAL	0,00		0,00		0,00
			632.082,99	-16%	753.566,91	-13%	865.504,64
III		TÍTULOS NEGOCIÁVEIS					
1	1511	ACCÕES EM EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
3	1521	OBRIGAÇÕES E TÍTULOS PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
3	1512	ACCÕES EM EMPRESAS ASSOCIADAS	0,00		0,00		0,00
3	1522	OBRIGAÇÕES E TÍTULOS PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS ASSOCIADAS	0,00		0,00		0,00
3	1513+1523+153/9	OUTROS TÍTULOS NEGOCIÁVEIS	0,00		0,00		0,00
3	18	OUTRAS APLICAÇÕES DE TESOURARIA	0,00		0,00		0,00
			0,00		0,00		0,00
IV		DEPOSITOS BANCÁRIOS E CAIXA					
	12+13+14	DEPOSITOS BANCÁRIOS	24.543,31	-40%	40.571,77	-38%	65.830,52
	11	CAIXA	793,55	-5%	837,70	-31%	1.208,48
			25.336,86	-39%	41.409,47	-38%	67.039,00
E		ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS					
	271	ACRESCIMOS DE PROVEITOS	100.927,13		0,00		349,93
	272	CUSTOS DIFERIDOS	2.027,35	91%	1.060,25	-65%	3.010,22
			102.954,48	9610%	1.060,25	-68%	3.360,15
		TOTAL AMORTIZAÇÕES					
		TOTAL AJUSTAMENTOS					
		TOTAL DO ACTIVO	927.751,84	-2%	942.148,22	-11%	1.062.646,80

Avaliação do Desempenho e análise do Impacto Sócio-Económico do Modelo de Gestão

A		CAPITAL PROPRIO					
I	51	CAPITAL / FUNDO ASSOCIATIVO	86.397,46	-27%	118.512,83	-20%	148.559,24
	521	ACÇÕES (QUOTAS) PROPRIAS - VALOR NOMINAL	0,00		0,00		0,00
	522	ACÇÕES (QUOTAS) PROPRIAS - DESCONTOS E PREMIOS	0,00		0,00		0,00
	53	PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES	0,00		0,00		0,00
II	54	PREMIOS DE EMISSÃO DE ACÇÕES	0,00		0,00		0,00
III	55	AJUSTAMENTOS DE PARTES DE CAPITAL	0,00		0,00		0,00
	56	RESERVAS DE REAVIAÇÃO	0,00		0,00		0,00
IV		RESERVAS:					
1/2	571	RESERVAS LEGAIS	0,00		0,00		0,00
3	572	RESERVAS ESTATUTARIAS	0,00		0,00		0,00
4	573	RESERVAS CONTRATUAIS	0,00		0,00		0,00
4	574 A 579	OUTRAS RESERVAS	0,00		0,00		0,00
V	59	RESULTADOS TRANSITADOS	-27.276,89	146%	59.257,41	1303%	-4.925,07
			59.120,57	-67%	177.770,24	24%	143.634,17
VI	88	RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	35,01	100%	-125.726,59	-459%	35.017,39
	89	DIVIDENDOS ANTECIPADOS	0,00		0,00		0,00
		TOTAL DO CAPITAL PROPRIO	59.155,58	14%	52.043,65	-71%	178.651,56
B		PASSIVO					
		PROVISÕES					
1	291	PROVISÕES PARA PENSÕES	0,00		0,00		0,00
2	292	PROVISÕES PARA IMPOSTOS	0,00		0,00		0,00
3	293/8	OUTRAS PROVISÕES	60.704,12	0%	60.704,12		0,00
			60.704,12	0%	60.704,12		0,00
C		DIVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO	0,00		0,00		0,00
C		DIVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO					
1		EMPRÉSTIMOS POR OBRIGAÇÕES:					
	2321	CONVERTÍVEIS	0,00		0,00		0,00
	2322	NÃO CONVERTÍVEIS	0,00		0,00		0,00
1	233	EMPRÉSTIMOS POR TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	0,00		0,00		0,00
2	231+12	DIVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CREDITO	213.689,21	-34%	322.821,01	35%	239.057,79
3	234	OUTROS EMPRÉSTIMOS	0,00	-100%	5.000,00	-75%	19.951,92
4	221	FORNECEDORES CONTA-CORRENTE	265.053,89	40%	188.765,39	49%	126.649,98
4	228	FORNECEDORES - FACTURAS EM CONFERÊNCIA	0,00		0,00		0,00
5	222	FORNECEDORES - TITULOS A PAGAR	0,00		0,00		0,00
5	2612	FORNECEDORES IMOBILIZADO - TITULOS A PAGAR	0,00		0,00		0,00
6	252	EMPRESAS GRUPO	0,00		0,00		0,00
7	253+254	EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES	0,00		0,00		0,00
8	251+255	OUTROS ACCIONISTAS (SÓCIOS)	0,00		0,00		0,00
8	219	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	0,00		0,00		0,00
8	239	OUTROS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	33.683,72	57%	21.459,71	-73%	80.259,71
8	2611	FORNECEDORES DE IMOBILIZADO	4.624,95	0%	4.624,95	-45%	8.365,93
8	24	ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS	14.416,62	-68%	44.381,07	116%	20.536,28
8	262/5+267/8+211	OUTROS CREDORES	140.682,52	10%	127.595,62	-58%	307.082,33
			672.150,91	-6%	714.647,75	-11%	801.903,94
D		ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS					
	273	ACRESCIMOS DE CUSTOS	121.203,24	33%	91.191,24	102%	45.215,46
	274	PROVEITOS DIFERIDOS	14.537,99	-38%	23.561,46	-36%	36.875,84
			135.741,23	18%	114.752,70	40%	82.091,30
		TOTAL DO PASSIVO	868.596,26	-2%	890.104,57	1%	883.995,24
		TOTAL DO CAPITAL PROPRIO E DO PASSIVO	927.751,84	-2%	942.148,22	-11%	1.062.646,80

DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADA
ASSOCIATIVISMO AGRÍCOLA DE MACEDO DE CAVALEIROS
Associações Patronais

CEE	POC		31.DEZ.2005		31.DEZ.2004	%	31.DEZ.2003
A		CUSTOS E PERDAS					
2.a)	61	CUSTO MERC. VENDIDAS E MAT. CONS. MERCADORIAS	30.084,95	-43%	52.764,77	24%	42.480,30
2.b)	62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	630.960,66	-39%	1.038.350,77	3%	1.006.089,57
3		CUSTOS COM PESSOAL					
3.a)	641/2	REMUNERAÇÕES	288.980,66	21%	238.746,79	-5%	251.910,16
3.b)		ENCARGOS SOCIAIS:	52.099,87	32%	39.433,22	-6%	41.809,63
	643/4	PENSÕES	19.147,24				
	645/8	OUTROS	24.853,38	261%	6.883,38	21%	5.711,61
4.a)	662+663	AMORTIZAÇÕES DO IMOBILIZADO CORPÓREO E INCORPÓREO	20.880,20	-26%	28.088,63	-16%	33.446,61
4.b)	666+667	AJUSTAMENTOS	0,00		60.710,54		0,00
5	67	PROVISÕES DO EXERCÍCIO	0,00		0,00		0,00
5	63	IMPOSTOS	2.100,63	-17%	2.543,37	109%	1.217,29
5	65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	93.243,87	-52%	194.470,58	36%	142.730,78
6	682	(A) PERDAS EM EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS	1.162.351,46		1.661.992,05		1.525.395,95
6	683+684	AMORTIZAÇÕES PROVISÕES DE APLICAÇÕES E INV.FINANCEIROS	0,00		0,00		0,00
7	681+685/6/7/8	JUROS E CUSTOS SIMILARES:	7.594,37	9%	6.991,20	-38%	11.318,04
		RELATIVOS A EMPRESAS DO GRUPO	0,00				
		OUTROS	1.633,89	265%	447,69	-61%	1.135,85
10	69	(C) CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINARIAS	1.171.579,72		1.669.430,94		1.537.849,84
			13.589,59	-68%	41.869,54	140%	17.452,48
8+11	86	(E) IMPOSTO S/ RENDIMENTO EXERCÍCIO	1.185.169,31		1.711.300,48		1.555.302,32
			411,89		0,00		0,00
13	88	(G) RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	1.185.581,20		1.711.300,48		1.555.302,32
			35,01	359216%	-125.726,59	-459%	35.017,39
B		PROVEITOS E GANHOS					
1	71	VENDAS	0,00		0,00		0,00
	711	MERCADORIAS	0,00	-100%	25,00	#DIV/0!	0,00
	712+713	PRODUTOS	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00
1	72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	264.566,71	-19%	324.863,40	18%	276.314,30
2		VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00
3	75	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA	0,00		0,00		0,00
3	73	PROVEITOS SUPLEMENTARES	28.530,22	-84%	173.125,60	313%	41.887,24
4	74	SUBSÍDIOS A EXPLORAÇÃO	796.257,50	-20%	998.470,57	-15%	1.180.695,97
4	76	OUT. PROV. E GANHOS OPERACIONAIS	31.462,48	60%	19.723,25	-22%	25.392,36
4	77	REVERSÕES DE AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS	0,00		0,00		0,00
5	782	(B) GANHOS EM EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS	1.120.816,91		1.516.207,82		1.524.289,87
5	784	RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL	0,00		0,00		0,00
6	7812+7815/6+783	RENDIMENTOS DE TIT. NEGOCIÁVEIS E OUTRAS APLIC. FINANCEIRAS:	0,00		0,00		0,00
		RELATIVOS A EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
		OUTROS	0,00		0,00		0,00
7	7811+7813/4+7818+785/8	OUTROS JUROS E PROVEITOS SIMILARES:	34,63	-63%	93,57	-22%	119,38
		RELATIVOS A EMPRESAS DO GRUPO	0,00		52,20		0,00
		OUTROS	32,53	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00
9	79	(D) PROV. E GANHOS EXTRAORDINARIOS	1.120.884,07		1.516.353,59		1.524.409,25
			64.732,14	-6%	69.220,30	5%	65.910,46
		(F)	1.185.616,21		1.585.573,89		1.590.319,71
		RESULTADOS OPERACIONAIS (B-A)	-41.534,55	-251%	-145.784,23	13080%	-1.106,08
		RESULTADOS FINANCEIROS (D-B)-(C-A)	-9.161,10	-26%	-7.293,12	41%	-12.334,51
		RESULTADOS CORRENTES (D-C)	-50.695,65	67%	-153.077,35	1039%	-13.440,59
		RESULTADOS ANTES IMPOSTOS (F-E)	446,90	28233%	-125.726,59	-459%	35.017,39
		RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO (F-G)	35,01	359216%	-125.726,59	-459%	35.017,39

2 Associativismo Agrícola do Concelho de Valpaços:

2.1 Estrutura económico-financeira do Associativismo Agrícola:

BALANÇO CONSOLIDADO
ASSOCIATIVISMO AGRÍCOLA DE VALPAÇOS

CEE	POC	ACTIVO	31.DEZ.2005	%	31.DEZ.2004	%	31.DEZ.2003
			ACT. LIQUIDO		ACT. LIQUIDO		ACT. LIQUIDO
C		IMOBILIZADO					
I	43	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	80.206,46	87%	42.806,86	-1%	43.041,13
1	431	DESPESAS DE INSTALAÇÃO	74.724,70		38.602,53		38.660,31
1	432	DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	0,00		0,00		0,00
2	433	PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	5.481,76		4.204,33		4.380,82
3	434	TRESPASSES	0,00		0,00		0,00
4	441/6	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	0,00		0,00		0,00
4	449	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	0,00		0,00		0,00
II	42	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	5.614.639,05	-4%	5.833.567,07	2%	5.725.077,47
1	421	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	165.292,33		165.292,30		145.731,40
1	422	EDIFÍCIOS E OUT. CONSTRUÇÕES	2.859.534,02		2.885.787,70		3.030.015,28
2	423	EQUIPAMENTO BÁSICO	1.246.045,13		1.508.721,38		1.869.306,57
2	424	EQUIPAMENTO TRANSPORTE	8.537,95		20.065,50		26.047,92
3	425	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	10.004,53		12.290,38		14.917,41
3	426	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	41.493,21		61.370,05		65.807,06
3	427	TARAS E VASILHAME	116.434,61		178.570,92		195.020,23
3	429	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	285.502,28		132.171,06		156.598,45
4	441/6	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	881.794,99		869.297,78		221.633,15
4	448	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	0,00		0,00		0,00
III		INVESTIMENTOS FINANCEIROS	1.346,75	0%	1.346,75	0%	1.346,75
1	4111	PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
2	121+413	EMPRESTIMOS A EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
3	4112	PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS ASSOCIADAS	0,00		0,00		0,00
4	112+413	EMPRESTIMOS A EMPRESAS ASSOCIADAS	0,00		0,00		0,00
5	113+414	TÍTULOS E OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.346,75		1.346,75		1.346,75
6	123+413	OUTROS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00		0,00		0,00
6	441/6	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	0,00		0,00		0,00
6	447	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS	0,00		0,00		0,00
D		CIRCULANTE					
I		EXISTÊNCIAS					
1	36	MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	266.502,57		276.021,37		337.570,62
2	35	PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	0,00		0,00		0,00
3	34	SUBPRODUTOS, DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS	6.160,00		0,00		0,00
3	33	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	6.092.881,44	7%	5.715.794,75	22%	4.691.021,29
3	32	MERCADORIAS	596.346,87	6%	562.265,88	-10%	627.163,60
4	37	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE COMPRAS	0,00		0,00		0,00
			6.961.890,88	6%	6.554.082,00	16%	5.655.755,51
II		DIVIDAS DE TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO	0,00		0,00		0,00
II		DIVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO	3.143.852,93	45%	2.175.043,32	21%	1.798.213,65
1	211	CLIENTES CONTA-CORRENTE	1.166.179,32		775.777,10		604.269,86
1	212	CLIENTES TÍTULOS A RECEBER	0,00		0,00		0,00
1	218	CLIENTES COBRANÇA DUVIDOSA	0,00		0,00		0,00
2	252	EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
3	253+254	EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES	0,00		0,00		0,00
4	251+255	OUTROS ACCIONISTAS	1.081.272,77		927.076,11		930.388,96
4	229	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	0,00		0,00		7.985,10
4	2619	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES DE IMOBILIZADO	283.441,88		0,00		0,00
4	24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	3.103,43		11.047,10		15.506,81
4	2/6/7/8+2	OUTROS DEVEDORES	369.665,27		276.103,91		240.062,92
5	264	SUBSCRITORES DE CAPITAL	240.190,26		185.039,10		0,00
III		TÍTULOS NEGOCIÁVEIS					
1	1511	ACCÕES EM EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
3	1521	OBRIGAÇÕES E TÍTULOS PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
3	1512	ACCÕES EM EMPRESAS ASSOCIADAS	0,00		0,00		0,00
3	1522	OBRIGAÇÕES E TÍTULOS PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS ASSOCIADAS	0,00		0,00		0,00
3	3+1523+1	OUTROS TÍTULOS NEGOCIÁVEIS	0,00		0,00		0,00
3	18	OUTRAS APLICAÇÕES DE TESOURARIA	0,00		0,00		0,00
			0,00		0,00		0,00
IV		DEPOSITOS BANCÁRIOS E CAIXA	931.572,53	78%	524.637,52	-12%	598.773,39
	12+13+14	DEPOSITOS BANCÁRIOS	912.513,62		520.804,39		596.286,69
	11	CAIXA	19.058,91		3.833,13		2.486,70
E		ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS	81.185,31	-6%	86.101,78	-55%	190.067,91
	271	ACRESCIMOS DE PROVEITOS	5.894,47		0,00		158.982,35
	272	CUSTOS DIFERIDOS	75.290,84		86.101,78		31.085,56
		TOTAL AMORTIZAÇÕES					
		TOTAL AJUSTAMENTOS					
		TOTAL DO ACTIVO	16.814.693,91	10%	15.217.585,30	9%	14.012.275,81

Avaliação do Desempenho e análise do Impacto Sócio-Económico do Modelo de Gestão

A		CAPITAL PROPRIO					
I	51	CAPITAL / FUNDO ASSOCIATIVO	2.079.583,62	1%	2.054.892,01	1%	2.042.692,67
	521	ACÇÕES (QUOTAS) PROPRIAS - VALOR NOMINAL	0,00		0,00		0,00
	522	ACÇÕES (QUOTAS) PROPRIAS - DESCONTOS E PREMIOS	0,00		0,00		0,00
	53	PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES	0,00		0,00		0,00
II	54	PREMIOS DE EMISSÃO DE ACÇÕES	0,00		0,00		0,00
III	55	AJUSTAMENTOS DE PARTES DE CAPITAL	0,00		0,00		0,00
	56	RESERVAS DE REAVLIAÇÃO	245.230,46	436%	45.778,41	0%	45.778,41
IV		RESERVAS:	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00
1/2	571	RESERVAS LEGAIS	337.744,55	54%	219.555,55	-34%	330.834,44
3	572	RESERVAS ESTATUTARIAS	297.478,58		148.969,77		0,00
4	573	RESERVAS CONTRATUAIS	0,00		0,00		0,00
4	574 A 579	OUTRAS RESERVAS	1.117.791,57		1.534.285,72	2%	1.509.003,40
V	59	RESULTADOS TRANSITADOS	-14.419,40		0,00	100%	11.852,39
			4.063.409,38	1%	4.003.481,46	2%	3.940.161,31
VI	88	RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	687.625,71	985%	63.355,17	7%	59.128,24
	89	DIVIDENDOS ANTECIPADOS	0,00		0,00		0,00
		TOTAL DO CAPITAL PROPRIO	4.751.035,09	17%	4.066.836,63	2%	3.999.289,55
B		PASSIVO					
		PROVISÕES					
1	291	PROVISÕES PARA PENSÕES	0,00		0,00		0,00
2	292	PROVISÕES PARA IMPOSTOS	0,00		0,00		0,00
3	293/8	OUTRAS PROVISÕES	500.000,00		500.000,00	12%	445.000,00
			500.000,00		500.000,00	12%	445.000,00
C		DIVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO	1.641.295,90		1.913.981,43		2.097.007,99
C		DIVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO	8.035.368,63	19%	6.769.788,04	34%	5.048.114,47
1		EMPRÉSTIMOS POR OBRIGAÇÕES:					
	2321	CONVERTÍVEIS	0,00		0,00		0,00
	2322	NÃO CONVERTÍVEIS	0,00		0,00		0,00
1	233	EMPRÉSTIMOS POR TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	0,00		0,00		0,00
2	231+12	DIVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CREDITO	2.710.401,77		1.680.874,73		99.759,60
3	234	OUTROS EMPRÉSTIMOS	0,00		0,00		0,00
4	221	FORNECEDORES CONTA-CORRENTE	359.978,08		166.451,76		101.856,45
4	228	FORNECEDORES - FACTURAS EM CONFERÊNCIA	0,00		0,00		0,00
5	222	FORNECEDORES - TITULOS A PAGAR	0,00		0,00		0,00
5	2612	FORNECEDORES IMOBILIZADO - TITULOS A PAGAR	0,00		0,00		0,00
6	252	EMPRESAS GRUPO	0,00		0,00		0,00
7	253+254	EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES	0,00		0,00		0,00
8	251+255	OUTROS ACCIONISTAS (SÓCIOS)	3.540.836,03		3.891.138,61		3.569.340,80
8	219	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	353,00		353,00		0,00
8	239	OUTROS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	0,00		0,00		0,00
8	2611	FORNECEDORES DE IMOBILIZADO	0,00		4.924,77		0,00
8	24	ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS	59.423,17		72.174,63		120.803,27
8	5+267/8+	OUTROS CREDORES	1.364.376,58		953.870,54		1.156.354,35
D		ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS	1.886.994,29	-4%	1.966.979,20	-19%	2.422.863,80
	273	ACRESCIMOS DE CUSTOS	101.831,29		0,00		0,00
	274	PROVEITOS DIFERIDOS	1.785.163,00		1.966.979,20		2.422.863,80
		TOTAL DO PASSIVO	12.063.658,82	8%	11.150.748,67	11%	10.012.986,26
		TOTAL DO CAPITAL PROPRIO E DO PASSIVO	16.814.693,91	10%	15.217.585,30	9%	14.012.275,81

DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADA

ASSOCIATIVISMO AGRÍCOLA DE VALPAÇOS

CEE	POC		31.DEZ.2005		31.DEZ.2004	%	31.DEZ.2003
A			CUSTOS E PERDAS				
2.a)	61	CUSTO MERC. VENDIDAS E MAT. CONS. MERCADORIAS	8.339.901,33	4%	8.043.523,68	6%	7.593.817,26
2.b)	62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	1.327.563,34	-7%	1.431.803,06	4%	1.372.812,13
3		CUSTOS COM PESSOAL					
3.a)	641/2	REMUNERAÇÕES	858.404,08	14%	752.332,72	-34%	1.141.171,59
3.b)		ENCARGOS SOCIAIS:	166.276,88	6%	156.571,53	12%	139.626,55
	643/4	PENSÕES	0,00		0,00		0
	645/8	OUTROS	66.653,12	-43%	117.097,55	#DIV/0!	0,00
4.a)	662+663	AMORTIZAÇÕES DO IMOBILIZADO CORPÓREO E INCORPÓREO	503.589,29	-1%	508.779,73	-9%	559.761,87
4.b)	666+667	AJUSTAMENTOS	0,00		300.000,00		200.000,00
5	67	PROVISÕES DO EXERCÍCIO	0,00		0,00		0,00
5	63	IMPOSTOS	126.886,07	21%	105.103,95	-10%	116.254,28
5	65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	20.043,32	75%	11.465,60	-12%	12.955,50
6	682	(A) PERDAS EM EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS	11.409.317,43		11.426.677,82		11.136.399,18
6	683+684	AMORTIZAÇÕES PROVISÕES DE APLICAÇÕES E INV.FINANCEIROS	0,00		0,00		0,00
7	681+685/6/7/8	JUROS E CUSTOS SIMILARES: RELATIVOS A EMPRESAS DO GRUPO OUTROS	168.331,83	32%	127.805,56	-11%	143.274,05
			0,00		0,00		0,00
			0,00	-100%	191,70	#DIV/0!	0,00
10	69	(C) CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINARIAS	11.577.649,26		11.554.675,08		11.279.673,23
			26.538,58	245%	7.699,36	-95%	158.921,92
8+11	86	(E) IMPOSTO S/ RENDIMENTO EXERCÍCIO	11.604.187,84		11.562.374,44		11.438.595,15
			0,00		0,00		4,80
13	88	(G) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11.604.187,84		11.562.374,44		11.438.599,95
			687.625,71	91%	63.355,17	7%	59.128,24
B			PROVEITOS E GANHOS				
1	71	VENDAS	0,00		0,00		0,00
	711	MERCADORIAS	2.200.513,11	-3%	2.275.423,72	2%	2.222.826,90
	712+713	PRODUTOS	7.317.693,76	27%	5.764.407,40	-10%	6.419.887,40
1	72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	10.430,59	-81%	55.360,36	-16%	65.861,87
2		VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO	982.070,27	-4%	1.024.773,50	55%	662.223,29
3	75	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA	0,00		25.849,20		0,00
4	73	PROVEITOS SUPLEMENTARES	353.570,93	-14%	412.829,92	96%	210.886,50
4	74	SUBSÍDIOS A EXPLORAÇÃO	704.139,17	44%	487.548,83	82%	267.674,08
4	76	OUT. PROV. E GANHOS OPERACIONAIS	316,50	-57%	743,50	-87%	5.770,41
4	77	REVERSÕES DE AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS	0,00		0,00		0,00
5	782	(B) GANHOS EM EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS	11.568.734,33		10.046.936,43		9.855.130,45
5	784	RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL	0,00		0,00		0,00
6	7812+7815/6+783	RENDIMENTOS DE TIT. NEGOCIÁVEIS E OUTRAS APLIC. FINANCEIRAS: RELATIVOS A EMPRESAS DO GRUPO OUTROS	0,00		0,00		0,00
7	7811+7813/4+7818+785/8	OUTROS JUROS E PROVEITOS SIMILARES: RELATIVOS A EMPRESAS DO GRUPO OUTROS	32.153,39	-37%	50.803,44	10%	46.279,38
			227,99		0,00		0,00
			0,00	-100%	1.887,50	#DIV/0!	0,00
9	79	(D) PROV. E GANHOS EXTRAORDINARIOS	11.601.115,71		10.099.627,37		9.901.409,83
			690.697,84	-55%	1.526.102,24	-4%	1.596.318,36
		(F)	12.291.813,55		11.625.729,61		11.497.728,19
		RESULTADOS OPERACIONAIS (B-A)	159.416,90	112%	-1.379.741,39	-8%	-1.281.268,73
		RESULTADOS FINANCEIROS (D-B)-(C-A)	-135.950,45	-81%	-75.306,32	21%	-96.994,67
		RESULTADOS CORRENTES (D-C)	23.466,45	102%	-1.455.047,71	-6%	-1.378.263,40
		RESULTADOS ANTES IMPOSTOS (F-E)	687.625,71	985%	63.355,17	7%	59.133,04
		RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (F-G)	687.625,71	985%	63.355,17	7%	59.128,24

Mapa Quadros de pessoal:

2003

N.º Ordem	Profissão	Nascimento	Ano Admissão	Remuneração	Tipo de Contrato	Regime Trabalho	Habilitação	Genero
1	Administrativos	1981	2000	360,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
2	Administrativos	1947	1982	660,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
3	Administrativos	1961	1983	660,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
4	Administrativos	1965	1988	660,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
5	Administrativos	1963	1992	625,50 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
6	Administrativos	1973	1999	750,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
7	Administrativos	1967	1987	612,50 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Feminino
8	Administrativos	1956	2001	535,50 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
9	Administrativos	1976	1998	805,51 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Feminino
10	Administrativos	1956	1980	627,52 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	2º Ciclo	Feminino
11	Administrativos	1962	1990	565,14 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Masculino
12	Administrativos	1968	1990	546,79 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Masculino
13	Administrativos	1944	1988	430,28 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	2º Ciclo	Feminino
14	Directores/Gerentes	1955	1983	843,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
15	Directores/Gerentes	1961	1992	880,92 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Masculino
16	Directores/Gerentes	1956	1981	1.082,57 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Masculino
17	Engenheiro Agrícola	1966	2000	1.150,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Bacharelato	Feminino
18	Engenheiro Agrícola	1974	2001	755,30 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Bacharelato	Feminino
19	Engenheiro Agrícola	1974	2000	1.041,04 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Bacharelato	Feminino
20	Serralheiro	1956	1992	588,50 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
21	Técnico Contabilidade	1963	1990	803,50 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Masculino
22	Técnico Contabilidade	1973	2001	747,50 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Licenciatura	Feminino
23	Técnico Operador Máquinas	1947	1991	604,50 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
24	Técnico Qualidade	1980	2003	588,50 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
25	Trabalhador Armazém	1945	1981	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
26	Trabalhador Armazém	1946	1981	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
27	Trabalhador Armazém	1962	1982	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
28	Trabalhador Armazém	1955	1973	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
29	Trabalhador Armazém	1962	1980	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
30	Trabalhador Armazém	1944	1975	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
31	Trabalhador Armazém	1957	1980	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
32	Trabalhador Armazém	1963	1982	539,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
33	Trabalhador Armazém	1952	1978	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
34	Trabalhador Armazém	1942	1978	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
35	Trabalhador Armazém	1946	1966	480,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
36	Trabalhador Armazém	1958	1990	480,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
37	Trabalhador Armazém	1944	1984	588,50 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
38	Trabalhador Armazém	1940	1987	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
39	Trabalhador Armazém	1950	1987	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
40	Trabalhador Armazém	1946	1987	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
41	Trabalhador Armazém	1960	1987	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	2º Ciclo	Feminino
42	Trabalhador Armazém	1958	1989	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
43	Trabalhador Armazém	1965	1991	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
44	Trabalhador Armazém	1957	1981	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
45	Trabalhador Armazém	1949	1991	480,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
46	Trabalhador Armazém	1945	1992	588,50 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
47	Trabalhador Armazém	1980	2003	375,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	2º Ciclo	Feminino
48	Trabalhador Armazém	1982	2003	375,00 €	Com Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Feminino
49	Trabalhador Armazém	1981	2003	375,00 €	Com Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Feminino
50	Trabalhador Armazém	1977	2001	480,00 €	Com Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Masculino
51	Trabalhador Armazém	1980	2003	375,00 €	Com Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Feminino
52	Trabalhador Armazém	1982	2003	375,00 €	Com Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Feminino
53	Trabalhador Armazém	1976	2003	375,00 €	Com Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Feminino
54	Trabalhador Armazém	1980	2003	375,00 €	Com Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Feminino
55	Trabalhador Armazém	1974	2003	400,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	2º Ciclo	Masculino
56	Trabalhador Armazém	1975	2003	400,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	2º Ciclo	Masculino
57	Trabalhador Armazém	1980	2000	446,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Masculino
58	Trabalhador Armazém	1972	2003	383,00 €	Com Termo	Tempo Inteiro	2º Ciclo	Feminino
59	Trabalhador Armazém	1963	1999	383,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
60	Trabalhador Armazém	1962	2003	383,00 €	Com Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
61	Trabalhador Armazém	1964	2003	383,00 €	Com Termo	Tempo Inteiro	2º Ciclo	Feminino
62	Trabalhador Armazém	1973	1997	446,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
63	Trabalhador Armazém	1946	1995	430,28 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
64	Trabalhador Armazém	1943	1987	379,82 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
65	Trabalhador Armazém	1944	1988	527,98 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
66	Trabalhador Armazém	1965	1989	430,28 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
67	Trabalhador Armazém	1958	1981	627,52 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Masculino
68	Trabalhador Armazém	1953	1988	448,62 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
69	Trabalhador Armazém	1948	1996	448,62 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
70	Trabalhador Armazém	1956	1981	627,52 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	2º Ciclo	Masculino
71	Trabalhador Armazém	1944	1988	430,28 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
72	Trabalhador Armazém	1944	1988	430,28 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
73	Trabalhadora Limpeza	1964	1995	379,82 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino

Avaliação do Desempenho e análise do Impacto Sócio-Económico do Modelo de Gestão

2004

N.º Ordem	Profissão	Nascimento	Ano Admissão	Remuneração	Tipo de Contrato	Regime Trabalho	Habilitação	Genero
1	Administrativos	1981	2000	375,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
2	Administrativos	1947	1982	660,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
3	Administrativos	1961	1983	660,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
4	Administrativos	1965	1988	660,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
5	Administrativos	1963	1992	625,50 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
6	Administrativos	1973	1999	750,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
7	Administrativos	1967	1987	628,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Feminino
8	Administrativos	1956	2001	549,50 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
9	Administrativos	1973	2004	427,08 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Feminino
10	Administrativos	1976	1998	805,51 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Feminino
11	Administrativos	1956	1980	645,28 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	2º Ciclo	Feminino
12	Administrativos	1962	1990	581,13 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Masculino
13	Administrativos	1968	1990	562,26 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Masculino
14	Administrativos	1944	1988	442,45 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	2º Ciclo	Feminino
15	Analista Laboratório	1973	2004	456,56 €	Com Termo	Tempo Inteiro	Bacharelato	Feminino
16	Directores/Gerentes	1955	1983	843,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
17	Directores/Gerentes	1961	1992	901,42 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Masculino
18	Directores/Gerentes	1956	1981	1.113,21 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Masculino
19	Engenheiro Agrícola	1966	2000	1.150,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Bacharelato	Feminino
20	Engenheiro Agrícola	1974	2001	755,30 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Bacharelato	Feminino
21	Engenheiro Agrícola	1974	2000	1.041,04 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Bacharelato	Feminino
22	Promotor Vendas	1982	2004	480,00 €	Com Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Masculino
23	Serralheiro	1956	1992	588,50 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
24	Técnico Contabilidade	1963	1990	803,50 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Masculino
25	Técnico Contabilidade	1973	2001	767,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Licenciatura	Feminino
26	Técnico Operador Máquinas	1947	1991	620,50 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
27	Técnico Qualidade	1980	2003	588,50 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
28	Trabalhador Armazém	1945	1981	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
29	Trabalhador Armazém	1946	1981	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
30	Trabalhador Armazém	1962	1982	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
31	Trabalhador Armazém	1955	1973	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
32	Trabalhador Armazém	1962	1980	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
33	Trabalhador Armazém	1944	1975	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
34	Trabalhador Armazém	1957	1980	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
35	Trabalhador Armazém	1963	1982	539,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
36	Trabalhador Armazém	1952	1978	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
37	Trabalhador Armazém	1942	1978	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
38	Trabalhador Armazém	1946	1966	480,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
39	Trabalhador Armazém	1958	1990	480,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
40	Trabalhador Armazém	1944	1984	588,50 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
41	Trabalhador Armazém	1940	1987	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
42	Trabalhador Armazém	1950	1987	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
43	Trabalhador Armazém	1946	1987	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
44	Trabalhador Armazém	1960	1987	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	2º Ciclo	Feminino
45	Trabalhador Armazém	1958	1989	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
46	Trabalhador Armazém	1965	1991	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
47	Trabalhador Armazém	1957	1981	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
48	Trabalhador Armazém	1949	1991	480,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
49	Trabalhador Armazém	1945	1992	588,50 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
50	Trabalhador Armazém	1982	2003	375,00 €	Com Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Feminino
51	Trabalhador Armazém	1981	2004	375,00 €	Com Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Feminino
52	Trabalhador Armazém	1977	2001	480,00 €	Com Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Masculino
53	Trabalhador Armazém	1976	2003	375,00 €	Com Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Feminino
54	Trabalhador Armazém	1980	2003	375,00 €	Com Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Feminino
55	Trabalhador Armazém	1981	2004	375,00 €	Com Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Feminino
56	Trabalhador Armazém	1980	2004	375,00 €	Com Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Feminino
57	Trabalhador Armazém	1981	2004	375,00 €	Com Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Feminino
58	Trabalhador Armazém	1980	2004	375,00 €	Com Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Feminino
59	Trabalhador Armazém	1975	2004	480,00 €	Com Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Masculino
60	Trabalhador Armazém	1976	2003	375,00 €	Com Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Feminino
61	Trabalhador Armazém	1980	2003	375,00 €	Com Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Feminino
62	Trabalhador Armazém	1981	2004	375,00 €	Com Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Feminino
63	Trabalhador Armazém	1980	2000	458,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Masculino
64	Trabalhador Armazém	1972	2004	303,69 €	Com Termo	Tempo Inteiro	2º Ciclo	Feminino
65	Trabalhador Armazém	1963	1999	393,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
66	Trabalhador Armazém	1962	2003	393,00 €	Com Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
67	Trabalhador Armazém	1964	2003	393,00 €	Com Termo	Tempo Inteiro	2º Ciclo	Feminino
68	Trabalhador Armazém	1973	1997	458,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
69	Trabalhador Armazém	1946	1995	442,45 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
70	Trabalhador Armazém	1943	1987	390,57 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
71	Trabalhador Armazém	1944	1988	542,92 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
72	Trabalhador Armazém	1965	1989	442,45 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
73	Trabalhador Armazém	1958	1981	645,28 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Masculino
74	Trabalhador Armazém	1953	1988	461,32 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
75	Trabalhador Armazém	1948	1996	461,32 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
76	Trabalhador Armazém	1956	1981	645,28 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	2º Ciclo	Masculino
77	Trabalhador Armazém	1944	1988	442,45 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
78	Trabalhador Armazém	1944	1988	442,45 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
79	Trabalhadora Limpeza	1964	1995	390,57 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino

2005

N.º Ordem	Profissão	Nascimento	Ano Admissão	Remuneração	Tipo de Contrato	Regime Trabalho	Habilitação	Genero
1	Administrativos	1981	2000	385,90 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
2	Administrativos	1947	1982	660,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
3	Administrativos	1961	1983	660,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
4	Administrativos	1965	1988	660,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
5	Administrativos	1963	1992	625,50 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
6	Administrativos	1973	1999	750,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
7	Administrativos	1967	1987	350,19 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Feminino
8	Administrativos	1956	2001	562,50 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
9	Administrativos	1973	2004	427,08 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Feminino
10	Administrativos	1956	1980	664,08 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	2º Ciclo	Feminino
11	Administrativos	1962	1990	598,06 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Masculino
12	Administrativos	1968	1990	578,64 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Masculino
13	Administrativos	1944	1988	455,34 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	2º Ciclo	Feminino
14	Analista Laboratório	1973	2004	467,50 €	Com Termo	Tempo Inteiro	Bacharelato	Feminino
15	Directores/Gerentes	1955	1983	843,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
16	Directores/Gerentes	1961	1992	924,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Masculino
17	Directores/Gerentes	1956	1981	1.145,63 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Masculino
18	Engenheiro Agrícola	1966	2000	1.150,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Bacharelato	Feminino
19	Engenheiro Agrícola	1974	2001	755,30 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Bacharelato	Feminino
20	Engenheiro Agrícola	1974	2000	1.127,50 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Bacharelato	Feminino
21	Serralheiro	1956	1992	588,50 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
22	Técnico Contabilidade	1963	1990	803,50 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Masculino
23	Técnico Contabilidade	1973	2001	785,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Licenciatura	Feminino
24	Técnico Operador Máquinas	1947	1991	635,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
25	Técnico Qualidade	1980	2003	588,50 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Feminino
26	Trabalhador Armazém	1945	1981	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
27	Trabalhador Armazém	1946	1981	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
28	Trabalhador Armazém	1962	1982	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
29	Trabalhador Armazém	1955	1973	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
30	Trabalhador Armazém	1962	1980	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
31	Trabalhador Armazém	1944	1975	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
32	Trabalhador Armazém	1957	1980	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
33	Trabalhador Armazém	1963	1982	539,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
34	Trabalhador Armazém	1952	1978	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
35	Trabalhador Armazém	1942	1978	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
36	Trabalhador Armazém	1946	1966	480,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
37	Trabalhador Armazém	1958	1990	480,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
38	Trabalhador Armazém	1944	1984	588,50 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
39	Trabalhador Armazém	1940	1987	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
40	Trabalhador Armazém	1950	1987	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
41	Trabalhador Armazém	1946	1987	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
42	Trabalhador Armazém	1960	1987	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	2º Ciclo	Feminino
43	Trabalhador Armazém	1958	1989	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
44	Trabalhador Armazém	1965	1991	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
45	Trabalhador Armazém	1957	1981	433,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
46	Trabalhador Armazém	1949	1991	480,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
47	Trabalhador Armazém	1945	1992	588,50 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
48	Trabalhador Armazém	1977	2001	480,00 €	Com Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Masculino
49	Trabalhador Armazém	1975	2005	480,00 €	Com Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Masculino
50	Trabalhador Armazém	1980	2000	469,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	3º Ciclo	Masculino
51	Trabalhador Armazém	1972	2004	403,00 €	Com Termo	Tempo Inteiro	2º Ciclo	Feminino
52	Trabalhador Armazém	1963	1999	403,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
53	Trabalhador Armazém	1962	2003	403,00 €	Com Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino
54	Trabalhador Armazém	1964	2003	403,00 €	Com Termo	Tempo Inteiro	2º Ciclo	Feminino
55	Trabalhador Armazém	1973	1997	469,00 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
56	Trabalhador Armazém	1946	1995	455,34 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
57	Trabalhador Armazém	1943	1987	401,94 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
58	Trabalhador Armazém	1944	1988	558,74 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
59	Trabalhador Armazém	1965	1989	455,34 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
60	Trabalhador Armazém	1958	1981	664,08 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	Ensino Secundário	Masculino
61	Trabalhador Armazém	1953	1988	474,76 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
62	Trabalhador Armazém	1948	1996	474,76 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
63	Trabalhador Armazém	1956	1981	664,08 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	2º Ciclo	Masculino
64	Trabalhador Armazém	1944	1988	455,34 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
65	Trabalhador Armazém	1944	1988	455,34 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Masculino
66	Trabalhadora Limpeza	1964	1995	401,94 €	Sem Termo	Tempo Inteiro	1º Ciclo	Feminino

2.2 Estrutura económico-financeira por tipologia associativa:

2.2.1 Cooperativismo:

**BALANÇO CONSOLIDADO
ASSOCIATIVISMO AGRÍCOLA DE VALPAÇOS
Cooperativismo**

CEE	POC	ACTIVO	31.DEZ.2005	%	31.DEZ.2004	%	31.DEZ.2003
			ACT. LIQUIDO		ACT. LIQUIDO		ACT. LIQUIDO
C		IMOBILIZADO					
I	43	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	79.773,55	86%	42.806,86	-1%	43.041,13
1	431	DESPESAS DE INSTALAÇÃO	74.291,79		38.602,53		38.660,31
1	432	DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	0,00		0,00		0,00
2	433	PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	5.481,76		4.204,33		4.380,82
3	434	TRESPASSES	0,00		0,00		0,00
4	441/6	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	0,00		0,00		0,00
4	449	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	0,00		0,00		0,00
II	42	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	5.597.359,18	-4%	5.810.305,47	2%	5.687.289,78
1	421	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	165.292,33		165.292,30		145.731,40
1	422	EDIFÍCIOS E OUT. CONSTRUÇÕES	2.859.534,02		2.881.624,27		3.030.015,28
2	423	EQUIPAMENTO BÁSICO	1.243.710,70		1.503.025,96		1.858.957,35
2	424	EQUIPAMENTO TRANSPORTE	8.537,95		17.384,58		26.047,92
3	425	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	10.004,53		12.290,38		14.917,41
3	426	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	41.088,91		50.648,22		65.807,06
3	427	TARAS E VASILHAME	116.434,61		178.570,92		195.020,23
3	429	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	270.961,14		132.171,06		129.159,98
4	441/6	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	881.794,99		869.297,78		221.633,15
4	448	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	0,00		0,00		0,00
III		INVESTIMENTOS FINANCEIROS	1.346,75	0%	1.346,75	0%	1.346,75
1	4111	PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
2	4121+4131	EMPRESTIMOS A EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
3	4112	PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS ASSOCIADAS	0,00		0,00		0,00
4	4112+4132	EMPRESTIMOS A EMPRESAS ASSOCIADAS	0,00		0,00		0,00
5	4113+414/5	TÍTULOS E OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.346,75		1.346,75		1.346,75
6	4123+4133	OUTROS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00		0,00		0,00
6	441/6	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	0,00		0,00		0,00
6	447	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS	0,00		0,00		0,00
D		CIRCULANTE					
I		EXISTÊNCIAS					
1	36	MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	266.502,57		276.021,37		337.570,62
2	35	PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	0,00		0,00		0,00
3	34	SUBPRODUTOS, DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS	6.160,00		0,00		0,00
3	33	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	6.092.881,44	7%	5.715.794,75	22%	4.691.021,29
3	32	MERCADORIAS	596.346,87	6%	562.265,88	-10%	627.163,60
4	37	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE COMPRAS	0,00		0,00		0,00
			6.961.890,88	6%	6.554.082,00	16%	5.655.755,51
II		DIVIDAS DE TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO	0,00		0,00		0,00
II		DIVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO	2.885.344,31	40%	2.068.203,30	27%	1.633.940,51
1	211	CLIENTES CONTA-CORRENTE	1.166.179,32		775.777,10		604.269,86
1	212	CLIENTES TÍTULOS A RECEBER	0,00		0,00		0,00
1	218	CLIENTES COBRANÇA DUVIDOSA	0,00		0,00		0,00
2	252	EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
3	253+254	EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES	0,00		0,00		0,00
4	251+255	OUTROS ACCIONISTAS	1.081.272,77		927.076,11		930.388,96
4	229	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	0,00		0,00		7.985,10
4	2619	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES DE IMOBILIZADO	283.441,88		0,00		0,00
4	24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	3.073,17		11.047,10		9.290,53
4	262/6/7/8+221	OUTROS DEVEDORES	111.186,91		169.263,89		82.006,06
5	264	SUBSCRITORES DE CAPITAL	240.190,26		185.039,10		0,00
III		TÍTULOS NEGOCIÁVEIS					
1	1511	ACCÇÕES EM EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
3	1521	OBRIGAÇÕES E TÍTULOS PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
3	1512	ACCÇÕES EM EMPRESAS ASSOCIADAS	0,00		0,00		0,00
3	1522	OBRIGAÇÕES E TÍTULOS PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS ASSOCIADAS	0,00		0,00		0,00
3	1513+1523+153/9	OUTROS TÍTULOS NEGOCIÁVEIS	0,00		0,00		0,00
3	18	OUTRAS APLICAÇÕES DE TESOURARIA	0,00		0,00		0,00
			0,00		0,00		0,00
IV		DEPOSITOS BANCÁRIOS E CAIXA	879.536,34	106%	427.954,18	-16%	509.269,32
	12+13+14	DEPOSITOS BANCÁRIOS	860.522,97		426.652,39		506.787,89
	11	CAIXA	19.013,37		1.301,79		2.481,43
E		ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS	39.282,88	-20%	49.335,91	60%	30.877,73
	271	ACRESCIMOS DE PROVEITOS	5.894,47		0,00		0,00
	272	CUSTOS DIFERIDOS	33.388,41		49.335,91		30.877,73
		TOTAL AMORTIZAÇÕES					
		TOTAL AJUSTAMENTOS					
		TOTAL DO ACTIVO	16.444.533,89	10%	14.954.034,47	10%	13.561.520,73

Avaliação do Desempenho e análise do Impacto Sócio-Económico do Modelo de Gestão

A		CAPITAL PRÓPRIO					
I	51	CAPITAL / FUNDO ASSOCIATIVO	2.055.227,50	1%	2.034.349,84	1%	2.018.336,55
	521	ACÇÕES (QUOTAS) PRÓPRIAS - VALOR NOMINAL	0,00		0,00		0,00
	522	ACÇÕES (QUOTAS) PRÓPRIAS - DESCONTOS E PREMIOS	0,00		0,00		0,00
	53	PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES	0,00		0,00		0,00
II	54	PREMIOS DE EMISSÃO DE ACÇÕES	0,00		0,00		0,00
III	55	AJUSTAMENTOS DE PARTES DE CAPITAL	0,00		0,00		0,00
	56	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	245.230,46	436%	45.778,41	0%	45.778,41
IV		RESERVAS:	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00
1/2	571	RESERVAS LEGAIS	286.407,33	60%	178.824,06	-40%	297.728,36
3	572	RESERVAS ESTATUTARIAS	297.478,58		148.969,77		0,00
4	573	RESERVAS CONTRATUAIS	0,00		0,00		0,00
4	574 A 579	OUTRAS RESERVAS	1.073.900,47		1.499.743,51	2%	1.474.461,19
V	59	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00		0,00	#DIV/0!	0,00
			3.958.244,34	1%	3.907.665,59	2%	3.836.304,51
VI	88	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	692.324,55	2231%	29.701,04	-53%	63.337,59
	89	DIVIDENDOS ANTECIPADOS	0,00		0,00		0,00
		TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	4.650.568,89	18%	3.937.366,63	1%	3.899.642,10
B		PASSIVO					
		PROVISÕES					
1	291	PROVISÕES PARA PENSÕES	0,00		0,00		0,00
2	292	PROVISÕES PARA IMPOSTOS	0,00		0,00		0,00
3	293/8	OUTRAS PROVISÕES	500.000,00		500.000,00	12%	445.000,00
			500.000,00		500.000,00	12%	445.000,00
C		DIVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO	1.641.295,90		1.913.981,43		2.097.007,99
C		DIVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO	7.845.726,10	17%	6.712.249,34	39%	4.825.057,85
1		EMPRÉSTIMOS POR OBRIGAÇÕES:					
	2321	CONVERTÍVEIS	0,00		0,00		0,00
	2322	NÃO CONVERTÍVEIS	0,00		0,00		0,00
1	233	EMPRÉSTIMOS POR TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	0,00		0,00		0,00
2	231+12	DIVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	2.710.401,77		1.631.887,50		99.759,60
3	234	OUTROS EMPRÉSTIMOS	0,00		0,00		0,00
4	221	FORNECEDORES CONTA-CORRENTE	223.834,57		164.288,16		94.466,35
4	228	FORNECEDORES - FACTURAS EM CONFERÊNCIA	0,00		0,00		0,00
5	222	FORNECEDORES - TÍTULOS A PAGAR	0,00		0,00		0,00
5	2612	FORNECEDORES IMOBILIZADO - TÍTULOS A PAGAR	0,00		0,00		0,00
6	252	EMPRESAS GRUPO	0,00		0,00		0,00
7	253+254	EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES	0,00		0,00		0,00
8	251+255	OUTROS ACCIONISTAS (SÓCIOS)	3.540.836,03		3.891.138,61		3.569.340,80
8	219	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	353,00		353,00		0,00
8	239	OUTROS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	0,00		0,00		0,00
8	2611	FORNECEDORES DE IMOBILIZADO	0,00		2.504,90		0,00
8	24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	59.090,69		68.206,63		120.803,27
8	262/5+267/8+211	OUTROS CREDORES	1.311.210,04		953.870,54		940.687,83
D		ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS	1.806.943,00	-4%	1.890.437,07	-18%	2.294.812,79
	273	ACRESCIMOS DE CUSTOS	21.780,00		0,00		0,00
	274	PROVEITOS DIFERIDOS	1.785.163,00		1.890.437,07		2.294.812,79
		TOTAL DO PASSIVO	11.793.965,00	7%	11.016.667,84	14%	9.661.878,63
		TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	16.444.533,89	10%	14.954.034,47	10%	13.561.520,73

Avaliação do Desempenho e análise do Impacto Sócio-Económico do Modelo de Gestão

DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADA
ASSOCIATIVISMO AGRÍCOLA DE VALPAÇOS
Cooperativismo

CEE	POC		31.DEZ.2005		31.DEZ.2004	%	31.DEZ.2003
A		CUSTOS E PERDAS					
2.a)	61	CUSTO MERC. VENDIDAS E MAT. CONS. MERCADORIAS	8.339.901,33	4%	8.043.523,68	6%	7.593.817,26
2.b)	62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	716.436,79	14%	627.152,07	9%	572.889,14
3		CUSTOS COM PESSOAL					
3.a)	641/2	REMUNERAÇÕES	607.280,43	6%	573.599,91	-5%	600.826,66
3.b)		ENCARGOS SOCIAIS:	140.277,19	-7%	151.247,02	21%	124.616,29
	643/4	PENSÕES	0,00		0,00		0
	645/8	OUTROS	16.762,37		0,00		0,00
4.a)	662+663	AMORTIZAÇÕES DO IMOBILIZADO CORPÓREO E INCORPÓREO	495.840,78	-1%	502.319,07	-9%	553.192,67
4.b)	666+667	AJUSTAMENTOS	0,00		300.000,00		200.000,00
5	67	PROVISÕES DO EXERCÍCIO	0,00		0,00		0,00
5	63	IMPOSTOS	126.738,57	21%	104.448,73	-9%	115.288,32
5	65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	19.443,32	70%	11.450,60	-12%	12.955,50
		(A)	10.462.680,78		10.313.741,08		9.773.585,84
6	682	PERDAS EM EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS	0,00		0,00		0,00
6	683+684	AMORTIZAÇÕES PROVISÕES DE APLICAÇÕES E INV.FINANCEIROS	0,00		0,00		0,00
7	681+685/6/7/8	JUROS E CUSTOS SIMILARES:	164.013,45	32%	124.291,45	-11%	139.393,20
		RELATIVOS A EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
		OUTROS	0,00		0,00		0,00
		(C)	10.626.694,23		10.438.032,53		9.912.979,04
10	69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINARIAS	25.055,92	225%	7.699,36	-95%	158.044,94
		(E)	10.651.750,15		10.445.731,89		10.071.023,98
8+11	86	IMPOSTO S/ RENDIMENTO EXERCÍCIO	0,00		0,00		4,80
		(G)	10.651.750,15		10.445.731,89		10.071.028,78
13	88	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	692.324,55	96%	29.701,04	-53%	63.337,59
B		PROVEITOS E GANHOS					
1	71	VENDAS	0,00		0,00		0,00
	711	MERCADORIAS	2.200.513,11	-3%	2.275.423,72	2%	2.222.826,90
	712+713	PRODUTOS	7.317.693,76	27%	5.764.407,40	-10%	6.419.887,40
1	72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	0,00		0,00		0,00
2		VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO	982.070,27	-4%	1.024.773,50	55%	662.223,29
3	75	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA	0,00		25.849,20		0,00
3	73	PROVEITOS SUPLEMENTARES	250.509,71	26%	199.297,80	-5%	209.188,00
4	74	SUBSÍDIOS A EXPLORAÇÃO	10.066,90	-95%	212.717,70	847%	22.460,20
4	76	OUT. PROV. E GANHOS OPERACIONAIS	316,50	-57%	743,50	-87%	5.770,41
4	77	REVERSÕES DE AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS	0,00		0,00		0,00
		(B)	10.761.170,25		9.503.212,82		9.542.356,20
5	782	GANHOS EM EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS	0,00		0,00		0,00
5	784	RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL	0,00		0,00		0,00
6	7812+7815/6+783	RENDIMENTOS DE TIT. NEGOCIÁVEIS E OUTRAS APLIC. FINANCEIRAS:	0,00		0,00		0,00
		RELATIVOS A EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
		OUTROS	0,00		0,00		0,00
7	7811+7813/4+7818+785/8	OUTROS JUROS E PROVEITOS SIMILARES:	32.153,39	-37%	50.803,44	10%	46.279,38
		RELATIVOS A EMPRESAS DO GRUPO	227,99		0,00		0,00
		OUTROS	0,00	-100%	1.887,50		0,00
		(D)	10.793.551,63		9.555.903,76		9.588.635,58
9	79	PROV. E GANHOS EXTRAORDINARIOS	550.523,07	-40%	919.529,17	68%	545.730,79
		(F)	11.344.074,70		10.475.432,93		10.134.366,37
		RESULTADOS OPERACIONAIS (B-A)	298.489,47	137%	-810.528,26	-251%	-231.229,64
		RESULTADOS FINANCEIROS (D-B)-(C-A)	-131.632,07	-84%	-71.600,51	22%	-93.113,82
		RESULTADOS CORRENTES (D-C)	166.857,40	119%	-882.128,77	-172%	-324.343,46
		RESULTADOS ANTES IMPOSTOS (F-E)	692.324,55	2231%	29.701,04	-53%	63.342,39
		RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (F-G)	692.324,55	2231%	29.701,04	-53%	63.337,59

Associações Patronais Agrícolas:

**BALANÇO CONSOLIDADO
ASSOCIATIVISMO AGRÍCOLA DE VALPAÇOS
Associações Patronais**

CEE	POC	ACTIVO	31.DEZ.2005	%	31.DEZ.2004	%	31.DEZ.2003
			ACT. LIQUIDO		ACT. LIQUIDO		ACT. LIQUIDO
C		IMOBILIZADO					
I	43	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	432,91		0,00		0,00
1	431	DESPESAS DE INSTALAÇÃO	432,91		0,00		0,00
1	432	DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	0,00		0,00		0,00
2	433	PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	0,00		0,00		0,00
3	434	TRESPASSES	0,00		0,00		0,00
4	441/6	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	0,00		0,00		0,00
4	449	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	0,00		0,00		0,00
II	42	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	17.279,87	-26%	23.261,60	-38%	37.787,69
1	421	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	0,00		0,00		0,00
1	422	EDIFÍCIOS E OUT. CONSTRUÇÕES	0,00		4.163,43		0,00
2	423	EQUIPAMENTO BÁSICO	2.334,43		5.695,42		10.349,22
2	424	EQUIPAMENTO TRANSPORTE	0,00		2.680,92		0,00
3	425	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	0,00		0,00		0,00
3	426	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	404,30		10.721,83		0,00
3	427	TARAS E VASILHAME	0,00		0,00		0,00
3	429	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	14.541,14		0,00		27.438,47
4	441/6	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	0,00		0,00		0,00
4	448	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	0,00		0,00		0,00
III		INVESTIMENTOS FINANCEIROS	0,00		0,00		0,00
1	4111	PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
2	4121+4131	EMPRESTIMOS A EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
3	4112	PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS ASSOCIADAS	0,00		0,00		0,00
4	4112+4132	EMPRESTIMOS A EMPRESAS ASSOCIADAS	0,00		0,00		0,00
5	4113+414/5	TÍTULOS E OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00		0,00		0,00
6	4123+4133	OUTROS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00		0,00		0,00
6	441/6	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	0,00		0,00		0,00
6	447	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS	0,00		0,00		0,00
D		CIRCULANTE					
I		EXISTÊNCIAS					
1	36	MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	0,00		0,00		0,00
2	35	PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	0,00		0,00		0,00
3	34	SUBPRODUTOS, DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS	0,00		0,00		0,00
3	33	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	0,00		0,00		0,00
3	32	MERCADORIAS	0,00		0,00		0,00
4	37	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE COMPRAS	0,00		0,00		0,00
			0,00		0,00		0,00
II		DIVIDAS DE TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO	0,00		0,00		0,00
II		DIVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO	258.508,62	142%	106.840,02	-35%	164.273,14
1	211	CLIENTES CONTA-CORRENTE	0,00		0,00		0,00
1	212	CLIENTES TÍTULOS A RECEBER	0,00		0,00		0,00
1	218	CLIENTES COBRANÇA DUVIDOSA	0,00		0,00		0,00
2	252	EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
3	253+254	EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES	0,00		0,00		0,00
4	251+255	OUTROS ACCIONISTAS	0,00		0,00		0,00
4	229	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	0,00		0,00		0,00
4	2619	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES DE IMOBILIZADO	0,00		0,00		0,00
4	24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	30,26		0,00		6.216,28
4	262/6/7/8+221	OUTROS DEVEDORES	258.478,36		106.840,02		158.056,86
5	264	SUBSCRITORES DE CAPITAL	0,00		0,00		0,00
III		TÍTULOS NEGOCIÁVEIS					
1	1511	ACCÇÕES EM EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
3	1521	OBRIGAÇÕES E TÍTULOS PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
3	1512	ACCÇÕES EM EMPRESAS ASSOCIADAS	0,00		0,00		0,00
3	1522	OBRIGAÇÕES E TÍTULOS PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS ASSOCIADAS	0,00		0,00		0,00
3	1513+1523+153/9	OUTROS TÍTULOS NEGOCIÁVEIS	0,00		0,00		0,00
3	18	OUTRAS APLICAÇÕES DE TESOURARIA	0,00		0,00		0,00
			0,00		0,00		0,00
IV		DEPOSITOS BANCÁRIOS E CAIXA	52.036,19	-46%	96.683,34	8%	89.504,07
	12+13+14	DEPOSITOS BANCÁRIOS	51.990,65		94.152,00		89.498,80
	11	CAIXA	45,54		2.531,34		5,27
E		ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS	41.902,43	14%	36.765,87	-77%	159.190,18
	271	ACRESCIMOS DE PROVEITOS	0,00		0,00		158.982,35
	272	CUSTOS DIFERIDOS	41.902,43		36.765,87		207,83
		TOTAL AMORTIZAÇÕES					
		TOTAL AJUSTAMENTOS					
		TOTAL DO ACTIVO	370.160,02	40%	263.550,83	-42%	450.755,08

Avaliação do Desempenho e análise do Impacto Sócio-Económico do Modelo de Gestão

A		CAPITAL PRÓPRIO					
I	51	CAPITAL / FUNDO ASSOCIATIVO	24.356,12	19%	20.542,17	-16%	24.356,12
	521	ACÇÕES (QUOTAS) PRÓPRIAS - VALOR NOMINAL	0,00		0,00		0,00
	522	ACÇÕES (QUOTAS) PRÓPRIAS - DESCONTOS E PREMIOS	0,00		0,00		0,00
	53	PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES	0,00		0,00		0,00
II	54	PREMIOS DE EMISSÃO DE ACÇÕES	0,00		0,00		0,00
III	55	AJUSTAMENTOS DE PARTES DE CAPITAL	0,00		0,00		0,00
	56	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	0,00		0,00		0,00
IV		RESERVAS:	0,00		0,00		0,00
1/2	571	RESERVAS LEGAIS	51.337,22	26%	40.731,49	23%	33.106,08
3	572	RESERVAS ESTATUTARIAS	0,00		0,00		0,00
4	573	RESERVAS CONTRATUAIS	0,00		0,00		0,00
4	574 A 579	OUTRAS RESERVAS	43.891,10		34.542,21	0%	34.542,21
V	59	RESULTADOS TRANSITADOS	-14.419,40		0,00	100%	11.852,39
			105.165,04	10%	95.815,87	-8%	103.856,80
VI	88	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-4.698,84	-114%	33.654,13	-900%	-4.209,35
	89	DIVIDENDOS ANTECIPADOS	0,00		0,00		0,00
		TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	100.466,20	-22%	129.470,00	30%	99.647,45
B		PASSIVO					
		PROVISÕES					
1	291	PROVISÕES PARA PENSÕES	0,00		0,00		0,00
2	292	PROVISÕES PARA IMPOSTOS	0,00		0,00		0,00
3	293/8	OUTRAS PROVISÕES	0,00		0,00		0,00
			0,00		0,00		0,00
C		DIVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO	0,00		0,00		0,00
C		DIVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO	189.642,53	230%	57.538,70	-74%	223.056,62
1		EMPRÉSTIMOS POR OBRIGAÇÕES:					
	2321	CONVERTÍVEIS	0,00		0,00		0,00
	2322	NÃO CONVERTÍVEIS	0,00		0,00		0,00
1	233	EMPRÉSTIMOS POR TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	0,00		0,00		0,00
2	231+12	DIVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	0,00		48.987,23		0,00
3	234	OUTROS EMPRÉSTIMOS	0,00		0,00		0,00
4	221	FORNECEDORES CONTA-CORRENTE	136.143,51		2.163,60		7.390,10
4	228	FORNECEDORES - FACTURAS EM CONFERÊNCIA	0,00		0,00		0,00
5	222	FORNECEDORES - TÍTULOS A PAGAR	0,00		0,00		0,00
5	2612	FORNECEDORES IMOBILIZADO - TÍTULOS A PAGAR	0,00		0,00		0,00
6	252	EMPRESAS GRUPO	0,00		0,00		0,00
7	253+254	EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES	0,00		0,00		0,00
8	251+255	OUTROS ACCIONISTAS (SÓCIOS)	0,00		0,00		0,00
8	219	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	0,00		0,00		0,00
8	239	OUTROS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	0,00		0,00		0,00
8	2611	FORNECEDORES DE IMOBILIZADO	0,00		2.419,87		0,00
8	24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	332,48		3.968,00		0,00
8	262/5+267/8+211	OUTROS CREDORES	53.166,54		0,00		215.666,52
D		ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS	80.051,29	5%	76.542,13	-40%	128.051,01
	273	ACRESCIMOS DE CUSTOS	80.051,29		0,00		0,00
	274	PROVEITOS DIFERIDOS	0,00		76.542,13		128.051,01
		TOTAL DO PASSIVO	269.693,82	101%	134.080,83	-62%	351.107,63
		TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	370.160,02	40%	263.550,83	-42%	450.755,08

DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADA
ASSOCIATIVISMO AGRÍCOLA DE VALPAÇOS
Associações Patronais

CEE	POC		31.DEZ.2005		31.DEZ.2004	%	31.DEZ.2003
CUSTOS E PERDAS							
A							
2.a)	61	CUSTO MERC. VENDIDAS E MAT. CONS. MERCADORIAS	0,00		0,00		0,00
2.b)	62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	611.126,55	-24%	804.650,99	1%	799.922,99
3		CUSTOS COM PESSOAL					
3.a)	641/2	REMUNERAÇÕES	251.123,65	41%	178.732,81	-67%	540.344,92
3.b)		ENCARGOS SOCIAIS:	25.999,69	388%	5.324,51	-65%	15.010,27
	643/4	PENSÕES	0,00		0,00		0
	645/8	OUTROS	49.890,75	-57%	117.097,55		0,00
4.a)	662+663	AMORTIZAÇÕES DO IMOBILIZADO CORPÓREO E INCORPÓREO	7.748,51	20%	6.460,66	-2%	6.569,20
4.b)	666+667	AJUSTAMENTOS	0,00		0,00		0,00
5	67	PROVISÕES DO EXERCÍCIO	0,00		0,00		0,00
5	63	IMPOSTOS	147,50	-77%	655,22	-32%	965,96
5	65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	600,00	3900%	15,00		0,00
		(A)	946.636,65		1.112.936,74		1.362.813,34
6	682	PERDAS EM EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS	0,00		0,00		0,00
6	683+684	AMORTIZAÇÕES PROVISÕES DE APLICAÇÕES E INV.FINANCEIROS	0,00		0,00		0,00
7	681+685/6/7/8	JUROS E CUSTOS SIMILARES:	4.318,38	23%	3.514,11	-9%	3.880,85
		RELATIVOS A EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
		OUTROS	0,00	-100%	191,70		0,00
		(C)	950.955,03		1.116.642,55		1.366.694,19
10	69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINARIAS	1.482,66		0,00	-100%	876,98
		(E)	952.437,69		1.116.642,55		1.367.571,17
8+11	86	IMPOSTO S/ RENDIMENTO EXERCÍCIO	0,00		0,00		0,00
		(G)	952.437,69		1.116.642,55		1.367.571,17
13	88	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-4.698,84	816%	33.654,13	-900%	-4.209,35
PROVEITOS E GANHOS							
B							
1	71	VENDAS	0,00		0,00		0,00
	711	MERCADORIAS	0,00		0,00		0,00
	712+713	PRODUTOS	0,00		0,00		0,00
1	72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	10.430,59	-81%	55.360,36	-16%	65.861,87
2		VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO	0,00		0,00		0,00
3	75	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA	0,00		0,00		0,00
	73	PROVEITOS SUPLEMENTARES	103.061,22	-52%	213.532,12	12472%	1.698,50
4	74	SUBSÍDIOS A EXPLORAÇÃO	694.072,27	153%	274.831,13	12%	245.213,88
4	76	OUT. PROV. E GANHOS OPERACIONAIS	0,00		0,00		0,00
4	77	REVERSÕES DE AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS	0,00		0,00		0,00
		(B)	807.564,08		543.723,61		312.774,25
5	782	GANHOS EM EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS	0,00		0,00		0,00
5	784	RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL	0,00		0,00		0,00
6	7812+7815/6+783	RENDIMENTOS DE TIT. NEGOCIÁVEIS E OUTRAS APLIC. FINANCEIRAS:	0,00		0,00		0,00
		RELATIVOS A EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
		OUTROS	0,00		0,00		0,00
7	7811+7813/4+7818+785/8	OUTROS JUROS E PROVEITOS SIMILARES:	0,00		0,00		0,00
		RELATIVOS A EMPRESAS DO GRUPO	0,00		0,00		0,00
		OUTROS	0,00		0,00		0,00
		(D)	807.564,08		543.723,61		312.774,25
9	79	PROV. E GANHOS EXTRAORDINARIOS	140.174,77	-77%	606.573,07	-42%	1.050.587,57
		(F)	947.738,85		1.150.296,68		1.363.361,82
		RESULTADOS OPERACIONAIS (B-A)	-139.072,57	124%	-569.213,13	46%	-1.050.039,09
		RESULTADOS FINANCEIROS (D-B)-(C-A)	-4.318,38	-17%	-3.705,81	5%	-3.880,85
		RESULTADOS CORRENTES (D-C)	-143.390,95	75%	-572.918,94	46%	-1.053.919,94
		RESULTADOS ANTES IMPOSTOS (F-E)	-4.698,84	-114%	33.654,13	900%	-4.209,35
		RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (F-G)	-4.698,84	-114%	33.654,13	900%	-4.209,35

GLOSSÁRIO

Activo: Conjunto de bens e direitos da organização.

Activo Circulante: Activo que será convertido em meios líquidos num prazo inferior a um ano. Agrega disponibilidades, dívidas a receber de curto prazo e existências.

Activo Fixo: Agrega o imobilizado corpóreo, incorpóreo e investimentos financeiros.

Activo Corpóreo: Agrega os bens tangíveis que não se destinam a ser vendidos ou transformados, com carácter de permanência superior a um ano.

Activo Financeiro: Agrega os investimentos financeiros detidos pela organização por um período superior a um ano.

Activo Incorpóreo: Agrega os bens intangíveis, com carácter de permanência superior a um ano.

Autofinanciamento: Representa os recursos financeiros gerados e retidos na empresa para fazer face ao reembolso das suas dívidas de médio e longo prazo, à manutenção da sua actividade e à garantia do seu crescimento.

Autonomia Financeira: Traduz o peso do capital próprio no financiamento do activo total da empresa.

Balanço: Expressão contabilística da situação patrimonial da empresa num dado momento. Apresenta os elementos patrimoniais activos, passivos e a situação líquida da organização.

CABEÇA NORMAL (Cn) – Unidade padrão de conversão de efectivos pecuários, em função das espécies e das idades:

Equinos	0.4
Vitelos de Engorda	0.4
Outros Bov.< 1 ano	0.4
Bov. M 1-2 anos	0.6
Bov. F. 1-2 anos	0.6
Bov. M > 2 anos	1.0
Bov. F > 2 anos	0.5
Vacas Leiteiras	1.0
Vacas Reforma	1.0
Outras Vacas	0.8
Ovinos	0.1
Caprinos	0.1
Leitões	0.027
Porcas Reprodut.	0.5
Outros Porcos	0.3
Frangos	0.007
Galinhas Poedeiras	0.014
Outras Aves	0.03

Capital Circulante: Agrega os elementos do activo circulante e do passivo circulante.

Capital Permanente: Agrega o capital próprio e o passivo de médio e longo prazo.

Capital Próprio: Representa a situação líquida da organização, ou seja corresponde à diferença entre o activo e o passivo.

Complexo Agro-Florestal (CAF) – Inclui a Agricultura e Silvicultura e as indústrias de primeira transformação dos produtos primários.

Consideram-se os seguintes ramos das Contas Nacionais – SEC 77 (INE):

- Agricultura: Ramo 1 (Agricultura e Caça).
- Indústria Agro-Alimentar (IAA): Ramos 17 (Abate e Conservas de Carne), 18 (Lacticínios), 20 (Óleos e Gorduras Alimentares), 21 (Produtos dos Cereais e Leguminosas), 22 (Outros Produtos Alimentares), 23 (Bebidas), 24 (Tabaco).
- Silvicultura: Ramo 2 (Silvicultura e Explorações Florestais).
- Indústrias Florestais (IF): Ramos 27 (Madeira e Cortiça) e 28 (Papel, Artes Gráficas e Edição de Publicações).

Nota: O agregado IAA não inclui as indústrias de conserva de peixe; no ramo 28 só as indústrias do papel são de primeira transformação, gerando cerca de um terço do produto do ramo (CESE, o Sector Florestal Português).

Demonstração de Resultados: Demonstração financeira que apresenta os proveitos, os custos e os respectivos resultados de determinado exercício.

Desenvolvimento: Pela sua ambiguidade, encerra realidades tão diversas como a biologia, a social, a política e a ideológica.

Dimensão Económica (DE) – Corresponde ao valor de margem bruta total da exploração, isto é, o somatório das margens brutas das diferentes actividades existentes na empresa, calculadas com base nas margens brutas standard (MBS). É expressa em unidades de dimensão europeia (1 UDE = 1200 euros). A classificação das explorações em estratos foi efectuada com base na seguinte partição:

MP – Muito Pequenas	de 0 a 4 UDE
P – Pequenas	> 4 a 16 UDE
M – Médias	> 16 a 40 UDE
G – Grandes	>40 UDE

Economia Rural: Aplicação da ciência económica aos problemas da agricultura, dos espaços rurais e do sector agro-industrial.

Equilíbrio Financeiro Mínimo: Verifica-se quando o grau de liquidez das aplicações de fundos é, pelo menos igual ao grau de exigibilidade das origens de fundos.

Estrutura de Capital: Traduz a composição das origens de fundos (próprios e alheios), resulta do quociente do capital alheio de médio e longo prazo pelo activo total líquido.

Fundo de Maneio: Corresponde à diferença entre o capital permanente e o imobilizado total líquido.

Investimento: Aplicação de fundos em activos com o objectivo de obter um excedente que remunere adequadamente a despesa efectuada.

Liquidez: Traduz a aptidão do activo para se transformar em meios monetários.

Passivo: Conjunto de obrigações assumidas pela organização.

Passivo Circulante: Agrega as dívidas da organização a terceiros a saldar num prazo inferior a um ano.

Rendibilidade do Capital Próprio: Rendimento gerado pelo capital próprio da organização, resulta do quociente do resultado líquido pelo capital próprio.

Solvabilidade: Evidência a proporção dos capitais investidos, face aos capitais provenientes de entidades externas.

UTA – Unidade de trabalho agrícola equivalente ao trabalho de uma pessoa a tempo completo realizado num ano, medido em horas (1 UTA = 1920 horas).

Siglas e Abreviaturas:

ALG	Algarve
ALT	Alentejo
BI	Beira Interior
BL	Beira Litoral
CAF	Complexo Agro-Florestal
CEA	Contas Económicas da Agricultura
CN	Contas Nacionais
Cn	Cabeças Normais
DE	Dimensão Económica
DGF	Direcção-Geral das Florestas
DGV	Direcção-Geral de Veterinária
EDM	Entre-Douro e Minho
EM	Estado Membro
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
G	Grandes explorações
GPPAA	Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar
IAA	Indústria Agro-Alimentar
IF	Indústria Florestal
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPC	Índice de Preços no Consumidor
IPIPIBpm	Índice de Preços Implícito no PIBpm
IPIVABpm	Índice de Preços Implícito no VABpm
LVT	Lisboa e Vale do Tejo
M	Médias explorações
MADRP	Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas
MP	Muito pequenas explorações
P	Pequenas explorações
P.C.	Peso Carcaça
P.V.	Peso Vivo
PIBpm	Produto Interno Bruto (preços de mercado)
REL	Rendimento Empresarial Líquido
RLT	Rendimento Líquido da Actividade Agrícola Para a Mão de Obra Total
RO	Ribatejo e Oeste
SAU	Superfície Agrícola Utilizada
TM	Trás-os-Montes
UDE	Unidade de Dimensão Europeia
UTA	Unidade de Trabalho Anual
VABcf	Valor Acrescentado Bruto (custo de factores)
VABpm	Valor Acrescentado Bruto (preços de mercado)
VABpp	Valor Acrescentado Bruto (preços paritários)
CY	Chipre
CZ	República Checa
EE	Estónia
HU	Hungria
LT	Lituânia
LV	Letónia
MT	Malta
PL	Polónia
SI	Eslovénia
SK	República da Eslováquia

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar